

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BIBLIOTECAS ESCOLARES: HISTÓRIA E CULTURA ESCOLAR
EM NAVIRAÍ/MS (1986-2010)**

ROSELI MARIA ROSA DE ALMEIDA

**MARINGÁ/PR
2018**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**BIBLIOTECAS ESCOLARES: HISTÓRIA E CULTURA ESCOLAR EM
NAVIRAÍ/MS (1986-2010)**

Tese apresentada por ROSELI MARIA ROSA DE ALMEIDA ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora: Prof^ª. Dra. ELAINE RODRIGUES

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Almeida, Roseli Maria Rosa de
A447b Bibliotecas escolares: história e cultura escolar em Naviraí/MS (1986-2010) / Roseli Maria Rosa de Almeida. – Maringá, 2018.
250f.

Orientadora: Profª Drª Elaine Rodrigues.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Bibliotecas escolares. 2. Cultura escolar. 3. Práticas de leitura. 4. Leitura literária. 5. Espaço escolar. I. Rodrigues, Elaine, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 21. ed. 370

ROSELI MARIA ROSA DE ALMEIDA

**BIBLIOTECAS ESCOLARES: HISTÓRIA E CULTURA
ESCOLAR EM NAVIRAÍ/MS (1986-2010)**

BANCA EXAMINADORA

Prova. Dra. Elaine Rodrigues (Orientadora) – UEM – Maringá/PR

Prova. Dra. Ana Lúcia Espíndola – UFMS – Três Lagoas/MS

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – UFU – Uberlândia/MG

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM – Maringá/PR

Profa. Dra. Sheila Maria Rosin– UEM – Maringá/PR

Dedico este trabalho a Carlos Eduardo, Du
e Hugo.

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte*

(Trecho da música *Comida* – Grupo Titãs)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força para a concretização desta tarefa e, em especial, agradeço à minha mãe, maior incentivadora de meus estudos ao longo da vida.

À minha querida orientadora, professora Elaine Rodrigues, pela forma humana e carinhosa com que lida comigo e pelos esclarecimentos sempre tão relevantes.

Aos/às professores/as da minha Banca de Qualificação e Defesa, pelas contribuições ao trabalho: Ana Lúcia Espíndola, Carlos Henrique de Carvalho, Maria Cristina Gomes Machado, Ednéia Regina Rossi e Sheila Maria Rosin.

Aos meus familiares Olga, Lázaro (*in memoriam*), Meire, Antônia e Maninho, e aos de meu esposo: Luíza, Jari, Fernanda e Karla, pelo apoio e incentivo sempre.

Às escolas participantes da pesquisa, em especial às professoras e às funcionárias responsáveis pelas bibliotecas escolares, que me acolheram na busca de respostas e de outras tantas informações para a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM) e aos docentes, pelas aulas tão proveitosas na caminhada da tese.

À direção da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul– UFMS/*Campus* de Naviraí, na pessoa do diretor, Daniel Henrique Lopes, pelo apoio.

Aos meus amigos de Naviraí, pelo carinho e companheirismo ao longo deste trabalho: Larissa, Klínger, Daniel.

Às minhas amigas Lílian Candia e Sílvia Basso, companheiras de estrada e trajetória e à Vivianny Bessão, pelas correções e auxílio.

Às/aos minhas/meus companheiras/os de jornada no Grupo de Estudos HEDUCULTES, em especial Elisângela, pela amizade e carinho.

Muito obrigada a todos!

ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **BIBLIOTECAS ESCOLARES: HISTÓRIA E CULTURA ESCOLAR EM NAVIRAÍ/MS (1986-2010)**. 250f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Elaine Rodrigues. Maringá, 2017.

RESUMO

A formação do leitor no Brasil foi evidenciada como uma preocupação de programas, projetos, políticas públicas e a escola considerada uma das instituições responsáveis por esse trabalho. As bibliotecas escolares, por sua vez, podem ser espaços privilegiados de práticas leitoras para os estudantes. Assim, esta investigação buscou compreender historicamente "que cultura/s" esses espaços construíram, como se organizaram e socializaram a leitura de obras literárias no período de 1986, ano de implantação da primeira biblioteca escolar em Naviraí/MS, e 2010, ano de publicação da Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. As questões que orientaram o trabalho foram: Os sujeitos leitores liam nos espaços de bibliotecas? Emprestavam livros? Os/as professores/as levavam obras das bibliotecas para as salas de aula ou realizavam alguma estratégia metodológica que propiciasse o acesso dos alunos às obras literárias? Havia algum tipo de organização do espaço da biblioteca e/ou estratégia metodológica que facilitasse ou dificultasse o acesso às obras literárias? Quais foram as práticas construídas nesses espaços ao longo do período pesquisado? Dessa maneira, os objetivos específicos pretenderam: a) identificar as diferentes representações da biblioteca; b) identificar e analisar as formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010); c) avaliar práticas de mediação didática em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas e visibilizadas por meio de documentos e materiais da cultura escolar; d) analisar a constituição dos acervos; além de, e) analisar as práticas de leitura de textos literários que se constituíram no espaço das bibliotecas escolares de Naviraí/MS. No campo da pesquisa histórica, a opção foi trabalhar com a metodologia documental, na análise de livros de tombamento, livros e/ou fichas de empréstimos de obras, croquis das bibliotecas, obras da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), além do auxílio de instrumentos utilizados pela história oral, como entrevistas a partir de roteiro semiestruturado. Os estudos do pesquisador Roger Chartier sobre a história das práticas de leitura e de Antônio Viñao Frago em relação aos espaços escolares e cultura escolar compuseram a estrutura teórica do trabalho. A pesquisa foi realizada em sete escolas de ensino fundamental e/ou médio de Naviraí/MS. Os resultados apontaram a existência de práticas culturais nos ambientes das bibliotecas escolares, realizadas pelos agentes mediadores. Essas proposições e/ou ações ocorreram de forma empírica, mediante conhecimentos de uma cultura escolar que os formou leitores (ou não) e usuários (ou não) de bibliotecas. Em tese, esse trabalho não se efetivou com uma consciência ampla do papel da biblioteca, o que poderia, de fato, fomentar a formação dos leitores. Não foram mobilizados conhecimentos e ações suficientes para que a biblioteca escolar funcionasse como centro de aprendizagem e da leitura por gosto e lazer, fato comprovado pela não permanência e/ou a descontinuidade das práticas de leitura implementadas nesses espaços.

Palavras-chave: Bibliotecas escolares; História; Cultura escolar; Práticas; Leitura literária; Espaço escolar.

ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **SCHOOL LIBRARIES: HISTORY AND SCHOOL CULTURE IN NAVIRAÍ/MS, BRAZIL** (1986-2010). 250f. Thesis (Doctorate in Education). – State University of Maringá. Supervisor: Elaine Rodrigues. Maringá, 2018.

ABSTRACT

The building of the reader in Brazil was evidenced as a concern of programs, projects, public policies and the school was considered one of the institutions responsible for this work. School libraries can be privileged spaces for student reading practices. Thus, this research aimed to understand historically "what culture(s)" these spaces constructed, how they organized and socialized the reading of literary works in the period of 1986 - year of implementation of the first school library in Naviraí / MS – and 2010 - year of publication of Brazilian Federal Law No. 12,244, of May 24, 2010 - which provided for the universalization of libraries in the country's educational institutions. The questions that guided the work were: Did readers read in libraries? Lending books? Did the teachers take works from the libraries to the classrooms or did they carry out some methodological strategy that would allow students to have access to literary works? Was there any kind of organization of library space and / or methodological strategy that would facilitate or hinder access to literary works? What were the practices built in these spaces during the period studied? In this way, the specific objectives were: a) to identify the different representations of the library; b) to identify and to analyze the forms of organization of the architectural spaces of the libraries in the studied period (1986-2010); c) to evaluate practices of didactic mediation in relation to literary reading, developed by library professionals and made visible through documents and materials of the school culture; d) analyze the constitution of the collections; and e) analyze the practices of reading literary texts that were constituted in the space of the school libraries of Naviraí / MS. In the field of historical research, the option was to work with the documentary methodology, in the analysis of books of tipping, books and / or fiches of loans of works, sketches of the libraries, works of the extinct Foundation of Assistance to the Student - FAE, besides the help of instruments used by oral history, such as interviews from a semi-structured script. The studies Roger Chartier's studies on the history of reading practices and Antonio Viñao Frago' studies in relation to the school spaces and school culture made up the theoretical structure of the work. The research was conducted in seven primary and/or secondary schools in Naviraí / MS. The results pointed out the existence of cultural practices in the environments of the school libraries, carried out by mediating agents. These propositions and / or actions occurred empirically, through knowledge of a school culture that made them readers (or not) and users (or not) of libraries. In theory, this work was not carried out with a broad awareness of the role of the library, which could, in fact, encourage the formation of readers. Not enough knowledge and actions were mobilized so that the school library functioned as a center of learning and reading for taste and leisure, a fact evidenced by non-permanence and / or discontinuity of reading practices implemented in these spaces.

Key words: School libraries; History; School culture; Practices; Literary reading; School space.

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Imagem 1 – Modelo de sinalização em cores.....	56
Imagem 2 – Mapa do estado do Mato Grosso do Sul.....	80
Imagem 3 – Mapa de localização da E. E. Presidente Médici.....	95
Imagem 4 – Mapa de localização da E. E. Antônio Fernandes.....	102
Imagem 5 – Mapa de localização da E.E. Eurico Gaspar Dutra.....	106
Imagem 6 – Mapa de localização da E. M. Maria de L. A. Sotana.....	109
Imagem 7 – Mapa de localização da E. M. Milton Dias Porto.....	115
Imagem 8 – Mapa de localização da E. M. José Carlos da Silva.....	119
Imagem 9 – Fotografia da org. do espaço da E. M. José Carlos da Silva.....	121
Imagem 10 – Mapa de localização da E. M. Odécio Nunes de Matos.....	123
Imagem 11 – Fotografia da ficha da biblioteca da E. E. Antônio Fernandes....	133
Imagem 12 – Fotografia da capa do livro "Lúcia Já-Vai-Indo" da E. M. Milton Dias Porto.....	150

LISTA DE GRÁFICOS E CROQUIS

Gráfico 1 – Temáticas dos arquivos.....	36
Gráfico 2 – Temáticas das dissertações – 2006 a 2011.....	58
Croqui 1 – Biblioteca da E. E. Presidente Médici.....	98
Croqui 2 – Biblioteca da E. E. Antônio Fernandes.....	105
Croqui 3 – Biblioteca da E. E. Eurico Gaspar Dutra.....	107
Croqui 4 – Biblioteca da E. M. Maria de Lourdes Aquino Sotana.....	110
Croqui 5 – "Sala de Leitura" da E. M. Milton Dias Porto (1ª sala).....	117
Croqui 6 – Biblioteca da E. M. Milton Dias Porto (2ª sala).....	118
Croqui 7 – Biblioteca da E. M. Odécio Nunes de Matos.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos por Temática.....	35
Quadro 2 – Cursos de Biblioteconomia no Brasil.....	37
Quadro 3 – Dados da Região Centro-Oeste.....	76
Quadro 4 – Naviraí/MS: matrículas, docentes e rede escolar (2009).....	90
Quadro 5 – Alterações de local das bibliotecas.....	91
Quadro 6 – Relação das visitas às bibliotecas.....	93
Quadro 7 – Fontes documentais E.E. Presidente Médici.....	137
Quadro 8 – Fontes documentais E. E. Antônio Fernandes.....	140
Quadro 9 – Fontes documentais E.E. Eurico Gaspar Dutra.....	143
Quadro 10 – Fontes documentais E.M. Maria Aquino.....	147
Quadro 11 – Fontes documentais E.M. Milton Dias Porto.....	149
Quadro 12 – Fontes documentais E.M. José Carlos da Silva.....	153
Quadro 13 – Fontes documentais E.M. Odécio Nunes de Matos.....	156
Quadro 14 – Empréstimos realizados pelas turmas dos anos finais do ensino fundamental (2009).....	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia
CP-II – Colégio Pedro II
CRB – Conselhos Regionais de Biblioteconomia
CRE – Coordenadorias Regionais de Educação
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FURG – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
GEBE – Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da UFMG
GEMED – Gerência Municipal de Educação de Naviraí
GEPPETE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional
IASL – Associação Internacional de Bibliotecas Escolares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESF – Instituto de Ensino Superior da Funlec
IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL – Instituto Nacional do Livro
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PELL – Plano estadual do Livro e da Leitura
PMLL – Plano Municipal do Livro e da Leitura
PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura
PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade
SIMBE – Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares e Formação de Leitores
SME – Secretaria Municipal de Educação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP – Universidade do Estado de São Paulo
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. BIBLIOTECA E BIBLIOTECA ESCOLAR: CONCEITOS E USOS	29
2.1 Bibliotecas escolares no Brasil.....	33
2.2 Na biblioteca: as pesquisas sobre o tema.....	57
2.3 Bibliotecas e bibliotecas escolares na região Centro-Oeste.....	74
2.4 Bibliotecas e bibliotecas escolares no estado de Mato Grosso do Sul.....	78
3. BIBLIOTECAS ESCOLARES, ESPAÇOS DE NAVIRAÍ	87
3.1 Espaços arquitetônicos das bibliotecas escolares.....	89
3.2 Espaços arquitetônicos em análise.....	93
3.3 As escolas estaduais, espaços arquitetônicos e cultura escolar.....	94
3.4 As escolas municipais, espaços arquitetônicos e cultura escolar.....	108
4. OBRAS LITERÁRIAS, ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESCARTE DO ACERVO	129
4.1 Obras literárias e literatura na escola.....	129
4.2 Obras literárias: composição e organização.....	131
4.3 Acervos literários, práticas de uso e descarte nas escolas estaduais.....	135
4.4 Acervos literários, práticas de uso e descarte nas escolas municipais.....	146
5. BIBLIOTECAS ESCOLARES E SEUS PERSONAGENS	161
5.1 Bibliotecário escolar: quem é esse personagem?.....	164
5.2 Mediadores de leitura nas escolas estaduais: ações e funções.....	167
5.3 Mediadores de leitura nas escolas municipais: ações e funções.....	176
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	219
APÊNDICES	229

MEMORIAL

Nasci no dia 21 de outubro de 1971, em minha casa éramos quatro crianças, três meninas e um menino e morávamos em uma fazenda no interior do estado de Mato Grosso do Sul, no município de Ribas do Rio Pardo. Quando completei seis anos, minha mãe, cansada de pedir uma professora para seus filhos, resolveu mudar para a área urbana para que pudéssemos estudar, pois não admitia que os filhos crescessem “sem estudo”. Assim, ela nos matriculou na escola estadual Dr. João Ponce de Arruda (JOPA), local em que cursei todo o ensino fundamental e médio (Habilitação para o Magistério).

Minha paixão pela leitura iniciou nessa cidadezinha do interior do Mato Grosso do Sul, com meu primeiro livro, a cartilha *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima. Minha mãe comprou a cartilha por indicação da escola, pois naquela época (final da década de 1970), as famílias tinham que comprar o livro adotado, bem como o uniforme, que era uma camiseta branca, saia azul de pregas, congá azul e meia branca. Eu cursava o primeiro ano do primário e dava meus primeiros passos na leitura, quando a cartilha chegou e me foi entregue, ficava horas passando as páginas, vendo as imagens e “cheirando o papel novo”, essa foi uma experiência sublime... Durante a 1ª e a 4ª série do ensino primário não tínhamos muito material de leitura, as condições financeiras de minha família eram precárias, minha mãe era merendeira na escola que estudávamos e meu pai agricultor, vendia verduras de uma horta que tínhamos em casa, assim, eu lia os livros didáticos e algumas enciclopédias que minha mãe comprava com vendedores ambulantes.

Na 5ª série iniciei imensa paixão pela literatura, minha grande mediadora de leitura foi a professora de Língua Portuguesa, Joana Ferreira Pessoa, que assumiu as aulas naquela cidadezinha tão pequena, vinda da cidade de Birigui, interior do estado de São Paulo. Ela acompanhou minha turma até a 8ª série e me apresentou a literatura de uma maneira especial, sempre lia pequenas histórias em sala, proporcionava rodas de leitura e debates sobre as obras lidas. Indicava alguns livros para o bimestre, nos instigava a conhecer os autores lendo outras

obras e comentando sobre eles e os livros foram constituindo minha história de leitora.

Passados mais de 30 anos, ainda lembro-me de um dos livros lidos em sala, *Uni Dune e Tê*¹ de Ângela Lago. Com a professora Joana Pessoa conheci a poesia de Fernando Pessoa e me apaixonei por Carlos Drummond de Andrade. Embrenhei-me em obras de Machado de Assis, com as dificuldades de uma iniciante. Ainda fui da geração dos leitores do projeto *Ciranda de Livros* e a Coleção Vaga-lume². Da literatura estrangeira nos indicou obras como *Polyana e Polyana Moça* de Eleanor H. Porter, história de uma órfã que aos 11 anos vai morar com a sua tia, transformando a vida de ambas. Ler a literatura foi e ainda é uma incursão pelos dramas e paixões humanas, algo que me auxiliou muito na adolescência.

Na década de 1980, período dos meus 11 aos 14/15 anos descobri a biblioteca municipal que era localizada no centro da praça, toda tarde ia pra lá ver os livros que haviam chegado, emprestava alguns e lia lá. A bibliotecária era uma professora concursada na Prefeitura Municipal, ela utilizava a “tecnologia do bilhete³”, enviado pelos colegas aos leitores vorazes avisando que havia chegado outros livros e íamos correndo ver as novidades. Foram muitos os livros, conheci *Branca Bela*, de Geraldo França de Lima, jovem que se apaixonou por um padre e depois, no decorrer do livro descubro que estava com câncer em período terminal; depois vieram os meninos de Salvador e fiquei chocada e, ao mesmo tempo, emocionada com a vida retratada por Jorge Amado em *Capitães da Areia*. Não menos chocante foi ler o depoimento autobiográfico na obra *Eu, Christiane*

¹O misterioso sumiço de um salame e um sorvete colorido, na casa do senhor Cravo, dá início às divertidas confusões dessa história, na qual, em meio a surpresas e reviravoltas, encontraremos ainda a viúva dona Xica, sempre acompanhada de seu gato, a quem deu o nome de seu falecido marido; a esperta Terezinha de Jesus, que tem uma aparição rápida, mas oportuna, e um delegado não muito ortodoxo, chamado Samba Lelê. Disponível em: <<https://www.travessa.com.br/uni-duni-te/artigo/ce3cbab3-140e-4b15-9da7-5ddff8cfd6da>>. Acesso em: 8 jun. 2018

²A Coleção Vaga-lume foi lançada pela editora Ática em 1973. Voltada para o público infanto-juvenil, ela rapidamente se popularizou, especialmente por seu uso em escolas. A coleção possui mais de 100 títulos em seu catálogo, divididos entre as séries Vaga-Lume e Vaga-Lume Jr. Disponível em: <<https://www.revistabula.com/14383-os-15-melhores-livros-da-colecao-vaga-lume/>> Acesso em: 20 jun. 2018.

³ Naquele tempo não tínhamos telefone, o telefone ficava numa cabine com uma funcionária que realizava as ligações e conversávamos numa espécie de orelhão. A comunicação era também feita por cartas e no nosso caso, por bilhetes.

F., escrito por Kai Hermann e Horst Rieck, livro que rompe o silêncio de uma jovem em relação à questão dos tóxicos entre adolescentes.

De *Julias, Sabrinhas e Biancas* foi constituída minha história de leitura, minha irmã mais velha lia muito e levava para casa e eu lia também, depois enjoei... Os críticos diriam “essas leituras?”, não devemos temê-las, como afirma a professora Nilma Lacerda (2007). Com José de Alencar me encantei com *Senhora*. Depois deixei pelo caminho a leitura de *Crime e Castigo*, romance do escritor russo Dostoiévski, publicado em 1866, que narra a história de um jovem estudante que comete um assassinato e se vê perseguido por sua incapacidade de continuar a vida após o delito. Não conseguia compreender a linguagem de Dostoiévski, no entanto, nossa história de leitores também é feita dos livros que deixamos pelo caminho... Talvez um dia volte a eles, ou não... Não se sabe.

Com 15 anos recebi como responsabilidade minha primeira turma de pré-escola, cursava o primeiro ano do Magistério. Desse período até os meus 18 anos apaixonei-me pela literatura infantil, ao ler as obras para meus alunos, guardei na memória algumas que foram marcantes, como os Contos Clássicos; a *Coleção Gato e Rato* de Mary França e Eliardo França, além de obras como *Maria vai com as outras* de Sylvia Orthoff; *Pinote o fracote e Janjão o fortão* de Fernanda Lopes de Almeida e muitas outras.

Ao cursar o Magistério lia os poemas de um jornal que meu professor de literatura me fornecia, me lembro de ler Walt Whitman⁴, gostava de conhecer o inusitado... Esse professor era chamado de “louco” pelas minhas colegas de turma por declamar em sala versos do poeta Augusto dos Anjos (um dia uma colega me disse: “Rose você acha que alguém escreveria um poema nojento desse?”, isto se referindo ao poema *Versos Íntimos*⁵. Sim, escreveu! Afirmei. Nem sempre compreendemos a grandeza dos poetas.

⁴Walt Whitman foi um poeta, ensaísta e jornalista norte-americano, considerado por muitos como o “pai do verso livre”. Paulo Leminski o considerava o grande poeta da Revolução americana, como Maiakovsky seria o grande poeta da Revolução russa.

⁵*Versos Íntimos*

*Vês! Ninguém assistiu ao formidável
Enterro de sua última quimera.
Somente a Ingratidão – esta pantera –
Foi tua companheira inseparável!
Acostuma-te à lama que te espera!
O homem, que, nesta terra miserável,
Mora, entre feras, sente inevitável*

Aos 18 anos já na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, cursava Pedagogia e as leituras passaram a ocupar quase todo o meu tempo (de textos científicos), mais a “sorradeira” leitora quando não tinha que estudar o material científico ia pra biblioteca e lia (cada dia um pouco) a obra *Coiole*⁶ de Roberto Freire e outras tantas, “descobertas” na biblioteca universitária.

Após a graduação me apaixonei por outros tantos poetas, em especial por Manoel de Barros, com seu *O apanhador de desperdícios* e outros poemas. Fiz minha Pós-Graduação em “Educação e Infância”, em 2002, e encerrei com a monografia intitulada: “Entrou por uma porta, saiu pela outra: a literatura infantil em questão”. O estudo focou nas transformações da literatura para a infância e na formação sobre a temática e os professores da educação infantil.

No Mestrado continuei meus estudos com o foco na história das práticas de leitura, neste período (2007-2009), pelas mãos da professora Ana Lucia Espíndola conheci Nilma Lacerda e uma de suas obras literárias, *Pena de Ganso*, uma história que conta a trajetória de uma menina que queria aprender a ler e escrever, em um tempo em que esses conhecimentos não eram permitidos às mulheres.

A partir de 2010, já como docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenadora da linha de pesquisa “Leitura, escrita e literatura”, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional (GEPPETE), do *Campus* de Naviraí, continuei me dedicando ao estudo da leitura

*Necessidade de também ser fera.
Toma um fósforo. Acende teu cigarro!
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,
A mão que afaga é a mesma que apedreja.
Se alguém causa inda pena a tua chaga,
Apedreja essa mão vil que te afaga,
Escarra nessa boca que te beija!*

⁶ “O interesse apaixonado pelo personagem principal do romance produziu em nosso linguajar a transformação da palavra “coiole” de substantivo para adjetivo – pois assim passaram a ser chamadas as pessoas que se comportam como o personagem criado por Roberto Freire. Esse fato certamente foi produzido por ser o coiole um jovem vindo do futuro, com todas as características de pessoa e de personalidade que representaria os sonhos, as utopias e as paixões da juventude revolucionária brasileira. O livro trata do prazer que essas transformações produzem nas pessoas e das suas lutas para enfrentar o meio conservador. *Coiole* é o romance predileto de Roberto Freire, tanto por seu conteúdo original e revolucionário como por seu encanto juvenil”. Disponível em: <<https://www.travessa.com.br/coiole/artigo/5c1e723d-9122-4481-bfd8-b5fd76b4a4d6>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

e da literatura, a partir de então, com foco na escola, juntamente com os acadêmicos do Curso de Pedagogia.

Com relação ao percurso desta pesquisa, cujos resultados estão sendo apresentados no formato de tese, teve início em 2002, no município de Ribas do Rio Pardo, estado de Mato Grosso do Sul, ano em que eu atuava como professora da educação infantil e fui convidada a trabalhar na Secretaria Municipal de Educação no setor de formação de professores. Assim realizei um curso de formação com professoras alfabetizadoras, uma parceria com o Ministério da Educação (MEC). No curso, composto de uma carga horária de 180 horas, distribuído em três módulos, discutiu-se como formar leitores e escritores competentes⁷, e, além disso, como intentar que a leitura literária estivesse presente como prática na escola. O foco do estudo, amparado em autores como Lerner (2002), Smith (1999), Weisz (1999), entre outros, centrava-se no currículo e nas práticas pedagógicas em relação à leitura e à escrita.

Em 2002 concluí o curso de Especialização em Educação Infantil – *Lato Sensu*, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o trabalho de conclusão intitulado: "Entrou por uma porta, saiu pela outra, quem quiser que conte outra: a literatura infantil em questão". Por meio desse trabalho me aproximei dos estudos da literatura infantil, correlacionando-os com a formação de professores. A partir de então e de outros cursos ministrados no período de 2002 a 2006 passei a me questionar: Por que havia uma reclamação de que os alunos não liam na escola? Será que não liam mesmo? Como eram os acervos disponíveis? Como se davam as propostas de leitura e escrita na escola?

Por meio da busca de respostas para essas interrogações elaborei um projeto de pesquisa para participar da seleção do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa "Escola, Cultura e Disciplinas Escolares", intitulado "Práticas de Leitura e Cultura Escolar", com o qual ingressei no ano de 2007.

⁷O que era entendido como "competência leitora" se referia à leitura compreensiva e não apenas instrumental e mecânica e, como "competência escritora", à produção criativa dos textos e não apenas à cópia ou reprodução desconectada de textos.

Durante o curso de mestrado estudei três anos no Observatório de Cultura Escolar⁸, tendo como principais referências teóricas o pesquisador Roger Chartier, no estudo das práticas de leitura, bem como estudiosos da categoria "cultura escolar", como Dominique Júlia e Jean Claude Fourquin. Estudei a historicidade das transformações nas práticas de leitura e aprofundei o estudo sob o viés do currículo, tomando como base as correntes do currículo crítico (APPLE, 1982). O trabalho de pesquisa resultou em um estudo de caso em uma escola pública do município de Ribas do Rio Pardo/MS, concluído com a dissertação intitulada "A Escolarização de Práticas de Leitura e suas Expressões na Cultura Escolar". Essa pesquisa resultou na compreensão de que as práticas de leitura na escola sofriam interferências e rupturas conformadas pelas expressões da cultura escolar.

Terminado o Mestrado em Educação, prestei concurso público para docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no ano de 2010. Fui aprovada para as disciplinas de "Fundamentos e Metodologia do Ensino da Alfabetização, Língua e Letramento para a Infância" e "Fundamentos e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa", assumindo no *Campus* de Naviraí, na cidade de mesmo nome. Nessa nova empreitada, a partir de 2011 elaborei e passei a coordenar a linha de pesquisa "Leitura, Escrita e Literatura", do Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional (GEPPETE), em que propus estudos aos acadêmicos de Pedagogia da UFMS no sentido de discutirmos as questões que envolviam as relações entre leitura, escrita, literatura e escola.

Os estudos no GEPPETE propiciaram a orientação simultânea de Trabalhos de Conclusão de Curso⁹ e da coordenação do Curso de Extensão "Formação de Professores em Leitura e Literatura Infantil", que realizei nos anos de 2011 e 2012, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade. O curso propiciou o debate, sobretudo, das funções

⁸ Grupo de Estudos e Pesquisas "Observatório de Cultura Escolar", de que participei entre os anos de 2007 a 2009, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande/MS.

⁹No período de 2011 a 2015 orientei 18 trabalhos de Conclusão de Curso que tratavam das questões relativas à leitura, escrita e literatura. Com as orientações pude aprender e retomar conceitos estudados no Mestrado em Educação e empreender a busca de novas questões e/ou respostas às indagações contemporâneas do currículo.

sociais da leitura na sociedade e do trabalho com essa prática na escola. Além disso, teve por objetivo oferecer formação aos professores de educação infantil, ensino fundamental e acadêmicos do Curso de Pedagogia, nas temáticas de incentivo à leitura, leitura na escola, diferença entre ler e contar e seleção de textos literários. Entre outros trabalhos, os estudos no GEPPETE oportunizaram a realização do primeiro "Sarau Literário da UFMS –*Campus* de Naviraí", em parceria com a bibliotecária da biblioteca pública municipal Dom Aquino e Prefeitura Municipal. No evento realizamos o lançamento da publicação "Formação de Professores em Leitura e Literatura – experiências com extensão universitária", que organizei a partir de textos escritos pelos palestrantes do curso de extensão.

Concomitantemente participei, nos anos de 2011 e 2012, de comissão formada por profissionais das áreas de Educação, Cultura das universidades de Naviraí, que visava a elaboração do Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL) do município. Na ocasião, chegou-se à conclusão de que ainda faltavam dados sobre o acesso ao livro e às práticas de leitura no município, evidenciando, assim, a necessidade de pesquisas, inclusive com relação às bibliotecas escolares. O PMLL começou a ser elaborado em 2011 a partir das discussões do Plano Estadual do Livro e da Leitura (PELL), lançado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, ao final do ano de 2010, no evento "MS Letras", na cidade de Bonito/MS. O PELL foi elaborado a partir das orientações do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), elaborado em 2006 (BRASIL, 2006) e que estabelecia que os estados e municípios deviam elaborar seus próprios planos.

Em 2013, a partir da necessidade de pesquisas propostas no PMLL e no GEPPETE, orientei dois trabalhos de conclusão de curso que discutiam a problemática das práticas de leitura e das bibliotecas escolares¹⁰. No mesmo período elaborei um projeto de pesquisa institucional intitulado "Acesso ao Livro e à Leitura em Bibliotecas Escolares do Município de Naviraí/MS". Esse trabalho tinha por objetivos: i) identificar as formas de acesso dos usuários aos textos

¹⁰Trabalhos de Conclusão de Curso de: SILVA, Karina Lillian Souza; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **Acesso ao livro e à leitura em bibliotecas escolares – Naviraí/MS** (2013) e SOUZA, Thaís Dhaiane Costa de; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **Alunos de camadas populares considerados leitores e as práticas de leitura de mães/pais que influenciaram no acesso à leitura** (2013).

literários; e, ii) identificar formas de organização do espaço das bibliotecas escolares e observar as práticas e concepções que orientavam o acesso aos textos literários. A pesquisa foi realizada em duas bibliotecas escolares da rede pública (não identificadas) e contou com três acadêmicas de Iniciação Científica nos subprojetos: 1º) Investigando o acesso aos textos literários em bibliotecas escolares de Naviraí/MS; 2º) Investigando acervos em bibliotecas escolares no município de Naviraí/MS; e, 3º) Concepções acerca da leitura em bibliotecas escolares. Esses trabalhos trouxeram relevantes contribuições ao grupo de pesquisa, mas revelaram minhas limitações de pesquisadora iniciante, com recursos orçamentários escassos e limites impostos pelo acúmulo de tarefas do docente no ensino, na pesquisa e na extensão universitários, especialmente no tempo para fazer pesquisa.

Iniciei o Doutorado em 2015 na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que me recebeu de braços abertos, lá continuei estudando obras literárias e sua socialização em bibliotecas escolares na cidade de Naviraí-MS. Como bem lembra Antonio Cândido, a literatura é um direito e humaniza o homem (1989), assim quero continuar cumprindo meu papel de professora, mostrando como a literatura é importante para a sociedade e pode contribuir para a socialização de bens culturais produzidos pela humanidade ao longo do tempo.

1. INTRODUÇÃO

Com base nos estudos desenvolvidos desde o ano de 2011, apresentei, ao final de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de estudos “História e Historiografia da Educação” (HHE), especificamente no Grupo de estudos História da Educação, Cultura Escolar e Instituições (HEDUCULTES), o projeto de pesquisa de tese “Cultura Escolar em Bibliotecas do Município de Naviraí/MS (1986-2010)”. Os estudos mencionados me fizeram repensar o entendimento de que o papel das bibliotecas escolares é o de espaços privilegiados para o desenvolvimento de práticas de leitura de obras literárias e me interessei por investigar “que cultura/s” estes espaços construíram, como se organizaram e como socializaram a leitura de obras literárias no período definido para a pesquisa (1986-2010).

O trabalho foi tomando configuração após a incorporação das reflexões permitidas pelos estudos no Grupo HEDUCULTES e das disciplinas do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de “História e Historiografia”, bem como dos eventos de que participei, especialmente o *VIII Congresso Brasileiro de História da Educação*, realizado em Maringá no período de 29 de junho a 2 julho de 2015, momentos que me auxiliaram a elucidar algumas questões por meio das aulas, palestras e discussões dos trabalhos apresentados.

Para definir o marco cronológico da pesquisa, realizei um levantamento preliminar de alguns períodos importantes para a análise das bibliotecas escolares. Verifiquei que foi em 1986 que ocorreu a implantação da primeira biblioteca escolar do município, na Escola Estadual Presidente Médici, uma das mais antigas de Naviraí e que, em 2010, ocorreu a publicação de Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010 (BRASIL, 2010), que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, e que previa o prazo máximo de 10 anos a partir de sua publicação para que as escolas públicas do país fossem dotadas de um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado. A mencionada Lei nº 12.244/2010 foi um marco importante de lutas da Biblioteconomia brasileira e setores da educação e cultura na tentativa de melhorar as condições das bibliotecas escolares no país.

No interstício desses acontecimentos tivemos, em 1997, a implantação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pelo Ministério da Educação, considerado o maior programa de distribuição de obras literárias às escolas públicas do Brasil. Esses marcos temporais, na questão das bibliotecas escolares, forneceram a justificativa para a escolha do período investigado (1986-2010).

Ao estabelecer os objetivos da pesquisa, verifiquei a necessidade de analisar a cultura instituída em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí/MS, a fim de compreender os mecanismos de organização dos espaços e de práticas de leitura literária. Com relação aos objetivos específicos, pretendi: a) identificar as diferentes representações da biblioteca; b) identificar e analisar formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010); c) avaliar práticas de mediação didática, em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas e visibilizadas por meio de documentos e materiais da cultura escolar; d) analisar a constituição dos acervos; além de, e) analisar as práticas de leitura de textos literários que se constituíram no espaço das bibliotecas escolares de Naviraí/MS.

Para alcançar os objetivos delineados no campo da pesquisa histórica, optei pela metodologia documental e o auxílio de instrumentos utilizados pela história oral (entrevistas a partir de um roteiro de questões semiestruturado). Os estudos do pesquisador Roger Chartier são a referência para esta pesquisa, tendo em vista suas contribuições no campo da história das práticas de leitura. Além disso, agreguei conceitos do pesquisador Antônio Viñao Frago, que elucidaram teses importantes em relação aos espaços escolares. Retomei os estudos sobre "cultura escolar" como categoria fundamental na tese, a fim de averiguar, como historicamente, a cultura foi constituída nesses ambientes. Ademais, como a questão das práticas de leitura e bibliotecas escolares envolve estudos interdisciplinares com as áreas de Pedagogia, Letras, História, Biblioteconomia, entre outras, me aproximei de conceitos dessas áreas.

Na elaboração dos primeiros passos do estudo, afligia-me a busca por documentos e "marcas" deixadas pelos sujeitos leitores e que pudessem evidenciar o acesso aos textos literários, ou seja, àquelas obras que são lidas por gosto, prazer, lazer. Assim, as dúvidas surgiram, especialmente, em relação às fontes, pois eu indagava: Que documentos mostrariam o acesso dos alunos aos

textos literários? Os alunos liam nos espaços de bibliotecas? Emprestavam livros? Os/as professores/as levavam obras das bibliotecas para as salas de aula ou realizavam alguma estratégia metodológica que propiciasse o acesso dos alunos às obras no espaço da biblioteca? Havia algum tipo de organização no espaço e/ou estratégia metodológica que facilitava ou dificultava o acesso às obras literárias? Quais foram as práticas de leitura construídas nesses espaços?

Com várias dúvidas, em especial em relação às fontes, percorri, no final do ano de 2014, as 11 escolas de ensino fundamental e médio (algumas eram tanto de fundamental, quanto de médio) que me propus a investigar, em busca de fontes iniciais que permitissem tornar a pesquisa possível. Das escolas visitadas, somente sete autorizaram a pesquisa. Assim, conversei com as pessoas responsáveis pelas bibliotecas, com coordenadoras pedagógicas e/ou diretores, a fim de localizar documentos que me possibilitassem pensar sobre a história das práticas culturais desses espaços. A partir desse diálogo, a fonte mais encontrada (em seis das sete escolas) foi o livro de Tombo¹¹.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017 fui investigando mais a fundo as demais fontes que me auxiliaram na composição do estudo, tais como: livros e/ou fichas de empréstimos de obras; fotos de materiais da biblioteca e atividades desenvolvidas; obras enviadas às escolas pela extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE); obras enviadas às escolas, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); projetos de leitura da/s escola/s. Além disso, lancei mão de duas fontes que me valeram para complementar e elucidar pontos que ainda causavam dúvidas no trabalho, que foram: entrevistas semiestruturadas com as pessoas responsáveis pelas bibliotecas e/ou coordenadores/diretoras e croquis¹² dos espaços das bibliotecas escolares e elaborados a partir dos relatos dessas pessoas.

Cataloguei as fontes nos anos de 2015, 2016 e início de 2017, nas sete bibliotecas das escolas: Escola Estadual Antônio Fernandes (E.E.A.F.); Escola

¹¹A expressão "Tombamento de Livro" e "Livro de Tombo", provém do Direito português, em que a palavra "tombar" tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, a torre albarrã, do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal).

¹²Traço inicial de um projeto, serve para transmitir, de forma muito rápida, as ideias para o papel. (PAIXÃO, Luciana. **10 dicas para criar bons croquis**. 2014. Disponível em: <<https://www.aarquiteta.com.br/blog/carreira-de-arquitetura/10-dicas-para-criar-bons-croquis/>>. Acesso em: 20 jan. 2018).

Estadual Presidente Médici (E.E.P.M.); Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra– (E.E.E.G.D.); Escola Municipal Odécio Nunes de Matos (E.M.O.N.M.); Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana (E.M.M.L.A.S.); Escola Municipal Prof. José Carlos da Silva (E.M.J.C.); Escola Municipal Milton Dias Porto (E.M.M.D.P.). A descrição das fontes, realizada escola por escola, documento a documento, registrada em um caderno, foi parte essencial para que eu percebesse e intentasse o trabalho de pesquisa indagando aos documentos.

A pesquisa foi organizada em etapas. Na primeira realizei levantamentos bibliográficos preliminares para a elaboração do projeto de pesquisa, a seguir, concretizei um arrolamento mais minucioso de artigos, teses e dissertações presentes no Portal de Periódicos da CAPES¹³ voltadas às questões das bibliotecas escolares. A partir da leitura dos resumos das 68 páginas do Portal da CAPES, selecionei 37 artigos, 18 dissertações e 5 teses para compor a revisão de literatura. Os anos de publicação dos trabalhos encontrados no Portal foram: de 1991-2014 (artigos); 2006-2011 (dissertações) e 2003-2011 (teses). Após leitura e análise do material, compus as seções da tese para a qualificação. Após as orientações da banca e sugestões de que o trabalho fosse reorganizado por temas e/ou por categorias, reestruturei o texto final para a defesa. Nos Apêndices I, II e III mantive a lista dos trabalhos, separados em tabelas e em que constam: artigos, dissertações e teses.

Na etapa seguinte visitei as escolas, cataloguei as fontes documentais e compus o material necessário para elaboração do texto. Nessa segunda etapa detalhei o material documental (livros de tombo, livros de empréstimos, obras da FAE e obras do PNBE) encontrado nas bibliotecas de Naviraí, relacionando-o com o uso que deles era feito visando à formação do aluno leitor.

Na etapa subsequente, de visitas às escolas, realizei as entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado de questões, em que busquei respostas para preencher alguns vazios e sanar dúvidas que não haviam sido dirimidas pelos documentos. As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas no texto da tese.

¹³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez51.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100>.

Reorganizei o trabalho em seis seções, assim definidas: 1) Introdução; 2) Biblioteca e biblioteca escolar: conceitos e usos; 3) Bibliotecas escolares, espaços de Naviraí; 4) Obras literárias: organização, manutenção e descarte do acervo; e 5) Bibliotecas escolares e seus personagens; e, 6) Considerações Finais.

Afirmo que, durante o período de 1986 a 2010, as sete bibliotecas escolares, constituídas no município de Naviraí, implementaram ações visando o uso do acervo literário disponível, em especial, das obras recebidas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e por meio do Programa Nacional Biblioteca da escola (PNBE). Essas bibliotecas se constituíram inicialmente como pequenos acervos e/ou coleções de livros, depois como armários de livros e, por fim, como espaços adaptados para funcionamento de biblioteca. Essa constatação me possibilitou afirmar, como tese, a existência de práticas culturais nos ambientes das bibliotecas escolares, e a partir deles, no entanto, os agentes mediadores dessas proposições/ações as praticaram de maneira empírica, mediante conhecimentos de uma cultura escolar que os formou leitores (ou não), e usuários (ou não) de bibliotecas. Não se efetivaram ações com uma consciência ampla do papel da biblioteca e dos atos implementados para a formação dos leitores. Foram mobilizados conhecimentos e ações insuficientes para que a biblioteca escolar funcionasse como centro de aprendizagem e da leitura por gosto e lazer, fato comprovado pela não permanência e/ou pela descontinuidade das práticas de leitura nesses espaços.

A fim de ratificar a tese, desenvolvi o trabalho em seis seções. Em cada temática trabalhei com categorias organizativas que me permitiram ampliar as discussões sobre os objetivos do trabalho e da problemática. Utilizo como categoria ampla, a cultura escolar, conceito que permeia o conjunto da tese. Além disso, em cada seção estabeleci categorias mais específicas, que nortearam a composição do texto final.

Na primeira seção é introduzida a pesquisa, são delineados os objetivos e o percurso. Na segunda seção descrevo e analiso as diferentes concepções acerca das bibliotecas e das bibliotecas escolares. Por meio da categoria "representação" (CHARTIER, 2002) trago as diversas transformações que ocorreram com a questão da biblioteca e da biblioteca escolar, considerando que a apreensão do real não se dá de modo estático, mas que é algo modificado e

modificável. Na terceira seção descrevo e analiso os espaços arquitetônicos das bibliotecas escolares e utilizo como instrumentos, os croquis que elaborei a partir da descrição das responsáveis pelas bibliotecas e trabalho com as categorias "espaço" e "lugar", tal como cunhadas por Frago (2004).

Na quarta seção trato da organização, manutenção e descarte do acervo de obras literárias, bem como das práticas culturais e/ou de leitura e o uso do material literário das bibliotecas escolares estaduais e municipais. Nessa seção estabeleci como categorias, a questão do "acervo" e do que se define como "obra literária". A seguir, na quinta seção trato das pessoas responsáveis pelas bibliotecas, relacionando-as ao trabalho desenvolvido para que os alunos de ensino fundamental e médio tivessem acesso às obras literárias. Emprego a categoria "mediação" e esclareço como os mediadores desses espaços construíram alternativas metodológicas de uso do acervo e que permaneceram registradas nos documentos produzidos na cultura escolar, como os livros de empréstimo e/ou os/as cadernos/fichas de obras.

As entrevistas foram a parte intrincada da pesquisa, pois houve alternância do pessoal responsável pelas bibliotecas, além de repetidos problemas de saúde de alguns entrevistados, causando problemas para localizar os sujeitos e, em alguns casos, até mesmo a substituição dos elencados inicialmente. Nessa parte do trabalho contei com apoio de diretoras e de coordenadoras pedagógicas que trabalhavam há algum tempo em algumas escolas e pude assim inquiri-las sobre alguns pontos do trabalho. O aspecto adverso dessa etapa foi o descarte documental produzido em algumas instituições, por outro lado, em algumas escolas houve a conservação de materiais em alguns períodos e, em outros, não, isso ocasionado pela ausência de bibliotecários e/ou de servidores permanentes no espaço das bibliotecas.

Na sexta seção, das considerações finais, elenco os principais resultados da pesquisa e aponto algumas lacunas, bem como a necessidade de novas pesquisas sobre livro, leitura e bibliotecas no país, em especial na Região Centro-Oeste do Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul.

2. BIBLIOTECA E BIBLIOTECA ESCOLAR: CONCEITOS E USOS

Definir o que é uma biblioteca é uma tarefa por vezes intensa, considerando que o sentido do termo se alterou historicamente. Diversos fatores interferiram na construção, organização e definição do conceito de biblioteca, entre os quais podemos considerar: o local; o formato dos livros, a produção e divulgação, a catalogação, o grau de importância dado às obras, o volume de material impresso após o uso de novas técnicas de impressão, entre outros.

Se considerarmos a biblioteca como *local em que se armazenavam as obras produzidas*, ao longo dos períodos históricos teremos vários tipos de composição desses espaços. Battles (2003) atesta que as bibliotecas, desde a Antiguidade ocidental, com Alexandria, passaram por inúmeras e conturbadas transformações, pois estiveram sujeitas a saques, a incêndios, a roubos e a outros ataques que fizeram com que o autor não considerasse esse local apenas como de “silêncio e estudo” ou de “paz e ordem”.

Assim, doravante poderemos pensar esse *espaço*¹⁴ como de inúmeras contradições e sobressaltos. Battles (2003, p. 31) salienta que, “[...] ao contrário dos rolos de papiro de Alexandria, as primeiras bibliotecas não podiam pegar fogo, pois estavam repletas de livros gravados em argila”, ou seja, o material utilizado para gravação da cultura também determinou diversas possibilidades na formação das inúmeras bibliotecas pelo mundo. Um exemplo disso pode ser observado por esse autor em relação à formação da biblioteca dos sutras¹⁵ budistas na China do ano 550 d. C, em que não foram utilizados rolos de seda para confecção dos livros. Ao invés disso, “[...] as palavras dos sutras estão

¹⁴Segundo as definições e as origens das duas palavras, entende-se como relação entre os dois conceitos que o *lugar* é o *espaço ocupado*, ou seja, *habitado*, uma vez que uma de suas definições sugere sentido de povoado, região e país. O termo "habitado", de "habitar", neste contexto, acrescenta à ideia de espaço um novo elemento, o *homem*. **O espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, como o seu lar, seja para servir como palco para as suas atividades.** (REIS-ALVES, 2007, grifo nosso).

¹⁵Budismo é uma religião que se baseia nos ensinamentos de Buda. Por essa razão, as palavras de Shakyamuni Buda têm autoridade absoluta e **os sutras são coleções dos seus sermões**. “Sutra” é uma palavra do sânscrito que, no Bramanismo, se refere **às escrituras sagradas nas quais todos os tipos de ensinamentos e regras eram registradas**. Essa palavra não é exclusiva do Budismo e originalmente queria dizer “linha” ou “fio”. Disponível em: <<http://zengoiias.blogspot.com.br/2008/07/o-que-so-os-sutras.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

gravadas em caracteres de finíssimo talhe com uma polegada de altura em estelas de pedra e em paredes de cavernas" (BATTLES, 2003, p. 46). O historiador afirma que "[...] seus 4,2 milhões de palavras constituem uma das mais completas coleções de documentos budistas escritos em chinês" (BATTLES, 2003, p. 46). O valor determinado pelas culturas e povos em relação à conservação de sua produção de conhecimento interferiu sobremaneira na guarda das obras da cultura literária.

Cavallo e Chartier (1998) atestam que a biblioteca de Alexandria foi o grande arquétipo das bibliotecas helenísticas e, por isso mesmo, representava a biblioteca "universal" e "racional", que deveria conservar os livros de todos os tempos e obedecer a certa ordem nessa tarefa. Mesmo assim, esses autores afirmam que essas bibliotecas não eram "de leitura", pois representavam, na verdade, a grandeza das dinastias que estavam no poder, e eram, por outro lado, local utilizado como instrumento de trabalho para um grupo de eruditos e literatos. Assim, "[...] ainda que estivessem tecnicamente dispostos para serem lidos, os livros eram mais acumulados do que realmente lidos" (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 14).

Na Roma antiga também houve a criação e o desenvolvimento de bibliotecas particulares, espaços em que se reunia a restrita sociedade culta. As bibliotecas públicas criadas no período imperial eram consideradas espaços com a finalidade de conservar as memórias históricas e o patrimônio literário, frequentadas pelo público de leitores da classe média alta (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

As sinagogas do Ocidente, por sua vez, no período compreendido pela Idade Média, irão se constituir como modelo de "biblioteca pública". Bonfil (1998) afirma que foram encontradas, no espaço da sinagoga, *coleções de livros* que eram destinados ao estudo individual ou em grupo e essa prática levava a uma ideologia de responsabilidade entre os membros do grupo, com vistas ao estudo e à leitura dos preceitos e da ideologia cultural judaica. Para Bonfil (1998), a ideia de "biblioteca pública", no sentido de dar publicidade aos livros, já tinha aparecido entre os judeus bem antes do que para os cristãos.

As mudanças no livro em forma de rolo para o *codex*¹⁶ definiram novas práticas, o que facilitou a leitura, especialmente no Ocidente Latino. A leitura passou de uma prática realizada em voz alta para uma leitura murmurada, silenciosa. Cavallo e Chartier (1998) afirmam que nasceu, no final do século XIII, com as ordens mendicantes, um novo modelo de biblioteca, que não era mais destinado apenas à conservação dos livros, mas à leitura.

Com esse novo tipo de biblioteca nasce uma organização bibliotecária, com o catálogo, em que se consultava, em uma lista, se havia ou não o livro que se procurava, além de surgir um memorial, em que eram anotados os livros emprestados. A biblioteca sai dos monastérios para se tornar urbana e ampla. Muda-se a arquitetura e se mudam as suas práticas. A ordenação pressupõe “silêncio” e os livros são guardados por meio de correntes, pois os leitores devem “ler com os olhos” (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

O período compreendido entre os séculos XVIII e XIX implicou desenvolvimento da alfabetização em algumas regiões da Europa. Pode-se dizer que esse processo foi desigual entre os países que passaram ou não pela Reforma Protestante. Em inventários pós-morte, Cavallo e Chartier (1998) afirmam que foi possível medir as desigualdades da presença dos livros e a composição de *bibliotecas particulares*. Aqui há uma nova definição de biblioteca como “coleção de livros”, definição que agora não se refere somente a um espaço específico, mas também às residências particulares, que possuíam um volume considerável de obras e que serviam a um público privilegiado de leitores.

Para Cavallo e Chartier (1998), outra questão importante ampliou a oferta de leitura a partir do século XVIII, que foi a possibilidade de ler sem ter que comprar, por meio de livrarias de empréstimo e sociedades de leitura, no entanto, dada a censura em diversas partes do mundo, muitos leitores precisaram chegar às obras por meio da transgressão. Em contrapartida, Abreu (1999) destaca que o século XVIII marcaria momentos de diversas mudanças nas práticas de leitura, uma vez que a possibilidade de acesso a determinadas leituras dividiria grupos e isso implicou o fato de que alguns autores, a certa altura, recomendassem ler de forma moderada e fazer exercícios físicos (ABREU, 1999), pois havia uma ideia

¹⁶ Livro (objeto com folhas contendo um texto).

de que os livros divulgavam ideias falsas, além de estimularem a imaginação e “combaterem” o pudor e a honestidade (ABREU, 1999). A autora (1999) ressalta que alguns autores até difundiam a concepção de que a leitura era portadora de um “veneno lento que corria nas veias” e essa visão esteve presente em vários movimentos de interdição da leitura.

Para Martins (2002), foi o livro ou, melhor, a biblioteca, um dos grandes responsáveis pela abolição do antigo regime¹⁷ na França. A passividade da biblioteca dá lugar a um dinamismo, este marcado a partir da Idade Moderna, pela sua especialização, que visava atender aos vários tipos de públicos que a procuravam a partir de então. Esse local passou então de mero depósito de livros para um espaço que deveria democratizar a leitura, o que é a grande mudança que ocorre tanto com o livro quanto com as bibliotecas (MARTINS, 2002).

A partir da expansão da escolarização e de meios de comunicação como o rádio e a televisão, houve a diversificação das práticas de leitura e dos formatos de biblioteca: universitária, escolar, comunitária, pública. Com relação ao século XIX, Cavallo e Chartier (1998) esclarecem que as práticas de leitura entram na chamada sociologia das diferenças e, a partir deste período, as bibliotecas passam a ter papéis diversos, em função, especialmente, do público a que elas atenderão.

Destarte, na contemporaneidade passam a existir várias formas de organização das bibliotecas, formas que se assemelham, mas que também guardam particularidades, decorrentes de fatores como: i) do espaço que ocupam; ii) das obras que possuem e o seu formato (impressas, eletrônicas); iii) dos leitores; e, iv) do modo de funcionamento e das atividades desenvolvidas (empréstimo, consultas, roda de leitura e socialização de livros, saraus literários, entre outros).

Assim, a representação¹⁸ da biblioteca foi se alterando historicamente, passando por: i) local de gravação da palavra escrita (como as cavernas ou paredes de pedra); ii) local de guarda das obras, obras essas formadas por rolos

¹⁷Para Martins (2002, p. 324) “Naquele instante crucial do século XVIII, há, pois, uma presença indiscutível de um pensamento democrático que antecede a democracia, e esse pensamento parte do gabinete de leitura, do livro e da biblioteca”.

¹⁸ O conceito de "representação" proposto no trabalho é o utilizado por Roger Chartier (CHARTIER, 1991).

ou pelo *codex*; iii) local de leitura de obras; e, iv) coleções particulares organizadas em residências. O último conceito, contemporâneo, envolve o que Cavallo e Chartier (1998) chamam de terceira revolução da leitura e que modifica sobremaneira a configuração dos textos e da leitura: a transmissão eletrônica dos textos. Com as novas ferramentas do mundo eletrônico, o conceito de biblioteca se impôs como *espaço indefinido*, pois, em qualquer lugar em que o leitor estiver, desde que conectado a uma rede, poderá ter acesso aos textos, à leitura.

Com relação às bibliotecas escolares, sua definição está relacionada ao local de inserção, a escola, e se pode afirmar que passou por modificações e tentativas de consolidação ao longo da história. A escola, como já evidenciado por vários autores (JULIA, 2001; VIDAL, 2009), constrói cultura. Nessa construção está não só a cultura pedagógica, como o uso dos espaços e artefatos materiais. Como afirma Vidal (2009), é preciso considerar as diversas culturas que convivem no interior da escola, pois elas não são isoladas ou puras, mas mestiças, a escola é, assim, um lugar de fronteira cultural e a cultura escolar, híbrida.

2.1 Bibliotecas Escolares no Brasil

As bibliotecas escolares do Brasil surgiram no ambiente das Escolas Normais criadas no século XIX (NERY, 2016). Os impressos escolares, na virada do século XIX para o XX, denotaram a estreita relação entre escola e a biblioteca pública, imprimindo uma importância maior ao livro e à leitura (NERY, 2016). No processo de criação das bibliotecas escolares, a institucionalização, em alguns casos, antecedeu o procedimento de construção das práticas de leitura e uso do acervo. Em outros casos, apesar de não ser institucionalizada, a biblioteca escolar se fez presente nas Escolas Normais. Desde o início do funcionamento das bibliotecas escolares percebeu-se que as condições eram desiguais, estando algumas mais equipadas e com um profissional designado para atender em período integral, outras não (NERY, 2016).

Para constituir um painel sobre as bibliotecas no país, acessei inicialmente a pesquisa de Ferreira (2001), que inventariou análises sobre leitura em diferentes áreas e apontou que os estudos dessa temática tomaram força com o próprio desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação no país a partir dos

anos de 1980. Ferreira (2001), por meio de estudo do tipo "estado da arte", buscou catalogar e agrupar pesquisas cuja temática fosse a leitura e concluiu que já se tinha no país uma grande produção sobre o tema, distribuída nas áreas de Educação, Psicologia, Biblioteconomia e Letras/Linguística, entre outras. As fontes utilizadas pela autora (FERREIRA, 2001) foram os resumos de Teses e Dissertações do período de 1980 a 1995, encontrados no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na pesquisa de Ferreira (2001) constatou-se que, no bloco pesquisas sobre condições de produção da leitura na escola, incluíram-se os trabalhos voltados à instituição biblioteca, constando de análises sobre práticas de leitura nas bibliotecas escolares, além da discussão sobre mediadores de leitura, sua formação e outros aspectos. Observei, a partir do trabalho de Ferreira (2001), que os estudos sobre as bibliotecas escolares surgiram no início dos anos de 1980, num contexto de críticas e denúncias feitas pela sociedade sobre as condições da leitura na escola e que a partir do desenvolvimento da pesquisa no país, ampliaram-se redes formadas por diferentes áreas de conhecimento, perspectivas teórico-metodológicas e enfoques, no estudo das temáticas que envolvem a biblioteca escolar.

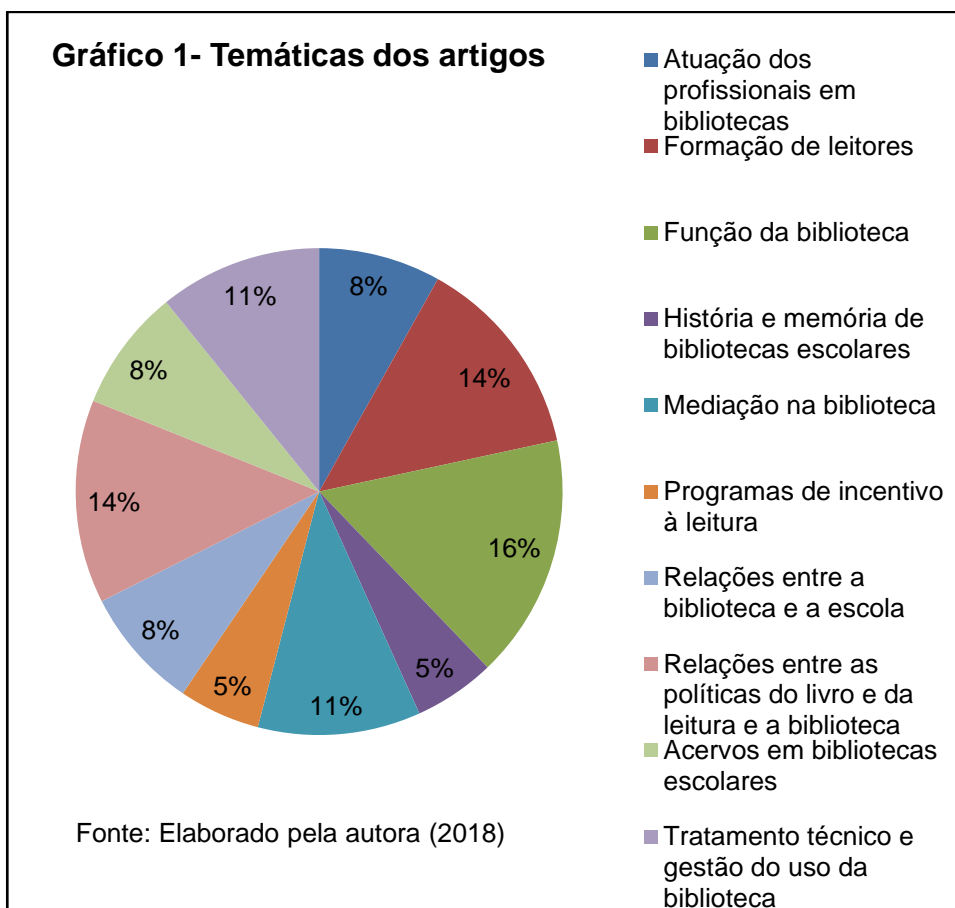
Como parte do levantamento bibliográfico, examinei o documento "Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil" (BRASIL, 2011), que analisou as cinco regiões brasileiras, por amostragem, e investigou um município de cada região, destacando as condições de organização das bibliotecas. O documento (BRASIL, 2011) mostrou que houve alterações nas condições das bibliotecas brasileiras e apontou uma revalorização desses espaços, uma vez que, há 15 anos, o perfil de bibliotecas escolares de escolas da rede pública era muito frágil, com acervos pequenos, localização em espaços inadequados e poucos trabalhos de dinamização e utilização (BRASIL, 2011). Esse trabalho de pesquisa (BRASIL, 2011) trouxe outras questões sobre a biblioteca escolar, especialmente no que tange à sua organização e função, questionando: "Uma biblioteca escolar pode (ou deve) ser comparada a outras bibliotecas de maior porte, com características mais acadêmicas, ou essa tem natureza própria?..." (BRASIL, 2011, p. 83) e questionamentos de que às bibliotecas escolares talvez se devesse permitir uma organização menos formal.

Conforme informado na introdução, empreendi, em 2015, uma consulta, por meio do Portal de Periódicos da CAPES, com vistas a ampliar o levantamento sobre as bibliotecas escolares no país. Encontrei, nesse levantamento, 672 trabalhos, no entanto, com a leitura das 68 páginas que compunham o resumo dos trabalhos, verifiquei que grande parte tratava de temas mais específicos. Então considerei, para a seleção, as palavras-chave: "bibliotecas escolares", "cultura escolar", "história", "leitura literária" e "mediação/mediadores". Excluí da seleção dos trabalhos os que tratavam de: bibliotecas não escolares, formação de professores, arte-educação, psicologia da educação, alfabetização, gêneros textuais, bibliotecas universitárias, livros didáticos, mídias, avaliação educacional, teatro, estudos sobre autores da literatura brasileira e fracasso escolar.

Os 37 artigos selecionados foram agrupados nos seguintes temas:

Quadro 1-Artigos por temáticas	
Atuação dos profissionais em bibliotecas	3
Formação de leitores	5
Função da biblioteca	6
História e memória de bibliotecas escolares	2
Mediação na biblioteca	4
Programas de incentivo à leitura	2
Relações entre a biblioteca e a escola	3
Relações entre as políticas do livro e da leitura e a biblioteca	5
Acervos em bibliotecas escolares	3
Tratamento técnico e gestão do uso da biblioteca	4
TOTAL	37
Fonte: elaborado pela autora (2018)	

O gráfico seguinte mostra que a maior parte dos trabalhos estava voltada à função da biblioteca, à formação de leitores e políticas do livro e da leitura e biblioteca. Os trabalhos que trataram da história e memória das bibliotecas ocuparam uma porcentagem pequena, de 5%.



Na análise a seguir separo os trabalhos conforme aparecem nas temáticas do gráfico. Localizei três artigos que tratavam da questão de *atuação dos profissionais em bibliotecas escolares* no Brasil. O primeiro (CORREA et. al., 2002) destaca o papel do bibliotecário escolar, que, dentre várias funções, tem a função educativa de auxiliar a comunidade escolar na utilização das fontes de informação. Ressalta, no entanto, a carência desse profissional no país. Para maior aprofundamento, levantei os cursos de Biblioteconomia no Brasil e verifiquei que, especialmente na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, há essa mesma situação, de um quadro muito limitado de profissionais bibliotecários para o número de escolas de ensino fundamental e médio. Segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia (CRB6, 2016), existem atualmente no Brasil 39 cursos de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação entre universidades federais, estaduais e particulares, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2 – Cursos de Biblioteconomia no Brasil		
Faculdades/Universidades	Quantidade	
Universidade Federais e Estaduais	26	
Faculdades Particulares	13	
TOTAL	39	

A distribuição desses cursos de acordo com as regiões brasileiras é feita de forma irregular, existindo concentração na região Sudeste:

Cursos de Biblioteconomia existentes por região			
Regiões	Quantidade de cursos		TOTAL
	Federais/ Estaduais	Particulares	
Norte	2	0	2
Nordeste	8	0	8
Centro-Oeste	3	2	5
Sudeste	7	10	17
Sul	6	1	7
TOTAL	26	13	39

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia – Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB6, 2016.

Observei a grande concentração de cursos na região Sudeste, seguida pelas regiões Nordeste e Sul. Na região Centro-Oeste encontra-se cinco cursos de Biblioteconomia, ficando à frente em quantidade apenas da região Norte do país, com dois cursos. Dessa forma, a profissão de bibliotecário, especialmente para atuar em escolas da educação básica, não encontra abrangência, especialmente no Mato Grosso do Sul, pois há apenas 5 cursos de Biblioteconomia em toda a região Centro-Oeste e apenas 1 no estado de Mato Grosso do Sul (em Campo Grande, em universidade privada).

No Município de Naviraí/MS, por sua vez, em 2016, havia apenas uma bibliotecária concursada e atuava em uma das bibliotecas públicas. Os profissionais que atuavam nas bibliotecas escolares eram professores/as ou funcionários administrativos readaptados. No ano de 2016, a rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, diante da falta de profissionais formados na área, implantou o curso de *Técnico em Biblioteca*, em Campo Grande/MS, para professores que atuariam em bibliotecas escolares da rede estadual de ensino. O

curso era oferecido pelo Centro de Educação profissional Ezequiel Ferreira Lima¹⁹, com o total de 800 horas ou 14 a 16 meses.

O segundo artigo, de Pitz, Souza e Boso (2011), retomou as funções da biblioteca escolar: educativa e cultural. Problematizou a função do bibliotecário, estabelecendo relações desses profissionais com as novas tecnologias de informação, colocou a necessidade de os bibliotecários, especialmente na biblioteca escolar, criarem novas propostas para a formação de leitores, dentre as quais cita: hora do conto, teatro de fantoches, roda de leitura, oficinas de leitura, sinopses de livros, caixas-estantes, entre outras. Verifiquei que há, nesse trabalho, a sinalização para a ideia do desenvolvimento de uma cultura escolar que amplie as possibilidades para a formação de leitores mediante o que a área de Biblioteconomia e Educação tem chamado de "mediação em leitura", em que o profissional bibliotecário, na atuação em bibliotecas escolares, auxilie os estudantes tanto na leitura por prazer e lazer, quanto para estudo e formação.

O trabalho de Pinheiro e Rodrigues (2014) tratou da questão da importância do bibliotecário como mediador privilegiado para a formação de leitores. Ao considerar essa premissa, Pinheiro e Rodrigues (2014) desenvolveram, em Rondonópolis/MT, em uma escola pública estadual, uma experiência de intervenção visando adotar uma classificação em cores²⁰ na biblioteca, que facilitasse a busca e seleção de obras pelos alunos. Além disso, a bibliotecária, juntamente com os professores, desenvolveu atividades como: a hora do conto, produção textual, paródias, estudos em grupos, carrinho da leitura, teatro, entre outros. Houve na biblioteca um cantinho da leitura em que foram desenvolvidas as atividades e a que teve maior receptividade dos alunos foi a "hora do conto" (PINHEIRO; RODRIGUES, 2014). Nesse sentido, essas autoras salientam que são ações simples e práticas aplicadas em cada biblioteca que formarão leitores permanentes e, desta forma, a experiência mostrou a importância imprescindível do bibliotecário que atua como mediador no processo de aquisição do gosto em relação à leitura.

¹⁹Informações disponíveis em: <<http://www.cepef.ms.gov.br/cursos-a-distancia/tecnico-em-biblioteca/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²⁰ A classificação em cores é explicada a partir da temática de *tratamento técnico e gestão do uso da biblioteca*, por meio do trabalho de Pinheiro (2009).

Na temática de *formação de leitores* encontrei cinco artigos. Saraiva (2008) reafirmou a importância da leitura como experiência estética e destacou a crise cultural de pouca valorização dessa prática no Brasil. Afirmou ainda que os investimentos têm sido voltados mais à comercialização do livro do que mesmo as ações de fortalecimento das práticas de leitura e reforçou que há poucos investimentos feitos em educação e que a crise provocada pela corrupção, entre políticos, funcionalismo público e grandes empresários consome os investimentos públicos, o que tem gerado, portanto, resultados inexpressivos em avaliações internas e externas (SARAIVA, 2008).

Silva (2009b), por sua vez, discutiu a trajetória das políticas em prol da formação dos leitores no Brasil. Fez uma análise histórica dos movimentos pela leitura no país, com uma marcada interdição (falta de escolas, editoras, livrarias, além da censura do período colonial) até por volta do século XIX, quando o “sentimento republicano” ampliou a produção e a comercialização de livros, inclusive para o público infantil. Silva (2009b) reflete que a ampliação da produção e da circulação caminhou de forma mais rápida que os programas de formação de leitores no Brasil. Advertiu para o fato de que esses programas se deram de forma letárgica, além de citar as primeiras iniciativas para implantação de bibliotecas populares e infantis no estado de São Paulo, bem como a criação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) em 1968, como momentos importantes para a alteração do panorama intelectual no país. Silva (2009b) discutiu que, nos anos de 1980, houve a intensificação das discussões sobre a leitura, no entanto havia descontinuidade das políticas como fator de atraso no caminho da democratização do acesso. Foi implantado nesse período o programa “Salas de Leitura”, gerido pela extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e, na década seguinte (1997), o Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE), que, segundo o autor, passou por diversas alterações. Nos anos seguintes houve a criação, em 2003, da Política Nacional do Livro. Em 2005, a adoção do ano “VivaLeitura” e, em 2006, o lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Para Silva (2009b), o PNLL era algo ambicioso ao lançar propostas para vários eixos que envolviam as questões do livro e da leitura no Brasil, entre os quais: i) democratização do acesso; ii) fomento à leitura e à formação de mediadores; iii) valorização institucional da leitura e incremento de

seu valor simbólico; e, iv) desenvolvimento da economia do livro. Esses foram os eixos aprovados como prioritários para a melhoria do desenvolvimento da leitura no país.

Balça (2011) destacou a importância das bibliotecas na formação de alunos leitores e que as bibliotecas escolares em Portugal apresentam problemas semelhantes às brasileiras (tipo de instalações físicas; falta de acervo bibliográfico e escassa formação dos profissionais que atuam nesses espaços), no entanto, por se localizarem no interior das escolas, são vistas como parte delas e, por isso, possuem uma singularidade. A biblioteca escolar, para essa autora, precisa estar integrada ao projeto educativo da escola devido às funções que nele tem e, por isso, deve desenvolver hábitos de leitura e de estudo. A autora ainda adverte que há vários estudos que mostraram que muitos alunos portugueses não frequentavam a biblioteca e nem sequer sabiam que as bibliotecas escolares emprestavam livros. Um dos aspectos importantes do trabalho é considerar que é de suma importância desenvolver um trabalho nas bibliotecas escolares em que os alunos e professores as encarem, não só como espaços de estudo, mas também como espaço de lazer.

Paes et. al. (2013) descreveram o resultado da pesquisa realizada durante três anos que analisou o programa *Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares e Formação de Leitores*– SIMBE, desenvolvido na rede municipal de Fortaleza/CE. O estudo foi realizado mediante a análise de documentos de implantação do programa do ano de 2009 e regulamentação em 2012. A pesquisa utilizou a técnica de observação em que foram verificadas diversas atividades para despertar o gosto pela leitura nos alunos, tais como: hora de contação de histórias, roda de leitura, dramatizações, entre outras. Paes et al. (2013) destacaram que o programa abrangia, em 2013, 258 bibliotecas escolares, que foram organizadas para cumprir suas funções: educativa, cultural, informativa e de lazer. A investigação indicou que o programa, apesar de algumas dificuldades estruturais, possibilitou a melhoria significativa das bibliotecas existentes e a criação nas escolas que não existiam.

Tavares, Silva e Valério (2013) apresentaram uma pesquisa realizada em um bairro periférico da cidade de Recife/PE. O objetivo do trabalho foi o de verificar as condições de funcionamento de uma biblioteca escolar no contexto

atual, considerando as críticas realizadas por Silva (2003) na obra "Miséria da Biblioteca Escolar", publicada pela primeira vez em 1994, em que o autor já denunciava o descaso e a falta de políticas públicas para esses espaços, bem como problemas estruturais, tais como: horários irregulares de funcionamento, biblioteca como "depósito" de livros, local de punição para os alunos, falta de formação de pessoal para atendimento, entre outros. A pesquisa entrevistou cem alunos de uma escola periférica de Recife/PE, entre 10 e 15 anos de idade (do 6º ano do ensino fundamental ao ensino médio) e que eram frequentadores da biblioteca escolar. Os resultados mostraram que a biblioteca dessa escola passou por uma reforma e recebeu novo acervo em 2012, implantou um sistema de empréstimo e a atendente dinamizou o uso do espaço. O trabalho reafirma a necessidade de um profissional qualificado para atuar na biblioteca, figura essencial e com competência técnica para transformar a biblioteca em centro de informação educativa e cultural, visando à formação de leitores críticos e autônomos.

Na temática da *função das bibliotecas* selecionei cinco artigos. O primeiro, de Carvalho (1991), não trata especificamente de bibliotecas escolares, mas retomou a questão do sentido cultural atribuído à biblioteca, questionou e se contrapôs a uma visão determinista de que os espaços das bibliotecas, inclusive das públicas, seriam meros reprodutores de uma ideologia dominante. Nesse sentido, interessou-me o fato de que, no estudo, havia questionamentos sobre o papel e as contradições presentes nessa instituição. Carvalho (1991) destacou que a função básica da biblioteca é a de preservar, organizar e difundir conhecimento. Alertou, no entanto, para o fato de que, quanto à sua função social, que os objetivos e os serviços foram se alterando ao longo dos períodos históricos e que não há uma imposição cultural "total" nas bibliotecas e as práticas de cada espaço influenciam e são influenciáveis pela cultura da sociedade em que está inserida. Aqui, remeto ao conceito de cultura escolar, ou seja, a existência de uma cultura própria dessa instituição (SILVA, 2006). Carvalho (1991) já ensaia uma percepção de que a escola não é simples reprodutora da cultura vinda de fora, mas estabelece sentidos para a construção de uma cultura singular, que é influenciada pelos valores e pelas normas da sociedade, mas que

também influencia nessa mesma sociedade para garantir, de certa forma, as demandas impostas à escola, adequando-as à sua estrutura.

O artigo seguinte a tratar da *função da biblioteca*, de Fragoso (2002), me trouxe diversas reflexões, entre as quais a autora ressaltou a importância de as bibliotecas escolares atuarem em duas funções: a educativa e a cultural. Apontou a necessidade de existir um órgão nacional para o “cuidado” com as bibliotecas escolares e as dificuldades das secretarias municipais e estaduais para manter e gerenciar as bibliotecas escolares. Sobre essas questões, destaco que foram instituídas diversas políticas, entre as quais, a Política Nacional do Livro e da Leitura, instituída pela Lei Federal nº 10.753/2003 (BRASIL, 2003). Esse documento, em seu artigo 16, legisla: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros”. Esses recursos seriam consignados no Fundo Nacional de Cultura. Somente em 10 de agosto de 2006 foi criado, não um órgão em si, mas o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído, pela Portaria Interministerial nº 1.442/2006, assinada pelos ministros da Cultura e da Educação, e em 1º de setembro de 2011 foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.559/2011. A publicação do PNLL afirmava a necessidade de que estados e municípios elaborassem seus planos, o que ocorreu em 2010 no estado de Mato Grosso do Sul, no evento “MS em Letras - Encontro Regional do Livro e Leitura de Mato Grosso do Sul”. O evento fez parte do programa “O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios” lançado pelos ministérios da Educação e da Cultura, pelo Plano Nacional do Livro e Leitura e Instituto Pró-Livro. Em relação ao Plano Municipal do Livro e da Leitura – PMLL de Naviraí, ele foi elaborado nos anos de 2011 e 2012, no entanto, não havia sido publicado até o ano de 2018²¹, pois não houve um fechamento de todos os dados.

O trabalho de Ely (2003), por sua vez, expôs a questão das dimensões da biblioteca escolar: social, informativa, pedagógica, recreativa, criativa. A autora destacou a função recreativa e criativa como aquela que seria responsável pelo desenvolvimento do gosto literário, além de mensurar a importância de momentos destinados à hora semanal do conto, serviço de empréstimo permanente e observação das necessidades e escolhas de crianças e de adultos para o uso do

²¹ Informações fornecidas pela Gerência Municipal de Cultura de Naviraí/MS.

acervo literário. Corroboro as afirmações de que, dentre os aspectos a serem trabalhados na biblioteca, merecem ênfase o aspecto estético e o gosto literário, momento em que as crianças e os jovens poderão ampliar seus horizontes culturais. Destaco, em especial, a importância desse trabalho nas escolas públicas, que concentram a maioria dos alunos de ensino fundamental e médio no país. Outro aspecto que a autora (ELY, 2003) sinalizou é que a pessoa que administra os serviços de biblioteca escolar precisa de conhecimentos tanto na área de Biblioteconomia, como em Pedagogia, Psicologia, Leitura, Literatura, entre outros.

Hillesheim e Fachin (2003) relataram um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC) em bibliotecas escolares de Florianópolis/SC. Por meio de atividades como “a hora do conto” foi possível perceber mudanças qualitativas nas bibliotecas participantes do projeto. O trabalho comandado pelo Departamento de Ciência da Informação da UFSC possibilitou o contato dos acadêmicos com seu campo de atuação, gerando discussões para a melhoria e ampliação do alcance das bibliotecas escolares. O trabalho de Mendonça (2008) destacou a importância da biblioteca escolar como espaço que precisa socializar a leitura e, além disso, ressaltou a necessidade do trabalho conjunto entre direção, bibliotecárias, professores e alunos para uma conscientização cidadã na formação dos alunos.

Por sua vez, Braga e Paula (2014) trataram da representação educativa da biblioteca escolar, destacaram a aprovação de Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010), enfatizaram a necessidade de integração da biblioteca escolar ao currículo da escola, visando desenvolver o gosto dos alunos pela leitura e pela pesquisa, questionaram a falta de bibliotecários nas escolas brasileiras, além da inexistência de espaços específicos para as bibliotecas escolares, bem como a falta de previsão orçamentária dos governos para a construção desses espaços. Refletiram sobre o papel da biblioteca na escola, que, às vezes, serve apenas para os alunos irem transcrever trechos de enciclopédias ou de livros; e que alguns espaços são meros armários trancados situados em uma sala. As autoras (BRAGA; PAULA, 2014) dão relevância aos programas de incentivo à leitura, promovidos no país a partir da década de 1990, como o Programa Nacional Biblioteca na Escola(PNBE), o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e o

Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), como caminhos para a ampliação e a formação de leitores no Brasil.

Sobre a temática *história e memória em bibliotecas escolares*, selecionei dois artigos. O trabalho de Nery (2013) não trata especificamente do acesso de alunos do ensino fundamental e médio às obras, mas do papel disseminador de uma cultura pedagógica da Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba, entre os anos de 1911 e 1920. A pesquisa demonstrou que, no período mencionado, um único bibliotecário esteve à frente das atividades da biblioteca e adquiria os livros após aprovação do diretor da escola. Nery (2013) fez uma descrição detalhada das obras que circularam na biblioteca naquele período, entre elas, obras estrangeiras (portuguesas e norte-americanas) e nacionais. Apura, em seu trabalho, que algumas traziam, em seus princípios, o método intuitivo, em que “[...] ensinar a ensinar é oferecer bons modelos” (NERY, 2013, p. 32), outras obras mostravam a Pedagogia como ciência preocupada em “[...] fornecer fundamentos sobre o ensinar e não mais modelos” (NERY, 2013, p. 34). O aspecto mais relevante do trabalho de Nery (2013) foi ressaltar que as obras oferecidas compuseram a formação de uma cultura pedagógica da Escola Normal de Piracicaba, o que compõe os estudos da cultura escolar.

Vidal (2014), por sua vez, apresentou um estudo de caso realizado a partir das práticas da Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, entre os anos de 1936 a 1966. O trabalho foi realizado mediante análise documental de registros escritos e fotográficos. Vidal (2014, p. 201) destacou que “[...] somente porque esta atividade de documentação foi constante e preservada pelos arquivos escolares é que temos indícios desta experiência”. O trabalho evidenciou o papel determinante da professora-bibliotecária Iracema Silveira, que tinha a função de acompanhar os alunos em suas tarefas escolares e disseminar o prazer pela leitura, juntamente com alunos-bibliotecários. Vidal (2014) constatou que as chamadas experiências exemplares da Biblioteca Infantil da Escola Caetano de Campos não foram as únicas realizadas no país. Destacou que, no mesmo período, a Escola Primária do Instituto de Educação do Rio de Janeiro apresentou características semelhantes. Concluiu que os estudos de “escolas exemplares” podem nos auxiliar a pensar em uma biblioteca que observa três aspectos da cultura escolar: espaço, tempo e

relações intersubjetivas. O trabalho de Vidal (2014) me fez refletir que as experiências do passado são estudadas para a compreensão do presente e que urge construir uma representação da biblioteca atual atuando em pelos menos dois papéis – o pedagógico e o cultural –, mediante a participação da comunidade escolar em um espaço que seja eminentemente multidisciplinar e multicultural. Fez-me analisar também que houve poucos trabalhos publicados na forma de artigos, em história da educação, destinados ao estudo da temática: livros/cultura escolar/bibliotecas.

Na temática da *mediação na biblioteca* selecionei quatro trabalhos. O artigo de Ramos et al. (2009) expôs os resultados de uma pesquisa realizada pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em 2008, em uma biblioteca escolar e mostrou o distanciamento dos alunos em relação à biblioteca escolar. O trabalho objetivou identificar uma turma com maior média de prática de leitura e a turma com menor média (dos 8^{os} anos). Desse estudo resultou a ação de “estímulo entre pares”, momento em que os alunos falavam de suas práticas de leitura e da biblioteca para aqueles que não tinham a biblioteca escolar e a leitura como fontes de cultura e saber. Esse trabalho evidenciou a melhoria da visão dos demais alunos em relação à leitura e o “estímulo entre pares” se mostrou uma ferramenta eficaz de aproximação dos estudantes com a leitura e a biblioteca.

Gomes e Bortolin (2011), por sua vez, apresentaram os resultados de uma pesquisa realizada em escolas particulares urbanas da cidade de Londrina/PR. O trabalho expôs a necessidade de termos mediadores de leitura no espaço escolar, uma vez que o gosto pela leitura – em especial aqui estamos falando dos textos literários – não se desenvolve de uma “hora para outra”. São necessários trabalhos permanentes visando à formação dos leitores, especialmente em se tratando de crianças do ensino fundamental, ressalta que esse trabalho necessita de permanência ao longo da escolaridade. Gomes e Bortolin (2011) analisaram algumas atividades que foram listadas como aquelas que promoveriam a formação de leitores: hora do conto, empréstimo de livros e “incentivo à leitura”. A última citação, com expressão vaga, segundo os autores, precisa ser a mais implementada pelas bibliotecas escolares, uma vez que os empréstimos de livros são tarefa permanente dos bibliotecários e a hora do conto se mostrou eficaz no

incentivo à leitura. Questões como oficina literária, conto dramatizado, encontro com escritores, lançamento de livros, entre outras, não foram citadas pelas profissionais como atividades que são realizadas, para, junto com as demais, promover a formação dos leitores. Considero relevante observar que as atividades mais desenvolvidas na minha pesquisa envolveram alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e foram poucas as referências às atividades desenvolvidas com os jovens e/ou alunos dos anos finais do ensino fundamental e, especialmente, o ensino médio, o que demanda reflexões profundas sobre o acesso deste nível de ensino à leitura literária, às expressões culturais.

Almeida, Costa e Pinheiro (2012) apresentaram resultados de uma pesquisa-ação desenvolvida em Rondonópolis/MT, em 2009, com a finalidade de auxiliar alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental a desenvolverem práticas de leitura na biblioteca escolar por meio de atividades promovidas pela bibliotecária e pelos "bibliotecários mirins". Foram viabilizadas atividades como teatro, hora do conto, confecção de livro infantil, entre outras, promovidas pelos bibliotecários mirins (acompanhados e orientados pela bibliotecária) junto às crianças que apresentavam dificuldades em leitura, de uma turma de escola pública do município.

Salcedo e Alves (2014), por sua vez, ressaltaram, em seu trabalho, que a biblioteca precisa ser um dispositivo cultural, focado em realizar um processo de mediação em que as crianças e os jovens possam sentir o espaço como um meio para a ampliação de seu universo cultural. De local em que “apenas se lê e faz silêncio”, a biblioteca precisa se tornar em espaço de excelência e de socialização da cultura produzida e, para isso, deve compor-se de amplas formas de mediação cultural que integrariam ao ensino atividades como: exposições, leituras, pinturas, entre outras. Salcedo e Alves (2014,p. 84) afirmaram que “[...] uma biblioteca é conhecida como um ambiente para ler-se em silêncio, um local para empréstimos e devoluções de livros”. Para os autores, no entanto, essa é uma visão retrógrada desse espaço, que hoje precisa ser rico em conhecimento e, como tal, patrimônio cultural. O mediador bibliotecário, por sua vez, será alguém que possa indicar leituras, incitar crianças e jovens em busca da arte de uma maneira geral e, além disso, interagir com as tecnologias de informação e comunicação. Nesse trabalho observei uma das definições de mediador que envolve a necessidade da escola

pública, a de um profissional que valorize e estimule não só a pesquisa, mas também os aspectos culturais, entre os quais destaco a leitura literária e outras formas de arte que devem estar presentes no espaço da biblioteca atual. Corroboro Salcedo e Alves (2014) quando afirmam que não bastará apenas construir bibliotecas em todas as escolas, conforme prevê a Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010), pois é premente a conscientização de toda a equipe escolar na ampliação da concepção do que seja o papel dessa instituição na escola, além de incentivos governamentais, para que, de fato, a cultura transborde nesse espaço.

Na temática de *programas de incentivo à leitura* selecionei dois trabalhos. Pacheco (2006) relatou uma experiência de socialização de obras literárias no espaço da Biblioteca Escolar Monteiro Lobato, em Florianópolis/SC. Ao considerar a importância da realização de leitura em voz alta para crianças, foram realizadas na biblioteca, atividades tais como: teatro de histórias infantis e contação de histórias. O trabalho ressaltou que, ainda que o caráter da seleção de histórias estivesse voltado às questões de preceitos conteudistas (algumas atividades sobre datas comemorativas), a biblioteca cumpriu duas de suas funções: a informativa e a pedagógica. Um aspecto a ser observado é a defesa que faço em relação à leitura literária como experiência estética e não como pretexto para ensinar conteúdos. Defendo que a leitura literária não pode ser escolarizada de forma *inadequada* (SOARES, 2001), mas, sim, realizada como uma forma de arte e de cultura e é assim que deve ser implementada na escola.

Já Gonçalves (2006) relatou uma pesquisa realizada nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas/RS, com marco cronológico de 1987 a 2003. Esse estudo verificou a descontinuidade de políticas públicas voltadas às bibliotecas, bem como documentos que demonstravam os problemas enfrentados, tais como: i) falta do espaço físico; ii) carência de recursos humanos; e, iii) prioridade para o recebimento e utilização dos livros didáticos recebidos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em detrimento das obras literárias e de referência, como enciclopédias, dicionários e outras. O estudo concluiu que não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura por parte da Secretaria Municipal de Educação no período pesquisado. Segundo os resultados divulgados pela pesquisa, com exceção do PNLD, os demais

programas de incentivo à leitura não parecem ter sido incorporados às políticas públicas de educação em Pelotas/RS.

Na temática das *relações entre a biblioteca e a escola* selecionei três trabalhos. O primeiro, de Perucchi (1999), apresentou os resultados de uma pesquisa em bibliotecas escolares de Criciúma/SC, realizada em quatro escolas, por meio de entrevistas com diretores/as e com responsáveis pelos espaços. O trabalho retomou o sentido de que a biblioteca deve estar aliada à escola e à comunidade, além de ressaltar que a função mais importante desse espaço é o atendimento aos usuários, denominado de “serviço de referência”. Relatou que a biblioteca é espaço da leitura literária e deve cumprir o papel de incentivar os usuários nesse aspecto, concluindo que ainda há uma precariedade de material adequado nas bibliotecas, espaços físicos sem as condições necessárias, além da necessidade de pessoal formado e qualificado para atender às necessidades da escola. Expôs, por fim, que, na falta de um bibliotecário, o papel de mediador em leitura pode ser feito por um/a professor/a que consiga atuar nessa função.

O trabalho de Fragoso (2005) propôs uma reflexão entre o conceito de escola real e o de escola ideal, ressaltando que as bibliotecas escolares figuram como depósitos de livros e alunos e não como espaços do conhecimento e de prazer. Lembra o papel da escola e das bibliotecas em uma sociedade que necessita de cidadãos conscientes e críticos. Advirto aqui que a cultura escolar edificada em alguns espaços de bibliotecas escolares parece ser mais direcionada ao castigo, em que há práticas de se deixar crianças na biblioteca fazendo atividades de cópia ou mesmo “lendo” porque estariam fazendo “bagunça” na sala de aula. Isso perpetua a ideia de um “castigo formativo”, ou mesmo práticas do espaço como depósito, local em que se guarda todo tipo de material, desde eletrônicos que não se usam mais até livros didáticos e materiais escolares. Todavia, a mesma cultura escolar tem a capacidade de romper com essas práticas, de consolidar procedimentos de utilização desses espaços como forma de ampliação do acesso à palavra escrita.

O trabalho de Balça e Fonseca (2012) expõe uma pesquisa realizada em Portugal, em uma escola secundária com 3º ciclo. As autoras investigaram a relação dos professores com a biblioteca escolar, tendo como parâmetro um modelo de autoavaliação de bibliotecas escolares, implantado a partir de 2008 por

meio de despacho do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares²². As recomendações do estudo foram em vários sentidos: i) garantir as condições para o funcionamento das bibliotecas escolares; ii) previsão orçamentária para as atribuições da biblioteca; iii) existência de um projeto educativo que valorizasse a biblioteca escolar; e, iv) constituição de equipes permanentes de atuação. Corroboro que cada escola é um caso e que, constantemente, há a necessidade de observar os contextos em que cada biblioteca se insere.

Com relação à temática das *relações entre as políticas do livro e da leitura e a biblioteca* analisei cinco trabalhos. O primeiro, de Ferrarezi e Romão (2008) analisou, a partir do referencial da Análise do Discurso da linha francesa – referencial conhecido pela sigla AD –, quatro documentos oficiais sobre a biblioteca escolar: i) Portaria nº 584/MEC, de 28 de abril de 1997; ii) o documento do Ministério da Educação “Biblioteca na Escola” (BRASIL, 2006); iii) o Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para bibliotecas; e, iv) a Declaração da Associação Internacional de Bibliotecas Escolares (IASL). Ferrarezi e Romão (2008) criticaram os discursos presentes em alguns documentos que reforçam a ideia de que a biblioteca escolar seria o local em que o “usuário” iria frequentar para necessariamente se tornar útil e integrado ao sistema social de produção. As autoras propõem a substituição do termo “usuário” por “sujeito-leitor” e questionam os ditos oficiais da biblioteca como “lugar moderno”, pois é o que para elas *quase nunca* constituem, senão apenas o que se idealiza desse espaço. Outro questionamento é que, nos documentos oficiais nacionais, apaga-se a importância do bibliotecário, além de se substituir o termo “biblioteca escolar” por “coleção de livros”, subestimando a importância de espaços físicos para o funcionamento de bibliotecas escolares. Repassam-se todas as funções de organização e “incentivo à leitura” ao professor, deixando de lado os órgãos oficiais, que não são propositivos e nem sinalizam para programas permanentes de aparelhamento e formação de profissionais na educação brasileira.

²² “Uma das medidas da política nacional, que envolveu o Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Cultura, foi a criação do **Programa Rede de Bibliotecas Escolares**, em 1996, tendo como objetivo principal a instalação de bibliotecas escolares nas escolas de todos os níveis de ensino” (BALÇA; FONSECA, 2012, p. 67).)

Silva (2011) apresentou uma pesquisa documental que analisou as questões históricas de constituição das bibliotecas escolares no Brasil e deu ênfase à Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010). Para o autor, os primórdios da biblioteca escolar estiveram ligados, no Brasil, às ordens religiosas, que, em meados do século XIX, sofreram sua decadência e, nesse processo, muitos acervos se perderam por causa do abandono e da falta de cuidados. O autor destacou que foi a partir do início do século XX que a biblioteca escolar ganhou nova configuração, mas nesse processo se destacavam colégios privados, com ênfase religiosa, seja católica ou protestante. É somente nas décadas de 1930 e de 1940, com as reformas educacionais, que a biblioteca escolar é pensada para o sistema de ensino, especialmente no ensino público. O autor relaciona uma pesquisa sobre a década de 1940 que destacava o pioneirismo do estado de Santa Catarina em setores como: i) trabalhos com as bibliotecas escolares; ii) clubes de livros; e, iii) círculo de pais e professores, entre outros. Realizavam-se então procedimentos legais e pedagógicos para a consolidação das bibliotecas escolares.

Depois, no entanto, nas décadas de 1960 até 1980, aproximadamente, a biblioteca escolar perde espaço para a biblioteca pública, pois, entre as décadas de 1930 a 1980, não houve um conjunto de políticas em nível nacional para a integração dos serviços oferecidos pelas bibliotecas (escolares, públicas, universitárias, etc.). A partir da década de 1990 e início do século XXI surgem novas políticas que contemplaram o discurso de ampliação do acesso ao livro e à leitura, entre as quais são citadas: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ou seja, Lei Federal nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial o de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997a), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) (BRASIL, 1997b). Silva (2011) reiterou que os investimentos e as ações foram ínfimos, mediante as grandes necessidades das escolas públicas brasileiras e o pouco ou quase nulo empenho político em ações de configuração das bibliotecas escolares. Destarte, esses espaços se configuraram sem as condições adequadas que torna a biblioteca escolar um local de encontro entre os livros e os leitores, que são: i) a intencionalidade política e social; ii) o acervo e meios para sua renovação; iii)

organização e sistematização; iv) uma comunidade de usuários; e, v) o local, além do espaço físico com os serviços disponíveis.

Ao analisar a implantação da lei de universalização das bibliotecas escolares no Brasil – Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010), Silva (2011) afirmou que os aspectos sobre a configuração desse tipo de biblioteca deveriam ser mais detalhados, pois guarda uma singularidade, pouco assimilada pela maioria dos educadores e instituições de ensino. Nesse ponto, o autor se adentra no conceito de cultura escolar, pois, no espaço escolar, as configurações de uma cultura de biblioteca passam pelos condicionantes que interferem na conformação de uma cultura e das concepções dos sujeitos que ali estão inseridos. O autor defendeu que a implementação efetiva dessa lei só se dará completamente com a mobilização dos profissionais das áreas de Biblioteconomia, Educação, entre outros, para que sejam garantidas as condições de funcionamento adequado das bibliotecas escolares ou a lei não passará de um discurso, sem a efetiva prática.

O terceiro trabalho, de Zardoni (2012), focou seu estudo na importância de os governos desenvolverem políticas de acesso à informação, como meio de desenvolvimento educacional, cultural, e, para isso, destacou a importância de essas políticas estarem ligadas em todos os níveis, em especial, apresentarem-se fortemente vinculadas às bibliotecas e bibliotecas escolares. O autor apontou que a biblioteca, de certa forma, é órfã de políticas que a atendam, seja na esfera educativa, da ciência da informação, da cultura, como se o fato de “estar dentro da escola” reduzisse sua capacidade de socialização cultural. Com base nos planos e leis em torno da biblioteca na Argentina, Chile, Brasil, Equador, México, Uruguai e Venezuela, o mesmo autor verificou a situação dos países da América Latina em relação às bibliotecas escolares e percebeu que todos carecem de clareza em suas políticas, de forma a realmente colocarem a biblioteca como espaço potencial para a ampliação do universo de conhecimento e cultural dos alunos.

Ramos e Balça (2013), por sua vez, trataram de um estudo realizado em Caxias do Sul/RS e em Portugal, visando apontar que as carências de objetos escritos para as crianças das camadas populares sempre foram evidentes em vários períodos da história, especialmente a partir da abertura do processo de alfabetização no século XIX, na Europa. As autoras realizam, então, uma reflexão

sobre a organização dos acervos e dos sistemas de catalogação, pois que, para elas, uma adequada organização pode servir de meio para a socialização ou, ao contrário, para a “prisão” dos livros. Então essas autoras retomam um autor –Roger Chartier, que tenho estudado desde o Mestrado em Educação –, para explicar que a prática de leitura individualizada e silenciosa²³ permitiu em vários países, a formação de bibliotecas particulares, contudo advertiu que, no Brasil e em Portugal, o lugar da leitura continuou sendo a biblioteca pública e escolar. As autoras traçam um perfil comparativo entre Brasil e Portugal em relação às bibliotecas escolares. O primeiro dado que coincide é a década de implantação de projetos e de legislações específicas com fomento ao livro e à leitura, a década de 1990. No Brasil, destaca-se o PNBE (BRASIL, 1997b) e, em Portugal, a criação da Rede de Bibliotecas Escolares, pelo Despacho Conjunto nº 43, do Ministério da Cultura e Ministério da Educação, de 29 de dezembro de 1995. No caso brasileiro, as autoras destacam o Censo 2010, que mostrou a quantidade reduzida de bibliotecas escolares em escolas que atendem os anos iniciais do ensino fundamental (30,4%). Explicam sobre as dificuldades encontradas para se ter um profissional formado em Biblioteconomia, uma vez que o maior número de profissionais está situado nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, locais em que ocorrem os Cursos de Biblioteconomia (RAMOS; BALÇA, 2013). A importância desse trabalho é a de mostrar a necessidade de professores e equipe das bibliotecas se formarem e se unirem em prol da melhoria dos níveis de letramento nos dois países.

O quinto trabalho, de Moreno (2014), fez um diagnóstico das bibliotecas escolares da rede de ensino fundamental do município de Jaraguá do Sul/SC e apontou algumas prioridades para adequação da rede às demandas da Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010). A lei supracitada estabelece, no seu artigo 1º, que as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país deverão contar com bibliotecas e define, logo a seguir, o que seja biblioteca: considera-se biblioteca escolar *a coleção de livros, materiais*

²³Chartier (2001) sinaliza que as mudanças de uma prática oralizada para a leitura silenciosa passou por períodos importantes: “[...] o dos séculos IX-XI, que viram os *scriptoria* monásticos abandonarem os antigos hábitos da leitura e da cópia oralizada; o do século XIII, com a difusão da leitura no mundo universitário; e, enfim, o da metade do século XIV, quando a nova maneira de ler alcança, tardiamente, as aristocracias laicas” (CHARTIER, 2001, p. 82).

videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura (BRASIL, 2010, art. 2º). As constatações de Moreno foram que, em relação à rede de Jaraguá do Sul, há bibliotecas em todas as escolas e contam com um acervo mínimo exigido pela lei. Reafirmo, no entanto, que há pontos nevrálgicos na constituição das bibliotecas escolares, que precisam ser planejados e melhorados pelos poderes públicos, entre eles: i) a composição dos quadros de bibliotecários, por meio de concursos públicos; ii) a melhoria das condições estruturais dos espaços; iii) a criação e a implementação de políticas permanentes de aquisição de coleções para todas as bibliotecas do sistema; e, iv), não menos importante, a avaliação permanente das bibliotecas de todo o sistema de ensino.

Com relação à temática dos *acervos em bibliotecas escolares* selecionei três trabalhos. O trabalho de Campello et. al. (2001) expôs a preocupação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997a) e também de outras áreas, com os acervos destinados às bibliotecas escolares, enfatizando que, no material destinado às escolas, é necessário que se observe a diversidade de gêneros literários, entre os quais se destacam os contos, as lendas, as fábulas, os poemas, entre outros, bem como obras de referência, tais como: enciclopédias e dicionários. Classifica os textos em categorias: literários²⁴; de imprensa; publicitários e de divulgação científica, bem como enfatiza que esse tipo de classificação não é unânime nas diferentes áreas que trabalham com as obras. Ressalto a concordância com Campello et al. (2001) ao afirmar que a biblioteca escolar precisa ser um espaço com função cultural e esse aspecto o aluno poderá acessar por meio dos textos literários.

Eggert-Steindel (2006) apresentou indícios iniciais de uma pesquisa documental realizada no Museu da Escola Catarinense (pertencente à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com o objetivo de analisar a

²⁴A leitura se diz "literária" quando a ação do leitor constitui predominantemente uma prática cultural de natureza artística, estabelecendo com o texto lido uma interação prazerosa. O gosto da leitura acompanha seu desenvolvimento, sem que outros objetivos sejam vivenciados como mais importantes, embora possam também existir. O pacto entre leitor e texto inclui, necessariamente, a dimensão imaginária, em que se destaca a linguagem como foco de atenção, pois através dela se inventam outros mundos, em que nascem seres diversos, com suas ações, pensamentos, emoções (PAULINO, G. Verbetes CEALE. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>>. Acesso em: 10 jun. 2016).

origem do acervo bibliográfico museológico da instituição. Ressalto que esse artigo apresentou uma pesquisa na área de História da Educação em que a autora analisou a importância de se compreender, por meio da memória desses espaços, como foi formado o acervo da instituição, questão essencial para a compreensão da história e o desenvolvimento da educação brasileira, neste caso, especialmente da educação catarinense.

Paiva (2012), por sua vez, analisou três edições do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), eventos esses realizados por meio do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, da Universidade Federal de Minas Gerais (CEALE/UFMG), referente aos anos de 2006, 2009 e 2011, discutiu a questão da composição dos acervos e sua possível apropriação pelos leitores jovens. Debateu o procedimento de seleção de obras, que é especificado em um edital e solicita o atendimento a categorias básicas: poesia, conto, crônica, teatro, texto da tradição popular, romance, memória, diário, biografia e ensaio, livros de imagens e livros de história em quadrinhos e obras clássicas da literatura universal adaptadas ao público jovem. Paiva afirmou que, apesar de os critérios serem bem explicitados e levarem em consideração a qualidade do texto literário, há questões que são importantes em toda a extensão do processo, quais sejam: i) as editoras, ao receberem o edital, enviam as obras que consideram que têm “chance” de serem selecionadas; ii) há uma predominância absoluta de textos em prosa em detrimento dos textos em versos; e, iii) os textos de imagens e histórias em quadrinhos também têm pouca inscrição no processo. Paiva (2012) advertiu que esses condicionamentos determinam, em parte, a seleção de obras, no entanto, considerando a quantidade de obras inscritas e a quantidade selecionada, é baixo esse número (apenas 13% em 2006, 18% em 2011 e 28% em 2009). A autora então questiona: Têm, os jovens, acesso às obras selecionadas no PNBE? Que tipo de livros eles leem? Têm eles preferência por determinado gênero? Vejo nessas preocupações, a dificuldade de realizarmos pesquisas e estudos sobre a apropriação das obras selecionadas no programa pelos leitores jovens, demandando estudos de longa duração.

Sobre a última temática, de *tratamento técnico e gestão do uso da biblioteca*, selecionei quatro trabalhos. Garcez (2007) apresentou uma pesquisa realizada em Florianópolis/SC, em um colégio militar. A autora utilizou a metodologia do

estudo de caso e levantou dados que mostraram a insatisfação dos usuários com a desatualização do acervo e dos equipamentos e com o espaço da biblioteca escolar. A pesquisa demonstrou que os alunos e os professores evidenciaram dar acentuado valor à biblioteca escolar, comprovado pelas sugestões para melhoria do acervo, dos equipamentos e do espaço. O trabalho ressaltou, por fim, que a existência de biblioteca e de bibliotecário na escola não são suficientes para garantir a utilização e satisfação dos usuários. Afirmando, no entanto, que esta é uma questão a ser pensada pelos sistemas educacionais e pelos órgãos ligados à cultura no país.

Pinho, Hillesheim e Fachin (2008), por sua vez, relataram um projeto de extensão desenvolvido em uma biblioteca escolar de um colégio militar em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse trabalho consistiu em organização do acervo e tratamento técnico, ou seja, foram realizadas a catalogação, a classificação, o registro e a alimentação do banco de dados com as obras da biblioteca. Foi implantado um terminal de computador e reestruturação do espaço com nova sinalização temática²⁵. A iniciativa das bibliotecárias, em parceria com bolsistas e professores da UFSC, garantiu nova visibilidade ao trabalho da biblioteca. Um dos aspectos mais relevantes do trabalho é referir-se à importância da biblioteca escolar conter uma sinalização, ou seja, devem estar indicados: a entrada, o tipo de obra constante nas estantes, terminais para consulta, entre outros, por meio de placas e/ou de cartazes, crachás, entre outros itens.

Outro relato de experiência foi realizado por Pinheiro (2009), que desenvolveu uma metodologia de classificação por cores para bibliotecas escolares para o município de Rondonópolis/MT. O trabalho foi desenvolvido por meio de convênio com a prefeitura municipal local e a participação dos estagiários do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no período de 2004 a 2009 e possibilitou aos alunos a busca de obras com maior rapidez e precisão, além do desenvolvimento do gosto pela leitura. O modelo de classificação em cores foi desenvolvido conforme imagem abaixo, em que cada

²⁵A sinalização temática consiste em uma forma de indicar em que locais específicos ficam as obras literárias ou não. Assim, podem-se facilmente localizar contos, livros de imagens, histórias em quadrinhos, entre outros. Para isso os profissionais das bibliotecas colocam cartazes com indicação e/ou sinalizam por cores conforme indicação de Pinheiro (2009).

cor representava um gênero textual e, assim, os alunos poderiam se informar sobre a cor num cartaz e procurar, nas estantes com a cor indicada, o gênero textual que queria ler. Do mesmo modo, os livros didáticos foram separados por cor conforme a disciplina



Mello (2013) também apresentou resultado de pesquisa aplicada com procedimentos de análise bibliográfica, documental e estudo de caso. O trabalho foi realizado em Ponta Grossa/PR, no Colégio Marista Pio XII e os participantes foram duas funcionárias da biblioteca. Visava verificar os porquês do baixo índice de utilização dos serviços prestados pela biblioteca escolar. A autora elaborou uma síntese dos conceitos que definem a biblioteca escolar, mas afirmou que eles estão muito ligados ao que a biblioteca *deve ser*, e não ao que ela *realmente é*. Dessa maneira, Mello (2013) destacou a importância da implantação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) e pontuou ainda que esse sistema foi implantado no Brasil considerando primeiramente as bibliotecas universitárias. No estudo de Mello, após a realização de um diagnóstico da biblioteca e a percepção da necessidade de gestão da qualidade, foi elaborado um plano de ação, tendo-se percebido, após a elaboração do plano, que o trabalho foi mais bem visualizado, avaliado e com previsão de mudanças a serem realizadas.

As pesquisas sobre as bibliotecas revelaram que as suas funções básicas – preservar, organizar e difundir conhecimento – foram se alterando historicamente, vislumbrando mudanças em sua função social, em seus objetivos e em seus serviços. No caso das bibliotecas escolares, as suas funções são estabelecidas na contemporaneidade como função educativa e função cultural.

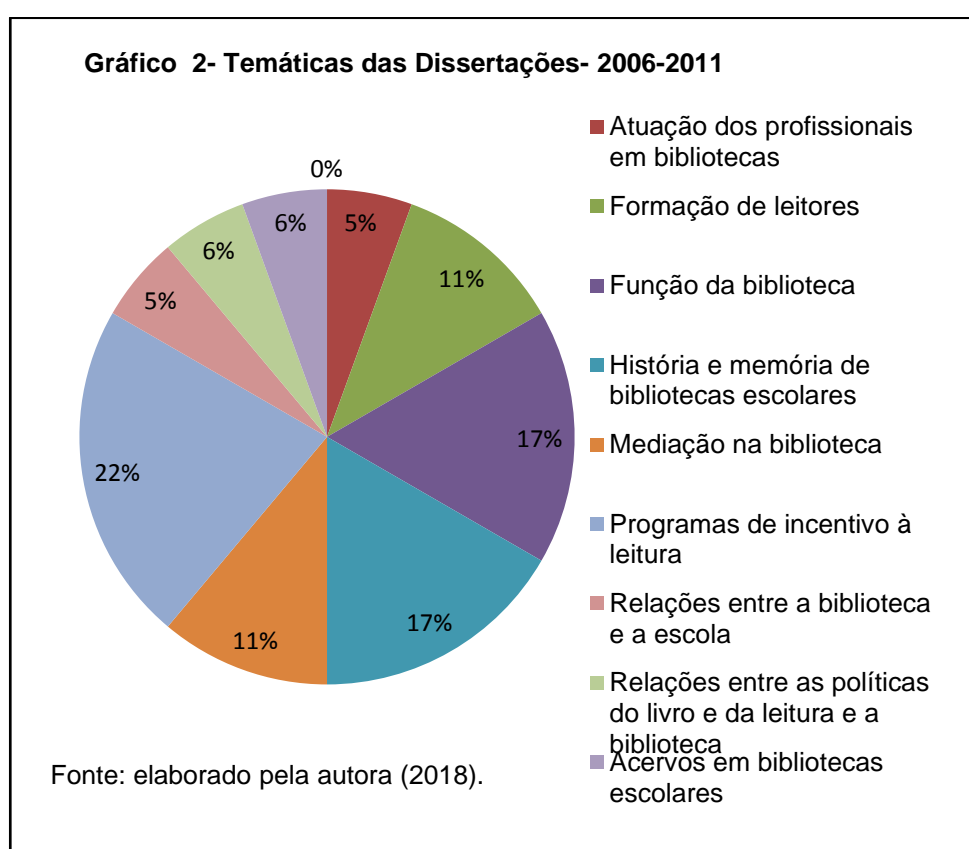
Observei que, para que essa instituição seja considerada um centro cultural e de informação na escola, já foram realizadas ações significativas no tocante a vários setores: i) melhoria dos acervos; ii) reestruturação dos ambientes e da gestão de bibliotecas em parcerias com universidades; iii) discussão entre bibliotecários, professores e outros profissionais por meio de seminários, congressos, entre outros; e, iv) variada legislação de apoio à ampliação do acesso ao livro e à leitura no Brasil. As pesquisas apontaram outras questões e/ou necessidades como sendo relevantes: i) a necessidade de a biblioteca estar integrada de forma permanente ao currículo da escola; ii) formação de profissionais para atuação nesses espaços; iii) desenvolvimento de uma cultura de coletividade nas atividades das bibliotecas escolares; e, iv) melhoria dos espaços arquitetônicos.

2.2 Na biblioteca: As pesquisas sobre o tema

Com relação às *dissertações*, analisei 18 trabalhos, defendidos no período de 2006 a 2011. Organizei esses trabalhos por: temática, objetivos e principais conclusões. Quanto à temática, os trabalhos foram elaborados considerando: atuação dos profissionais (1 trabalho); formação de leitores (2 trabalhos); função da biblioteca (3 trabalhos); história e/ou memória de bibliotecas escolares (3 trabalhos); mediação na biblioteca (2 trabalhos); programas de incentivo à leitura (4 trabalhos); relações entre a biblioteca e a escola (1 trabalho); relações entre as políticas do livro e da leitura e a biblioteca (1 trabalho); e acervos em bibliotecas (1 trabalho).

Conforme se observa no gráfico seguinte, as temáticas sobre *história e/ou memória das bibliotecas e função da biblioteca* compuseram 19% dos trabalhos, o que evidenciou que, em relação à Pós-Graduação, já havia vários trabalhos no campo da história da educação e que discutiram as questões das funções das

bibliotecas escolares na contemporaneidade. A temática mais abordada foi a de *programas de incentivo à leitura*. Isso pode ser explicado pelo fato de as pesquisas estarem situadas no intervalo da implantação de programas como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER²⁶) (1992) e o PNBE (BRASIL, 1997b), que possibilitaram a melhoria de acervos das escolas públicas e da formação de mediadores para atuarem na formação de leitores. Outra questão é que, após os anos 2000, houve uma tendência de avaliar e verificar o impacto das políticas de melhoria do acesso à leitura no país.



²⁶O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas. Criado pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER pretende cada vez mais ser uma rede de referência em valorização social da leitura e da escrita, presente em todo país, com qualidade, diversidade e inovação. O PROLER atua por meio de uma rede de Comitês sediados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais ou educacionais, universidades e outras entidades públicas e privadas coordenados pela Coordenação-geral de Leitura do MinC e por seu Conselho Consultivo, formado por gestores do MinC, do MEC e do Plano Nacional de Livro e Leitura e representantes dos Comitês. Disponível em: <<http://proler.culturadigital.br/o-que-e-o-proler/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Em relação aos objetivos dos trabalhos, temos no primeiro, de Silva (2006b), o foco em compreender os processos individuais em que se formam os leitores literários, procurando detectar os elementos presentes em sua socialização que seriam importantes para essa disposição cultural. As principais conclusões mostraram que a análise dos dados obtidos em parte do grupo pesquisado revelou a relativização da importância que assumiria o capital cultural familiar sobre a formação de hábitos de leitura entre os membros mais jovens da família, uma vez que há, neste grupo, a presença de práticas concretas de leitura no ambiente familiar e a existência de vínculos duradouros. Por outro lado, nas camadas populares, o incentivo materno, revelado a partir de um acompanhamento mais próximo dos estudos, é um dos fatores explicativos para o sucesso escolar nesse meio e também para a manutenção de práticas ligadas à escola, como a leitura (SILVA, 2006b). Percebi na pesquisa de Silva (2006b), a importância do trabalho com a leitura nas escolas públicas, local em que está a maioria das crianças e dos jovens das camadas populares.

O trabalho de Klebis (2006) teve o objetivo de compreender as políticas públicas de leitura, as práticas escolares voltadas à formação de leitores e os ritos culturais em torno do livro e das formas de ler, vislumbrando observar as reais condições em que se dá a construção das relações entre leitores e livros em escola pública estadual. A pesquisa de Klebis (2006) constatou as incoerências observáveis nas diretrizes curriculares nacionais, a incoerência dos programas governamentais de fomento ao livro e à leitura, a precarização do trabalho docente e da cultura do “desempenho” que permeia as atividades escolares. Por essas razões ele afirma que as escolas públicas estaduais estão formando leitores que não leem. As constatações da pesquisa impõem a necessidade e a urgência de um trabalho com a leitura no Brasil.

Já o trabalho de Rezende (2007) teve por objetivo compreender como a biblioteca está inserida na escola e qual é o conceito que se tem desse espaço, por meio de levantamentos sobre a formação inicial e continuada do professor responsável pela biblioteca. O trabalho de Rezende (2007) concluiu que, da mesma maneira como se buscam alternativas para a aproximação dos alunos com a biblioteca, é necessário que se pense em possibilidades de aproximação do professor com o ambiente da biblioteca escolar, para que ele possa conhecer

e potencializar esse espaço de leitura e informação. Não se pode esquecer que o professor é mediador no ambiente escolar e que a ocupação do espaço da biblioteca como “lugar” (FRAGO, 2004) auxilia os alunos a visualizarem esse profissional como modelo de leitor e amplia as possibilidades da formação dos leitores na escola.

A dissertação de Kolokathis (2008) objetivou mostrar a organização da experiência com o “Programa Bibliotecas Escolares”, desenvolvido durante 9 anos pela Secretaria de Educação de Campinas/SP, em creches, escolas de educação infantil e fundamental, pertencentes à rede municipal. O trabalho dispôs-se a resgatar a história do programa por meio de diferentes memórias e documentos, materiais que se encontravam dispersos e fragmentados, em diferentes e variados suportes. O trabalho contou sobre o surgimento do Programa de Bibliotecas Escolares no período de 1993 a 2001, mostrando como ele se configurou como projeto, considerando-se as gestões e as políticas de formação em serviço praticadas naquele período; após, apresentou os aspectos gerais do seu funcionamento, para que a forma de organização do trabalho ficasse registrada e ajudasse a contextualizar as concepções, os espaços e os acervos, atividades desenvolvidas nas escolas e as ações de modo geral. Concentrou, por fim, as discussões sobre as avaliações realizadas e o encerramento do programa. A narrativa registrou uma ação coletiva em torno dos livros e da biblioteca na escola, sobretudo como ação institucional, como política pública para a escola e o livro, o que ultrapassou a mera distribuição de acervos, constituindo-se, como política de formação continuada para professores.

A pesquisa de Amaral (2008) objetivou verificar de que modo a biblioteca escolar do Centro de Ensino Fundamental III, em Brasília, denominada Biblioteca Juscelino Kubitschek de Oliveira, se configurava como mediadora entre o professor e o aluno. O trabalho indicou o descompasso entre a LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a), o Currículo da Educação Básica das escolas públicas do Distrito Federal e a biblioteca escolar. Amaral (2008) relatou que houve um número expressivo de usuários preocupados em melhorar os serviços da biblioteca, no entanto é necessário um redimensionamento dos serviços oferecidos aos usuários e uma mediação efetiva na condução de novas propostas que integrem, inclusive, as

tecnologias de informação, bem como o papel dos professores, pois o trabalho somente com o livro didático é destacado como insuficiente para atender às novas exigências do conhecimento na sociedade contemporânea. Verifiquei que o trabalho destacou a necessidade urgente de integração entre educandos, educadores e a biblioteca escolar, a fim de garantir o acesso ao lazer e ao conhecimento, na chamada sociedade da informação.

O trabalho de Ferraz (2008) teve como objetivo desenvolver e analisar práticas de leitura mediadas com alunos de uma escola pública de Ensino Fundamental I. Ferraz se propôs a executar e analisar práticas de leitura mediadas com alunos que não tinham um histórico nessa prática, no entanto, por trabalhar apenas três meses, a autora considerou a necessidade de continuidade de ações que integrassem educandos, educadores e a biblioteca escolar. A presença do professor nas atividades promovidas no espaço da biblioteca configurou, segundo Ferraz (2008), um processo de legitimação ao trabalho, o que deu maior consistência e efetividade ao processo de mediação. Visibilizei a necessidade do desenvolvimento de práticas de leitura mediadas e permanentes no contexto da biblioteca, uma vez que esse trabalho permitiu a contextualização de várias obras e autores e a ampliação do universo cultural dos alunos.

A pesquisa de Costa (2009) objetivou analisar a presença da produção literária premiada pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte, visando contribuir para os estudos sobre os diferentes aspectos da literatura infantil brasileira. Costa concluiu que os resultados do trabalho podem funcionar como um diagnóstico das bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte, por contemplar a sua quase totalidade. A autora observou, nas visitas às bibliotecas, a realização de atividades desenvolvidas com a literatura que demonstraram uma preocupação de muitos dos profissionais que ali atuam de mediar a leitura de forma a propiciar a formação de leitores literários. Percebi, no entanto, que essas iniciativas estão ligadas a interesses e a valorizações muito particulares, dependendo dos profissionais que estão atuando no momento na biblioteca, na coordenação escolar, ou de determinados professores, sendo isoladas e que nem sempre estão ligadas a projetos mais abrangentes.

O objetivo do trabalho de Souza (2009) foi o de pesquisar a instalação de bibliotecas nos grupos escolares do Estado de São Paulo, no período de 1890 a 1920, uma vez que esses espaços estavam previstos em documentos, plantas arquitetônicas e debates acerca da reforma da instrução pública no início da República. Souza revelou, em sua pesquisa, que a instalação de bibliotecas nos grupos escolares no Estado de São Paulo entre 1890 e 1920 se configurou por meio de uma cultura escolar que influenciou rupturas e permanências. Os discursos de implantação e permanência desse espaço na escola primária fizeram parte de uma reformulação de métodos, objetivos, materiais de ensino adotados, formas de organização e hierarquização da escola naquele período, segundo a mesma fonte. Como pesquisa histórica, esse trabalho me fez analisar a relevância dos estudos da cultura escolar, percebendo-a não como algo refratário, mas como uma cultura heterogênea e passível de mudanças em todos os períodos históricos, mesmo que por meio de conflitos entre os diversos agentes envolvidos no processo educacional.

Em relação ao trabalho de Moraes (2009), os objetivos foram: i) identificar os profissionais que atuavam nas bibliotecas escolares de Belo Horizonte/MG; ii) especificar as funções desses profissionais dentro da biblioteca; iii) verificar a formação de cada um e o envolvimento com o projeto pedagógico da escola; iv) identificar as atividades realizadas na biblioteca; v) verificar se os profissionais tinham conhecimento acerca das políticas públicas voltadas para esse espaço escolar; e, vi) investigar as diretrizes do Programa de Biblioteca Escolar da Rede Municipal de Belo Horizonte. A pesquisa de Moraes (2009) apontou, no que diz respeito ao acervo, que a situação positiva das bibliotecas escolares da rede se destaca nacionalmente, além de possuir uma posição privilegiada em relação a outras cidades brasileiras. Moraes (2009) destacou a importância do “Programa de Revitalização das Bibliotecas Escolares de Belo Horizonte”, que foi responsável por várias mudanças na valorização desse espaço cultural. Outro aspecto mencionado foi que o projeto de automação das bibliotecas já estava em andamento no período da pesquisa. Sobressaíram-se grupos de estudo que discutiam assuntos temáticos, como a automação, a política de acervos, a formação de pessoal e a classificação de acervo, isso além de o trabalho garantir a presença de bibliotecários graduados e a interlocução entre vários profissionais.

Observei que algumas questões são complexas, tais como: i) a contratação de auxiliares de biblioteca; ii) a valorização do bibliotecário; iii) a falta de interlocução entre professores e bibliotecários; e, iv) a falta de projetos conjuntos para a formação de leitores, entre outras, que puderam ser observadas também na pesquisa em Naviraí/MS.

O trabalho de Montuani (2009), por sua vez, procurou descrever e investigar alguns possíveis impactos da política pública de distribuição de livros de literatura por meio do PNBE, na formação de leitores literários. A pesquisa concluiu que a eficácia das políticas públicas de promoção à leitura no Brasil, em especial aquelas com vistas à formação de leitores literários, depende do estabelecimento de ações articuladas entre governo federal e os demais entes federados. No caso específico de Belo Horizonte, local em que se deu a pesquisa, Montuani (2009) destacou que a maior parte dos profissionais (que trabalhavam nas bibliotecas escolares, professores e alunos) afirmou conhecer o PNBE. Esse conhecimento, no entanto, se limitava a ter conhecimento de que os livros chegavam à escola, não havendo uma informação mais aprofundada sobre os objetivos da distribuição do material, da frequência de chegada dos acervos ou sobre a política nacional de formação de leitores do qual o programa fazia parte. Um aspecto revelado na pesquisa é que os livros não apenas chegaram à escola, mas estavam disponibilizados nas estantes da biblioteca para uso coletivo de alunos, professores e comunidade escolar em quase a totalidade das escolas, sendo que em apenas duas instituições estavam armazenados em caixas até o dia da pesquisa. A pesquisa revelou que metade dos entrevistados declarou não ter realizado nenhum trabalho com os livros recebidos e não teve conhecimento sobre o desenvolvimento de atividades específicas por outros profissionais da escola. Destaco aqui a pouca conexão entre profissionais da biblioteca e professores, aspecto que precisa ser trabalhado inclusive nas bibliotecas escolares de Naviraí.

Silva (2009a) propôs-se a analisar a chegada dos acervos selecionados pelo PNBE/2006 nas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, além de verificar o conhecimento que os professores tinham sobre o programa e identificar os possíveis usos do acervo em sala de aula. As conclusões de Silva apontaram que, com a aplicação de formulário aos profissionais que atuavam nas

bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Belo Horizonte foi possível observar que houve a chegada e disponibilização dos acervos nas escolas. Verificou-se que, das 154 escolas que declararam atender aos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, 88% haviam recebido os acervos do PNBE/2006, 6% afirmaram que não haviam recebido e outros 6% não souberam informar. Quanto à quantidade de acervos, 43% declararam ter recebido os três acervos disponíveis, enquanto 13% e 17% receberam dois e um acervos, respectivamente. Do total, 27% dos entrevistados afirmaram ter recebido os acervos do PNBE, no entanto não sabiam afirmar com certeza quantos livros haviam chegado à escola. Reafirmo aqui a importância do PNBE (BRASIL, 1997b) para a ampliação de acervos de obras literárias das escolas públicas do país a partir de final da década de 1990.

O trabalho de Perin (2009), por sua vez, foi realizado em 18 escolas municipais que ofereciam os anos iniciais do ensino fundamental em Presidente Prudente/SP e teve como objetivo analisar como os espaços que medeiam a leitura na escola são utilizados. Foram identificados dois espaços de mediação nas escolas municipais de Presidente Prudente – a Biblioteca Escolar e o “Canto da Leitura”. O primeiro era utilizado por todas as escolas, às vezes era aberto à comunidade; o segundo era mediado pelo professor, por estar dentro da sala de aula. O trabalho de Perin apresentou resultados qualitativos quanto à questão da mediação didática e mediadores de leitura. A pesquisa apontou que, mesmo não representando a totalidade de escolas de Presidente Prudente/SP, o estudo contou com uma amostra significativa, próxima de 50% das escolas. Os dados revelaram a mediação didática e o papel dos mediadores (nesse estudo foram investigados/as professores/as e bibliotecários/as e/ou profissionais responsáveis pela biblioteca) nos dois espaços destinados à leitura: o “canto da leitura” (em sala de aula) e a biblioteca escolar. Conforme as conclusões, ainda há um longo caminho a percorrer para que os profissionais se tornem realmente mediadores da leitura, pois, muitas vezes não há um elo entre a biblioteca, os professores, alunos e bibliotecários, o que, segundo Perin, deixou transparecer o despreparo desses profissionais para a atividade que desempenham, uma vez que a maioria é composta por professor readaptado, que foi afastado da sala de aula por

problemas de saúde, mas que não recebeu orientação para o desempenho da função.

A pesquisa de Guimarães (2010) objetivou investigar se as políticas públicas de incentivo à leitura, em especial, o PNBE, têm contribuído com o acesso à leitura, bem como a formação de leitores e a dinamização da biblioteca escolar. Guimarães concluiu que, para que se formem leitores no Brasil não basta a compra de livros de boa qualidade, pois que é importante que se faça um trabalho de capacitação de professores e de outros profissionais da educação para que consigam atuar coletivamente como mediadores de leitura. Concordo que é necessária a formação dos profissionais mediadores e, além disso, a garantia de condições de trabalho adequadas nos espaços de bibliotecas escolares.

O trabalho de Carvalho (2011) investigou a rede estadual de ensino de São Paulo e buscou definir quais eram os pontos em que existia diálogo entre os documentos (MANIFESTO IFLA/1999 em Prol da Biblioteca Escolar e o Plano Nacional da Leitura e do Livro (PNLL) 2006) e a biblioteca escolar. Carvalho apontou, sobre a rede de biblioteca de São Paulo, que “[...] o que é inexistente é a regulamentação das bibliotecas escolares na rede estadual de São Paulo, já que a política de acervo existe e está dentro das perspectivas do PNLL (2006), porém, sem corresponder às diretrizes do Manifesto IFLA²⁷/1999 [...] (CARVALHO, 2011, p. 89)”. A autora afirmou que “[...] não há profissionalização dos envolvidos nos projetos e o aspecto pedagógico da prática de leitura na biblioteca é muito problemático, por conta da falta de estrutura das escolas” (CARVALHO, 2011, p. 89).

A pesquisa de Dias (2011) também investigou o estado de São Paulo, porém somente o município de Birigui e buscou verificar o aproveitamento do acervo e frequência às bibliotecas escolares públicas, por parte de alunos e de professores. Objetivou verificar como os professores de Português utilizavam os acervos e estimulavam a frequência à biblioteca. Esse estudo foi realizado em três escolas da mencionada cidade e apontou que as ações se limitavam ao espaço da biblioteca, pois poucos professores incentivavam a leitura e indicavam

²⁷Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA).

livros. Apontou a falta de projetos ligados aos responsáveis pelas bibliotecas e os existentes às vezes eram negligenciados pelos gestores e pelo projeto pedagógico da escola. Observou-se a inadequação dos espaços das bibliotecas, pequenos, com mobiliário inadequado e desconfortável para a leitura. Há necessidade de engajamento de toda a comunidade escolar para que a biblioteca realmente se torne um espaço adequado e prazeroso para o leitor, bem como dos poderes públicos na tarefa de políticas efetivas visando à construção de espaços de bibliotecas escolares de modo a atender a comunidade.

A pesquisa de Castro (2011) analisou os discursos sobre a biblioteca, com alunos do ensino médio e funcionários/as das bibliotecas de quatro escolas de João Pessoa/PB. Castro apontou que os alunos são os maiores frequentadores das bibliotecas escolares, no entanto não há um espaço organizado para a comodidade desses sujeitos. Na contramão dos discursos de que os alunos não leem no Brasil, a pesquisa desvendou que os alunos frequentam as bibliotecas públicas e leem por prazer, lazer, sem os compromissos das leituras “escolares”. O trabalho indicou a questão do “silêncio” no espaço das bibliotecas como algo que impõe certa ordem, regula o comportamento. Constatou-se que, no espaço das bibliotecas, se exige predominantemente uma leitura utilitária, defendendo, no entanto, a biblioteca como espaço múltiplo: da leitura para conhecimento, informação e da leitura literária, pois a última pode ampliar os horizontes culturais dos alunos.

O trabalho de Siqueira (2011), por sua vez, realizado com alunos de ensino médio de escolas públicas da cidade de Viçosa/MG, objetivou analisar as práticas de leitura literária adotadas pela escola e verificar as relações entre o ensino de literatura e a formação do leitor. Observei que, na pesquisa de Siqueira, os resultados apontaram que os alunos de ensino médio de escolas de Viçosa-MG estudam literatura, mas não leem a obra literária. A autora destacou que muitas vezes os professores não conhecem os documentos norteadores das políticas em relação à formação de leitores e que na escola há vários fatores que dificultam a aproximação do aluno com o texto literário, entre eles, a competição com as novas tecnologias, a aversão à “leitura obrigatória”, a seleção inadequada de obras para leitura e a falta de oportunidades concretas para o acesso ao texto literário.

A pesquisa de Dantas (2011) teve como objetivo analisar as práticas informacionais dos sujeitos nas bibliotecas escolares das unidades do Colégio Pedro II – CPII, no Rio de Janeiro, por meio da produção de sentidos de alunos, de ex-alunos, de professores, de bibliotecários e de diretores da instituição. A proposta teve como ponto de discussão as falas dos sujeitos e suas representações. O pesquisador observou as práticas informacionais dos sujeitos nas bibliotecas do colégio. Segundo Dantas (2011), o modelo de ensino enraizado na educação brasileira deu indícios de ser um dos principais canais de silenciamento das bibliotecas escolares. A valorização da biblioteca escolar no CPII, por outro lado, foi conquistada aos poucos, como foi observado nas entrevistas, pois mostrar uma biblioteca diferente da que se tinha exigiu muito esforço individual e coletivo de alguns sujeitos. Além disso, o bibliotecário apareceu como um dos principais elos nesse processo de transformação.

Os trabalhos expostos até o momento evidenciaram como as pesquisas têm avançado no sentido de mostrar tanto as dificuldades, como os avanços da biblioteca escolar no Brasil. Percebi que os avanços estão relacionados à: i) implantação de políticas de aquisição e melhoria de acervos; ii) constituição de experiências visando inserir os alunos em projetos de formação de leitores; e, iii) tratamento técnico da biblioteca escolar. No entanto, há necessidade de um trabalho mais intenso que: i) envolva a comunidade escolar para que a biblioteca realmente se constitua como espaço de lazer e pesquisa, adequado às novas tecnologias; ii) construa espaços adequados ao funcionamento de bibliotecas escolares e adaptadas às necessidades do público alvo; e por fim, iii) estabeleça metas para a formação de mediadores e para a formação de redes colaborativas entre bibliotecas.

Com relação às teses, selecionei cinco trabalhos que apresentavam questões importantes para a pesquisa em foco. No trabalho de Machado (2003) buscou-se saber o que leem e como se relacionam com as práticas de leitura literária os jovens na idade de 10 a 13 anos. As reflexões e análises sobre a produção, recepção e circulação da leitura literária presentes na tese, segundo a autora, decorreram de dados recolhidos e organizados em pesquisa bibliográfica e coletados na pesquisa de campo em duas escolas de Belo Horizonte/MG, em que se desenvolveu um projeto de incentivo à leitura literária, de nome

“Giroletras”. Para isso, optou-se por comparar o que leem e como leem os jovens em duas escolas, uma situada em bairro popular e outra em bairro de alta classe média – dois contextos sociais nos quais circulam práticas culturais distintas. A tese proposta por Machado (2003) defendeu que os modos de apropriação da literatura por leitores jovens são constituídos pelas possibilidades dadas por mediações nos espaços de leitura – biblioteca e sala de aula – nas escolas e revelam suas preferências, permitindo uma categorização quanto ao grau de dependência que se estabelece entre eles e as práticas escolares, verificando em que medida há uma formação do leitor no sentido da sua autonomia. A pesquisadora construiu os instrumentos do trabalho, que foram: i) entrevistas com alunos, professoras, bibliotecárias e auxiliar de biblioteca; ii) observação de atividades em sala, observação de atividades nas feiras literárias; iii) acompanhamento de reuniões da coordenação do projeto Giroletras; e, iv) coleta de textos escritos, resenhas e avaliações. As conclusões de Machado (2003) apontaram para diferentes relações que se estabelecem no projeto Giroletras, das duas escolas. Desta maneira, na instituição particular de ensino, os sujeitos se colocam na posição de *autoridade*, no sentido de serem *autores*. Por outro lado, na escola pública, os sujeitos mediadores buscam antes um apoio externo às ações que conduzem. A autora concluiu que as diferentes ações que se observam em sala de aula e na biblioteca parecem estar direta e visivelmente ligadas às representações da leitura literária que se constroem em um e outro meio social, marcados por trajetórias particulares e/ou coletivas.

A pesquisa de Fernandes (2004) não estava disponível no portal da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho foi publicado em 2003, como livro eletrônico, em versão com o título “Leitura, Literatura Infanto-Juvenil e Educação”. A pesquisa teve por objetivo mostrar a importância que a leitura assume no mundo atual e os percalços para a formação do leitor e para a democratização da leitura no Brasil nos últimos trinta anos. Além disso, investigou a intervenção do Estado na promoção da leitura, por meio de políticas públicas e de programas governamentais de incentivo à leitura a partir da década de 1980, especialmente o Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL) de 1984 a 1996 e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de 1997 a 2002. O trabalho concluiu, entre outras questões, que as políticas de leitura, até o momento, se preocuparam

apenas com a distribuição de livros e, por isso, não resolveram o problema da formação do leitor no Brasil, apesar de possibilitar o acesso da criança e do jovem ao acervo. Por isso considero que a distribuição de livros precisa estar articulada com outras ações, como, por exemplo, a qualificação dos professores e dos bibliotecários.

A tese de Silva (2006c) apresentou uma proposta de formação do mediador de leitura que atua em biblioteca escolar. O tipo de pesquisa e/ou metodologia se configurou como pesquisa-ação, uma vez que houve a intervenção na rede municipal de ensino de Londrina, por meio da estruturação do projeto de leitura 'Bibliotecas Escolares: Palavras Andantes', no período de 2002/2004. Segundo Silva (2006c) foram coletados dados em Barcelona, de 2005/2006, em duas bibliotecas escolares, a fim de estabelecer uma correlação entre Barcelona/ESP e Londrina/PR. O objetivo do trabalho de Silva foi formular um modelo de formação do mediador de leitura que pudesse ser aplicado em qualquer município do Brasil por meio do desenvolvimento de cursos de formação continuada, com periodicidade anual ou bianual, que possibilitassem ao professor mediar a leitura na biblioteca da escola e se utilizar dos materiais escritos nela disponíveis. Silva, após três anos de intervenção no projeto de leitura da rede municipal de ensino de Londrina, concluiu que o processo de mediação é possível na escola, desmentindo a ideia subjacente no Brasil de que a leitura não frutifica nesse espaço. Apontou que, se houver objetivos claros, as ações promovem a leitura no ambiente escolar. Outro aspecto relevante na pesquisa de Silva (2006c) é o de que, quando houve o início do trabalho com os profissionais que atuavam na biblioteca, o autor relatou que esses professores e/ou servidores, quase sempre readaptados, não tinham uma boa imagem na escola, pois o fato de atuarem na biblioteca os mostrava como *peessoas doentes, incapacitadas* de certa forma, para o trabalho em sala de aula. Para resgatar a autoestima desses profissionais e qualificá-los para a atividade de mediação na biblioteca, o autor, durante o desenvolvimento da pesquisa, estabeleceu cursos que tivessem como conteúdos: i) a relação da criança com a leitura; ii) a inclusão cultural do professor; iii) as especificidades do texto literário e do não literário; iv) a relação entre biblioteca escolar e a formação de leitores na escola; e, v) a biblioteca e as áreas do conhecimento. Outra questão que Silva (2006c) observou, e dos quais

tratou nos cursos, foi a questão da cultura, pois concordo que há de se considerar que, se o professor não teve oportunidades de frequentar teatro, cinema e exposições, isso poderia inibir a relação com a literatura, que também é uma forma de arte.

Outros aspectos importantes na tese de Silva (2006c) se referem às comparações entre Barcelona e Londrina. Ele afirmou que “[...] a mediação da leitura na biblioteca escolar, tanto lá como aqui, era realizada por um professor da escola que não tinha formação específica em Biblioteconomia” (SILVA, 2006c, p. 188). Por outro lado, foi detectado que em Londrina havia curso de formação continuada para professores de biblioteca, no entanto, em Barcelona, não. Outra questão que se assemelhou em relação às bibliotecas em Londrina e Barcelona era o uso utilitarista do texto literário, em que, sempre após uma leitura, era necessário desenhar, escrever um resumo, responder perguntas. Quanto a isso corrobora Soares (2001) quando afirma ser uma *inadequada escolarização* da literatura, em que se usam artifícios para que os alunos leiam, mas essas sobretarefas, às vezes, ao invés de aproximá-los da leitura, os afastam. A escolarização da literatura, segundo Soares (2001), se faz de forma *inadequada* quando se didatiza a literatura e são realizadas cobranças de tarefas sobre as leituras feitas, como: i) resumos do texto literário; ii) preenchimento de fichas de leitura; ou, iii) provas sobre determinadas obras literárias. Trata-se de tarefas que afastam muitos leitores do livro, por medo, receio ou mesmo desinteresse. A tese de Silva (2006c), de que trato aqui, também reiterou a ideia de que o professor que faz a mediação de leitura nos anos iniciais do ensino fundamental deve receber formação continuada acerca da leitura, da literatura e da sua relação na formação da criança.

A pesquisa de Silva (2006c) revelou que, com relação aos acervos, mobiliários e espaços das bibliotecas, as barreiras existentes aqui não existiam com a mesma intensidade em Barcelona. Há de se considerar, nesse aspecto, a precariedade das políticas de construção de bibliotecas escolares no Brasil, considerando que pesquisas afirmam que o espaço da biblioteca é, na maioria das escolas, adaptado (antes funcionava em sala de aula, em sala de coordenação pedagógica). Mesmo com essa precariedade, a própria Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010) não deixa claro que, para se implantar biblioteca,

é necessário um espaço físico adequado, além de um funcionário bibliotecário, entre outras exigências.

A pesquisa de Rodrigues (2008) teve como objetivo realizar um rastreamento da transformação cultural, especialmente no que se refere ao universo da leitura, ocorrida nos arredores dos anos 70 do século XIX, em Mato Grosso. Segundo a autora, foi constatada, por meio dos jornais mato-grossenses daquela época, a presença de notícias sobre a existência de uma rede de associações culturais ligadas ao teatro e à literatura/leitura, de informações sobre a comercialização de livros em livrarias e sobre a atuação de casas-editoras nacionais e estrangeiras, do Rio de Janeiro, presentes no estado. A autora da pesquisa partiu da percepção de que os livros que tratam da questão das relações dos homens com a cultura letrada no Brasil não costumavam trazer informações relativas à região Centro-Oeste, tampouco sobre o Mato Grosso. A mesma autora destacou, em sua tese, que, quase sempre, a produção regional de uma única unidade da federação é que costuma servir de base para generalizações para o país. Ela se utilizou da metodologia documental, por meio da análise de jornais e de obras literárias da época, para compreender o processo de produção cultural no estado de Mato Grosso, no final do século XIX. O que me interessou nesse trabalho, além da análise histórica que a autora faz da questão cultural e sua relação com a leitura/literatura no estado de Mato Grosso no final do século XIX, foi o fato de ela retomar um pouco mais o assunto da semelhança desse estado com o Mato Grosso do Sul, que se tornou estado legalmente independente de Mato Grosso apenas em 1977. O presidente da República, Ernesto Geisel, elevou Mato Grosso do Sul efetivamente à categoria de estado em 1º de janeiro de 1979. Ao tecer suas conclusões sobre a pesquisa, Rodrigues (2011, p. 173) assim indagou: “Se nos dias de hoje são comuns os discursos que apontam para a ausência da leitura no Brasil, o que dizer então em relação ao Mato Grosso? E ao Mato Grosso da segunda metade do século XIX [...]?”. Segundo a autora, pode-se considerar que os primeiros registros sobre a vida cultural do Mato Grosso foram deixados por cronistas e viajantes, aventureiros e cientistas oriundos das mais diversas partes do mundo. Os cientistas, em sua maioria, estrangeiros, foram atraídos pelas notícias das riquezas da região Centro-Oeste do Brasil.

Embora historiadores afirmassem a quase inexistência de uma cultura letrada em Cuiabá, a autora destaca que “O Prof. João Antônio Neto, ao tecer comentários sobre a importância do jornal como 'grande coletor e condutor da cultura literária' em Mato Grosso, afirmou que 'o povo cuiabano lia e consumia cultura'” (RODRIGUES, 2011, p. 175). Assim, posso dizer, dessa tese aqui em estudo, que os achados nos jornais mato-grossenses dos anos de 1870 do século XIX evidenciaram a presença de notícias sobre a existência de uma rede de associações culturais ligadas ao teatro e à literatura/leitura, de informações sobre a comercialização de livros em livrarias e sobre a atuação de casas-editoras nacionais e estrangeiras. Conquanto considerada apenas uma exceção, uma vez que a maioria da população brasileira nesse período era analfabeta, não se podem descartar essas observações, uma vez que elas contam a história da leitura no estado de Mato Grosso e abrem novos debates para a pesquisa sobre aspectos culturais e literários no Brasil. Como afirma Abreu (2001a), os discursos de viajantes sobre a leitura no Brasil não cansaram de repetir a ausência, a falta de escolas, o número reduzido de livreiros e o desinteresse dos brasileiros pela leitura. Não obstante, as reclamações dos visitantes, Abreu alerta para o fato de que, quando se compara a leitura no país, o espelho são em cenas europeias, o que, de certa forma, deturpa a visão. Verifiquei que o trabalho de Rodrigues coloca “luz” sobre lugares e questões que nem sempre são pesquisadas.

O trabalho de Pimentel (2011) teve por objetivo conhecer e analisar o projeto de salas de leitura desenvolvido em escolas da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa se propôs a conhecer e a analisar o projeto no macronível (órgão central – da Secretaria Municipal de Educação – SME), no mesonível (de uma das Coordenadorias Regionais de Educação – CRE) e no micronível (sala-polo de leitura), bem como analisar sobre a composição e a organização do acervo literário e dos espaços/ambientes de livro e leitura a partir de estudo de uma sala-polo de leitura, além de refletir sobre o lugar que a literatura pode ocupar na escolarização da leitura e de tentar compreender as estratégias para uma adequada gestão e formação de professores. Pimentel, ao desenvolver a pesquisa qualitativa, utilizou-se de metodologia documental e pelas estratégias de: observações participantes em uma sala-polo de leitura, entrevistas com responsáveis pelo “projeto sala de

leitura” no órgão central, em uma das coordenadorias, e com professores de salas de leitura. Pimentel (2011) conclui que: a) considerando que a política de livro e leitura da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, ao investir em salas de leitura, pode oferecer subsídios para outras políticas locais, e tomando os eixos do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), foi possível fazer algumas proposições a partir das análises sobre o que vem sendo realizado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, por meio da gestão das salas de leitura; b) estas análises permitiram observar que, no Eixo I (Democratização do Acesso) do Plano Nacional do Livro e da Leitura (BRASIL, 2006), as salas de leitura da rede municipal de educação do Rio de Janeiro podem ser exemplos, uma vez que incorporaram novas mídias e contavam com a parceria da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), em ações como composição do acervo e formação de professores (PIMENTEL, 2011); c) Com relação ao Eixo 2 do PNLL (Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores), foi possível concluir que, na proposta das salas de leitura da rede municipal, houve forte ênfase em cursos de formação de educadores sem que se percebesse a importância de ações voltadas às instituições como um todo. Além disso, a falta de apoio institucional aos profissionais dedicados à promoção da leitura acaba por impor uma descontinuidade de projetos. Pimentel (2011) assevera que, tanto no plano nacional como nas salas de leitura da rede municipal, a indicação de um promotor da leitura foi preferencialmente realizada em cursos de formação de educadores e pouco se valorizou o conhecimento da área da Biblioteconomia, ainda que não seja de todo descartado. Com relação ao Eixo 3 do PNLL (Desenvolvimento da Economia do Livro), Pimentel (2011) concluiu que, tanto em nível federal como em nível municipal, a cadeia produtiva do livro tem sido privilegiada, o que resulta no fato de que a distribuição dos bens de leitura esteja chegando às escolas, especialmente no que foi observado na pesquisa nas salas de leitura da rede municipal do Rio de Janeiro.

As teses localizadas e analisadas aqui neste trabalho mostraram que: i) as representações da leitura literária que se constroem em um e outro meio social marcam as trajetórias particulares e/ou coletivas dos leitores; ii) a leitura assume importância acentuada no mundo atual; iii) houve avanços e percalços para a formação do leitor e para a democratização da leitura no Brasil nos últimos trinta

anos; iv) as políticas de acesso ao livro foram ampliadas, mas ainda faltam investimentos significativos na formação dos profissionais e na melhoria dos espaços; v) apesar de ideias de falta de uma cultura literária no Brasil, análises de jornais mato-grossenses dos anos de 1870 do século XIX já evidenciavam a presença de notícias sobre a existência de uma rede de associações culturais ligadas ao teatro e à literatura/leitura, de informações sobre a comercialização de livros em livrarias e editoras; e, vi) a falta de apoio institucional aos profissionais dedicados à promoção da leitura acaba por impor uma descontinuidade de projetos de incentivo à leitura.

2.3 Bibliotecas e Bibliotecas Escolares na Região Centro-Oeste

Localizada no coração do Brasil, a região Centro-Oeste é uma das cinco regiões brasileiras estabelecidas pela divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Embora conte com apenas três estados e o DF, a região é a segunda maior em extensão territorial, atrás apenas da região Norte. Em termos climáticos, apresenta um clima tropical semiúmido com duas estações bem definidas: verão quente, úmido e chuvoso e inverno ameno e seco. A vegetação, por sua vez, caracteriza-se pelo predomínio do Cerrado, além do Pantanal a oeste da região e áreas da Amazônia em boa parte do Mato Grosso (BRASIL, SUDECO, 2018).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste-2007-2020 (BRASIL, 2007), o Centro-Oeste é uma região de expansão econômica e demográfica recente, com a implantação de uma moderna agropecuária, sobretudo nos cerrados. Com uma área total de 1,61 milhões de km², correspondente a 18,9% do total do Brasil, e com uma população de 11, 636 milhões de habitantes (em 2000, ou 13 milhões em 2005, segundo projeção do IBGE), cerca de 6,9% da população brasileira, a região tem uma baixa densidade demográfica (7,2 habitantes por quilômetro quadrado, menos da metade da média nacional, estimada em 19,8 habitantes por quilômetro quadrado).

A economia regional decorre da rápida penetração da moderna agropecuária, concentrada na produção de grãos e na pecuária de corte. Mesmo

com indicadores sociais melhores que a média nacional, a realidade social da região contrasta com a acelerada expansão da economia, que, além disso, deixa um rastro preocupante de degradação ambiental (BRASIL, 2007). A formação econômica e social do Centro-Oeste teve início, timidamente, durante o período colonial e ampliou-se com a construção de Brasília e a abertura de vias de acesso, ganhando velocidade e intensidade com a industrialização brasileira e os avanços tecnológicos, que facilitaram a exploração da agropecuária nos cerrados (BRASIL, 2007).

A cultura do Centro-Oeste brasileiro é diversificada, pois recebeu contribuições dos indígenas, paulistas, mineiros, gaúchos, bolivianos e paraguaios. São manifestações culturais típicas da região: a cavalhada²⁸, no estado de Goiás; o cururu²⁹, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; além da culinária como o arroz com pequi, sopa paraguaia³⁰, arroz carreteiro, entre outros. O pescado também é muito apreciado na região: pacu (assado na brasa); moqueca de pintado, piraputanga ao molho branco (FRANCISCO, 2018). No tocante às manifestações literárias, a região apresenta grandes nomes da literatura nacional, como Cora Coralina³¹ e Manoel de Barros³².

No quadro a seguir é possível visualizar alguns indicadores da região:

²⁸ **Cavalhada** é uma apresentação teatral ao ar livre, em que homens montados a cavalo representam uma luta medieval entre Cristãos e Mouros, algumas vezes com enredo baseado no livro "Carlos Magno e Os Doze Pares da França", uma coletânea de histórias fantásticas sobre esse rei. (ADRIANO, C. 2010. Disponível em: <<http://www.naveliteratura.com/2010/10/centro-oeste.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018).

²⁹ **Cururu** é uma dança de caráter religioso, provavelmente de origem ameríndia. Introduzida nas festas cristãs pelos missionários jesuítas, que, na catequese, se valiam da dança para transmitir conhecimentos. Tem como características o sapateado e o palmeado, ao som da viola, pandeiro e reco-reco. (ADRIANO, C. 2010. Disponível em: <<http://www.naveliteratura.com/2010/10/centro-oeste.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018).

³⁰ **Sopa paraguaia** é um bolo de milho salgado muito consumido no Mato Grosso do Sul. Além do milho ralado, ingredientes como leite, óleo, queijo em abundância e cebola tornam esse um prato delicioso, assado em forno comum ou de barro.

³¹ **Cora Coralina** (1889-1985) foi uma poetisa e contista brasileira. Publicou seu primeiro livro quando tinha 75 anos. Ana Lins dos Guimarães Peixoto, conhecida como Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás/GO, no dia 20 de agosto de 1889 e faleceu dia 10 de abril de 1985 em Goiânia/GO.

³² **Manoel de Barros** (1916-2014) foi um poeta brasileiro. Foi um dos principais poetas contemporâneos. Autor de versos nos quais elementos regionais se conjugavam a considerações existenciais e uma espécie de surrealismo pantaneiro. Manoel Wenceslau Leite de Barros (1916-2014) nasceu em Cuiabá/MG, em 19 de dezembro de 1916 e faleceu em Campo Grande/MS em 13 de novembro de 2014.

Quadro 3 – Dados da Região Centro-Oeste				
	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Área	5,779,999 km ²	340,111,376 km ²	903,378,292 km ²	357,145,534 km ²
Capital	Brasília	Goiânia	Cuiabá	Campo Grande
População estimada 2014	2.852.372	6.523.222	3.224.357	2.619.657
População Censo 2010	2.570.160	6.003.788	3.035.122	2.449.024
IDH- Índice de Desenvolvimento (2010)	0, 824	0, 735	0, 725	0,729
Densidade demográfica (hab./km ²)	444,66	17,65	3,36	6,86
Rendimento mensal Domiciliar <i>per capita</i> da população residente – 2014 (reais)	2.055	1.031	1.032	1.053
Número de municípios	1	246	141	79
Fonte: BRASIL. Superintendência para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO, 2018. Disponível em: < http://www.sudeco.gov.br/a-regiao-centro-oeste >. Acesso em: 10 fev. 2018.				

Em relação à Educação, o Plano (BRASIL, 2007) previu duas questões como eixos principais: 1) Melhoria da Educação, pois considerava que a educação da população centro-oestina era fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida e o aumento das oportunidades sociais, ao mesmo tempo em que representava uma contribuição decisiva para a competitividade regional, facilitando a preparação da mão de obra e os avanços tecnológicos; 2) Inovação, desenvolvimento e difusão de tecnologia, que sustentava que o desenvolvimento tecnológico era uma necessidade básica para que a região consolidasse e ampliasse sua competitividade e, ao mesmo tempo, alterasse os processos de aproveitamento dos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental da região, além de desenvolver novos produtos e formas de utilização ambiental sustentável.

Em relação às Bibliotecas Públicas Municipais (BPMs) da região Centro-Oeste, o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais mostrou que, em 2009, 81% dos municípios do Centro-Oeste do Brasil possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que correspondia a 408 bibliotecas em 376 municípios. O índice era superior à média nacional (79%). Em 11% dos casos, as bibliotecas estavam em fase de implantação ou reabertura e em 8% estavam fechadas, extintas ou nunca existiram. Considerando aquelas que estavam em funcionamento, eram 2,93 bibliotecas por 100 mil habitantes, enquanto a média brasileira era 2,67 (BALDI et al.,2010).

Conforme informações do Censo, o Distrito Federal (100%) e Mato Grosso do Sul (90%) tinham os maiores índices de municípios que possuíam BPMs na região, enquanto Goiás (77%) e Mato Grosso (83%) tinham os menores. No Centro-Oeste, assim como no restante do Brasil (65%), o uso era maior para pesquisas escolares (71%) e apenas 1% iam ao local para o lazer. Goiás era o estado da região em que a frequência era maior para pesquisas escolares (82%) e o Distrito Federal era o 2º no *ranking* nacional em frequência para pesquisa geral (55%), atrás apenas de Roraima (88%) (BALDI et al., 2010).

Os resultados apresentados nesse levantamento mostraram que mesmo as bibliotecas públicas eram pouco frequentadas por lazer, por prazer, ou seja, na busca do que tenho defendido como acesso à literatura, à leitura literária. Aponto que as bibliotecas públicas guardam resquícios da década de 1970 no Brasil, a respeito do que Milanesi (1985) assegurou que elas se tornaram “escolares” e pareciam ter desenvolvido uma cultura de acesso para “fazer trabalhos e pesquisas solicitadas pelas escolas”, cumprindo apenas uma de suas funções, que seria a educativa e deixando de lado sua função cultural.

Com relação ao acesso dos estudantes às bibliotecas, nas diversas regiões brasileiras, esse acesso se manteve de forma desigual. Ao analisarem os dados do IBGE da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE, 2013³³), Saraiva e Martins (2013) observaram que, de uma amostra de 132.123 alunos do 9º ano do ensino fundamental com 15 anos ou mais, dentro de um universo estimado de 3,15 milhões, o número de alunos que tinha acesso às bibliotecas diminuía ou aumentava de acordo com as grandes regiões do país. Enquanto no Sul e no Sudeste essas participações eram de 97,6% e de 86,3%, respectivamente, no Nordeste e no Centro-Oeste essas fatias eram de 82,8% e de 81,5% (SARAIVA; MARTINS, 2013).

A pesquisa "Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil" (BRASIL, 2011) foi realizada a partir de amostragem e analisou o perfil de duas cidades da região Centro-Oeste, Goiânia, capital de Goiás, e Anápolis, cidade do estado de Goiás e constatou que o cenário de escolas com bibliotecas no estado de Goiás é bastante abrangente e não há um padrão de atendimento e de organização. A pesquisa evidenciou que o PNBE contribuiu significativamente para o aumento do

³³ Pesquisa Nacional Saúde do Escolar.

acervo, no entanto, não se conseguiu imprimir um padrão às bibliotecas escolares, no tocante ao recebimento, organização e manutenção, por meio da disponibilização aos usuários, de livros de literatura e obras de referência, em condições adequadas (BRASIL, 2011).

A partir da imersão nas leituras constatei a necessidade do aumento das pesquisas sobre as bibliotecas escolares na região Centro-Oeste e da articulação entre as diversas instituições científicas do país. Destaco a importância dessas investigações para a ampliação das finalidades dessa instituição, objetivando não só a leitura para pesquisas escolares, mas também para ampliar as práticas culturais por meio da biblioteca, em especial aquelas que se dedicam ao estímulo à leitura literária.

2.4 Bibliotecas e Bibliotecas Escolares no Estado de Mato Grosso do Sul

Criado em 1977, na gestão do então presidente Ernesto Geisel, o estado do Mato Grosso do Sul tem uma história marcada por movimentos políticos, sociais, econômicos e culturais. O desmembramento definitivo em relação ao estado de Mato Grosso só ocorreu mais tarde, em janeiro de 1979, com a instalação do seu primeiro governo estadual. Historicamente, além dos nativos indígenas e dos portugueses de séculos passados, chegaram para viver no estado, imigrantes japoneses, italianos, espanhóis, libaneses, armênios, palestinos, paraguaios e bolivianos, assim como migrantes paulistas, mineiros, gaúchos e nordestinos (IBGE, 2018a).

Segundo informações do IBGE, Mato Grosso do Sul é um dos estados da região Centro-Oeste do Brasil. Faz divisa com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e com os países: Paraguai e Bolívia. Sua área é de 357.145,531 km² e possui 79 municípios. A população apurada no Censo 2010 do IBGE foi de 2.449.024 habitantes e a densidade demográfica de 6,86 hab./km². A população estimada para 2017 foi de 2.713.147 habitantes, sua extensão territorial corresponde a 22,2% da região Centro-Oeste e a 4,19% do Brasil, com 357.145.836 quilômetros quadrados, em que 25% desse total são áreas do Pantanal sul-mato-grossense, com 89.318 quilômetros quadrados.

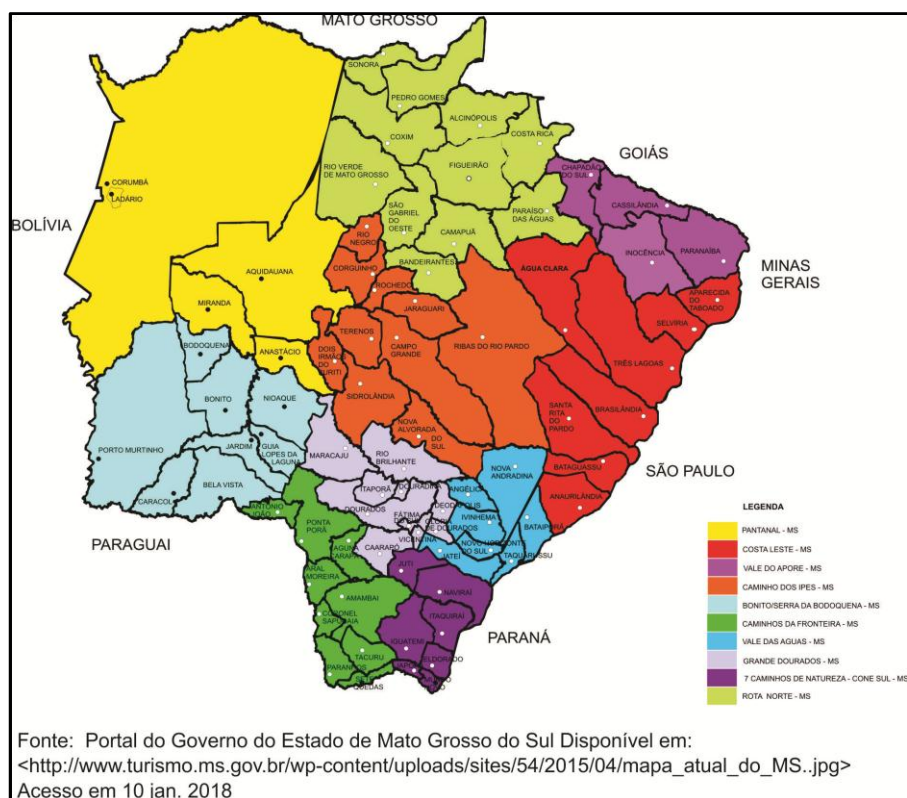
Dentre as potencialidades do estado enfatiza-se a biodiversidade da fauna e da flora regional, o potencial turístico (rios, cachoeiras, baías, belezas cênicas e paisagísticas) e o Aquífero Guarani, destacando Mato Grosso do Sul como detentor da maior porcentagem em extensão aquífera no território brasileiro. A matriz econômica do estado tem a agricultura e a pecuária como base, no entanto o processo de industrialização se expande com a instalação de usinas de álcool e açúcar, indústrias de celulose, de fertilizantes e outras (PELLMS³⁴, 2011).

A música e a culinária são componentes da "genética" cultural de Mato Grosso do Sul. A identidade cultural do Estado, moldada pela mestiçagem de costumes e de tradições, mesmo estando associada aos legados migratórios e imigratórios, mantém um forte tempero regional. Afirma-se ao sabor da gastronomia, das produções musicais, do artesanato indígena, das artes plásticas, das festas populares e das danças. A formação cultural do sul-mato-grossense, como dito, está associada à diversidade das tradições trazidas pelos migrantes e pelos imigrantes, mas algumas predominaram e deram uma característica muito peculiar às manifestações artísticas locais. Dessa maneira, a música e a culinária se constituíram nos principais componentes dessa genética do Mato Grosso do Sul, que fez de Campo Grande a capital, um centro de efervescência cultural (CONCEIÇÃO, 2018). As músicas, influenciadas pelas polcas e pelo chamamé embalam um cardápio plural na culinária, que é híbrida, com produtos e preparos portugueses, paraguaios, indígenas, africanos, asiáticos e hispânicos.

O mapa do estado de Mato Grosso do Sul pode ser visualizado a seguir:

³⁴Plano Estadual do Livro e Leitura de Mato Grosso do Sul.

Imagem 2 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul



Ao tratar das questões culturais, o PELLMS (2011) apurou que, de acordo com o *Anuário de Estatísticas Culturais 2009*– Cultura em Números –, o Estado conta com 21 salas de cinema, 43 museus, 11 teatros, 15 centros culturais, 1 centro de documentação histórica, 17 casas de artesãos, 28 livrarias, 6 editoras e 86 bibliotecas públicas, dentre estaduais e municipais.

O Plano Estadual do Livro e da Leitura de MS (2011) enfatizou que, em relação à difusão cultural, 60% dos municípios realizam festivais e/ou mostras de música, 43,59% mostras de dança, 67,95% feiras de arte e artesanato, além de festivais de cunho nacional que buscam contemplar as relações de fronteira e ecologia, com ênfase na música, teatro, artes plásticas, artesanato e literatura. Há uma produção literária apoiada pelos Fundos de Investimentos Culturais e Municipais, divulgada pela Associação de Novos Escritores e pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, assim como a produção acadêmica das universidades.

Segundo informações da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS, 2018), em 2004, o estado de Mato Grosso do Sul instituiu o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP/MS) por meio do Decreto nº 11.653, de

14 de julho de 2004, integrando-se a 26 Sistemas (SEBPs) existentes no país com o objetivo de apoiar os municípios na ampliação e no fortalecimento das bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias. O trabalho é coordenado pela Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FCMS). O SEBP/MS está envolto em um trabalho colaborativo, em rede, com modelo de gestão integrado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e Ministério da Cultura (MinC.).

Por meio de informações da Fundação de Cultura de MS (FCMS, 2018), detectei que o estado de MS foi o primeiro a zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas no país e buscou, por meio da FCMS, SEBP/MS, SNBP³⁵ e prefeituras, estimular a preservação, o desenvolvimento e a qualificação desses equipamentos culturais por meio de ações que colaborassem com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e o Plano Estadual do Livro e da Leitura (PELL/MS), além de auxiliar no cumprimento das metas do Plano Nacional e Plano Estadual de Cultura de MS.

De acordo com a Fundação de Cultura de MS (FCMS, 2018), durante o período de 2004 a 2011, o SEBP/MS acompanhou as ações do Ministério da Cultura para implantação e modernização de bibliotecas públicas com equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo bibliográfico. Além disso, publicou o Guia do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Mato Grosso do Sul e o Catálogo de Referências Bibliográficas do Acervo Regional da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim, intitulado: "Nas Trilhas da Literatura Sul-Mato-Grossense".

As informações me deram conta de que, nos anos de 2012 e 2013, em convênio firmado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Fundação Biblioteca Nacional houve investimento no Projeto de Modernização de Bibliotecas Públicas e que foi utilizado na atualização do acervo de dez bibliotecas, contempladas com plano de capacitação de pessoal em conteúdos, como "Planejamento e Organização de Bibliotecas", "Dinamização de Bibliotecas Públicas", "Contaço

³⁵ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

de Histórias como Prática de Incentivo à Leitura" e "Automação de Bibliotecas" (FCMS, 2018).

Com relação aos aspectos da demografia educacional, o Estado de Mato Grosso do Sul, segundo dados do Censo Escolar de 2010, apresentava um quantitativo de 675.831 matrículas, em que 79.403 correspondiam as das instituições privadas, 281.939 à rede estadual e 314.489 às redes municipais (PELLMS, 2011). A questão das bibliotecas escolares é considerada responsabilidade de estados e municípios (de cada rede de ensino) e foi integrada ao Plano Estadual do Livro e da Leitura de MS (PELLMS, 2011) a partir do estabelecimento de metas. A Meta 1, que visa a democratização do acesso, prevê “[...] fomentar a implantação e implementação de bibliotecas públicas e bibliotecas escolares em todos os municípios” (PELLMS, 2011, p. 50) e estipula como estratégia, para o alcance dessa ampliação, no item 1.4, “[...] orientar para o cumprimento da Lei Federal nº 12.244, de 24.05.2010, que determina a instalação de bibliotecas nas escolas”.

Embora com a previsão em lei desde 2010 para a implantação de bibliotecas nas redes de ensino, até o término desta pesquisa de tese (2018) apenas um espaço arquitetônico de uma escola estadual havia sido construído para funcionamento de biblioteca escolar – os demais eram todos adaptados. As redes municipais no estado de Mato Grosso do Sul concentram a maioria das matrículas da educação infantil e ensino fundamental. Neste caso encontram dificuldades com as questões que envolvem a construção dos espaços arquitetônicos, especialmente por causa da insuficiência de recursos no orçamento³⁶ municipal para manutenção da rede e as construções. Um dos motivos foi o crescimento de matrículas na faixa etária de 0 a 5 anos em creches, exigindo construções e adaptações constantes, responsabilidade que foi assumida integralmente pelos municípios a partir da Lei Federal nº 9394/96

³⁶Há pesquisas mostrando as dificuldades no financiamento da educação, pois ainda não se alcançou o montante de recursos para o cumprimento do atendimento à etapa da educação infantil e da educação básica como um todo com qualidade. Ademais, “[...] a descentralização das políticas de educação básica, ao responsabilizar os gestores locais pela implementação das mesmas, sem que haja uma correlação com os recursos financeiros para ampliar e melhorar tais ações, tem implicado em um atendimento ainda precário aos cidadãos. Vale ressaltar que, independentemente da idade ou do nível de ensino, é preciso que a educação seja ofertada à população como um bem público irrevogável e o estado deve ser o seu principal provedor” (MACÉDO; DIAS, 2011, p. 178).

(BRASIL, 1996), além do ensino fundamental, que continuou sob sua responsabilidade. Considero que há necessidade de efetiva colaboração entre União, estados e municípios para a concretização da instalação de espaços arquitetônicos de bibliotecas em todos os municípios brasileiros, continuidade de programas de compra e distribuição de acervos e formação dos profissionais (no caso da formação, deve haver uma parceria ampla entre as áreas de Educação, Cultura e Biblioteconomia).

No tocante à formação de bibliotecários, o estado de Mato Grosso do Sul possuía, em 2017, apenas uma universidade privada que oferecia o curso de Biblioteconomia, na capital, Campo Grande. Assim, identifiquei que as pesquisas no estado de Mato Grosso do Sul que trataram de bibliotecas escolares se concentravam, em nível de graduação, no Instituto de Ensino Superior da Funlec-IESF. Nos programas de pós-graduação havia trabalhos esparsos em mestrados e doutorados em Educação e Letras, pois até 2018 não havia cursos de Biblioteconomia em nível de mestrado e doutorado no MS.

Com relação às pesquisas sobre a biblioteca escolar no MS, acessei a obra “Biblioteca Escolar Sul-Mato-Grossense: olhares possíveis e debates” (PEREIRA, 2014), que traz uma síntese dos trabalhos desenvolvidos no Curso de Biblioteconomia no Instituto de Ensino Superior da Funlec-IESF. Nocera e Pereira (2014), autores de um dos artigos, oferecem um panorama dos estudos realizados de 2005 a 2012, salientando as perspectivas em bibliotecas escolares no estado de Mato Grosso do Sul. Os 24 trabalhos de Conclusão de Curso, apresentados entre 2005/2012 e que tiveram como foco a biblioteca escolar, concluíram que: i) dos 123 trabalhos de conclusão de curso encontrados, 24 deles tinham como tema a biblioteca escolar, ou seja, 20% do total, o que os levou a visualizar que o tema já se encontra consolidado no curso de Biblioteconomia; ii) nos trabalhos sobre biblioteca escolar, a vertente mais explorada foi a relação ensino-aprendizagem, totalizando 6 dos 24 trabalhos analisados; iii) com relação às metodologias das pesquisas, os autores verificaram que a mais utilizada foi a exploratória, em que há uma preocupação em adquirir maior familiaridade com o tema e/ou problema; iv) a preocupação com a biblioteca escolar tem caráter multidisciplinar; e, v) as revistas *Ciência da Informação*, *Revista ACB* e *Revista de Biblioteconomia e Comunicação* foram as mais citadas nos trabalhos. Dessa

maneira, a pesquisa mostrou a consolidação do tema de investigação, fator preponderante para o trabalho dos futuros profissionais bibliotecários de Mato Grosso do Sul, o que reforça o papel da biblioteca na escola, como centro de conhecimento e de difusão cultural.

Duas pesquisas me apontaram subsídios sobre os dois maiores municípios de MS, Campo Grande (a capital) e Dourados (segundo maior município do estado) e que permitiram ampliar algumas informações sobre a situação dessas bibliotecas. Carvalho e Pinheiro (2013) desenvolveram uma pesquisa em que reconstruíam a memória e história da formação de leitores de duas escolas públicas de Dourados/MS, no período de 2006 a 2009. O trabalho apontou que os projetos de leitura criaram e deram condições para a existência da biblioteca e incentivaram a leitura literária. Nos dois estudos de caso, as bibliotecas foram implantadas pela iniciativa do professor e do educador da biblioteca e legitimadas, posteriormente, no PPP³⁷ da Escola e no PDE³⁸ - Escola. Os projetos possibilitaram práticas de leitura, entre as quais: consulta livre ao acervo, o empréstimo domiciliar e, sobretudo, as visitas programadas, que oportunizaram aos educadores da biblioteca e professores atuarem juntos na formação dos leitores.

Pereira e Leite (2015) apresentaram uma análise situacional sobre as bibliotecas escolares de Campo Grande/MS, como contribuição para a elaboração do plano municipal de educação da capital do Mato Grosso do Sul de 2015 a 2025. O objetivo foi levantar a questão da Lei Federal nº 12.244, de 24/5/2010, que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e demonstrar como estavam organizadas as bibliotecas escolares privadas, municipais, estaduais e federais, no tocante a: infraestrutura; recursos humanos; mobiliários; equipamentos; Internet; acervo e sistema de gerenciamento. Com relação à infraestrutura, Pereira e Leite (2015) verificaram que a lei da universalização das bibliotecas escolares está em um processo lento de implantação, pois até 2015 havia sido parcialmente cumprida no território de Campo Grande/MS. A grande maioria das escolas públicas com biblioteca escolar não atendia aos parâmetros mínimos para acolher a seus usuários, pois, em parte

³⁷ Projeto Político-Pedagógico.

³⁸ Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE- Escola).

considerável, a biblioteca escolar ocupava espaço adaptado e somente algumas escolas dispunham de espaço planejado no projeto arquitetônico. As escolas públicas federais que estavam dentro do município de Campo Grande contemplavam o espaço planejado de biblioteca. Quanto às escolas da rede privada de ensino, havia 115 escolas com biblioteca e 47 não ofereciam esse espaço.

Com relação aos profissionais que atuavam nas bibliotecas escolares de Campo Grande, os dados evidenciaram a falta de profissionais permanentes, concursados, para o cargo de bibliotecário e/ou de assistente/técnico em biblioteca escolar e apontaram com nitidez a necessidade de abertura de vagas para concurso (PEREIRA; LEITE, 2015), dados esses que reforçam as necessidades apontadas nas bibliotecas escolares de Naviraí/MS.

No tocante a mobiliários, equipamentos, internet, acervo e *software* de gerenciamento de bibliotecas nas redes de ensino de Campo Grande/MS, Pereira e Leite (2015) evidenciaram a quantidade insuficiente de mobiliários, de equipamentos e internet na rede pública municipal de Campo Grande/MS. No tocante ao acesso às novas tecnologias, destaca-se o caráter obsoleto dos computadores nas bibliotecas escolares públicas, bem como poucos computadores com acesso à internet. A quantidade de acervo, na sua totalidade, está em conformidade com a exigência da Lei Federal nº 12.244, de 24/5/2010, contudo o acervo das bibliotecas escolares não atende a seus usuários em relação às obras ofertadas, pois há: *obras inadequadas* – cujos conteúdos não interessam à instituição, incorporadas ao acervo sem uma seleção prévia e/ou escritas em línguas pouco acessíveis; *obras desatualizadas* – esse critério se aplica, em especial a obras cujos conteúdos já foram superados por novas edições; *obras fisicamente danificadas* – que não têm condições de serem recuperadas; *obras em quantidade excessiva* – quando a biblioteca possui diversos exemplares de determinada obra (PEREIRA; LEITE, 2015).

Dessa maneira, embora a legislação apresente avanços desde os anos 2000 em relação ao acesso à leitura em bibliotecas públicas e escolares, as evidências são de que há uma reestruturação lenta das condições dos espaços e da formação dos profissionais e adequação às novas tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas escolares na capital do Mato Grosso do Sul.

Passo a analisar a seguir, na terceira seção, as disposições e especificidades das bibliotecas escolares de Naviraí/MS no que se refere à estrutura arquitetônica dos espaços e suas relações com a constituição de uma cultura escolar. Para isso utilizo como instrumentos os croquis das bibliotecas e entrevistas que permeiam a análise das categorias espaço e lugar, como cunhadas por Frago (2004).

3. BIBLIOTECAS ESCOLARES, ESPAÇOS DE NAVIRAÍ

Nesta seção empreendo uma análise dos espaços das sete bibliotecas investigadas. De início faço uma explanação sobre o município de Naviraí, bem como destaco alguns aspectos educacionais, logo após analiso os espaços arquitetônicos das bibliotecas escolares a partir de entrevistas semiestruturadas e de croquis (elaborados mediante a descrição das funcionárias responsáveis pelas bibliotecas). O objetivo foi o de identificar e analisar formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas no período pesquisado, qual seja, o de 1986 a 2010.

O município de Naviraí foi fundado em 1952 por Ariosto Riva e outros companheiros, que ali estabeleceram a colonizadora *Vera Cruz Mato Grosso Ltda.* Naviraí foi emancipado em 11 de novembro de 1963 e a sede ficou conhecida como a "cidade ouro" do Conesul. O seu nome é derivado de uma palavra indígena que nomeava um rio na região. Segundo a tradição, as palavras VIRÃ (roxo/arroxado), Í (sufixo para pequeno), ÌVIRAÍ (arbusto pequeno), NA (impregnar-se), I (rio, arroyo) podem significar tanto "pequeno rio impregnado de arbustos roxos", ou "rio impregnado de pequenas árvores arroxeadas".

Com um grande número de espécie de árvores, Naviraí deu seus primeiros passos, sem a identidade de município, graças às madeireiras que dali se retiravam: ipê; peroba; marfim; cedro, entre outras. As demais eram utilizadas como lenha nas carvoarias da região. Assim, durante muito tempo ficou conhecida como "cidade da madeira" (MESSIAS, 2013). Com a chegada de colonos e o aumento do comércio, as madeireiras e serralherias foram perdendo espaço e com o posterior crescimento da indústria na cidade e região, logo o município tinha como mais fortes características o comércio e a indústria, recuando a comercialização de madeira (MESSIAS, 2013).

Naviraí está localizado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Possui uma área territorial de 3.193,541 km², uma população de 52.367 mil habitantes (IBGE³⁹, 2016). Segundo dados do IBGE, o município tinha, em 2010, uma população de 46.424 hab. e a

³⁹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500570&search=|inifogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

densidade demográfica era de 14,54 (hab./km²). O gentílico é naviraiense, localiza-se na Microrregião de Iguatemi/ MS e tem limites com os seguintes municípios/estado: ao norte, com Jateí; ao sul, com Itaquiraí e Iguatemi; a leste, com o estado do Paraná; e a oeste, com Juti. O clima do município é tropical de altitude, caracterizado pelo verão chuvoso e por inverno seco. As principais vias de acesso ao município são por meio de rodovia: BR 163, MS 141 e BR 487. No Anexo II é possível visualizar o mapa da área urbana de Naviraí-MS.

A cidade possui um grande número de cooperativas e indústrias: USINAVI (Açúcar e Álcool), COPASUL (Algodão, Soja, Milho), Bertin e Mercosul (Frigorífico), assim como outras indústrias e empresas em diversas áreas, como, por exemplo: montagem de bicicletas, produção de suplementos naturais, indústria de café, erva-mate, coalho. A economia do município é forte na pecuária, em cana-de-açúcar e em lavoura branca: milho, soja, algodão, feijão, entre outras (MESSIAS, 2013).

Até o ano de 2018, o município de Naviraí não possuía sistema de transporte coletivo e o transporte escolar era realizado por veículos da prefeitura municipal e de empresas de transporte privadas. Em relação aos aspectos culturais, possuía duas bibliotecas públicas, localizadas no centro da cidade. Não dispunha de salas de cinema, nem teatro. As atividades culturais, tais como peças de teatro, festivais de música e saraus literários eram realizadas pela Gerência Municipal de Educação, Gerência Municipal de Cultura e pelas Universidades (duas privadas e três públicas).

No tocante à educação, havia, em 2015, 11 escolas de ensino fundamental e/ou ensino médio, públicas, sendo cinco pertencentes à rede estadual e seis à rede municipal, além de três particulares. Das 11 escolas de ensino fundamental e/ou médio que estavam em atividade no ano de 2015, conseguimos autorização para a realização da pesquisa em 7 delas. Das sete escolas/bibliotecas pesquisadas, três pertenciam à rede estadual de ensino, quatro à rede municipal de ensino e todas eram subordinadas às respectivas Secretarias e/ou Gerências Estaduais e/ou Municipais de Educação.

3.1 Espaços Arquitetônicos das bibliotecas escolares

Empreendi minha atenção inicialmente para compreender que, no Brasil, a ampliação significativa de alunos do ensino fundamental e médio que foram integrados às salas de aula, especialmente a partir da década de 1990, com as políticas de garantia de direitos à educação e a pressão social pela democratização do ensino público, implicaram a construção e adaptação de prédios e espaços para funcionamento de escolas, o que significou especialmente a construção de salas de aula. A municipalização do ensino, no Estado de Mato Grosso do Sul, começou sistematicamente ao final da década de 1990, com o encerramento de turmas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental nas escolas da rede estadual de ensino e a ampliação de turmas dos anos finais do ensino fundamental e, notadamente, do ensino médio.

O inverso ocorreu com as escolas das redes municipais, que tiveram as suas turmas de ensino fundamental ampliadas, sendo necessária a construção e ampliação de escolas para atender à demanda, especialmente da educação infantil (de 0 a 5 anos) e de anos iniciais e finais do ensino fundamental. Conforme se vê no quadro seguinte sobre as matrículas das escolas de Naviraí em 2009, o atendimento da rede municipal era quase o dobro da rede estadual de ensino, em relação ao ensino fundamental. Em 2010 a rede estadual de ensino já não atendia mais alunos de educação infantil e a rede municipal os atendia em Centros Integrados de Educação Infantil (CIEIs).

Quadro 4 – Naviraí/MS: Matrículas (2009)	
Matrícula - Ensino fundamental - 2009 (1)	7.220 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2009 (1)	2.707 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública federal - 2009 (1)	0 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2009 (1)	4.152 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola privada - 2009 (1)	361 Matrículas
FONTE: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2009).	

Considerando os estudos de Souza (2007), Alves (2010), Funari e Zarankin (2005) e Frago (2008, 2004), é possível afirmar que a arquitetura da escola começou a ser analisada a partir dos estudos da cultura escolar, tomando diferentes conformações e integrando-se a diferentes áreas de conhecimento. Silva (2006, p. 202) ressalta que “[...] a ideia de uma cultura escolar se fortaleceu nos anos 1990, apresentando atualmente diferenciadas tendências investigativas”. Esses estudos já permitem afirmar que a escola conforma uma cultura própria, construída pelos seus agentes sob as diversas influências presentes nesse espaço singular.

Frago (2008) atesta que o espaço escolar não é algo passivo e neutro, vazio de significados e conteúdo, mas que, ao contrário, ele socializa e educa. Dessa maneira, os ambientes de bibliotecas escolares ensinam, especialmente se considerarmos que até mesmo a disposição dos móveis, a forma de organização dos livros e a sua acomodação podem permitir ou não a constituição de práticas leitoras. Assim, é importante considerar que os prédios escolares, móveis, equipamentos, não são meros objetos, pois eles exercem uma função socializadora e simbólica, que constrói e altera práticas e modos de ser e aprender na escola, já que, enquanto instituição singular, a escola utiliza materiais, objetos e artefatos que compõem sua história.

Destaco que a biblioteca escolar é um espaço arquitetônico que se encontra no interior da escola, isolado ou não da estrutura do prédio escolar, mas a sua constituição enquanto “lugar” (FRAGO, 2004) ocorre pela forma de apropriação do espaço, que se dá pela ação dos sujeitos que ali se encontram: alunos, professores/as, coordenadores/as pedagógicos, entre outros.

Enfatizo que houve uma provisoriedade da maioria dos espaços destinados ao funcionamento de bibliotecas escolares em Naviraí/MS, pelas constantes mudanças de local, sempre adaptados e depois alterados, pois havia uma urgência das políticas para funcionamento de salas de aula, laboratórios de tecnologia, salas de recursos e/ou reforço escolar, entre outros, conforme se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 5– Alterações de local das bibliotecas	
E.E. Presidente Médici	Depósito; sala de aula adaptada.
E.E. Eurico Gaspar Dutra	Sala de aula adaptada; sala da coordenação pedagógica.
E.E. Antônio Fernandes	Depósito; sala de aula adaptada; biblioteca em espaço construído para esta finalidade.
E.M. Odécio Nunes de Matos	Depósito; vestiário feminino; sala da coordenação pedagógica; sala que era dos professores (adaptada).
E.M. Milton Dias Porto	Sala de aula adaptada; outra sala adaptada.
E. M. José Carlos da Silva	Depósito; sala de aula adaptada.
E. M. Maria de Lourdes Aquino Sotana	Sala de aula adaptada; casa alugada fora da escola; sala destinada para a biblioteca (adaptada)
Fonte: elaborado pela autora (2017)	

É nesse contexto, de turmas separadas por níveis de ensino, em que as escolas municipais concentravam alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e as escolas da rede estadual concentravam alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, que analisei os espaços de bibliotecas.

As constantes alterações nos locais mostraram que as bibliotecas escolares representaram de certa forma, uma luta pela instituição de práticas de leitura e pela socialização dos bens culturais, que, como afirma Lacerda (2007), foi historicamente negada aos brasileiros. Lacerda (2007) pontua que há várias armadilhas na formação de leitores no Brasil, entre as quais uma que preocupa é a forma como as camadas populares são vistas nos discursos, como “leitor menor”, aquele a quem seria destinada uma leitura instrumental. Para essa

autora, às camadas da elite a leitura literária é proporcionada desde cedo, com acesso irrestrito, no entanto às camadas populares, a leitura serve para “encher os bolsos alheios”, o que, para ela, configura “armadilhas da leitura”. Corrobora a proposta de uma “escola possível” em meio ao movimento de democratização da educação pública, que ocorreu com maior proeminência a partir da década de 1990 no Brasil.

A “leitura rarefeita” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002) do início da colonização brasileira, ainda que suplantada pela ampliação dos editores e livreiros, não possibilitou, na mesma medida, que o acesso aos livros fosse menos desigual na sociedade brasileira do século XXI. Conforme destacou a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, de Amorim (2008), a maioria dos livros lidos no país são: i) emprestados por outras pessoas – 52% (sempre) ou 48% (às vezes); ii) comprados – 51% (sempre) ou 49% (às vezes); iii) emprestados por bibliotecas (inclusive escolares) – 62% (sempre) ou 38% (às vezes). A maioria dos leitores que compram livros pertence à classe A, de maior renda, dado o alto custo do livro no país.

A chamada “crise da leitura escolar”, presente nos estudos sobre leitura na França no século XX (CHARTIER; HÉBRARD, 1995) e no Brasil, especialmente a partir da década de 1980, mostrou que a democratização foi um dos motivos para que os discursos se voltassem inicialmente para uma “culpabilização do sujeito-leitor”. Posteriormente se buscaram respostas em “problemas patológicos” e somente mais tarde se direcionaram os estudos para uma análise sociocultural e das políticas de acesso ao livro e à leitura, aprovadas no Brasil no final da década de 1990 e nos anos 2000, entre as quais cito o PROLER, o PNBE e o PNLL, bem como os PELL e os PMLL, estes vinculados a várias ações de ampliação de acervos, melhoria na formação dos mediadores de leitura, entre outros.

Não obstante as críticas tivessem recaído sobre a escola, pesando sobre a instituição escolar a função de formar as crianças e os jovens em relação às práticas de leitura, não é possível afirmar que as políticas de melhoria das condições estruturais dos espaços de bibliotecas escolares avançaram nos últimos 20 anos, pois nem em nível municipal, nem estadual ou federal foram promovidas construções ou reformas significativas nas estruturas arquitetônicas das bibliotecas.

3.2 Espaços Arquitetônicos em análise

Para a análise dos espaços arquitetônicos das bibliotecas escolares de Naviraí utilizei os dados recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas e elaboração dos croquis, estes realizados nos anos de 2015, 2016 e início de 2017. Essas atividades de pesquisa demandaram várias visitas às sete bibliotecas, conforme quadro abaixo:

Quadro 6– Relação das visitas às bibliotecas			
ESCOLA	NÚMERO DE VISITAS	QUANTIDADE DE HORAS APROXIMADAS DE CADA VISITA	MÊS/ANO
E.E. Presidente Médici	5	3 h.	Agosto/ 2016 Outubro/ 2016
E.E Eurico Gaspar Dutra	5	3 h.	Novembro/ 2016 Abril/2017
E.E Antônio Fernandes	5	3 h.	Outubro/ 2015 Fevereiro/ 2017
E.M. Odécio Nunes de Matos	5	3 h.	Outubro/ 2015 Agosto/2016 Outubro/2016
E.M. Milton Dias Porto	4	3 h.	Setembro/ 2016
E. M. José Carlos da Silva	4	3 h.	Setembro/2016 Outubro/2016
E. M. Maria Aquino Sotana	4	3 h.	Outubro/ 2015 Fevereiro/2017
Fonte: a autora (2018)			

Descrevi os materiais documentais encontrados nas escolas, a fim de compreender a/s cultura/s constituída/s em cada instituição em relação à biblioteca escolar. Nesse momento do trabalho tive que recolher informações esparsas, preencher alguns “vazios”, pois, em razão da cultura escolar construída, a escola descarta materiais e seleciona o que considera importante para guardar. Percebi as dificuldades de acesso às tecnologias de armazenamento de dados e o desconhecimento em relação à importância de determinadas fontes de pesquisa.

Ao propor analisar os espaços arquitetônicos estabeleci como objetivo identificar e analisar as formas de organização desses espaços no período pesquisado (1986-2010). Assim, passo a avaliar as disposições e especificidades

no que se refere à estrutura arquitetônica das bibliotecas e a suas relações com a constituição de uma cultura escolar. Para isso utilizei os croquis das bibliotecas e entrevistas semiestruturadas, que analiso e concateno com as categorias de espaço e lugar, na forma como foram cunhadas por Frago (2004).

Optei por realizar as entrevistas semiestruturadas com as pessoas responsáveis pelas bibliotecas escolares. Nessa opção fui influenciada pelos estudos da história oral, por percebê-la como metodologia privilegiada para o entendimento da cultura escolar. Para Louro (1990), recorrer a narrativas orais ao fazer história foi comum entre os historiadores mais antigos, depois, no entanto, o positivismo do século XIX inaugurou uma forma de fazer história baseada em documentos e na “comprovação científica”. Louro (1990) lembra que a história por meio dos testemunhos orais é recuperada a partir dos movimentos mais recentes, como a história cultural, em que são visualizadas novas fontes no trabalho com o fazer historiográfico.

As entrevistas semiestruturadas foram um meio relevante para a recuperação de algumas questões que não encontrei em documentos escritos, nem permaneceram registradas por meio de fotos, imagens e/ou outros documentos. A dificuldade de permanência de pessoal responsável pelas bibliotecas em períodos mais longos dificultou tanto a permanência das fontes quanto a sua análise, no entanto as entrevistas auxiliaram a “preencher vazios”, diagnosticaram informações relevantes e me ampararam a recompor uma ideia dos espaços.

3.3 Escolas Estaduais, espaços arquitetônicos e cultura escolar

As escolas estaduais são: E. E. Presidente Médici, E. E. Eurico Gaspar Dutra e E.E. Antônio Fernandes. Utilizei as entrevistas semiestruturadas e os croquis visando compreender como esses espaços constituíram a cultura escolar e em que medida cada local se transformou em “lugar” (FRAGO, 2004).

Primeira escola – A Escola Estadual Presidente Médici, fundada em 1967, chamava-se inicialmente Ginásio Estadual de Naviraí e, em 1974, passou a ser intitulada Escola Estadual de 1º Grau Presidente Médici, em homenagem ao então Presidente da República, que findava seu mandato naquele ano. Em 1967

tiveram início as aulas das 5^{as} séries no Ginásio Estadual de Naviraí, atual Escola Estadual “Presidente Médici”, sendo Ludovico da Riva seu 1º diretor, que permaneceu no cargo até 1968. O Curso Primário funcionava em salas de aulas isoladas e eram conhecidas como *Escolas Reunidas de 1º Grau*. É uma das maiores escolas de Naviraí/MS e, em 2013, estudavam em torno de 1.600 alunos dos anos finais do Ensino fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio, distribuídas em 40 a 50 turmas (MESSIAS, 2013).

Na imagem a seguir é possível verificar a localização da escola, na Rua Joaquim das Neves Norte, nº 109, na área central de Naviraí:

Imagem 3 – Mapa de localização da Escola Estadual Presidente Médici



A biblioteca da Escola Estadual Presidente Médici – simplificadamente, Escola Presidente Médici – iniciou suas atividades de organização do acervo ao final do ano de 1986 e abriu para o atendimento a partir do ano de 1987, contando, na época, com um acervo de 469 obras literárias. Nesse período havia uma funcionária responsável pelo tombamento e empréstimos das obras. Com o passar dos anos, a biblioteca recebeu doações de livros da comunidade e adquiriu parte do acervo com recursos próprios, além de receber livros do governo federal por meio de programas de distribuição pela FAE e pelo FNDE.

Nessa escola estadual realizei a entrevista com a diretora no ano de 2016, pois a servidora responsável pela biblioteca naquele período havia assumido suas funções no final de 2009 e a pesquisa foi de 1986-2010, o que dificultou o processo de reconstituição de experiências sobre o local. A diretora da escola em

2016, Sandra Mieres Vega Passos, havia sido aluna da escola no Ensino Normal (Curso de Habilitação para o Magistério), professora dos anos iniciais do ensino fundamental, diretora adjunta e, posteriormente, diretora da escola. Assim, pôde relatar momentos importantes e trabalhos desenvolvidos por outras servidoras que também atuaram na biblioteca.

Pelas informações obtidas, a escola fixou a sua biblioteca na parte antiga do bloco de salas de aula, adaptando-a em um espaço desocupado. A planta baixa da escola mostrou a localização da biblioteca na parte “antiga”, desde a sua fundação em 1986 até 2016, data da coleta de dados e em que solicitamos cópia desse material.

Ao buscar o fio condutor da implantação da biblioteca na referida escola, perguntei se havia documentos específicos de fixação desse espaço e obtive a seguinte resposta:

Olha... Eu não tenho conhecimento desse tipo de documentação. O que provavelmente a gente tenha... Na época não tinha nem APM⁴⁰, era o Conselho e esse Conselho juntamente com os professores, diante da necessidade de ter um espaço de leitura, é que organizou esse espaço. E, depois acabou sendo transformada em biblioteca (D⁴¹, 2016).

Observei que o conselho escolar tomou a iniciativa de organizar o trabalho de leitura, visualizando a necessidade de uma biblioteca enquanto “espaço”, empreendendo esforços para a sua concretização. Se a conceitualização da biblioteca for considerada como “acervo”, então a Escola Presidente Médici, por ser a mais antiga do município, possuía um pequeno acervo e fez campanhas com a comunidade para a arrecadação de livros, no entanto era necessário um espaço em que os alunos pudessem ampliar práticas de leitura, pois, como bem lembra Chartier (1991), a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos, ou seja, é necessário aqui identificar as disposições específicas que distinguem essas comunidades de leitores.

Não posso desconsiderar que a biblioteca da Escola Presidente Médici iniciou as suas atividades em final da década de 1980, momento em que eram realizadas severas críticas em relação às deficiências de leitura na escola,

⁴⁰Associação de Pais e Mestres (APM) - Instância deliberativa das escolas com representantes de pais e de professores.

⁴¹Utilizei as siglas D. para Diretora, PRB. para professora responsável pela biblioteca e SRB. para servidor administrativo responsável pela biblioteca.

especialmente à leitura literária. A aquisição de obras literárias para as escolas se deu mediante a implantação de programas e de projetos que incentivassem a leitura na escola. Segundo Paiva (2018), no Brasil essas ações foram implementadas pelo Ministério da Educação desde a sua criação, em 1930, no entanto, foi apenas na década de 1980 que a questão da formação de leitores entrou na pauta das políticas públicas e, ainda assim, não de forma prioritária, afetadas pela descontinuidade.

Copes e Saveli (2007) enfatizam que, na década de 1970, o governo federal implantou o projeto de financiamento de publicações de obras literárias, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, para suprir bibliotecas públicas nos níveis: estadual e municipal. Já na década de 1980, a Fundação Nacional do Livro, em parceria com a iniciativa privada, patrocinou projetos de incentivo à leitura para as escolas públicas do país. Ainda na década de 1980, com o apoio da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (FNLIJ), foi desenvolvido o projeto *Ciranda de Livros*, patrocinado por empresas privadas e fundações.

Perguntada se houve outros locais em que funcionou a biblioteca, a diretora explicou:

Não. A partir do momento em que a escola [...] aquele prédio é da década de 60 e nós chamamos de “prédio velho” e o prédio onde funciona hoje a maioria das salas de aula que é da década de 80, nós chamamos de “prédio novo”. Então, a partir do momento que os alunos foram transferidos para o prédio novo e aquelas salas ficaram vagas de alunos, elas foram transformadas e a partir daquele momento ela passou a ser biblioteca. A biblioteca sempre funcionou naquele espaço, a partir do momento em que houve esse espaço de leitura, ela passou a funcionar naquele espaço (D., 2006).

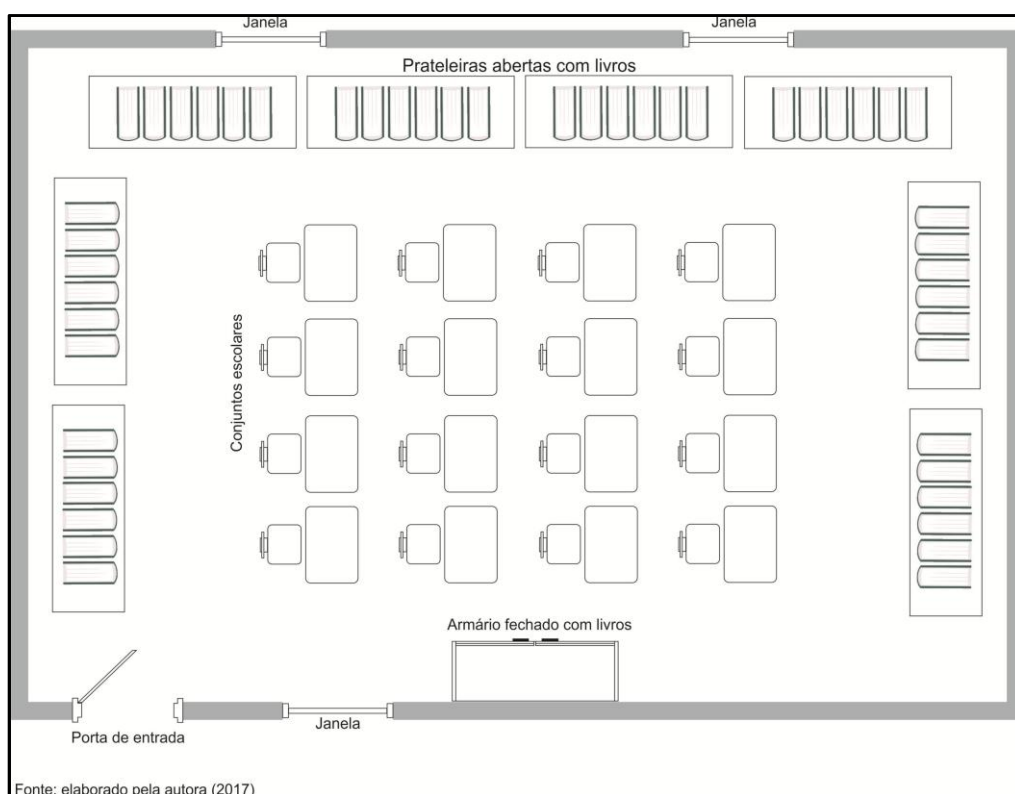
É importante salientar que a localização e permanência da biblioteca na parte “velha” indicaram a não priorização do espaço nas políticas públicas, especialmente no que se refere à construção e/ou adequações dos prédios, ficando esse ambiente por 30 anos sem reformas ou ampliações significativas que o tornasse mais adequado aos 1.600 alunos que a escola comportava em 2010. Isto não significa que os agentes responsáveis pela escola não tivessem, por várias vezes, solicitado materiais e/ou reformas, sempre postergadas para outras administrações públicas.

Em uma das visitas realizadas na Escola Presidente Médici, ao conversarmos com a diretora, ela nos mostrou ofícios que foram enviados à

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul com solicitações de melhoria e compra de materiais para a biblioteca da escola. Ficou evidente, contudo, ao longo dos anos de 1986 a 2010, que a prioridade de construções para a escola era de salas de aula e, posteriormente, de laboratórios de tecnologia.

Elaborei um croqui (ver a seguir) que mostra a organização do espaço e dos materiais constantes na biblioteca, conforme relatado na entrevista. Além de obras literárias, os armários e prateleiras abrigavam obras de referência (enciclopédias, dicionários), obras paradidáticas e muitos livros didáticos.

Croqui 1 – Biblioteca da Escola Estadual Presidente Médici



Em 2010, os livros didáticos compunham a maioria dos materiais que a biblioteca possuía, embora já tivesse um maior número de obras literárias, uma vez que, desde a sua fundação, a escola realizou campanhas para arrecadação de livros, bem como recebeu, da extinta Fundação de Assistência ao estudante (FAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), obras dessa natureza.

Perguntada sobre a composição do mobiliário, a diretora apontou:

O que eu me lembro, na época como aluna, vou dizer como aluna... Naquele primeiro momento eu passei só seis meses aqui, depois fui para o segundo grau, na época eu mudei de escola. A princípio eram carteiras, carteiras de salas de aula que estavam na biblioteca. Depois, quando eu retornei para essa escola, já como funcionária, é que estavam com as mesas grandes que hoje nós vemos ali. E elas estão até hoje daquela forma (D., 2016).

Várias adaptações foram realizadas na biblioteca para garantir o acesso dos alunos, uma delas foi improvisar carteiras escolares, pois não havia mesas para estudos e/ou atividades em grupos. Depois de 2010, as estantes contornavam a sala e no meio havia duas mesas grandes (com capacidade para oito cadeiras cada). No início, conforme o relato da diretora não havia mesas para grupos de alunos, o que mostrou que a biblioteca, desde a sua fundação, promoveu adaptações, ações que a cultura escolar, conforme Silva (2006a), intenta para dar conta das necessidades da escola, de seu cotidiano. Como bem lembra Julia (2001), a cultura escolar é uma cultura *conforme*, e seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível, assim, há limites impostos entre o que realmente se traça como *necessário* e aquilo que a escola *pode* em cada momento de seu percurso histórico.

A ampliação do processo de escolarização no Brasil, especialmente no início dos anos de 1990, trouxe a ideia de que “toda criança deveria estar na escola” e, entre a biblioteca e a sala de aula, escolheu-se como prioridade a construção de salas de aulas, assim, a biblioteca foi adaptada ao *possível*. Sobre as mesas que depois compuseram o espaço da biblioteca, a diretora explicou: “São duas mesas grandes de madeira” (D., 2016). O fato de, com o tempo, mesas grandes comporem parte do espaço da biblioteca pode indicar a necessidade de acomodar grupos de alunos para a realização de pesquisas e/ou trabalhos e leituras ou a aproximação com os modelos de bibliotecas públicas e/ou universitárias, em que há mesas para grupos de alunos e espaços individualizados.

Os estudos da cultura escolar (JULIA, 2001; SILVA, 2006a; PESSANHA; SILVA, 2006) mostraram que considerar a escola como um espaço que apenas resistiria às mudanças vindas de fora constitui uma questão que foi repensada pelos estudos sobre escola em diferentes áreas, entre elas a História da Educação, a Sociologia, a Antropologia e outras. A ideia corrente da escola como

lugar de resistências a mudanças é contestada, buscando compreender que a escola constrói um saber próprio, saber esse que não está alheio a uma cultura mais ampla. Segundo o entendimento de Silva (2006), vê-se que a necessidade de conformação dos objetivos educacionais aos limites apresentados pela sociedade em cada período da história tem impacto no estabelecimento da cultura escolar, que é adaptável e nem sempre repetível, na busca de elementos que lhe permitem dar conta do cotidiano escolar. Além disso, há um entrecruzamento de culturas no interior da escola e, a partir disso, se estabelecem os acordos, se resolvem os conflitos, se materializam as relações de poder (PESSANHA; SILVA, 2006).

Na entrada da sala, à esquerda, segundo o relato da funcionária responsável pela biblioteca, a partir de 2009, havia uma mesa com um computador. Sobre a questão que envolvia a informatização da biblioteca, a diretora afirmou que o computador foi:

Muito pedido pela bibliotecária da época. Na época era a professora M., que hoje está aposentada. Ela era professora readaptada que cuidava da biblioteca. Ela resolveu organizar os livros no computador e ela solicitou que a escola colocasse um computador ali para ela organizar esses livros. Ela, junto com a professora F.D., que também trabalhou aqui como professora readaptada, as duas da área de Letras, organizaram toda essa parte. Elas pediram um computador para fazer essa organização. Era um computador sem Internet, não tinha essa função. Depois até que foi uma época de internet, mas não era função dele para pesquisa, para nada na biblioteca. A função do computador ali era só para elencar o rol de livros que tinha lá (D., 2016).

Até 2010 a biblioteca dispunha apenas desse computador, com poucas ferramentas operacionais e sem acesso à internet, pois a rede estadual de que fazia parte a Escola Presidente Médici, adotou o uso de computadores nos laboratórios de tecnologia e foi negligenciado o atendimento tecnológico nas bibliotecas. Aos estudantes não foi garantido contato com obras literárias em formatos de *e-book*⁴², e outras formas de acesso eletrônico, no espaço da biblioteca escolar. A rede estadual de ensino promoveu a construção e equipou em todas as escolas os Laboratórios de Tecnologia, no entanto essa mesma situação não ocorreu com essa biblioteca, relegando-a um *ostracismo tecnológico*.

⁴² Livro eletrônico.

Outro fator evidenciado na entrevista foi o descarte de material da biblioteca escolar. Como nos lembra Julia (2001), quase sempre é preciso “arranjar espaço” e os documentos não são nem mesmo transferidos para depósitos de arquivos que deveriam recebê-los. Sobre a questão do descarte das fichas de empréstimos de livros que não encontrei na biblioteca antes de 2011, a diretora advertiu: “É por que provavelmente era 'papel velho' e foi descartado” (D., 2016). Quando a diretora se refere a “papel velho”, ela expressa certa censura a esses comportamentos, dada a percepção da necessidade de se conservar esses materiais. Em conversa informal após a entrevista, ela afirmou que havia uma prática de realizar frequentemente “faxina na biblioteca” e sistematicamente eram descartados documentos, papéis, às vezes era preciso até interferir para não se jogarem fora materiais importantes para guardar a história do lugar.

Dessa maneira, com base na análise dos documentos e a entrevista, averigui que a biblioteca da Escola Presidente Médici se constituiu historicamente como espaço destinado à guarda e cuidado com os livros e não se aprimorou em relação às novas tecnologias. Ao mesmo tempo em que gradativamente alterava seu público para uma maioria de alunos do ensino médio, ficou relegada ao atendimento de empréstimo de obras impressas, haja vista que os leitores/alunos gradativamente ocuparam o espaço dos Laboratórios de Tecnologia, ocorrendo o que Chartier (1999a) coloca, que na época contemporânea, com a revolução do texto eletrônico, deve-se ter em mente que isso não deve ser uma forma de implicar o rebaixamento, o esquecimento ou a destruição dos objetos que encarnaram, e encarnam, os trabalhos do passado e do presente. Para o autor, na mesma obra, antes de qualquer coisa, é importante que as bibliotecas possam colecionar, proteger, inventariar e tornar acessível a herança da cultura escrita. Essa distância que se estabeleceu entre a biblioteca escolar da Escola Presidente Médici e os Laboratórios de Tecnologia fez com que ela não se caracterizasse como o *lugar* do aluno-leitor de forma mais ampla, mas apenas daqueles leitores vorazes, que vão para a escola com uma prática de leitura consolidada e acessam a obra impressa por meio dos empréstimos.

Segunda escola– A Escola Estadual Antônio Fernandes está localizada na Rua Laurentino Pires de Arruda, nº 430, no bairro Jardim Progresso e foi fundada em março de 1987, iniciando suas atividades em agosto do mesmo ano. A escola

recebeu o nome Antônio Fernandes em homenagem ao primeiro professor de Geografia lotado em Naviraí. Em dezembro de 1998, passou por reforma e ampliação e, no ano 2000, foi reinaugurada. Em 2013 atendia, aproximadamente, a 700 alunos do ensino fundamental e médio (MESSIAS, 2013). Na imagem seguinte é possível verificar a localização da escola:

Imagem 4 – Mapa da localização da Escola Estadual Antônio Fernandes



A biblioteca da escola começou a funcionar em uma sala de aula adaptada em final de 1998 e, em 2015, mudou para um espaço construído especificamente para essa finalidade. Antes do funcionamento da biblioteca, os livros didáticos e literários ficavam em armários da sala da coordenação pedagógica da escola.

Em seis, das sete escolas pesquisadas, não consegui catalogar nenhum documento oficial de inauguração da biblioteca escolar, com exceção da biblioteca dessa Escola Antônio Fernandes, que conseguiu, depois de vários anos, a construção de um espaço próprio para a biblioteca, antes denominado “Sala de Leitura Prof. Manoel Sanches Gabriel” e, depois, passou a ser designada “biblioteca escolar”. A sala funcionou até 2015, quando então mudou para a biblioteca construída pelo governo estadual no terreno da escola.

Nessa escola, a entrevista foi realizada com a professora responsável pela biblioteca, que, desde 2009, estava readaptada na biblioteca. A preocupação com a organização do espaço esteve presente no discurso da profissional que atendia na biblioteca, pois percebi que houve destaque para a necessidade de adaptação

do espaço. Ao perguntar sobre o espaço em que funcionava antes a biblioteca, ela nos respondeu:

Olha um pouquinho mais de 1995, acredito que até quase por volta de 2000 [...] 2000, 2002, 2003, eu creio que por uns dez anos permaneceu dessa forma, na coordenação, os livros mal posicionados, não eram bem expostos, por conta de espaço, era tudo no espaço da coordenação. Depois de...eu creio, quase dez anos, nós tivemos um espaço, uma salinha na escola, que era muito pequena e que, na verdade, era um depósito. Esse depósito foi desocupado e lá nós organizamos os livros. A coordenação organizou os livros, juntamente com os professores, mas ainda era um espaço mínimo, ainda não tinha condição de ser chamada "sala de leitura". Nós não podíamos nem ao menos levar aluno para fazer leitura, para utilizar esse espaço, era mínimo. Era, na verdade, um depósito que conseguimos desocupar e colocamos os livros ali, nesse depósito (PRB., 2006).

Na fala da professora percebeu-se a dificuldade da escola em construir condições para utilização dos livros, uma vez que as salas de coordenação pedagógica e de direção desempenhavam funções de atendimento que inviabilizavam o atendimento de alunos para um trabalho com a leitura e a literatura. A oportunidade de organizar uma biblioteca como espaço de leitura surgiu quando a escola ampliou o prédio e reduziu o número de alunos, o que proporcionou a organização dos acervos em uma sala desocupada. A professora destacou:

Passado mais um [...] por mais um tempão ficou dessa forma, creio que por mais uns três anos. Com o tempo, nós tivemos uma reforma geral na escola, conseguimos pelo governo do Estado a construção de um pavilhão, com mais quatro salas de aula. Aí, sim, conseguimos uma sala de aula, uma sala de aula ficou ociosa, ficou desocupada porque o governo construiu esse pavilhão com essas novas quatro salas e houve também certa redução no número de alunos, porque a rede municipal cresceu bastante. Enfim, depois de muito tempo então nós conseguimos uma sala de aula. Essa sala ficou ociosa e aí, sim, nós levamos esses livros para lá (PRB., 2006).

Conforme se pôde verificar na fala da professora responsável pela biblioteca da escola, houve mudança de local para acomodar o acervo e, posteriormente, houve uma preocupação em desenvolver trabalhos com os alunos, pois, como o espaço inicial era reduzido, não havia a possibilidade de levar alunos para a realização de ações que eram consideradas importantes pelos profissionais. Assim, essas ações só foram possibilitadas após a desocupação de uma sala de aula, bem mais ampla, que comportava de 35 a 45 alunos no ensino fundamental e/ou médio.

Na entrevista, ela ressaltou que isso só foi possível devido à redução do número de alunos e da ampliação de mais um pavilhão de salas de aula na escola. Nesse caso evidenciou-se uma cultura escolar que buscou acordos, negociações e “arranjos” entre o pensado e o real, entre o que se acreditava como importante (ter um espaço de leitura para os alunos) e o que se vivenciou na escola e em relação às políticas de ampliação e de acesso à educação. Assim, ficou implícita a ideia de “primeiro colocar na sala de aula”, local considerado o centro da escola contemporânea seriada, depois pensar as adaptações, a aprendizagem e as condições para a leitura.

É importante destacar que nenhuma das construções escolares realizadas em Naviraí previu o espaço de biblioteca em seus projetos arquitetônicos, o que evidenciou a discrepância das políticas públicas em relação aos discursos sobre a importância do livro e da leitura, já sinalizada por ocasião da instituição da Política Nacional do Livro, aprovada pela Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003). Não menos importante, o Censo Educacional em 2010 do INEP⁴³ (2010) sinalizava que apenas 30,4% das escolas de ensino fundamental eram atendidas com biblioteca e, no entanto, “[...] observa-se que, no ensino fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, o recurso mais disponível é o acesso à internet, sendo oferecido em 39% das escolas de anos iniciais e em 70% das escolas dos anos finais” (INEP, 2010, p. 33).

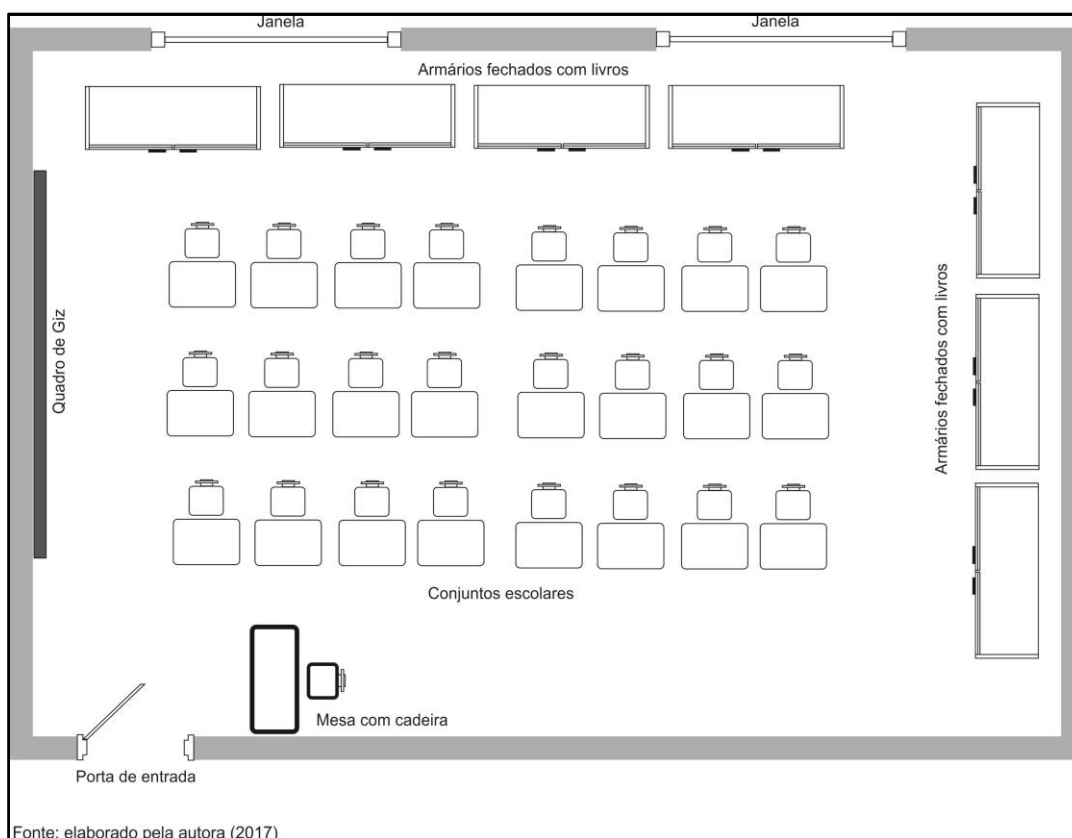
Sobre a organização desse espaço inicial da biblioteca, que foi adaptada em uma sala de aula, a professora enfatizou:

Enfim, depois de muito tempo, então nós conseguimos uma sala de aula, essa sala ficou ociosa e nós levamos esses livros para lá. A partir daí também o governo implantou alguns projetos que, por meio desses projetos, nós conseguimos livros, bastante livro do governo, uma quantidade que, se comparada com a que tínhamos, uma quantidade razoável. Então nós montamos nessa sala, uma "sala de leitura". Conseguimos por meio de rifas, pedimos [...], conseguimos ganhar patrocínio nas empresas, alguns expositores para esses livros, alguns armários. Conseguimos expor esses livros nessa sala. Montamos com carteiras das salas de aula, mesas, espaços para que os alunos pudessem ir ali e passar um tempo, uma aula fazendo leitura. Aí, sim, por um bom tempo nós ficamos num espaço apropriado, que era uma sala de aula, onde nós podíamos levar uma turma inteira para ler. (PRB., 2006).

⁴³INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A partir da descrição da professora, tentamos reproduzir o espaço inicial por meio de um croqui (ver a seguir), em que estavam dispostas as carteiras escolares, os armários (de aço) e a mesa. O que nos deu a entender é que essa mesa com cadeira era para acomodar os professores que ficavam nos três períodos (matutino, vespertino e noturno), enquanto os alunos se acomodavam nos conjuntos escolares organizados na sala de leitura.

Croqui 2 – Biblioteca da Escola Estadual Antônio Fernandes



Desta maneira, com base na análise dos documentos e na entrevista, averigui que a biblioteca da Escola Antônio Fernandes mudou de espaço por várias vezes até o ano de 2010 e que em 2015 foi construído, para o funcionamento da biblioteca, um prédio próprio no terreno da escola, ligado às salas de aula por calçadas. A biblioteca da escola constitui-se historicamente com a preocupação de ser um “lugar-território do aluno”, não só dos livros, dada as adaptações e a importância que o espaço passou a ter na escola. Isso foi, então, enfim, conquistado por essa escola.

Terceira escola – Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra. Foi criada pelo Decreto Estadual nº 1566, de 27 de outubro de 1978. Desde a sua criação, muitas

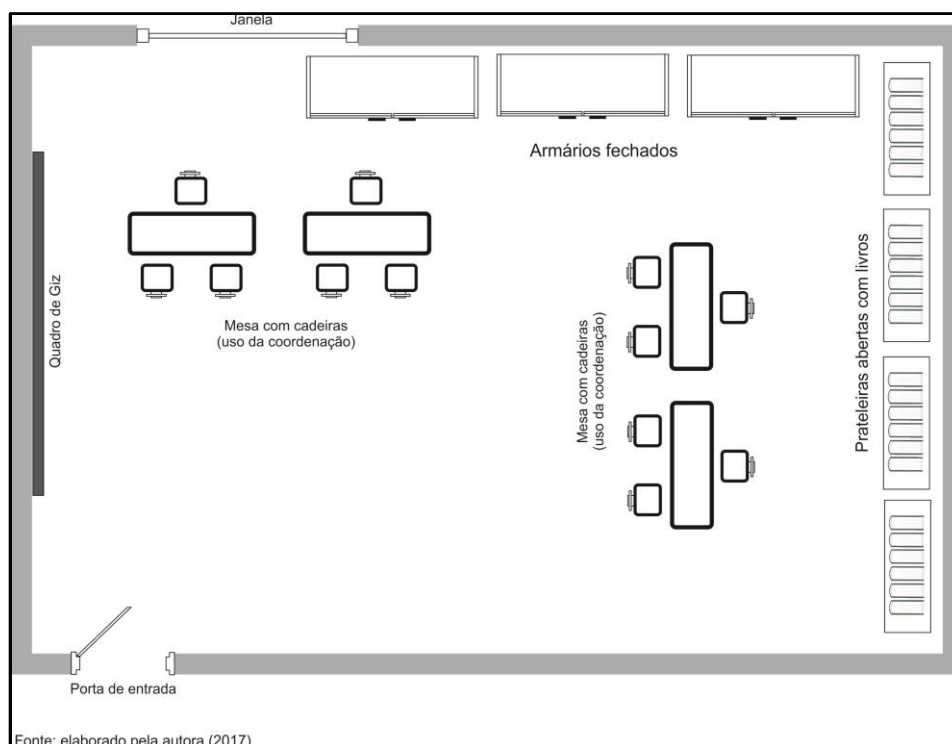
mudanças aconteceram, tanto no espaço físico, quanto nos cursos oferecidos pela instituição. No início oferecia apenas o ensino chamado de primeiro grau e, depois, passou a oferecer os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A instituição atendia, em 2013, a 919 alunos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (MESSIAS, 2013). Na imagem a seguir é possível verificar a localização da escola, na Rua Bororós, nº 222, na área central da cidade:

Imagem 5 – Mapa de localização da Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra



A biblioteca da escola foi fundada e funcionava junto com a sala de coordenação pedagógica desde 2004, conforme o croqui que elaborei e que consta a seguir. Uma professora foi readaptada para organizar o material bibliográfico, no entanto, não consegui entrevistar a responsável pela biblioteca, pois ela se encontrava em licença médica.

Croqui 3 – Biblioteca da Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra



Somente obras literárias eram acomodadas na sala de coordenação pedagógica, não havia livros didáticos em suas estantes, pois esses ficavam no depósito. As estantes eram abertas, de aço, com a disposição das obras e a sinalização temática por autores e alguns pela inicial do nome. Para Pimentel (2007), cada estante deve ter, em local de fácil visualização, a relação dos assuntos das obras, pois isso ajuda na localização dos livros mais procurados, por exemplo: literatura brasileira, literatura infantil, obras de referência (PIMENTEL, 2007). Percebi que a cultura escolar é uma caracterização, uma possibilidade de organização que se estrutura entre os conhecimentos dos profissionais que atuam na biblioteca e as possibilidades dadas pela instituição e “reclamada” pelos seus agentes: alunos, professores, coordenadores, direção.

Na biblioteca havia caixas organizadoras com obras literárias separadas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Esse tipo de disposição sinalizaria aos professores as obras disponíveis de acordo com a faixa etária e/ou ano em que o aluno estaria estudando. Cabe dizer que nem sempre a classificação por faixa etária atende a alguns leitores, no entanto esse tipo de separação pode auxiliar aqueles leitores que apresentam dificuldades na escolha dos livros. A sinalização temática por autor pode auxiliar leitores que desenvolveram o gosto literário por

um autor ou por um gênero, por exemplo, poemas ou ficção. Por sua vez, a organização de caixas com as obras do primeiro ao quinto ano poderia revelar uma relação de proximidade entre os professores desse segmento e a pessoa responsável pela biblioteca escolar, além de demonstrar alguma possibilidade de projetos com as crianças e/ou de trabalhos organizados pela professora responsável pela biblioteca e/ou pelas coordenadoras pedagógicas.

O espaço da biblioteca da Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra, ainda que funcionasse junto com a coordenação pedagógica, permitiu aos estudantes o acesso às obras literárias para empréstimo, garantindo uma parte do trabalho a ser desenvolvido pela biblioteca escolar.

3.4 Escolas Municipais, espaços arquitetônicos e cultura escolar

As escolas municipais são: E. M. Maria Aquino de Lourdes Sotana; E. M. Professor Milton Dias Porto; E. M. Professor José Carlos da Silva; E. M. Odécio Nunes de Matos. Ao analisar as bibliotecas escolares municipais utilizei entrevistas semiestruturadas e croquis visando compreender que cultura escolar foi constituída nesses espaços e em que medida eles se transformaram em “lugar” (FRAGO, 2004).

Primeira escola – Escola Municipal Maria Aquino de Lourdes Sotana. Foi fundada em 1991. Recebeu esse nome em homenagem à professora Maria Aquino de Lourdes Sotana, que atuou como professora e foi a 1ª vereadora mulher do município, considerada, por muitos, uma mulher defensora dos direitos humanos. A escola atendia a alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental (MESSIAS, 2013). Na imagem seguinte é possível observar a localização da escola na Rua Jerusa, nº 295, Vila João de Barros:

Imagem 6 – Mapa de localização da Escola Municipal Maria Aquino de Lourdes Sotana



A biblioteca da escola estava localizada na entrada de um dos portões de acesso (a escola tem duas entradas, uma para a secretaria da escola e outra pelo portão que dá acesso direto à biblioteca, pátio e salas de aula). Iniciou suas atividades em uma sala de aula, no ano de 1996, depois funcionou em uma casa e, desde 2010, funcionava no espaço em que se encontrava nos anos de 2015 e 2016 (quando foi realizada a coleta de dados).

Na Escola Maria Aquino, a biblioteca foi organizada inicialmente em uma sala de aula em que funcionava o 8º ano do ensino fundamental, onde parte era ocupada com carteiras para os alunos dessa turma e nos cantos foram colocadas algumas estantes com os livros que a escola possuía, conforme consta no depoimento da professora responsável pela biblioteca:

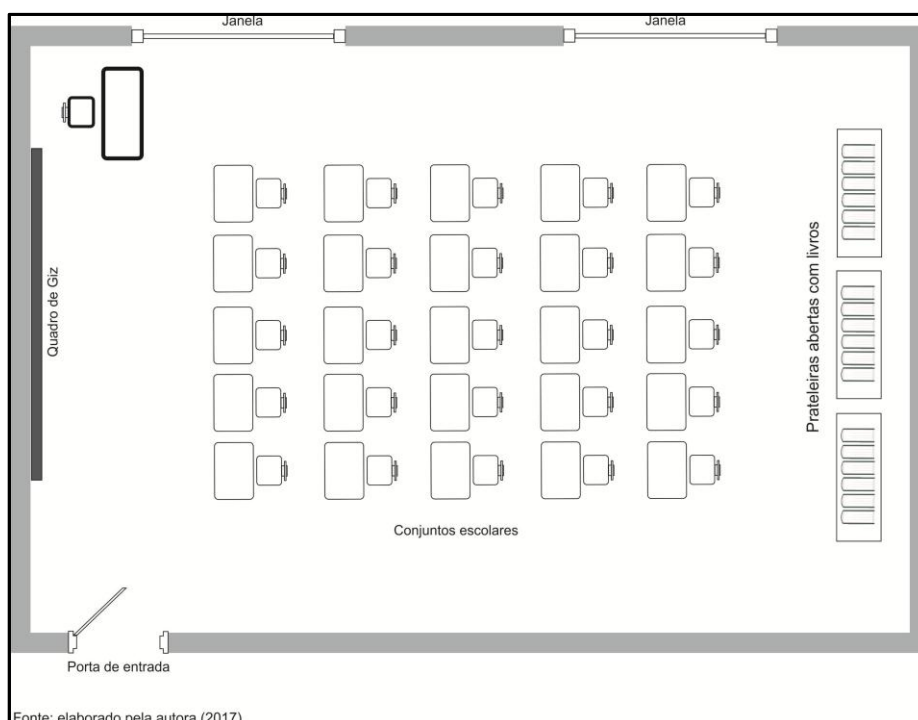
Eu assumi o concurso em 1996. Quando nós, eu falo (porque fui eu e outra amiga), nós viemos trabalhar, o meu concurso foi como inspetora de alunos. Ela ficou nos horários de intervalos, nos horários vagos nós atendíamos na biblioteca, que até então funcionava nessa sala aqui do canto. Essa sala era de uma turma de alunos do oitavo ano, naquela época era oitavo ano. Eu me lembro de que nós não tínhamos essas estantes grandes, nós só tínhamos as pequenas, o acervo era mínimo. Ali funcionava a sala de aula, naquela sala lá e um espaço com algumas estantes com os livros literários. Isso foi na época de 1996 (PRB., 2016).

Perguntada se houve algum documento formal de implantação da biblioteca, a professora afirmou:

Eu não lembro, assim [...] de acordo com o meu conhecimento não sei se tem algum documento, porque quando nós assumimos o concurso ela já funcionava naquele espaço. Então, se tem algum documento, eu acredito que esteja na coordenação, ou alguma coisa [...] no regimento escolar fala da biblioteca, tudo certinho. Eu acredito que deve ter alguma coisa, sim, que legaliza. (PRB., 2016).

Como se pôde perceber, houve, nesse caso, um improviso em uma sala de aula (ver croqui), dividida para funcionamento de aulas da turma do oitavo ano e guarda dos materiais de leitura.

Croqui 4 – Biblioteca da Escola Municipal Maria Aquino de Lourdes Sotana



Há de se considerar a quantidade irrisória de material literário que as escolas possuíam nos anos de 1996, dado o fato de o PNBE ter iniciado suas atividades em 1997, quando, a partir de então, foi sistematizada uma política pública para compra e distribuição de obras literárias às escolas públicas brasileiras, até então isso era realizado pela extinta FAE e pelo FNDE.

Do modo como informado, a biblioteca passou por vários locais, “uma verdadeira peregrinação”, pois o espaço era constantemente readaptado para funcionamento de outros projetos, sempre passageiros, e que, no caso do desenvolvimento de práticas de leitura, tiveram impactos sobre as escolas e os alunos, uma vez que houve uma “quebra”, uma falta de permanência nas propostas que aproximam os alunos das obras literárias. No prosseguimento do depoimento da professora, foi possível analisar as “andanças” da biblioteca pelo

espaço escolar e fora dele e as dificuldades engendradas para sua constituição enquanto “lugar” de importância cabal para a escola visando contribuir na formação dos educandos, na atuação dos professores e no atendimento à comunidade escolar interessada:

Uns cinco ou seis anos que nós estamos aqui, mas antes disso houve muitas mudanças dessa biblioteca. Ela sempre ficava em uma sala de aula. Teve uma época que ela foi para uma casa aqui no bairro, porque o espaço que ela ocupava foi desocupado para vir duas psicólogas que faziam o atendimento dos funcionários, um projeto que a prefeitura desenvolveu. Foi preciso a biblioteca se deslocar porque não tinha nenhum espaço aqui na escola e deslocou para essa casa, funcionava lá nessa casa. Nessa casa nós ficamos uns dois anos, depois voltamos aqui para a escola e fomos para outra sala de aula. Nessa sala de aula nós ficamos uns três, quatro anos. Depois mudamos para outra sala, porque o espaço que, até então estava sendo ocupado, voltou de novo a ser sala de aula. Depois dessa outra sala de aula nós viemos para cá e aqui ficamos. Tem mais de cinco anos que nós estamos aqui, cinco ou seis anos. (PRB., 2016).

Depois de passar por vários espaços, a biblioteca encontrou sua permanência, desde o ano de 2010, em um espaço mais amplo e permaneceu nesse local até a data da coleta de dados (2016).

Os computadores eram utilizados para pequenas tarefas de digitação, no entanto não foram incorporados a essa biblioteca os processos de catalogação e/ou atividades como o empréstimo de livros de forma eletrônica. A entrevista realizada com a professora responsável nos deu algumas pistas dos motivos, uma vez que perguntada sobre o sistema de empréstimos, ela afirmou que era:

Manual. Não é informatizado por que essa informatização é um projeto que a prefeitura tem para implantar em todas as escolas e esse projeto não funciona, de informatizar as bibliotecas escolares, os acervos, não funciona. Todos os anos vêm uma equipe de Campo Grande para tentar fazer esse trabalho de informatizar as escolas e, não consegue, não consegue... Na própria biblioteca pública eles não conseguem realizar esse trabalho de informatização, de “jogar tudo” na rede de informática. Agora, os motivos eu não sei... (PRB., 2016).

Com relação aos materiais que compunham o espaço, eles foram adquiridos ao longo dos anos. A PRB. (2016) respondeu que “O mobiliário, na verdade, a escola foi adquirindo ao longo dos anos, de acordo com a necessidade de adequar os livros, foram adquirindo novas estantes, novos mobiliários”. A aquisição de novas estantes, prateleiras abertas e baixas, mesas (uma grande para usos dos alunos e uma pequena para utilização da professora) supõe uma

maior comodidade para a organização do acervo, no entanto não se pode dizer o mesmo em relação às atividades dos leitores, pois não havia espaço para leitura individual e mesmo a mesa grande, que ficava destinada aos usuários, não comportava mais que 8 a 10 cadeiras.

Como se pôde verificar, o espaço não se adequava ao atendimento individual, nem mesmo a grupos de alunos. Ademais, a biblioteca abrigava grande quantidade de livros didáticos e outros materiais, como mapas, globos e caixas com sugestões de atividades que poderiam ser realizadas com os alunos. O espaço de circulação entre as estantes era exíguo, a ventilação era realizada por ventiladores de teto, porém insuficientes para o ambiente.

Sobre a composição de acervos das bibliotecas, Campello (2010, p. 13) explicita que:

O acervo contempla a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, tais como: enciclopédias, dicionários, almanaques, atlas, etc. Além de livros, a biblioteca escolar conta com revistas e outros materiais não impressos, como: documentos sonoros, visuais e digitais.

O documento "Biblioteca Escolar como Espaço de Produção do Conhecimento-parâmetros para bibliotecas escolares", de Campello (2010, p. 13), aponta que o livro didático não é acervo da biblioteca escolar, pois "[...] esse tipo de obra é de uso dos alunos em sala de aula e não é registrado, pois, como obra integrante do catálogo da biblioteca". Embora não registrados no livro de tomo da escola, os livros didáticos ocupavam boa parte do espaço destinado à biblioteca escolar, bem como outros materiais elaborados pela cultura escolar, tais como cópias de sugestões de atividades, de jogos e outros. O fato de a biblioteca se compor desses materiais mencionados acima dá a entender que havia uma ideia de que a biblioteca deveria "se ocupar" de algo, uma vez que, não raro, a questão da leitura é tomada como ócio e daí a necessidade de atividades orientadoras das práticas pedagógicas.

Para Lacerda (2007, p. 7), no Brasil ocorre algo como "protocolos de leitura", pois, "[...] para as classes mais abastadas, o acesso a quaisquer leituras, sobretudo as que se convencionam chamar de alta literatura, é livre e estimulado desde cedo". Diferentemente, no entanto, às classes trabalhadoras e aos que a custo se incluem nas práticas da cultura escrita reserva-se a leitura instrumental, segundo a mesma fonte. Nesse caso, a cultura escolar é convencionada a

direcionar a leitura, a instrumentalizá-la de forma a “tornar fácil” o entendimento. Para isso são utilizadas estratégias como: a simplificação dos livros didáticos, as respostas no livro do professor e a circulação de fichas de leitura nos livros literários (LACERDA, 2007).

Ainda que por meio de uma "pedagogização" mal compreendida em relação à leitura/literatura (SOARES, 2001), que vê a necessidade de desenvolver atividades após a leitura, tais como resumos, fichas de interpretação dos textos, entre outros, e que vê a biblioteca como espaço de organização de atividades pedagógicas para o desenvolvimento em sala de aula, há de se considerar o esforço diligenciado pela professora responsável pelo espaço, no sentido de garantir o *uso* do material disponível e trabalhar para que se constituísse como lugar-território (FRAGO, 2004) dos professores.

A questão do descarte de materiais e de documentos ficou evidente no relato da professora quando perguntada sobre os registros de empréstimos de livros pelos alunos:

Não existe. Não existe porque foi logo quando nós entramos, tinha esse fichário. Eu acredito que não funcionava, porque, como eu falei, a biblioteca era só aquela estantezinha. Houve uma troca de diretora e nessa troca ela pediu para desfazer das coisas antigas que tinha. Pediu pra se desfazer desse fichário. Era um fichário muito bacana, eu me lembro de que tinha tudo, o número do livro, acervo, autor, ela pediu para se desfazer daquele fichário. (PRB., 2016).

O descarte de documentos e materiais da cultura escolar em algumas escolas é ordinário. Há uma cultura que guarda apenas “o oficial”, especialmente documentos dos alunos e que se encontram na secretaria da escola, ofícios das secretarias de educação, entre outros. Sobre isso, Vidal (2005) esclarece que, em geral, as escolas possuem tabelas que indicam o que deve ser descartado e em quanto tempo, deixando apenas documentos considerados históricos, tais como biografia do patrono, livro de visita de inauguração, entre outros. Complementa Vidal (2005, p. 23) que “[...] documentos como cadernos de alunos, exames, trabalhos escolares e, mesmo, fotografias de eventos recentes raramente recebem acolhida pelos arquivos escolares”. No caso da biblioteca dessa escola, o fichário não foi conservado, pois forneceria dados complementares sobre obras, empréstimos de livros a alunos e outras informações relevantes para a pesquisa em história da educação em Naviraí/MS.

Fato comum é o descarte das fontes de pesquisa no país, como apontado por Simões (2012), e a precariedade de sua preservação, não obstante os dados já revelados pelos descartes terem apontado a situação difícil de guarda da memória desses espaços até o ano de 2010, carentes de informações que apontassem para todo o conjunto da escola e sua importância enquanto socializador da cultura escrita. A forma dessa ocupação assume, contudo, relevância quando são preservadas suas características. E quais seriam as características então a serem preservadas em uma biblioteca escolar? A biblioteca escolar teria como objetivos, segundo Fragozo (2002): i) cooperar com o currículo da escola; ii) estimular a comunidade escolar em suas consultas e leituras; iii) incentivar os educandos a pensar de forma crítica; iii) proporcionar aos leitores materiais diversos e serviços para o desenvolvimento individual e coletivo; iv) promover a interação educador-bibliotecário-aluno; v) permitir o acesso do maior número de crianças e jovens a materiais educativos; e, vi) contribuir para que o educador amplie a sua percepção dos problemas educacionais.

Assim, o lugar-território pareceu ter sido ocupado parcialmente por professores e alunos e a comunidade, pois, conforme conversa com a professora responsável pela biblioteca, os livros eram emprestados para os pais dos alunos. No caso dos professores, no entanto, me pareceu, pelos relatos, mais um espaço auxiliar a execução do currículo prescrito⁴⁴ do que de promoção da leitura literária dos professores.

Segunda escola – Escola Municipal Professor Milton Dias Porto. Está situada na Rua Delci Maria Delevati, nº 46, no bairro Jardim Paraíso e foi criada pelo Decreto Municipal nº 27, de 1º/4/1996 (MESSIAS, 2013). O número de alunos, de acordo com informações da secretária da escola, era de 591 alunos de 1º ao 9º ano do ensino fundamental em 2010, distribuídos em 23 turmas. Além disso, de 1996 a 2008 atendeu também a turmas de educação infantil (pré-escola), funcionando como extensão da Creche Vera de Brida, localizada no mesmo bairro. Na imagem a seguir é possível observar a localização da escola:

⁴⁴O currículo prescrito é determinado pelos órgãos oficiais, como Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

Imagem 7 – Mapa de localização da Escola Municipal Professor Milton Dias Porto



Na Escola Milton Dias Porto as informações sobre a biblioteca escolar foram coletadas com três pessoas, pois nem todas as questões propostas eram do conhecimento da professora responsável pela biblioteca. Assim, realizei algumas questões com uma coordenadora pedagógica e com a secretária da escola, que trabalhava na instituição desde a sua fundação. Como foram três pessoas que responderam às questões, coloquei uma letra para designar cada uma delas: coordenadora pedagógica – CP; secretária da escola – S e professora responsável pela biblioteca – PRB. Com a pedagoga, que se encontrava readaptada na biblioteca desde 2015, realizei a entrevista focando apenas nas questões que ela informou que teria condições de responder, pois estava há pouco tempo respondendo pelo trabalho na biblioteca.

A biblioteca da Escola Milton Dias Porto iniciou suas atividades em 2000, junto com a sala de coordenação pedagógica, indo depois para uma sala de aula adaptada e novamente para outra sala para “dar espaço” ao Laboratório de Tecnologia da escola, permanecendo nessa última. No período em que a biblioteca funcionou na sala de coordenação pedagógica, as obras literárias eram disponibilizadas aos professores que levavam para a sala de aula e depois devolviam.⁴⁵ A permanência de acervos nas salas de direção e coordenação pedagógica pode apresentar algumas dificuldades de acesso por parte dos alunos, uma vez que há várias atividades desenvolvidas nesse espaço, tais como

⁴⁵ Informações contidas na entrevista realizada com uma das coordenadoras pedagógicas – CP.

atendimento de alunos, de pais, de professores, entre outras, o que muitas vezes pode inviabilizar o acesso aos livros de forma mais ampla.

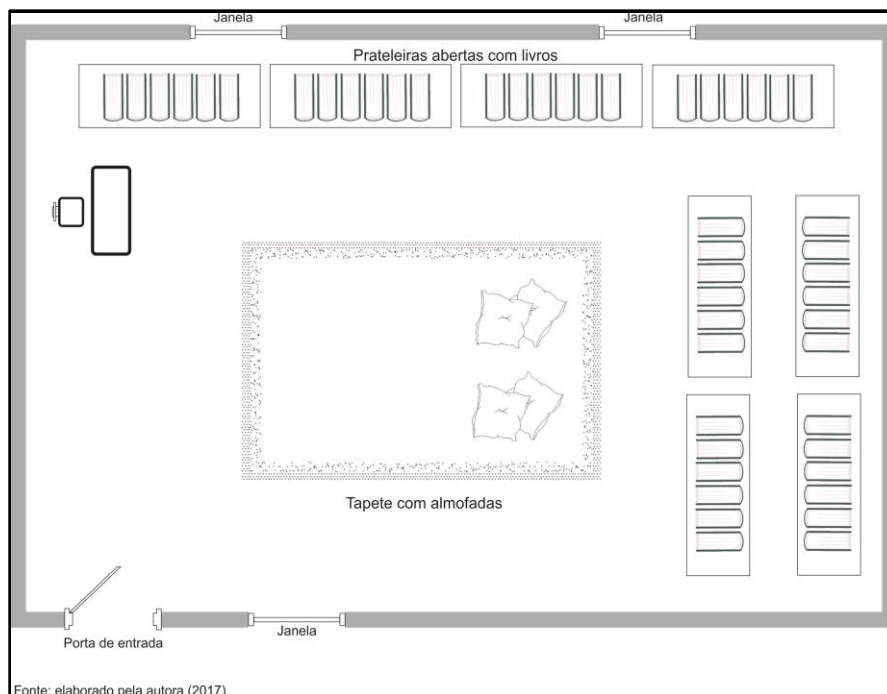
Ao ser perguntada sobre quando foi implantada a biblioteca e se haveria algum documento que indicasse esse ato, a coordenadora pedagógica respondeu que “Não existe documento oficial porque não é uma biblioteca, é apenas um acervo e foi implantada desde 2000”. Constatei que um dos aspectos que a escola considerava como determinante para ter uma biblioteca era a “nomeação de um espaço arquitetônico” e não apenas o acervo. Não podemos desconsiderar que os espaços arquitetônicos nas escolas cumprem funções e selecionam atividades específicas para cada grupo: alunos, professores, coordenadores, diretores, conformando uma cultura escolar que interfere e orienta determinadas práticas.

No segundo espaço em que os livros foram acomodados, uma sala de aula adaptada, chamada “sala de leitura”, ficavam expostos em pequenas prateleiras e estantes abertas. Havia tapetes e almofadas. A coordenadora pedagógica informou que essa organização era para “[...] que os alunos ficassem à vontade. Durante um ano tivemos até uma professora trabalhando neste local, contando histórias e lendo para os alunos” (CP). Não houve precisão na data em que isso ocorreu. Só me informaram que foi antes do ano de 2010. Para Gomes e Bortolin (2011), o mediador da “hora do conto” deve levar a criança para “dentro” do livro, ou seja, fazer com que ela vivencie a história. Assim, é importante compreender que a estratégia de contação de história utilizada na biblioteca escolar pode auxiliar a formação dos alunos leitores, especialmente dos anos iniciais do ensino fundamental.

Não consegui identificar, nos documentos, atividades de mediação que aproximassem mais os alunos do segundo segmento do ensino fundamental da leitura, tais como saraus literários, momentos de declamação de poemas, entre outros. Uma atividade relatada pela coordenadora pedagógica foi que “[...] nosso acervo foi disponibilizado de diversas formas e o que funciona até hoje é o projeto 'Leitura em Minha Casa', com o empréstimo de livros para levar para casa e devolver”. Ela ainda acrescentou: “O empréstimo de livros começou em 2007 com o projeto citado, mas alguns professores alfabetizadores tinham projetos desenvolvidos por eles com o empréstimo de livros” (CP).

Reproduzi, em um croqui (ver a seguir), a imagem de como era a biblioteca quando então funcionava na sala de aula intitulada “sala de leitura”.

Croqui 5 – "Sala de Leitura" da Escola Municipal Professor Milton Dias Porto

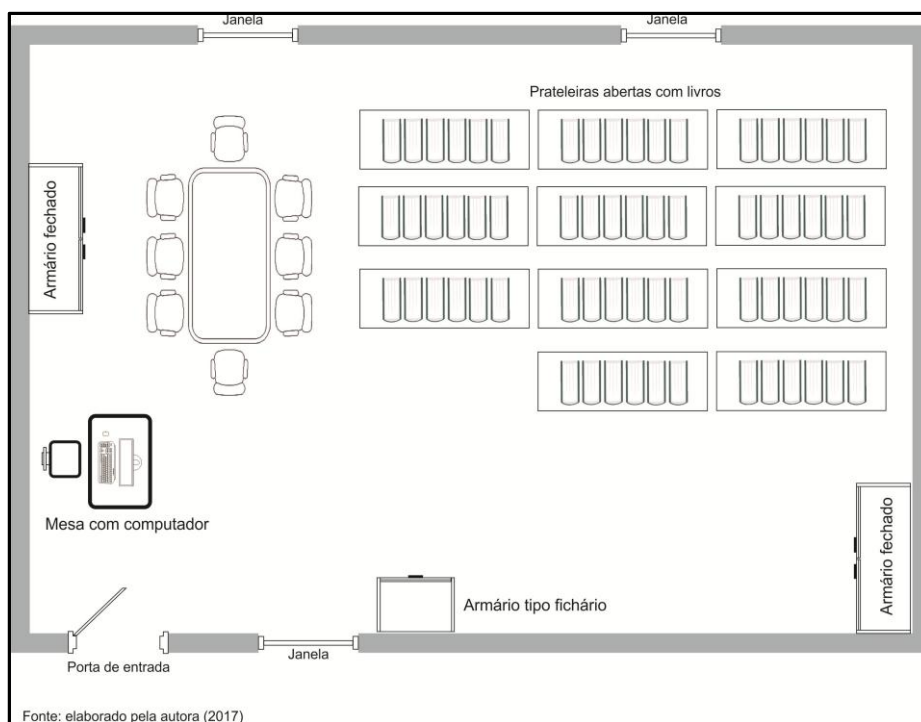


Uma prática percebida na escola foi a readaptação da sala em que funcionava a biblioteca, o que demonstrou a secundarização das atividades literárias, uma provisoriamente da biblioteca. Quanto a essa questão não se pode esquecer que as políticas públicas no Brasil investiram na compra de obras literárias, sobretudo após a implantação do PNBE, mas não foram investidos recursos na construção de espaços adequados para o funcionamento das bibliotecas escolares, pois, para Silva (2009b), as escolas brasileiras não preveem, em seus projetos arquitetônicos, os espaços específicos para a biblioteca escolar e, dificilmente, conseguem adaptar adequadamente esses ambientes para seu funcionamento, dadas às condições adversas que encontram nessa tarefa.

Após a mudança para outra sala de aula, o espaço passou a contar com um computador em uma mesa; um armário fechado com os livros de registro da biblioteca; uma mesa ao centro, com capacidade para oito cadeiras; 11 estantes com obras literárias e livros didáticos; 1 armário fechado com livros paradidáticos; e 1 armário tipo fichário (com materiais pedagógicos como: lápis, cadernos, borracha, cadernos, entre outros). Não houve precisão da data em que mudaram

para essa sala, pois só foi dito que seria antes de 2010. Assim resolvi reproduzir no croqui o mobiliário existente naquele período e que permaneceu até 2016, quando fiz a coleta de dados.

Croqui 6 – Biblioteca da Escola Municipal Professor Milton Dias Porto



A biblioteca da escola era espaço de guarda de materiais didáticos, afastando-se, assim, de suas funções precípua, pois isso demandava várias idas de alunos, professores, entre outros, ao ambiente da biblioteca para buscá-los, desviando muitas vezes a atenção dos leitores e, especialmente, distorcendo as funções educativas e culturais que são inerentes a uma biblioteca escolar. Por fim, havia a ocupação do espaço, quase na sua totalidade, por materiais (acervo e mobiliário), isso inviabilizando a leitura individual por mais de oito alunos (que poderiam se acomodar nas cadeiras da mesa ao centro), além da ausência de espaços individualizados para a leitura e/ou pesquisa.

Terceira escola – Escola Municipal Professor José Carlos da Silva. Foi fundada em 2008, passou pelo processo de autorização e iniciou seus trabalhos oferecendo os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em 2009 passou a oferecer a Educação de Jovens e Adultos – EJA (MESSIAS, 2013). Está localizada no bairro Jardim Paraíso, na Rua Tim Maia, nº 2. Sua construção acolheu a uma demanda crescente de alunos nos bairros próximos e, especialmente, do Jardim Paraíso.

A área da escola é de 1.853, 50 m², comportando 18 salas de aula, uma utilizada à época para biblioteca (2010 a 2012), uma para laboratório de informática, uma para a disciplina de Artes. As demais dependências eram: secretaria, sala de equipe pedagógica, sala de direção, sala de professores, depósito, cozinha, quatro banheiros para professores e funcionários, banheiros para alunos, pátio coberto, quadra livre e quadra coberta para a prática de esportes (PPPE. J.C.S.⁴⁶, 2009). É possível verificar no mapa a seguir a localização da escola:

Imagem 8 – Mapa da localização da Escola Municipal José Carlos da Silva



A ideia de organizar um trabalho com a leitura iniciou em 2010 quando a então diretora pensou o projeto “Sherazade⁴⁷” como forma de auxiliar no acesso

⁴⁶Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Professor José Carlos da Silva.

⁴⁷ A história de Sherazade é assim resumida no portal Ciência Hoje das Crianças: “Tudo começa com a história do rei Shariar. Ele descobre que está sendo traído pela esposa, que tem um servo como amante, e, enfurecido, mata os dois. Depois, toma uma decisão terrível: a cada noite, vai se casar com uma nova mulher e, na manhã seguinte, ordenar sua execução, para nunca mais ser traído. Assim procede por três anos, causando medo e lamentações em todo o reino. Um dia, a filha mais velha do primeiro-ministro do rei, a bela e sábia Sherazade, diz ao pai que tem um plano para acabar com a barbaridade do rei. Para aplicá-lo, porém, ela precisa casar-se com ele. Horrorizado, o pai tenta convencer a filha a desistir da ideia, mas Sherazade estava decidida a acabar de vez com a maldição que aterroriza a cidade. Quando chega a noite de núpcias, sua irmã mais nova, Duniazade, faz o que sua Sherazade havia pedido. Vai de madrugada até o quarto dos recém-casados e, chorando, pede para ouvir uma das fabulosas histórias que a irmã conhece. Sherazade começa então a narrar uma intrigante história que cativa a atenção do rei, mas não tem tempo de acabar antes do amanhecer. Curioso para saber o fim do conto, Shariar concede-lhe mais um dia de vida. Mal sabe ele que essa seria a primeira de mil e uma noites! As histórias de Sherazade, uma mais envolvente que a outra, são sempre interrompidas na parte mais interessante. Assim, dia após dia, sua morte vai sendo adiada”. (Disponível em: <<http://chc.org.br/sherazade-e-as-mil-e-uma-noites/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.).

ao acervo literário disponível na escola. Até a abertura do espaço em que funcionou a biblioteca, os livros ficavam guardados em armários nas salas dos professores, coordenação pedagógica e depósito da escola. No depósito da escola ficaram, em 2010, separados em carrinhos de supermercado e os professores levavam para a sala de aula para uso de acordo com o trabalho desenvolvido com cada turma.

A biblioteca da escola iniciou suas atividades em uma sala de aula que ficou vaga no final do ano de 2010, organizada por uma professora então readaptada por problemas de saúde. Sua formação era de Normal Superior com Mestrado em Educação. O espaço foi organizado e passou por adaptações, mobiliada com móveis conseguidos (pela própria professora) por meio de doação e alguns da própria escola, e com o acervo reunido em estantes abertas e em armários fechados. Os materiais para a sala de aula foram obtidos por meio de doação de uma escola particular – KUMON, alguns eram da escola e outros a própria professora comprou, como tecidos para fazer cortinas.

Nesse caso, até 2010 não havia políticas municipais para a construção e compra de móveis específicos para bibliotecas escolares, o que fez com que os profissionais adaptassem o espaço. Observei, por meio da foto a seguir, (cedida pela escola), que não havia mesas grandes para trabalhos em grupos ou estudos individuais, mas foram utilizadas carteiras escolares para a organização do espaço de leitura. Assim, era possível formar grupos de alunos, por meio da disposição das carteiras.

Imagem 9 – Fotografia da organização do espaço da Escola M. José Carlos da Silva



Fonte: acervo da Escola Municipal José Carlos da Silva (2017)

Outra questão observada era a quantidade de livros didáticos que as escolas recebiam e que sempre ocupavam um espaço considerável da biblioteca. Havia alguns instrumentos musicais (violões), que ficavam pendurados próximos às estantes de livros. Além disto, no local constavam estantes abertas e alguns mostruários (em que os livros eram expostos) com livros infantis e caixas com materiais diversos.

Não havia computadores. Os registros eram feitos manualmente e havia folhas em que eram anotados os empréstimos realizados. Possivelmente esses materiais (folhas de registros de empréstimos) foram descartados após a alteração do ambiente, pois, quando realizei a coleta de dados, não os encontrei.

Há que se destacar que a biblioteca escolar se compôs gradativamente com aqueles materiais que a escola, enquanto instituição possuidora de uma cultura escolar acreditava serem os que “ali deveriam permanecer”, como no caso dos livros didáticos, que eram devolvidos para serem reaproveitados em anos posteriores. Os depósitos eram espaços exíguos e não comportavam o volume de livros didáticos e “destinar a biblioteca só para as obras de referência, paradidáticas e literárias seria um desperdício” para a escola.

Embora não houvesse sinalização temática nas estantes, foi possível perceber, pelas fotos, que havia uma separação e organização dos materiais literários e obras de referência. Havia mostruários com frases de incentivo à leitura, tais como: “Castelo da leitura”; “Ler é muito legal”. Britto (1998), em contraposição a essa ideia de que a leitura é sempre prazerosa, nos alerta para o

fato de que as campanhas em prol da leitura transmitem um juízo de que “ler será sempre um prazer”. O autor, no entanto, nos informa que as pessoas leem por diversos motivos e, às vezes, esta prática implica esforço, cansaço, dedicação para compreender um autor, e isso não significa que não seja importante nos adentrarmos nos textos considerados mais densos e/ou difíceis. É relevante considerar, segundo o autor, que o leitor de X nem sempre será leitor de Y, mas a escola, mediando esse processo no espaço da biblioteca, poderá propiciar oportunidades que facilitarão a autonomia leitora dos alunos para selecionar, criticar e contextualizar as obras.

Em algumas imagens foi possível observar atividades que ocorreram no espaço da biblioteca escolar, como reuniões e/ou estudos de professores/coordenadores e atividades de professores com sua turma. A noção de lugar-território cunhada por Frago (2004) traduz a relação que se estabelece entre os sujeitos no espaço, subjetivamente construído por práticas sempre adaptadas, o que nos remete ao conceito de cultura escolar. A cultura escolar não foi transformada a ponto de que esse espaço fosse um “território dos professores e dos alunos”, pois, com as condições estruturais e de tempo destinadas ao trabalho docente, foi perceptível notar que havia horários específicos para essas atividades e o território do docente era, na maior parte do tempo, ocupado com as aulas.

Nessa biblioteca especificamente, no entanto, o professor teve seu lugar garantido pelo menos por um período, o que configurou uma “ocupação”. Em se tratando do tempo escolar, é possível afirmar que havia uma cultura disciplinarizada da leitura na escola, pois se determinavam momentos específicos para esse trabalho, ou seja, nos moldes como as disciplinas escolares foram se configurando ao longo do tempo, viu-se que as práticas de leitura foram consideradas como um aprendizado que precisava ser trabalhado nas disciplinas de Língua Portuguesa e no ensino médio na disciplina de Literatura.

No caso específico da Escola José Carlos da Silva, a biblioteca funcionou por pouco tempo nesse espaço, o que demonstrou a dificuldade de permanência de uma cultura escolar que privilegiasse a biblioteca como espaço-território de professores, alunos e coordenadores. A iniciativa propiciou, contudo, que esse território fosse ocupado pelos sujeitos, o que se configurou como uma experiência

de tomada de decisão, mas que não resistiu às pressões por políticas apressadas para a educação básica. No ano de 2012, a professora que estava responsável pela biblioteca passou a ocupar a coordenação pedagógica e, posteriormente, a substituir a diretora (que esteve afastada por problemas de saúde), ficando por pouco tempo uma servidora administrativa na organização do espaço de leitura. Após esse período, a biblioteca transformou-se em projeto de “Sala de Recursos Multifuncional” e os livros passaram aos espaços da sala de professores (em armários) e para a sala de coordenação pedagógica.

Quarta escola – Escola Municipal Odércio Nunes de Matos. Foi criada pelo Decreto Municipal nº 90, de 31 de março de 1991 e construída no conjunto habitacional Governador Harry Amorim Costa. Encontra-se situada na Rua José Guedes de Mendonça, nº 65, Quadra 11. O nome é homenagem a um vereador local. A instituição atendia, em 2013, a 929 alunos da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino. Os alunos que a frequentavam eram do próprio conjunto habitacional em que está situada a escola e dos bairros vizinhos, além de alunos da zona rural (MESSIAS, 2013). Na imagem a seguir é possível observar a localização da escola:

Imagem 10 – Mapa da localização da Escola Municipal Odércio Nunes de Matos



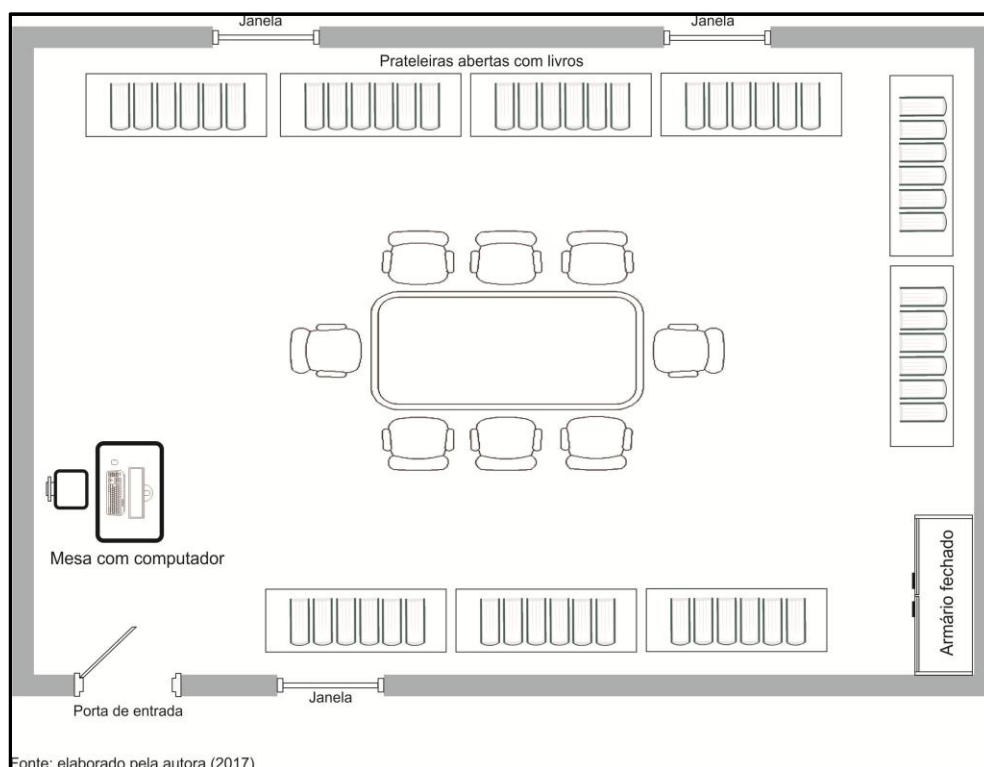
A escola tinha, em 2010, uma estrutura física composta de: 16 salas de aulas; sala de direção; sala de professores; sala da secretaria; laboratório de informática; quadras de esportes (coberta e descoberta); biblioteca; cozinha; parque infantil; banheiros (com banheiros adequados à educação infantil e a

alunos com deficiência ou mobilidade reduzida); despensa; almoxarifado; pátio coberto; pátio descoberto; área verde e lavanderia.

Inicialmente, o acervo da escola ficava armazenado no depósito. Depois foi redimensionado para o vestiário feminino, passou novamente por mudança de local, sendo abrigado na sala em que funcionava a coordenação pedagógica, dividindo o espaço com essas profissionais e, por último, permaneceu em uma sala adaptada em que funcionava anteriormente a sala de professores.

A biblioteca, em 2009, estava localizada no corredor de entrada da escola, de frente para as salas de direção e coordenação pedagógica. Naquele ano, o espaço era organizado com estantes de aço, abertas, abrigando obras literárias e livros didáticos, caixas com os cadernos de empréstimos para alunos, além de uma mesa grande ao centro, com cadeiras, que comportavam em torno de 8 a 10 alunos/as e/ou professores/as. Havia armários fechados, de aço, com cartazes colados indicando os dias da semana em que cada turma de alunos poderia emprestar livros. O croqui a seguir mostra a organização do espaço:

Croqui 7 – Biblioteca da Escola Municipal Odécio Nunes de Matos



Perguntada sobre se havia algum documento oficial de implantação da biblioteca, a diretora disse: “Não tenho conhecimento” (D). Respondeu que “Os livros ficavam no depósito da escola. A biblioteca já funcionou em outros locais,

como no vestiário feminino e no espaço que hoje funciona a coordenação da escola" (D).

No ano de 2010, a Prefeitura Municipal cedeu espaço da escola para funcionamento de uma instituição privada de ensino. Assim, a biblioteca foi dividida para acomodar as obras da universidade, pois é sabido que um dos requisitos para autorização de funcionamento de cursos de ensino superior é ter uma biblioteca (espaço e obras). Nesse caso não houve, porém, a presença de bibliotecário, além disso, o espaço continuou ocupado por essa biblioteca privada até 2014, quando então a instituição de ensino superior foi instalada em prédio próprio.

Segundo nos informou a diretora, que foi a entrevistada, houve solicitação, por meio de ofício, ao poder público municipal, que o espaço da biblioteca fosse destinado apenas aos alunos, professores e demais segmentos da comunidade escolar da Escola Odécio, pois poderia assim garantir uma organização adequada às faixas etárias que deveriam ser atendidas, fato que ocorreu a partir de 2014.

Conforme percebi ao analisar os livros de empréstimos de obras, o ano em que mais foram emprestados livros para leitura em casa foi o de 2009 e no livro havia um espaço vazio até 2013, quando foram retomados os registros de empréstimos, ou seja, essa atividade primordial para garantir acesso aos textos literários foi interrompida para atendimento de outras funções que não seriam do poder público municipal, nem da escola de educação infantil e ensino fundamental. Com a ocupação de uma parte considerável do espaço pela universidade privada, a atividade de empréstimo de livros aos alunos ficou prejudicada.

Destaca-se que não havia, até 2010, computadores para utilização na catalogação e nos registros de empréstimo das obras, bem como para utilização com fins de "pesquisa". Milanesi (1985) destaca que, a partir de 1971, as bibliotecas públicas no Brasil passaram a ser escolarizadas, visando atender aos estudantes em suas "pesquisas". Para isso eram adquiridas coleções de enciclopédias, assim, os alunos das camadas populares, em especial aqueles que não pudessem adquirir os livros indicados pela escola, buscavam na biblioteca

pública seu espaço de “pesquisa”. Em tempos recentes, essa função de “pesquisa” parece ter sido transferida para os laboratórios de tecnologia.

O ano de 2007 foi significativo, tanto em relação às políticas estaduais de TIC⁴⁸ para as escolas públicas, quanto em relação à ampliação do ProInfo⁴⁹ em Mato Grosso do Sul, com uma série de investimentos no que tange à inserção das TIC no fazer pedagógico das escolas (FEITOSA; PELISÃO; SOUZA, [S.D.], p. 5). Embora essa biblioteca fosse da rede municipal e não da estadual, mesmo assim não foi incorporada aos procedimentos de informatização, ficando à margem desse processo, bem como seus/as funcionários/as.

O registro de empréstimos era realizado manualmente em cadernos (um para cada turma) e os livros de tombo eram preenchidos à mão. No caso específico dos livros de tombo, esse trabalho de registro dos livros foi realizado pelas coordenadoras pedagógicas, tendo em vista a vicissitude das adaptações de servidores/as para atendimento no espaço da biblioteca do período de sua implantação até o ano de 2010.

A cisão entre as funções das bibliotecas e dos laboratórios de tecnologia é questão a ser discutida, pois tanto o acesso ao conhecimento por meio da consulta/pesquisa é função da biblioteca escolar, quanto proporcionar o acesso às obras literárias. Assim, para se transformar em lugar-território, segundo o entendimento de Frago (2004), a biblioteca precisa ser constituída como lugar dos alunos, dos professores, dos coordenadores e dos diretores, estabelecendo aprendizados duradouros em relação às práticas leitoras, ao longo da escolaridade.

Se considerarmos a biblioteca como acervo, poderíamos afirmar a sua existência na escola, pois a quantidade aproximada de livros era de 4.000 obras, porém a diretora destacou que “[...] o acervo até o presente momento não tem uma quantidade que atenda a necessidade” (D). A Lei Federal nº 12.244, de 24

⁴⁸Tecnologias de Informação e Comunicação.

⁴⁹Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e das tecnologias.

de maio de 2010 (BRASIL, 2010), que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, define:

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010).

A referida lei (BRASIL, 2010) estipulava ainda que:

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

A lei atribuiu, de forma genérica, uma responsabilidade aos “sistemas de ensino” de, no prazo de 10 anos, universalizarem as bibliotecas escolares. Se a biblioteca for considerada somente o acervo, teríamos uma possibilidade de alcançar essa dita “universalização”, uma vez que as obras literárias chegaram às escolas do país, de forma periódica, por meio de programas do FNDE, entre os quais o PNBE, que ampliou significativamente a destinação de livros às instituições a partir de 1997, quando o programa foi implantado. Corroboro, no entanto, o entendimento de Lacerda (2007) ao mencionar que o Estado brasileiro precisa assumir sua responsabilidade para com a biblioteca como espaço de escolha e de autonomia da pessoa no exercício da cidadania. Além disso, essencial, nesse processo, de acordo com a autora, “[...] é a consideração da biblioteca escolar como elemento integrante da educação básica” (LACERDA, 2007, p. 11-12).

Se considerarmos que a Escola Odécio atendia, em 2013, a 929 alunos da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental, ter-se-ia se alcançado, “[...] no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade” (BRASIL, 2010). Sabemos, contudo, que a biblioteca escolar não se constitui somente de seu acervo, mas de um espaço adequado para essa finalidade, de mediadores de leitura e atividades que atendam aos leitores, que, neste caso específico, são os integrantes da comunidade escolar da instituição.

Passo a seguir, na quarta seção, a tratar da organização, manutenção e descarte do acervo de obras literárias, bem como das práticas culturais e/ou de leitura e o uso do material literário nas bibliotecas escolares estaduais e municipais. Nela abordarei as categorias "acervo" e o que se define como "obra literária".

4. OBRAS LITERÁRIAS, ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESCARTE DO ACERVO

Nesta seção tenho por objetivo explicitar como se dava a aquisição, utilização e descarte das obras literárias das bibliotecas escolares de Naviraí. Com esse intuito, utilizei o instrumento de entrevistas semiestruturadas com as profissionais responsáveis pelas bibliotecas, bem como um levantamento sobre as obras recebidas pelas escolas e emprestadas pelos alunos, em livros de tombo e livros e/ou fichas de empréstimo de obras. As questões a que busquei responder mediante esses levantamentos foram: Que documentos mostrariam o acesso dos alunos aos textos literários? Quais foram as práticas de leitura construídas nesses espaços?

Na organização da seção, inicialmente trabalho com explicitação da relação entre obra literária e escola, posteriormente aponto como se dava a composição e a organização do material literário e, na sequência, relato como se dava o uso e o descarte das obras literárias nas escolas municipais e estaduais de Naviraí-MS.

4.1 Obras Literárias e Literatura na Escola

Cabe um primeiro esclarecimento que se refere à obra literária. Há uma dúvida do que seja considerada uma obra literária, questão que perpassa conhecimentos de diferentes áreas, como a Pedagogia, Letras e Biblioteconomia. A aproximação desse conceito e outros que trago no trabalho é fruto dos estudos no já mencionado Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional (GEPPETE) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na linha de pesquisa “Leitura, Escrita e Literatura”, espaço em que atuo como pesquisadora desde o ano de 2011. O grupo, sob minha supervisão, vem discutindo várias temáticas dentro dos três eixos mais amplos (leitura, escrita e literatura), entre os quais, uma das questões que discutíamos é: O que garantiria a um texto que ele pudesse ser chamado de literário? Nessa incursão por busca de respostas, autores como Soares (2001), Lajolo (2009), Zilberman (2009), Cosson (2009) e Silva (2013) colaboraram nas discussões.

Em busca da conceituação da obra literária, Lajolo (2009, p. 95) explica que “literário é um texto em cuja órbita gravitam inúmeras leituras”. Com base em minhas leituras sobre o literário e a literatura, compreendo a obra literária como aquela que prima pelo estético, tem a finalidade de proporcionar múltiplas leituras e não se fecha em uma única interpretação possível. Assim, poemas, contos, romances e diversos outros tipos de textos são considerados uma obra literária quando proporcionam aos leitores a fruição⁵⁰. Desse modo, é preciso lembrar que a literatura é uma arte e, por isso mesmo, é insubstituível a fruição surgida do contato direto com esse tipo de obra, pois nada supre o “corpo a corpo” com o texto literário (CUNHA, 2018). É na experiência com a obra literária e nos múltiplos espaços de leitura, como a casa, a instituição religiosa, a escola, a biblioteca, entre outros, que o leitor compõe sua própria história de leitura com a literatura e pode ampliar sua experiência estética, emocional, intelectual, entre outras.

Para Ramos e Balça (2013), a leitura da literatura não seria um dever do homem, mas um direito, pois é por meio da palavra que se oferece ao homem a possibilidade de viver dialeticamente as questões e os problemas humanos. Além disso, é o que possibilita um encontro com o “outro”, com as experiências do outro (PAIM, 2015) e faz revelar as relações humanas. A leitura literária, que é diferente de outras⁵¹, pois permite aos estudantes o que se tem chamado de letramento literário, que é “[...] uma experiência de dar sentido ao mundo por meio de palavras que falam de palavras, transcendendo os limites de tempo e espaço” (SOUZA; COSSON, [200?], p. 103). Acredito que é por meio desse tipo de leitura que há o que Soares (2004) chama de democracia cultural, que é tão necessária na sociedade brasileira, enquanto democratização de bens simbólicos.

Outra questão a ser pensada é que a Pedagogia “escolariza” todo conhecimento/saber/prática que “entra na escola” e a literatura, como tal, não é diferente. Muitas vezes, no entanto, há um desvirtuamento desse conhecimento

⁵⁰A palavra “fruição” constitui, de acordo com o dicionário Michaelis de Português (2018): “Ato, efeito ou processo de fruir; proveito; Desfrute de uma situação vantajosa, de um bem, posse ou oportunidade; Usufruto, aproveitamento ou utilização de algo; Ato de desfrutar (de) alguma coisa de forma prazerosa, obtendo alegria e satisfação (física, emocional, estética, intelectual etc.)”.

⁵¹Não se lê um conto da mesma forma que se lê um artigo científico, não se lê o literário buscando as mesmas finalidades que se busca em um texto científico, por exemplo. Quando lemos um texto literário mobilizamos estratégias que permitem imaginar, inferir e transitar entre o real e o imaginário, a realidade e a ficção.

de forma que ele perde sua característica como prática social. Cabe lembrar, contudo, com Soares (2001), que não há possibilidade de um conhecimento “não ser escolarizado na escola”, pois essa instituição possui tempos e espaços específicos e diferentes de outras instituições. Esses “tempos e espaços” configuram uma cultura escolar em seu modo de organização, divisão, concessões. Assim, a escola impõe o que se faz em seu interior, ainda que de modo relativo.

4.2 Obras Literárias: composição e organização

Com relação às obras que circularam nas bibliotecas, realizei um levantamento histórico das instituições responsáveis por fornecer às escolas esse tipo de material. O mais antigo Programa⁵² de compra governamental de livros no Brasil foi implantado em 1929, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), iniciado por meio de legislação e normativas do Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1976, com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) passou a ser responsável pela compra de livros didáticos e obras literárias no país.

Posteriormente, a Lei Federal nº 7091, de 18 de abril de 1983, extinguiu a FENAME, que passou a constituir a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ampliando suas competências. A FAE tinha por finalidade assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º graus, constituindo seus objetivos básicos: i) a melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção; e, ii) a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação⁵³. Lisboa, Silva e Sousa (2014) destacam que, com a extinção, em fevereiro de 1997, da FAE, a responsabilidade pela política de execução do PNLD foi

⁵²Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁵³ Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7091.htm#art6>. Acesso em: 12 jan. 2016.

transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Até início da década de 1990, no Brasil, a compra de obras literárias era responsabilidade da FAE e não havia um programa periódico e específico de distribuição desse tipo de material. Assim, os acervos das escolas eram insuficientes para o atendimento à demanda, contando as mesmas com doações da comunidade. Ademais, Milanesi (1985) enfatiza que, a partir de 1971, deram-se novas funções às bibliotecas públicas, que passaram então a ser responsáveis pelas demandas escolares de pesquisa e consulta. Quem não queria utilizar os serviços públicos passou então a adquirir os livros “adotados” e as enciclopédias solicitadas pelas escolas, assim, os estudantes que puderam adquirir as obras passaram pela escola sem frequentar a biblioteca, os demais recorriam à biblioteca pública (MILANESI, 1985).

Na década de 1990, ampliaram-se as campanhas em prol da leitura e movimentos de reivindicações para a melhoria dos espaços de leitura e da escola como um todo. Em 1997, em meio às reformas educacionais propostas a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ou seja, da Lei Federal nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), é criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que passa a ser responsável pela distribuição das obras literárias e de referência⁵⁴.

O programa de compra de livros didáticos se separa da compra de obras literárias, o que, de certa maneira, foi um ganho, no entanto, o volume de recursos empregados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sempre foi muito maior que no PNBE. O PNBE tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. Assim, por meio do PNBE, são distribuídos às escolas: PNBE do Professor, PNBE Periódicos, PNBE Temático, acervo composto por obras de literatura, acervo com obras de referência e de pesquisa e outros materiais relativos ao currículo nas áreas de

⁵⁴Obras de referência são dicionários, enciclopédias e similares.

conhecimento da educação básica (BRASIL, 2016). Recebem os materiais do programa todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e não há necessidade de adesão.

O que me interessa sobremaneira na tese é o PNBE Literário⁵⁵, que avalia e distribui obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônicas, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos (BRASIL, 2016).

Com relação à organização dos acervos das bibliotecas não era realizada de forma uniforme, nem mesmo o registro de tombamento, pois algumas bibliotecas tinham o livro de tomo e outras não (como no caso da Escola Maria de Lourdes Aquino Sotana, que só registrava algumas coleções de livros). Outras, como a Escola Estadual Antônio Fernandes, utilizavam um registro por código colado na obra literária e registrado nas fichas (letras e número). Como é possível observar, na sequência, na fotografia de ficha, há um código do livro, na coluna da esquerda, composto de letras e número (Ex.: 060. D), modo que a responsável pela biblioteca escolheu para classificar as obras e localizá-las no acervo.

Imagem 11 – Fotografia de ficha da biblioteca da Escola Estadual Antônio Fernandes

E. ANTONIO FERNANDES - SALA DE LEITURA MANUEL SANTOS		
NOME: <i>Cilene dos Santos Silva Souza, 32</i>		TELEFONE: <i>92234558</i>
ENDEREÇO: <i>Rua João Alves de Amorim Costa</i>		
BAIRRO: <i>Harvey</i>		
CÓDIGO DO LIVRO	DATA DA RETIRADA	DATA DE ENTREGA
		02/09/11
060.D	26/05/10	24/07/11
023.E	16/07/10	10/08/10
032.D	03/08/10	31/08/11
122.D	24/08/10	08/09/11
028.D	01/09/10	29/11/11
068.D	26/11/10	06/11/11
082.D	07/12/10	28/10/11
011.E	21/02/11	
018.F	"	04/11/11
048.E	28/02/11	11/03/11
054.C	11/03/11	25/03/11
058.E	25/03/11	11/03/11

Ficha do acervo da escola estadual Antônio Fernandes
Foto tirada pela pesquisadora (2016)

⁵⁵Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Na Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra, a organização das obras nas estantes era feita por letra do nome do autor e havia um número colado na obra (número da sequência em que o livro chegava à escola e era registrado no tombamento). Nas Escolas Municipais Odécio Nunes e Milton Dias, a sequência dos livros era numérica, mas nas estantes as obras literárias eram separadas dos livros didáticos (que não eram registrados).

Na biblioteconomia, o tratamento técnico na biblioteca requer vários procedimentos, entre eles:

1. Carimbo e registro - ao chegar à biblioteca, o acervo é carimbado e, em seguida, registrado no livro de tombo com todas as informações bibliográficas prescritas;
2. Catalogação – utiliza-se, na catalogação, o Código de Catalogação Anglo-Americano, conhecido como AACR2. A catalogação, como tecnicamente denominada, consiste na representação bibliográfica do item, isto é, descrever o item identificando título, responsabilidade intelectual (autor), edição, local, editora, ano, entre outros dados.
3. Classificação - depois de carimbado e registrado, o livro é classificado para melhor serem organizados nas prateleiras. O número de chamada colocado em cada livro tem por finalidade “possibilitar a reunião de livros sobre um mesmo assunto” [...] (PINHO; HILLESHEIM; FACHIN, 2008, p. 3).

Segundo Pinho, Hillesheim e Fachin (2008, p. 4), na biblioteca em que realizaram um projeto de extensão para tratamento técnico do acervo foi “[...] utilizada a classificação Decimal Universal (CDU⁵⁶) e a tabela Cutter-Sanborn⁵⁷”. A classificação é uma ferramenta muito importante para a organização de uma biblioteca, afirmam os autores. Além dos procedimentos anteriormente

⁵⁶ A Classificação Decimal Universal (CDU) é um sistema que possibilita a uniformização dos critérios de classificação dos documentos. Baseia-se no conceito de que o conhecimento pode ser dividido em 10 classes principais, e estas podem ser subdivididas em subclasses, numa hierarquia decimal. As principais tabelas da CDU são: 0 Generalidades. Informação. Organização. ♣1 Filosofia. Psicologia. ♣2 Religião. Teologia ♣ 3 Ciências Sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação. ♣4 Classe vaga. (não é utilizada) ♣ 5 Matemática e Ciências Naturais. ♣ 6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia. ♣7 Arte. Belas-Artes. Recreação. Diversões. Desportos. ♣8 Linguagem. Linguística. Literatura. ♣9 Geografia. Biografia. História. Informação disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/biblioteca/documentos/CDU.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018).

⁵⁷ A notação de autor pode ser codificada por: Tabela Cutter-Sanborn (1976), Tabela PHA (PRADO, 1976), letras do autor (sistema nominal) ou tabelas alternativas. O esquema de notação de autor mais popular foi desenvolvido por Charles AmmiCutter. De acordo com Wynar (1976), inicialmente Cutter desenvolveu a tabela de dois dígitos e, posteriormente, a tabela foi expandida para três dígitos por Kate F. Sanborn. Ela não usou a tabela de dois dígitos como base para a sua tabela e, por isso, Cutter resolveu expandir a sua própria tabela para três dígitos. Há, portanto, três variações das tabelas: i) a tabela de dois dígitos, ii) a tabela de três dígitos de Cutter-Sanborn1 (a mais empregada no Brasil) e iii) a tabela de três dígitos de Cutter (SANTOS, 2011, p. 6).

mencionados, foram desenvolvidas, na biblioteca escolar, ações que complementaram o trabalho:

1. Indexação - indexar significa descrever, identificar o documento pelo seu conteúdo.
2. Alimentação da base de dados – esse processo é feito junto com a indexação. Os dados do material, como: nome do autor, título, registro, classificação, número de página, volume, edição, editora, entre outros, são colocados na base de dados Lótus Notes (IBM) juntamente com o sumário ou índice.
3. Preparo para a circulação de empréstimo – após todos os procedimentos concluídos é colocado nos livros um bolso e uma ficha de bolso que são etiquetadas posteriormente com o próprio livro; as revistas são simplesmente registradas e anotadas num livro de empréstimos exclusivo para esse tipo de material; os dicionários e outras obras de referência recebem uma fita preta indicando que são de consulta local, portanto não poderão ser emprestadas. (PINHO; HILLESHEIM; FACHIN, 2008, p. 4).

Devido à ausência de profissionais formados em Biblioteconomia e/ou supervisão de profissional da área, as bibliotecas, tanto das escolas municipais quanto estaduais, não incorporaram o trabalho de tratamento técnico do acervo, organizando-o em bases empíricas e que não permitiram a uniformização de procedimentos no período de 1986 a 2010.

4.3 Acervos literários, práticas de uso e descarte nas Escolas Estaduais

Para identificar as práticas de uso do acervo fiz um levantamento⁵⁸ em livros de tombamento, livros e/ou fichas de empréstimo, anotei se havia livros enviados às escolas pela extinta FAE e pelo FNDE por meio de programas como o PNBE.

Com relação ao acervo, Pimentel (2007, p. 34) lembra que “[...] o acervo de uma biblioteca pode ser formado por coleções, constituída por diferentes tipos de materiais (livros, periódicos, CDs, DVDs, fitas VHS etc.)” [e que, assim, a formação dos acervos] “[...] envolve um trabalho constante de inclusão e exclusão

⁵⁸O levantamento e a descrição das fontes me permitiram definir a quantidade de obras literárias que cada escola possuía até 2010, a forma como essas obras foram registradas, a quantidade de empréstimos realizados pelos alunos no período da pesquisa, a conservação de obras mais antigas (como no caso das enviadas às escolas pela extinta FAE) e o controle das saídas e devoluções (nos casos em que houve esse procedimento e a correspondente conservação da fonte).

de itens, atividade que favorece a atualização do acervo com relação aos anseios dos usuários [...]”.

Os acervos de obras literárias das bibliotecas escolares de Naviraí foram constituídos, até o ano de 2010, de obras recebidas do Fundo Nacional de Educação, inclusive do Programa Nacional Biblioteca da Escola, além de obras recebidas por doações, adquiridas pelas secretarias estaduais de educação e secretarias e/ou gerências municipais de educação.

Em relação às práticas culturais constituídas nas bibliotecas escolares, não posso deixar de mencionar que a escola é um espaço plural e, com isso, utiliza a obra literária de acordo com seus tempos e espaços, que atende às ideias, às concepções e aos acordos de um grupo não homogêneo. Lembro que, para Chartier (1991, p. 178), a leitura é “[...] sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos”, ou seja, é uma prática cultural, pois não há *uma leitura*, mas *várias leituras* (não só no sentido da compreensão do texto em si, mas dos modos de se ler que se constituíram historicamente nas diversas comunidades leitoras, nos grupos de leitura, no tempo e espaço). Dessa maneira, como prática cultural, a leitura se constitui na escola mediada pela cultura escolar e sofre influência de professores, coordenadores, alunos, responsáveis pelas bibliotecas e dos pais. Nem sempre essas práticas se dão na escola da mesma forma que na intimidade do lar, por exemplo, por outro lado, o uso da obra literária na escola demanda comandos próprios da instituição, o que nos alerta para os caminhos de seu uso.

Como Chartier (1991) indica que a leitura envolve gestos e hábitos, e que o espaço escolar desenvolve “práticas possíveis”, toma-se então em consideração o que creem os indivíduos, tendo como objetivo final a formação de leitores. A obra literária aqui é pensada, primeiro, pelo seu formato (livro impresso, pois não tivemos acesso a livro eletrônico nas bibliotecas). Depois, pelos locais em que se pode pegar, manusear e ler. Em terceiro lugar, pelos modos de ler (leitura silenciosa ou em voz alta). Postos esses condicionantes, destaco a seguir, como os livros foram utilizados, a partir da descrição das fontes e ações e/ou atividades desenvolvidas por cada biblioteca escolar.

- *Primeira escola*: Escola Estadual Presidente Médici

A biblioteca dessa escola contava com um acervo de 469 obras literárias no início de seu funcionamento, no final do ano de 1986. Com o passar dos anos, a biblioteca recebeu doações de livros da comunidade e adquiriu parte do acervo com recursos próprios⁵⁹, além de receber alguns livros do governo federal por meio de programas de distribuição gratuitos da FAE e do FNDE (entre os quais o PNBE). Realizei a análise dos livros de tombamento e de empréstimos de obras pelos alunos e cataloguei materiais impressos como as obras enviadas pela FAE e pelo PNBE. Para o início do trabalho compus um quadro das fontes e nele ficou destacada a ausência de registros de empréstimos de obras (anteriores ao ano de 2011) por parte dos alunos. As fontes encontradas foram indicadas no quadro abaixo:

Quadro 7- Fontes documentais: E. E. Presidente Médici		Quantidade
FONTE		
Livro/s de tombo	Sim	2 livros (as obras totalizam 6.111 exemplares)
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Não (Somente de 2011 para frente. Os anteriores foram descartados).	0
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Sim	Poucos exemplares
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	Maioria das obras
Elaborado pela autora (2015)		

Nos documentos foram encontrados dois livros de tombo, sendo o primeiro com a capa dura e preta, sem identificação na capa e sem termo de abertura. A página de número 1 registrava os livros com a data de recebimento de 11/2/1987

⁵⁹Os recursos próprios de que as escolas dispõem são oriundos de promoções realizadas por meio das Associações de Pais e Mestres (APMs) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Criado em 1995, o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir com a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. O programa visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

até a página final com a data de recebimento de 22/4/1996. Nele constavam 3.783 obras literárias registradas. A primeira obra registrada foi "Caminho da Liberdade", de Howard Fast, que foi publicado originalmente nos Estados Unidos em 1944 e inaugurou uma análise sobre um tema central, a escravidão. Após a primeira publicação, estima-se que mais de 20 milhões de exemplares do livro tenham sido vendidos, além disso, foi publicado em 82 línguas (LEANDRO, 2006). A última obra, registrada no primeiro livro de tomo foi "Profissão Esperança", do escritor cearense Caio Porfírio Carneiro.

Dessas obras encontrei exemplares na biblioteca no ano de 2016 (quando fiz parte da coleta de dados), dentre as quais se destacaram obras estrangeiras como: "O Prêmio", de Irving Wallace, "Os Dois", de Irving Wallace e Amy Wallace, e "Kissinger", de Marvin Kalb e Bernard Kale. Além disso, havia exemplares de obras da literatura brasileira, como "O Guarani", de José de Alencar, "Contos Escolhidos", de Monteiro Lobato (o último com carimbo da FAE). Nas demais obras não constavam carimbo de identificação do órgão que adquiriu o material, o que se sabe é que foram realizadas campanhas para a aquisição de obras para a biblioteca da escola e que as mais antigas que restavam disponíveis na biblioteca foram fruto de doação por parte da comunidade.

No primeiro livro de tomo foram registradas obras como "Moby Dick" de Herman Melville, "A Ilha Misteriosa", de Júlio Verne, "Cinco Semanas num Balão", também de Júlio Verne, "A Ilha do Tesouro, de Robert Louis Stevenson e "Poliana", de Eleanor H. Porter. Essas obras foram consideradas "clássicos da literatura estrangeira". No caso dos autores nacionais, foram encontrados nesse livro de tomo as obras "A Ilha Perdida", de Maria José Dupré, "Dom Casmurro", "Helena" e "Quincas Borba", de Machado de Assis, e "Clara dos Anjos", de Lima Barreto.

Os livros de tomo não eram utilizados pelos estudantes, somente pelas profissionais responsáveis pela biblioteca para registrar os livros que chegavam à biblioteca e não havia a consulta sobre as obras disponíveis na biblioteca (como são/eram os catálogos impressos ou *on-line*) e cada um desses livros de tomo tinha um formato (um era todo escrito à mão, o outro tinha algumas páginas com listas digitadas e coladas). Para Battles (2003), os catálogos foram criados na Idade Moderna com base nos catálogos das bibliotecas universitárias medievais e

serviam para registrar as obras, que foram crescendo assustadoramente em número.

Pode-se dizer que o livro de tomo da escola é uma aproximação com os catálogos das bibliotecas, mediado pela cultura escolar, ou seja, nesse caso específico foi organizado para registrar as obras literárias e/ou paradidáticas (em algumas escolas) e não para as consultas dos estudantes. Na cultura escolar, esses livros serviam como forma de “provar” o recebimento das obras e controlar o extravio exagerado dos materiais. Isso se deve à questão de políticas, que selecionam, controlam e distribuem as obras, por meio de compra e entrega nas escolas. Assim, para os órgãos do sistema governamental há uma necessidade de “saber se estas obras estão na escola” e se há mecanismos⁶⁰ de controle, incorporados pelas instituições.

As práticas constituídas e evidenciadas por meio da pesquisa na biblioteca da Escola Estadual Presidente Médici foram: ida à biblioteca para empréstimo de livros, leitura e/ou pesquisa. O ato de ir à biblioteca, escolher a obra e emprestá-la já configura uma prática cultural, pois o local (a biblioteca) tem seus códigos próprios, que são suas formas de organização e essas normas, muitas vezes, ficam implícitas e determinam questões como: Pode escolher na estante ou em locais separados? É a pessoa responsável que procura o livro e entrega ou é o próprio aluno pode escolher? Não foi possível responder a essas duas questões, mas inferi que as duas formas poderiam ter ocorrido, pois não havia uma inflexibilidade no espaço e nas práticas dos mediadores quanto ao empréstimo de livros, não havia formas de contenção dos estudantes, a exemplo de balcões, delimitando os espaços.

Nas fontes encontradas não identifiquei práticas coletivas no local, tais como saraus literários, encontros com escritores, entre outras. Aqui há evidências de que a prática de leitura realizada na biblioteca (nos casos em que o estudante permanecia no local realizando leitura de obras literárias) era de forma silenciosa, dado o tipo de leitura comumente disseminada nesses locais (a biblioteca) e incorporada pelas escolas. Destaco que a revolução da leitura silenciosa (CAVALLO; CHARTIER, 1998), quando se passou a “ler com os olhos” e os

⁶⁰O principal documento que as escolas mantêm para provar o recebimento dos livros desses programas é o livro de tomo (por meio do registro escrito).

sujeitos leitores puderam ler fora do controle de seus observadores – escola, igreja, associações –, houve uma disseminação desse modo de ler na sociedade ocidental. Mesmo assim, a prática de leitura em voz alta continuou coexistindo com a primeira em diversos locais, entre os quais destaco a escola. Para Cavallo e Chartier (1998), é por volta do século XII que nasce um novo modelo de biblioteca, que sai da solidão dos monastérios para se tornar ampla e urbana, nasce um código de comportamento nesse local, que é o “silêncio”. Nesse espaço deve ser silenciosa a busca pelo livro e a leitura, que deve ser feita “com os olhos”.

Embora não visualizando os empréstimos anteriores a 2010, há evidências, a partir da entrevista com a diretora e conversa com a servidora responsável pela biblioteca, de que os estudantes iam à biblioteca para as práticas de empréstimo, leitura no local e pesquisa, mas as fichas que registraram essas visitas foram descartadas. Sempre havia uma “faxina” na biblioteca e esse tipo de material, que era impresso era descartado. Nas “faxinas” não havia critérios para o descarte de materiais da biblioteca da escola devido ao desconhecimento de como realizar esse procedimento. Não constatei em nenhuma fonte documental da Escola Presidente Médici, informações sobre obras que tenham sido extraviadas, que se tenham deteriorado ao longo do tempo ou mesmo que simplesmente não tenham sido devolvidas.

– *Segunda escola*: Escola Estadual Antônio Fernandes

As fontes encontradas na biblioteca foram:

Quadro 8 – Fontes documentais - E. E. Antônio Fernandes		
Fonte		Quantidade
Livro/s de tombo	Sim	2 livros
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Sim	1 livro até 2014 Fichas individuais dos alunos a partir de 2015
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Não	
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	A maior parte das obras literárias.
Elaborado pela autora (2016)		

No livro de tomo 1 constavam obras literárias de número 1 a 295. Havia uma abertura, mas sem a data e ano, deduzi que era do período de 2004 a 2008, pois, conforme informação da responsável pela biblioteca, nesse livro constava a assinatura da diretora da época. O livro estava encapado com papel verde e plástico e com aspecto conservado, a partir do número de obra 295, o livro não foi mais aproveitado, sendo as demais páginas inutilizadas com um traço.

Como a data de início da biblioteca foi 1998, possivelmente recebeu obras do Programa Nacional Biblioteca da Escola, que iniciou em 1997, além de doações da comunidade e aquisições da própria Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Os livros de tomo 2, 3, 4 e 5 foram registrados a partir de 2011. Neles consta que a escola possuía mais de 2.500 obras literárias anotadas, dando a entender que foram registradas após 2011, mas as obras já estavam na escola antes, embora sem terem recebido registro, talvez por falta de pessoal para desenvolver esse trabalho.

O que chamou a atenção nessa biblioteca escolar foi que no livro de empréstimo do ano de 2010 (antes não foram encontrados registros de empréstimos) constavam 2.517 obras emprestadas, quantidade bastante considerável tendo em vista que a média de alunos da escola era de 600 no período. Isso daria, em média 4,195 livros/aluno/ano. A pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" (AMORIM, 2008) apontou o seguinte: i) média de livros lidos por ano no Brasil: 4,7 por habitante; ii) média de livros indicados pela escola (incluindo didáticos): 3,4 por habitante; iii) média de livros lidos fora da escola: 1,3 por habitante; iv) mulheres leem, em média 5,3 livros por ano; e, v) homens, 4,1. Se considerarmos que esses alunos que tiveram acesso a esses livros na escola, poderiam ter efetuado leituras em outras bibliotecas ou em casa, teríamos, nesse caso, uma média acima da média nacional.

A pesquisa de Amorim (2008) já demonstrou que, quando se está estudando, há maior procura pela leitura e, quando a possibilidade de ler está mais próxima (como na biblioteca da escola), isto é determinante para o acesso. É importante ponderar que o acesso à leitura no Brasil nem sempre se faz por meio da compra de livros. Para Abreu (2001b, SP) “[...] apenas metade do acesso aos livros lidos se faz por meio da compra; outras possibilidades são o

empréstimo em bibliotecas (8%) e o recebimento de livros dados pela escola (4%)”. Assim, confirmo a relevância da biblioteca escolar como ambiente que necessita fomentar a leitura.

Não é possível afirmar que toda obra emprestada em uma biblioteca é lida pelo usuário, mas posso confirmar que, pelos empréstimos, as crianças e os jovens acessaram as obras literárias nessa escola. Essa prática direcionada pela biblioteca da Escola Estadual Antônio Fernandes corroborou a ampliação das possibilidades de formação de leitores. Como não encontrei registros anteriores ao ano de 2010, revelou-se, por meio da fonte encontrada, o trabalho dos profissionais atuantes a partir do ano de 2010, na conservação dos documentos que contaram a história da biblioteca, bem como a valoração do acesso aos livros que a biblioteca possuía – forma bastante importante para a ampliação da cultura literária.

Em especial se verificou que, por meio da prática de empréstimo de obras literárias, foi possível aos alunos lerem livros mais longos, uma vez que o tempo escolar, intercedido pela cultura escolar, não permite as leituras de obras mais longas pelo fato de que o currículo escolar está composto por disciplinas e/ou áreas de estudos e tem, na sua forma mais frequente, a realização de “aulas”. Conforme reforçou a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (AMORIM, 2008), as leituras mais longas são geralmente feitas na intimidade, em casa ou em outros locais, não obstante isso pudesse ter ocorrido no espaço da biblioteca.

Como já apontei anteriormente, o fato de os empréstimos terem sido realizados por meio de projetos em que os estudantes frequentavam semanalmente a biblioteca oportunizou, àqueles que não tinham uma frequência ao espaço, constituir o hábito de visita ao local, conhecimento e manuseio do acervo, bem como do próprio ato de escolher e emprestar a obra literária.

Não encontrei evidências de critérios para descarte dos materiais em desuso, embora a responsável pela biblioteca tenha “reclamado” do volume de livros didáticos que ocupavam o local, pois nem mesmo os estudantes queriam “[...] ficar com esses livros em casa” (PEAF, 2016).

- *Terceira escola*: Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra

Nela as fontes encontradas foram:

Quadro 9 – Fontes documentais – E. E. Eurico Gaspar Dutra		
Fonte		Quantidade
Livro/s de tomo	Sim	2
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Sim	2
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Sim	Poucas
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	A maioria dos itens do acervo.
Elaborado pela autora (2015)		

No livro de tomo 1 da escola constava um termo de abertura, a assinatura da diretora constava de 23/12/2004 e o livro era de capa dura, encapado com papel verde e plástico por cima. O interior do livro possuía as seguintes informações: número de tomo, nome do livro, nome do autor, editora e quantidade de exemplares. Estavam registradas nesse livro de tomo as obras de 1 a 3.128 e constavam obras literárias e paradidáticas.

No livro de tomo 2 constava um termo de abertura, contava com 100 folhas e foi datado em 1/12/2010. Havia o carimbo e a assinatura de uma das coordenadoras pedagógicas da escola. O início era na obra de número 3.145 e estava preenchido até a página 78, com o registro até a obra 5.287. O livro era de capa dura, preto e no interior constavam os dados: nome do livro/CD/DVD; nome do autor; origem do material; editora e quantidade de exemplares. Como esse livro estava datado de final do ano de 2010, observei que as obras do acervo até 2010 estavam no livro de tomo1 (3.128 livros).

Nos primeiros registros constavam apenas livros impressos e, com o passar dos anos, foram incorporados CDs, DVDs, impulsionados talvez pelas concepções acerca do que seja material de leitura. O que não foi perceptível foi o uso desse tipo de material no espaço da biblioteca, uma vez que ela não foi dotada de computadores e/ou materiais adequados para o uso desses instrumentos, senão apenas para algumas atividades administrativas. Não posso deixar de mencionar que Umberto Eco (ECO; CARRIÈRE, 2010, p. 21) destaca

que “[...] nada mais efêmero que os suportes duráveis”. Vale dizer que os CDs, os DVDs e outros materiais de armazenamento de dados têm se tornados descartáveis muito mais rapidamente até do que os próprios livros impressos, pois em menos de 10 anos essas tecnologias se tornaram obsoletas e na escola esse material pode se tornar obsoleto mesmo sem uso, pois nem sempre as condições para seu aproveitamento são garantidas.

No Mato Grosso do Sul, as escolas estaduais e algumas municipais construíram “Salas de Tecnologia”/“Laboratórios de Tecnologia”, assim separando da biblioteca escolar o espaço de uso de computadores e o acesso à internet. Para Furtado (2013), a biblioteca escolar, no papel de principal sistema de informação da escola, deve oferecer serviços com as literacias digitais⁶¹ e informacionais. O uso dessas ferramentas sociais demanda aprendizado e competência para a leitura de documentos em inúmeros formatos e a biblioteca tem papel imperativo para o atendimento das gerações de jovens que já “nasceram” em contato com as tecnologias mencionadas.

Com relação aos livros e/ou às fichas de empréstimo em que constavam os dados sobre o acesso dos estudantes ao acervo, localizamos dois. O livro de empréstimo 1 continha 50 folhas numeradas tipograficamente, com termo de abertura que previa ser destinado ao controle de livros da biblioteca. A data era de 12 de maio de 2005. Era de capa dura, encapado de verde e com plástico por cima do papel. Na segunda página havia uma frase de Clement Marot que dizia: “Um homem não pode bem escrever se não gostar um pouco de ler” e os registros de empréstimo estavam datados de 12/5/2005 a 30/8/2005.

No período mencionado no livro 1 foram emprestadas 708 obras literárias e 328 paradidáticas. A partir do verso da página 34 havia o registro do nome de

⁶¹Lanham, em 1995, fez um dos primeiros usos da expressão “literacia digital”, descrevendo-a como a capacidade de perceber a informação, seja qual for a forma como se apresenta. A sua reflexão é organizada por meio de várias ideias mestras: a extensão da noção clássica de literacia da compreensão do que está escrito no papel para o que aparece em diversas formas comunicacionais (texto, som e imagens dando origem ao multimídia); a fácil possibilidade de mutação do digital face à maior fixidez do material escrito; a diversidade de formas de comunicação digital como enriquecimento sensorial da comunicação que, com a imprensa, se fixou e restringiu ao papel, despindo ou relevando para segundo plano as componentes orais da comunicação; a diversidade comunicacional permitida pelo digital, em que a palavra escrita passa a ser um dos modos de comunicação e não o modo privilegiado, quase único e associado à autoridade; a necessidade de, face a uma comunicação multissensorial, o sujeito adquirir competências múltiplas de compreensão e interpretação de sons e imagens, ou seja, a literacia digital (COSTA, 2011, p. 173-174).

cada aluno, e esses nomes separados por turma (de 1º ao 4º ano) e os empréstimos e devoluções, com a média de 5 livros por aluno em cada turma. Como no caso dos anos iniciais a média de livros era de 5 livros aluno/ano, ressalto uma ampliação em relação à média nacional avaliada em 2008, que era de 4,7 livros/habitante/ano, ampliada em relação à região Centro-Oeste, que era de 4,5 (AMORIM, 2008).

A prática desenvolvida pela escola, no sentido de oportunizar aos estudantes o empréstimo de livros da biblioteca, foi reconhecidamente uma maneira de dar acesso às obras literárias. Outro aspecto importante foi a possibilidade de mediação dos professores em sala de aula, que evidenciaram a probabilidade de uma prática de leitura com variedade de títulos. É o que Cunha (2008) destacou na pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, em que um número razoável de leitores escolhia suas leituras pelas indicações literárias ou influência de alguém. Cunha (2008) enfatizou que as campanhas generalistas sobre leitura (“Ler é a melhor viagem”) nem sempre são as que mais auxiliam na formação dos leitores, pois as indicações, resenhas, críticas e a publicidade, além da capa, do autor, entre outros fatores, isso é o que mais se leva em conta na hora de escolher e ler uma obra.

O livro de empréstimo 2 estava com termo de abertura datado de 29/8/2005. Era de capa dura, brochura, preto e continha 100 folhas. Os empréstimos realizados foram anotados no período de 30/8/2005 a 12/12/2005. Havia registros dos empréstimos de 224 obras literárias e de 134 paradidáticas nesse período. O livro passou da data de 12/12/2005 para 17/2/2012, denotando que, durante um período não foi possível emprestar livros para os alunos (pelo menos anotados em livro próprio), seja pela falta de um responsável pela biblioteca, seja por outros motivos. Fiz um levantamento no livro de empréstimo e, somados os livros emprestados no ano de 2005, houve 932 obras literárias e 462 paradidáticas.

Saliento a importância desse trabalho da biblioteca para a formação de leitores, pois oportunizou aos estudantes o acesso aos acervos. Cunha (2008, p. 17) destacou, na pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, que, “[...] pelo menos na memória dos entrevistados, os professores atualmente leem mais para seus alunos – o que é uma espécie de 'dica'”. Nessa escola destacou-se, assim, a

mediação didática da/s pessoa/s responsável/is pelo acervo (coordenadores pedagógicos, professora), pois essa mediação dinamizou o espaço para empréstimo das obras. Disso participou também a mediação dos professores, em especial por meio de indicações literárias ou de projetos de leitura, haja vista a média de livros emprestados pelos alunos, que foi de 5 por ano em 2005, maior que a média nacional, que foi de 4,7 livros/habitante/ano (AMORIM, 2008).

Além disso, o segundo maior influenciador na questão da leitura, conforme a pesquisa de Amorim (2008) é o/a professor/a, com porcentagem de 33%, abaixo apenas da mãe/mulher responsável pelo leitor. A pesquisa de Amorim (2008) apontou que lê mais quem está no período de escolaridade, seja por indicação da escola, seja pela troca, compra ou empréstimo de materiais de leitura. Isso demonstra, como vejo, o papel fulcral da escola, especialmente da escola pública, na capacidade de promover e/ou de ampliar as possibilidades de acesso à leitura literária. A mesma pesquisa de Galeno Amorim (2008) relaciona a compra de livros com a classe social, pois os compradores estão em sua maioria na classe A, torna-se de extrema relevância o papel da biblioteca escolar pública, qual seja, o papel de possibilitar a circulação dos acervos adquiridos com os recursos públicos.

Quanto ao descarte, nessa biblioteca escolar não encontrei, nas fontes, evidências de critérios para esse serviço em relação aos materiais em desuso. O que ficou bem claro foi a separação dos materiais didáticos dos literários e a organização dos literários por autor nas estantes, o que poderia facilitar as escolhas dos leitores.

4.4 Acervos literários, práticas de uso e descarte nas Escolas Municipais

Nas escolas municipais identifiquei as práticas de uso do acervo, por meio dos levantamentos em livros de tombamento, livros e/ou fichas de empréstimo. Anotei se havia livros enviados às escolas pela extinta FAE e pelo FNDE, por meio de programas como o PNBE e elaborei, a partir disso, um quadro com as fontes encontradas em cada escola municipal.

– *Primeira escola*: Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana

Nela as fontes encontradas na biblioteca foram:

Quadro 10 – Fontes documentais- E. M. Maria Aquino		
Fonte		Quantidade
Livro/s de tombo	Não	0
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Não	0
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Sim	Poucas
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	A maioria do acervo.
Elaborado pela autora (2015)		

Conforme mostra o quadro anterior, não havia livros de tombo e não foram conservadas as fichas e/ou os livros de empréstimos da biblioteca. Os empréstimos até 2015 eram feitos em folhas de caderno e, depois da devolução, eram riscados e descartados. Para o período após 2015 há um livro com registro de empréstimo por turma, que constava a anotação de: “Projeto Viajando na Leitura”.

Não foram encontrados registros em livros de tombo das obras recebidas, no entanto a responsável pela biblioteca nos informou que havia, aproximadamente, 3.000 obras literárias que faziam parte do acervo. Desde 2010 havia estantes abertas e separadas com as obras literárias e materiais impressos, caixas com alguns livros separados por turma e/ou disciplina, o que indicava uma relação pedagógica entre a biblioteca e os professores da escola na busca de seleção e elaboração de propostas para a leitura.

A principal atividade desenvolvida no período pesquisado foi a de empréstimo de livros. Afora isso, ainda que, pelo período de um ano, uma professora estivesse readaptada e contasse histórias com fantoches para as crianças, essa ação não teve continuidade. Como a biblioteca mudou várias vezes de local, após a sua realocação para uma sala adaptada na escola, ali permaneceria por seis anos. Assim, o empréstimo de livros e a visita à biblioteca

se tornou frequente no espaço. A circulação dos acervos, especialmente de programas como o PNBE, fez com que os alunos tivessem acesso a esse material.

Nas fontes não houve evidências de atividades realizadas na biblioteca, como saraus literários e outros, mas havia cópia de projetos de incentivo à leitura, estes elaborados pelos/as professores/as e/ou pelos/as coordenadores/as com a participação da responsável pela biblioteca e que objetivavam a formação de alunos leitores.

É importante inferir que o período de desempenho da professora responsável pela biblioteca escolar, de 15 anos atuando no espaço, contribuiu para a permanência e conservação dos materiais. Mesmo com isso, não havia critérios para a seleção de materiais que deveriam ser descartados e, por vezes, houve até o descarte das fichas que registravam o empréstimo de obras aos alunos, como pude constatar na fala da professora, quando perguntada sobre se havia algum registro: “Sim. Tinha um fichário. Aquele fichário preto, assim” (PEMMALS, 2016). Logo após, quando perguntada sobre esse material, ela afirmou:

Não existe. Não existe porque, foi logo quando nós entramos, tinha esse fichário. Eu acredito que não funcionava, porque, como eu falei, a biblioteca era só aquelas estantezinhas. Houve uma troca de diretora e nessa troca ela pediu para desfazer das coisas antigas que tinha. Pediu pra se desfazer desse fichário. Era um fichário muito bacana, eu me lembro que tinha tudo, o número do livro, acervo, autor e, ela pediu pra desfazer daquele fichário. (PEMMALS, 2016).

Sobre os demais materiais constantes da biblioteca, o documento "Biblioteca Escolar como Espaço de Produção do Conhecimento-parâmetros para bibliotecas escolares", de Campello (2010), aponta, na página 13, que o livro didático não é acervo da biblioteca escolar, pois “[...] esse tipo de obra é de uso dos alunos em sala de aula e não é registrado, pois, como obra integrante do catálogo da biblioteca”.

– Segunda escola: Escola Municipal Milton Dias Porto

As fontes encontradas foram:

Quadro 11 – Fontes documentais- E. M. Milton Dias Porto		
Fonte		Quantidade
Livro/s de tombo	Sim	2
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Não	0
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Não	0
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	A maioria do acervo.
Elaborado pela autora (2015).		

Conforme se percebe no quadro anterior, não foram conservados os livros e/ou as fichas de empréstimos de obras aos alunos até o ano de 2010 (só foram encontrados livros de empréstimos a partir do ano de 2012, com vários empréstimos feitos pelos alunos), mas foram encontrados os livros de tombo, sendo dois no total. O primeiro era um livro escrito à mão, encapado, com 50 folhas e termo de abertura datado de agosto de 2009. Nele constavam os registros de: obra; autor; editora e quantidade de títulos. Na capa estava escrito: “Livro de Registro de Literatura”, no entanto estavam registradas também as obras paradidáticas⁶² e de referência. Havia o registro de objetos como: “dorso”, “jogos didáticos de alfabetização” e “jogos para a sala de recursos”.

⁶²A principal diferença residia no fato de os *paradidáticos* não pretenderem cobrir a matéria de uma série nem, muito menos, de todo um segmento do ensino. Fixavam-se, antes, em um único tópico de interesse curricular, tratado de forma mais especializada e/ou aprofundada, como classes de palavras, metáfora, neologismo ou poesia, no caso de Língua Portuguesa. Em consequência, esses livros podiam ser utilizados em diferentes momentos e níveis de ensino. Quando abordavam temas que hoje denominaríamos como *transversais*, podiam, ainda, servir a diferentes disciplinas, em especial as de uma mesma área, como História e Geografia. Por outro lado, quanto mais dirigidos a níveis mais altos de ensino, mais podiam se assemelhar a obras de divulgação científica para públicos não escolares; ou mesmo a produções literárias ou de entretenimento, em particular nos casos em que recorriam a narrativas ficcionais para abordar o tema selecionado. (RANGEL, 2017).

Uma vez que a quantidade total de obras literárias não constava em nenhum lugar, realizei um levantamento nos dois livros de tomo e, separando o que eram obras literárias das demais, cheguei a um total de 2.985 obras literárias. Contabilizei ainda 130 dicionários (obras de referência) e 751 obras paradidáticas. Observei que havia parte do acervo que se destinava às crianças da educação infantil e/ou aos anos iniciais do ensino fundamental e perguntei, a uma das coordenadoras pedagógicas, se na escola haviam funcionado turmas de educação infantil e ela me informou que, de 1996 até 2008, havia turmas de educação infantil e que, posteriormente, foram transferidas para a Creche Municipal Vera de Brida, localizada nas proximidades, no mesmo bairro Jardim Paraíso. O acervo de obras para as turmas de educação infantil foi adquirido com recursos da GEMED de Naviraí e ficou para a escola.

Conforme se pode observar na foto da capa de uma dessas obras (ver imagem a seguir), as evidências de uso pelos estudantes e/ou pelos professores se mostraram nas dobras, nos pequenos rasgos nos cantos e nas demais marcas de uso.

Imagem 12 – Fotografia da capa do livro "Lúcia Já-Vai-Indo"



Fonte: obra do acervo da Escola Municipal Milton Dias (2017)
Foto tirada pela pesquisadora

A escola adquiriu acervos de obras literárias para o ensino fundamental até o ano de 2010. As compras foram realizadas com os recursos de manutenção previstos em programas específicos para essa finalidade, tais como Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (BRASIL, 1995). Antes, o acervo de obras literárias era armazenado na sala da coordenação pedagógica. Dali os

professores pegavam os livros e levavam para a sala de aula, local em que eram emprestados aos alunos e realizados os trabalhos com as práticas de leitura.

É de se apontar que a conservação de acervos em salas de coordenação pedagógica poderia dificultar o acesso dos alunos aos materiais literários, uma vez que a seleção das obras era feita pelos professores e/ou pelos coordenadores, e por esse espaço desempenhar várias outras funções na escola, tais como atendimento aos pais, aos alunos, aos professores e a outras atividades. Assim, posso inferir que a cultura escolar consolidou a ideia de que o espaço de coordenação pedagógica, simbolicamente e historicamente, na escola, não é “destinado” ao aluno, sendo seu espaço a sala de aula, a quadra de esportes nos horários das aulas de Educação Física e recreio, o pátio nos horários de recreio, a sala de direção e coordenação pedagógica em momentos específicos, como “chamadas de atenção e/ou advertências”.

As obras literárias, que inicialmente eram dispostas na sala de coordenação pedagógica, passaram então, durante o período de um ano, para uma sala adaptada (local em que, em 2015, funcionava o Laboratório de Tecnologia). Esse local foi intitulado “Sala de Leitura”. Esse período foi após o ano 2000 e não houve, por parte da coordenadora pedagógica, uma precisão na data em que ocorreu essa “Sala de Leitura”. Após a implantação do laboratório de tecnologia na “sala de leitura”, essa se mudou para outra sala, lá permanecendo até o momento em que realizei o levantamento dos dados (2015/2016).

No espaço denominado “sala de leitura”, uma professora ficou readaptada durante um ano e os livros ficavam expostos em pequenas prateleiras abertas. Havia tapetes e almofadas para os alunos se sentarem nos momentos de leitura e de contação de histórias, atividades que eram realizadas por ela. A modalidade de leitura em voz alta é uma prática de leitura que se estendeu ao longo da história da humanidade, especialmente para socialização da obra literária àqueles que não sabiam ler ou que, por vezes, gostavam e/ou gostam de ouvi-la. Para Svenbro (1998), a leitura no mundo grego antigo era essencialmente oralizada. Nesse período, o sentido desse tipo de leitura era “distribuir” o texto e configurava-se tanto como uma recitação de memória quanto uma leitura em voz alta. Com o passar do tempo, já, no período compreendido pela Idade Média, Cavallo e Chartier (1998) asseguram que a leitura em voz alta, mesmo

convivendo com uma leitura silenciosa desde a Antiguidade, é superada progressivamente pela leitura “com os olhos”, silenciosa, que se expande gradativamente nos meios letrados.

A socialização da obra literária por meio da leitura em voz alta ou da contação de histórias configura-se importante dimensão do conhecimento literário a ser trabalhado com os alunos de todos os níveis de ensino e uma prática desenvolvida por um período nessa escola. Com esse trabalho, a instituição proporcionou momentos de ampliação do universo cultural dos estudantes, bem como possibilitou o conhecimento de escritores e de obras. Para Gomes e Bortolin (2011):

A hora do conto é uma das atividades mais utilizadas pelos mediadores de leitura, pois essa atividade pode despertar na criança a curiosidade sobre o mundo da literatura infantil, com histórias fantásticas que contribuem para melhor compreender a vida e também adquirir o gosto pela leitura.

Há de se alertar, no entanto, para o fato de que, na realização desse tipo de atividade, se devem levar em conta vários fatores: i) a organização do ambiente para as crianças; ii) a seleção da obra literária; iii) como será lida ou contada a história (com ou sem recursos de apoio como fantoches, vestimentas e/ou outros), pois é preciso que tanto o conteúdo da obra seja interessante para as crianças, quanto o modo como o mediador fará a “exposição” do livro; e, iv) destaque a importância da possibilidade de contar com um ambiente acolhedor para as crianças, pois, para Braga e Paula (2014), a biblioteca escolar precisa ser um local dinâmico e instigante e que, além disso, “encha os olhos” dos alunos.

Ler e contar são duas atividades diferentes sob o ponto de vista da linguagem, pois a linguagem que se escreve configura-se de forma diversa da linguagem oral. Assim, como as duas atividades (leitura em voz alta para as crianças e contação de história) foram realizadas naquele período de um ano, as crianças puderam observar essas diferenças. Com as constantes readaptações de servidores, essas práticas foram interrompidas, detectou-se, nesse caso, a falta de continuidade e a ruptura do trabalho com a leitura na escola – com evidente prejuízo cultural para os alunos.

A escola possuía desde o ano de 2007 o “Projeto Livro em minha casa” (NAVIRAÍ, 2007), em que os alunos emprestavam as obras e levavam para suas

residências, após a leitura era feita a devolução. Havia professores dos anos iniciais e finais que possuíam projetos de empréstimos de livros, em que os livros eram levados nas salas de aula e disponibilizados aos alunos. A atividade de empréstimo, como nem sempre era realizada no espaço da biblioteca, mostrou-se descontinuada, pois era dependente de ter um professor de sala de aula que pegasse os livros para levar aos alunos em suas turmas, pois nem sempre havia professor/servidor readaptado na biblioteca, o que se deu por vários períodos intercalados.

Ao considerar que a readaptação dos professores e/ou funcionários era e ainda o é, em algumas bibliotecas, realizada por motivos de saúde, destaca-se que de 2000 a 2010, nem sempre houve uma pessoa responsável pelas atividades da biblioteca escolar da escola municipal Milton Dias. Isto dificultou a permanência de ações de incentivo à leitura, importante componente na formação de leitores. Além disso, compactuando com Britto (1998), em alguns casos o professor constitui-se um “leitor interdito”, oriundo de uma formação por vezes precária e “ocupado” com as inúmeras atribuições que lhe são impostas a todo o momento, levando-o muitas vezes a não ter uma prática frequente com a leitura literária e não possibilitar essa prática a seus alunos.

– *Terceira escola*: Escola Municipal José Carlos da Silva

Encontrei as seguintes fontes:

Quadro 12 – Fontes documentais- E. M. José Carlos da Silva		
Fonte		Quantidade
Livro/s de tombo	Sim	1
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Não	0
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Não	0
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	A maioria do acervo.
Elaborado pela autora (2015)		

Como é possível perceber na leitura do quadro anterior, não foram encontrados livros e/ou fichas de empréstimos de obras aos alunos. Não havia obras da extinta FAE, pois a escola iniciou suas atividades em 2008, quando a fundação já havia sido extinta. As obras recebidas provinham do FNDE, PNBE, com carimbos de envio da Gerência Municipal de Educação de Naviraí (GEMED), além de livros comprados pela própria escola.

O acervo era composto, conforme o livro de tombo 1, de 2.173 obras, sendo 1.788 obras literárias e 385 de obras paradidáticas. O livro de tombo 1 continha texto de abertura datado de agosto de 2010 e com os dizeres: “Destina-se ao registro de livros da biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. José Carlos da Silva” (LT1⁶³). As informações nele registradas se referiam a: número de ordem; título da obra; quantidade de volumes; autor e editora. O preenchimento foi até a página 41, num total de 100 folhas numeradas tipograficamente.

Apesar dos registros do livro de tombo 1 não percebi nenhum controle sobre as obras da escola, uma vez que não havia, nesse período, nenhum livro que registrasse as retiradas e as devoluções. Assim, a quantidade de livros informada pelo livro de tombo 1 (no ano de coleta de dados, que foi 2016 nessa escola) pode não ser a mesma, pois há que considerar os extravios e livros não devolvidos durante todo esse período.

Com relação às práticas de leitura que foram evidenciadas no espaço da biblioteca, verifiquei, pelas informações das fontes, que a sala de aula adaptada para biblioteca funcionou por apenas dois anos e lá foram realizadas as atividades de: contação de histórias aos alunos do ensino fundamental (pelos professores); teatro realizado pelas crianças a partir de uma história (com a orientação do/a professor/a); leitura de obras literárias pelas crianças (cada uma escolhia um livro dos que estavam expostos em prateleiras abertas e liam, sentados em conjuntos escolares que ficavam organizados na biblioteca) e pelo professor. Houve a descontinuidade dessas práticas, tendo, no caso, um espaço específico para sua realização. Para realizá-la em sala de aula, a escola ficava dependente de o professor promover ou não esse momento e nem sempre isso

⁶³Livro de tombo 1. Página de abertura.

se constitui como um empenho de todo o coletivo na formação de crianças leitoras.

Outra prática realizada nessa biblioteca foi a adequação de um espaço para as crianças e os adolescentes/jovens, em que havia a exposição dos livros em prateleiras abertas – livros que eles podiam consultar. O fato de que foram desenvolvidas no espaço várias práticas de leitura em voz alta garantia o acesso das crianças e dos adolescentes/jovens, especialmente àqueles que não liam convencionalmente ou de forma mais fluente, ao prazer de ouvir a leitura ou a contação realizada por um adulto leitor.

A realização de narrativas por meio do teatro, da dramatização, também é um elemento configurador de práticas leitoras, mas é preciso uma mediação que destaque a importância do livro como elemento essencial na vida do estudante. Gomes e Bortolin (2011) ressaltam a importância de se adequar esse ambiente de acordo com as necessidades das crianças e dos jovens, facilitando a circulação e o conforto.

Considero que a mediação passa mais pela circulação do que pela guarda do acervo, ou seja, é preciso aproximar as crianças e os jovens da obra literária, fazendo com que haja um “movimento” do livro entre eles. O equívoco de “cobrar” tarefas sobre as leituras ou mesmo de preencher formulários de resumos de livros, sem ler ou sem demonstrar interesse pela obra, é ineficiente sob o ponto de vista da formação de leitores emancipados. Defendem Gomes e Bortolin (2011) que os profissionais que atuam nessa área compartilhem experiências e que possibilitem a aproximação dos alunos com o texto literário.

– *Quarta escola*: Escola Municipal Odécio Nunes de Matos

Tive acesso às seguintes fontes:

Quadro 13- Fontes documentais: E. M. Odécio Nunes de Matos		
Fonte		Quantidade
Livro/s de tombo	Sim	2
Livro/s e/ou ficha/s de empréstimo de obras (1986-2010)	Sim	18 cadernos do ano de 2009 a 2013. <ul style="list-style-type: none"> • A partir de 2016 havia cadernos de anotação dos empréstimos (um para cada turma).
Obras literárias recebidas da extinta FAE	Não	–
Obras literárias recebidas do FNDE, PNBE	Sim	A maioria do acervo.
Elaborado pela autora (2015)		

Uma prática de leitura importante possibilitada pela biblioteca escolar foi no ano de 2009, em que os alunos puderam emprestar uma expressiva quantidade de obras literárias. Os cadernos em que foram anotados esses empréstimos estavam datados de 2009 a 2014 e havia um caderno para cada turma. No verso da capa estavam coladas as listas com o nome dos alunos de cada turma, com o ID (que é o número da matrícula do aluno) e a data de nascimento.

Os cadernos de empréstimos (18 no total) eram encapados, neles escrito “controle de empréstimo” na capa. Em cada página do caderno de turma havia o nome de um aluno, anotado a data do empréstimo e um “ok” na frente do nome do livro, quando ele era devolvido. Depois de 2016, havia 20 cadernos para controle de empréstimo de novas turmas. Percebi aqui uma faceta da cultura escolar, pois, nessa biblioteca, os empréstimos foram organizados por turma e não individualmente, uma vez que a escola proporcionava a ida de cada turma uma vez por semana para buscar livros na biblioteca.

O que foi possível inferir é que a escolha era feita pelos alunos. Já há uma escolha prévia do material literário feito por meio dos programas de compra das obras, ou seja, “indicações por faixa etária” feita pelas editoras, separações por turma realizadas pelos professores/coordenadores (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e anos finais). Ainda assim, dentro de um rol de livros, o aluno de determinada série tinha a possibilidade de escolha, o que

possibilitava a construção de critérios, utilizando elementos como a capa, o título, o resumo, o autor e/ou outros.

Os empréstimos estavam concentrados no ano de 2009 e depois passavam para o ano de 2013, evidenciando que, durante os anos de 2010 a 2012, esse trabalho não foi contínuo. Fomos informados, pela direção da escola, que, nos anos de 2010 a 2013, a biblioteca escolar foi dividida para uso de uma universidade privada, que funcionou como polo presencial de cursos de graduação, e que, a partir de 2013, foi solicitado ao poder público municipal o espaço total para funcionamento da biblioteca da escola. Pode ter sido esse um dos motivos que dificultou o atendimento integral aos estudantes da escola e também a ausência de um responsável pelo espaço no período mencionado (2010-2013).

O número de empréstimo de obras literárias pelos estudantes foi bastante significativo no ano de 2009, evidenciando o que Soares (2004) chama de "democracia cultural", ou seja, a distribuição equitativa de bens simbolicamente relevante em uma sociedade em que o uso da cultura letrada é supervalorizado. Esse acesso oferecido aos alunos pode oportunizar o que Souza e Almeida(2013) chamaram de "letramento inverso"⁶⁴, pois, quando há um baixo nível de escolarização das/os mães/pais, nesse sentido as crianças, por possuírem maior contato com os materiais de leitura, "letram os pais" (SOUZA E ALMEIDA, 2013).

Ações por meio do projeto⁶⁵ da própria escola, que levavam os alunos por turma para pegarem livros na biblioteca, auxiliaram na ampliação do acesso ao material literário. Na folha do caderno de empréstimo de uma das turmas constatei que um menino e uma menina emprestaram no ano de 2009, mais de 25 obras literárias, o que confirma o acesso ao acervo. Algumas obras eram recentes na biblioteca, do PNBE literário 2008 (Anexo III), tais como: "Romeu e

⁶⁴Orientei, em 2013, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Thaís Dhiane da Costa de Souza, vinculada ao grupo Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional (GEPPETE), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul /Campus de Naviraí, intitulado "Práticas de leitura com alunos de camadas populares considerados leitores e as influências do grupo familiar". Nesse TCC, os dados pesquisados com alunos de um 4º ano de uma escola pública de Naviraí evidenciaram que os pais que não possuíam escolarização eram, de certa forma, "letrados" pelos filhos, que liam os livros para eles e ensinavam alguns rudimentos da escrita e da leitura.

⁶⁵Não tivemos acesso ao projeto escrito, mas conversamos com as coordenadoras, que nos informaram que, em alguns períodos, os professores levavam os alunos para pegarem os livros na biblioteca, especialmente quando havia um responsável para atendimento no local.

Julietta", de Octávia Mônico e Nicola Cinquetti, além de "Maria Mole", de André Luís Neves da Fonsêca e "Os Lusíadas em Quadrinhos", de Frederico Carvalhaes Nesti. Observei, na fonte encontrada, que a escola já havia disponibilizado os acervos enviados pelo PNBE nos anos de 2008 para empréstimo aos alunos e se encontravam circulando entre eles.

O que observei é que tanto estudantes do sexo feminino, quanto do masculino apresentaram empréstimos significativos de obras literárias, com predominância para o sexo feminino. Esse dado corrobora a pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" (2008), que apontou à época que as mulheres liam mais do que os homens, especialmente por gosto, prazer, entretenimento, e os homens liam mais para aperfeiçoamento profissional.

A análise dos dados mostrou que o registro dos empréstimos das turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental era impreciso, faltando datas importantes, especialmente quanto ao ano de empréstimo das obras, e ainda revelou que uma turma emprestou uma média muito superior às demais (a turma do 2º ano do ensino fundamental – turma D, que emprestou, em 2009, o total de 556 obras, em média 15 obras por aluno/ano). Das demais turmas havia poucos empréstimos ou não houve o registro.

O trabalho de Gavazzoni e Almeida⁶⁶ (2013), realizado em uma escola pública de Naviraí, em turmas de 2º ano do ensino fundamental, mostrou que a leitura literária era escolarizada de forma inadequada (SOARES, 2001), pois as metodologias utilizadas em sala de aula prestigiavam mais os conteúdos didáticos, por meio do uso do livro didático e fragmentos de textos, do que a formação de leitores no sentido mais amplo e com observância de propósitos comunicativos. Várias questões interditam (BRITTO, 1998) a leitura dos alunos na escola, entre as quais podemos citar: i) desestrutura da biblioteca escolar quanto à pessoal; ii) horários de atendimento; iii) falta de sinalização temática das estantes e dos acervos da biblioteca; e, iv) falta de projetos que estimulem a leitura; entre outros. O que se entende, a partir dessas pesquisas, é que não basta a compra de livros, pois é preciso que eles estejam acessíveis aos estudantes.

⁶⁶TCC – Trabalho de Conclusão de Curso sob minha orientação.

Em relação às turmas de 5º ao 9º ano (do ano de 2009), houve significativa diferença entre os empréstimos nas turmas desse segmento. No quadro seguinte, é possível visualizar o número de obras emprestadas pelo 5º ano A e B e 9º ano A:

Quadro 14- Empréstimos realizados pelas turmas dos anos finais do ensino fundamental (2009)		
Turma	Quantidade	Observações
5º A	291 obras	Em alguns empréstimos, só constava o dia e mês, não constava o ano. Uma única aluna emprestou 44 obras no ano de 2009.
5º B	165 obras	Alguns empréstimos estavam sem o ano.
5º C	-	Havia empréstimos, mas não constava o ano.
6º A	52 obras	Havia empréstimo, mas não constava o ano.
6º B	15 obras	Havia alguns empréstimos que não constava o ano.
7º A	33 obras	Havia alguns empréstimos que não constava o ano.
7º C	78 obras	Havia alguns empréstimos que não constava o ano
8º A	31 obras	Havia alguns empréstimos que não constava o ano
8º B	-	Havia vários empréstimos, mas não constava o ano, só dia e mês.
9º A	136 obras	-
9º B	-	Só havia registro de empréstimo a partir de 2013 (talvez não houvesse a turma B em 2009).
Elaborado pela autora (2015).		

As turmas de 5º ao 9º ano tinham de 30 a 40 alunos em 2009 e a participação expressiva de algumas turmas pode indicar a participação em projetos específicos, como a segunda *Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro*⁶⁷, que tinha por objetivo a melhoria da leitura e escrita no

⁶⁷ A segunda Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro é promovida pelo Ministério da Educação e pela Fundação Itaú Social e coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Em 2009, a olimpíada teve a adesão de 4.529 municípios, 53.590 escolas e 130.407 professores (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34492>>).

país, ou mesmo projetos desenvolvidos pelos professores da própria escola. Em 2009, a segunda Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro* foi promovida pelo Ministério da Educação e pela Fundação Itaú Social e coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

Passo a seguir, na quinta seção, a tratar das pessoas responsáveis pelas bibliotecas, relacionando-as ao trabalho desenvolvido, a fim de que os alunos de ensino fundamental e médio tivessem acesso às obras literárias. Utilizo a categoria "mediação" e esclareço como os mediadores desses espaços construíram alternativas metodológicas de uso do acervo e que permaneceram registradas nos documentos produzidos na cultura escolar.

5. BIBLIOTECAS ESCOLARES E SEUS PERSONAGENS

Nesta seção analiso as práticas de mediação didática em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos/as profissionais das bibliotecas e visibilizadas por meio de documentos produzidos na cultura escolar. Para garantir a execução desse objetivo, vali-me da análise das categorias de mediação e mediadores de/da leitura, no entrecruzamento dos dados apresentados nas entrevistas semiestruturadas realizadas com essas profissionais, além de levantamentos nos livros de tombamento e/ou de empréstimo de obras.

Formar leitores é um desafio, na escola, esse trabalho requer planejamento de ações que auxiliem no desenvolvimento de práticas de leitura. Para Gomes e Bortolin (2011), na escola se destaca o papel do bibliotecário e do professor, no sentido de incentivar os alunos na utilização do acervo disponível e frequência à biblioteca, pois essas práticas de incentivo à leitura são parte das ações de mediação de/da leitura.

Anteriormente à análise dessas práticas é necessário esclarecer alguns conceitos. Início com o verbo "mediar", que, de acordo o dicionário Aulete Digital (2018), pode significar, entre outras coisas, “[...] atuar como mediador de (possível acordo); situar-se (entre duas coisas); distar; decorrer (entre duas épocas ou dois fatos); repartir (algo) em duas partes iguais” (AULETE, 2018). A palavra "mediação", por sua vez, designa a “[...] ação ou resultado de mediar, de servir de mediador; intervenção; relação que se estabelece entre duas pessoas, coisas, ideias, por intermédio de uma terceira; ação de fazer o papel de intermediário [...]” (AULETE, 2018).

Na área de educação, o conceito de mediadores da/de leitura se refere àquelas “[...] pessoas que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que seja possível que um livro e um leitor se encontrem” (REYES, 2016). Reyes (2016) considera que os mediadores de leitura não são fáceis de definir, no entanto se trata daquelas pessoas que deram vida aos livros em nossa infância e adolescência, também às “[...] vozes que liam para nós, essas mãos e estes rostos que nos apresentavam os mundos possíveis e as emoções dos livros” (REYES, 2016, s.p). Para os adultos, mediadores são os

professores, os pesquisadores e/ou autores que “mostram” suas obras, suas vivências e dão sentidos aos seus textos.

Dessa maneira, os mediadores de leitura estão em toda parte, não só na escola, mas no lar, nas bibliotecas públicas e em outros espaços. Quando as crianças não leem sozinhas, os mediadores são aqueles adultos e/ou crianças que leem em voz alta para eles, que os auxiliam para o manuseio do livro, e, nesses momentos, a voz é um dos recursos utilizados para a aproximação das crianças com os livros e a leitura. Quando jovens, os mediadores são professores e/ou poetas, escritores e leitores outros na família e/ou no trabalho, que aproximam o leitor da obra, dando-lhe sentidos ou mesmo, no caso do texto literário, os mediadores são os que incentivam e medeiam ações de escuta de textos (como poemas, cordéis, entre outros), declamação e leitura em voz alta, assim desenvolvendo gradativamente a sensibilidade do leitor.

Ser um mediador vai além de “obrigar” o aluno a ler. O mediador é um leitor que mostra sua vivência com a leitura, sua prática – prática presente em seus gestos, em sua forma de ler, em seus cuidados com a obra literária. Para Souza (2014, p. 3), “[...] a mediação de leitura é um processo complexo e, por conseguinte, pode ser abordada a partir de diversas perspectivas que se inter cruzam [...]”. Em algumas ações do mediador, a mediação assume forma implícita, dirigindo e norteando as atitudes do fazer, pois a mediação é a “[...] intervenção na ação, é o ato de fazer com que a informação deixe de ser apenas um signo e passe a fazer sentido para quem a recebe” (ALMEIDA, COSTA; PINHEIRO, 2012, p. 476). Assim, esse profissional pode dar significado ao que o leitor toma como informação ou literatura, uma vez que compartilha suas experiências leitoras ao longo da vida e reflete sua prática de leitor por meio do compartilhamento de suas leituras, de indicações, conversas e rodas de leitura com outros leitores, além da participação em saraus literários, entre outros.

Tanto o professor, em sala de aula, como o bibliotecário são mediadores de/da leitura, desta maneira, sustento que as ações desses profissionais precisam levar a uma mesma situação convergente, que seja a melhoria da qualidade e quantidade de práticas de leituras realizadas pelos alunos. No caso, na qualidade se inclui a fluência/proficiência da leitura, bem como os processos de compreensão dos textos. Na quantidade inclui-se a frequência e periodicidade

das leituras de obras literárias realizadas pelos alunos, tanto no espaço da biblioteca escolar, quanto em casa.

A biblioteconomia, por sua vez, vem discutindo a questão dos mediadores na formação do profissional bibliotecário. Essas discussões giram em torno da temática das estratégias e das metodologias no uso da biblioteca. Fragoso (2002) destaca que de nada adianta a biblioteca escolar ter um bom espaço físico e acervo adequado se o profissional que atuar no ambiente não transpuser a condição de “guardião” para a de “mediador”. Essa condição só pode ser alcançada pelo estudo constante e pela formação dos recursos humanos que atuam na biblioteca escolar, uma vez que, para essa autora, comumente as escolas que possuem uma biblioteca assumem a missão de “improvisar” um guardião do precário material bibliográfico, um guardião com o zelo e a rabugice de um burocrata.

Apesar das dificuldades para a universalização das bibliotecas escolares, especialmente no tocante à formação de profissionais para nelas atuarem, há trabalhos de pesquisa mostrando a formação de redes de bibliotecas (LIMAS; CAMPELLO, 2017). Essa formação de redes entrou em cogitação porque chamou a atenção dos pesquisadores “[...] que estas redes vêm se estruturando de forma mais organizada e conseguindo resultados educacionais mais satisfatórios” (LIMAS; CAMPELLO, 2017, p. 23). Nesse trabalho verifica-se a supervisão de bibliotecários e de sistemas integrados. No entanto, há necessidade de vontade política e de mudança na representação do papel da biblioteca na escola, para que se busquem alternativas de funcionamento que possibilitem o avanço científico desse importante instrumento cultural no país.

Limas e Campello (2017, p. 23) partem do princípio de que a biblioteca escolar é “[...] um elemento estratégico para a melhoria do nível educacional por sua potencialidade de impacto no letramento, na competência informacional dos alunos e no apoio ao ensino/aprendizagem”, por isso mesmo, sua importância nas escolas deve ser redimensionada. Limas e Campello (2017, p. 23) destacam que, a despeito dos resultados negativos:

Por outro lado, percebe-se o surgimento de uma configuração que privilegia a atuação conjunta, isto é, redes de bibliotecas escolares. Os sistemas de ensino público que inserem suas bibliotecas escolares em políticas públicas, além de estruturarem-nas como redes/sistemas/programas, ainda são poucos.

Cabe salientar que a leitura é uma prática cultural e, como tal, realizada de modo distinto em diferentes períodos, espaços e grupos sociais. Na escola contemporânea, por sua vez, seriada, a biblioteca escolar precisa ser o espaço das diversas práticas de leitura. Aqui trato especificamente da leitura de obras literárias, pois ao cumprir com o papel de mediador, o profissional responsável por esse espaço estará atuando na função cultural preconizada para a biblioteca escolar.

5.1 Bibliotecário Escolar: quem é esse personagem?

No município de Naviraí, os mediadores de leitura, profissionais que atuaram nos espaços das bibliotecas escolares, no período de 1986 a 2010, que desenvolveram ações no sentido de “levar o aluno ao livro”, além de proporcionar o acesso às obras literárias, confirmaram as condições apresentadas em grande parte dos municípios brasileiros (CAMPELLO, 2015), pois não havia entre eles nenhum profissional bibliotecário.

Até o ano de 2010, havia apenas uma bibliotecária que atuava na biblioteca municipal, pois nas escolas municipais e nas estaduais atuavam professores/as e/ou funcionários/as administrativos/as da educação que, durante um período, foram readaptados na biblioteca. Com isso, houve mudanças constantes, uma vez que a maioria das readaptações ocorria por motivo de saúde, por tempo determinado. A formação de bibliotecários para atuação em bibliotecas escolares era insuficiente, pois o Mato Grosso do Sul contava apenas com uma instituição de ensino superior privada que formava os profissionais bibliotecários/as. Outro agravante era a falta de concursos públicos para o cargo nos municípios, inclusive em Naviraí.

Ressalto que, “[...] para atuar como bibliotecário escolar, o profissional deve ser essencialmente um leitor e ter, entre outras habilidades, competência para oferecer oportunidades, materiais e atividades específicas [...]” (FRAGOSO, 2002, p. 128-129). O texto da mesma autora afirma que o objetivo do trabalho desse profissional é “[...] despertar o interesse da comunidade escolar pela biblioteca para, a partir daí, poder trabalhar no desenvolvimento de métodos leitores (FRAGOSO, 2002, p. 128-129)”.

Apesar da necessidade do cumprimento da Lei Federal nº 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares no Brasil, os sistemas de ensino encontram vários empecilhos para a sua efetivação, pois, “[...] de acordo com um levantamento divulgado pelo CFB em junho de 2013, existem 34805 bibliotecários registrados, mas apenas 18374 estão em atividade” (CAMPELLO, 2015, p. 21). A autora, no mesmo texto continua dizendo que, além disso, “[...] a formação se dá em ritmo lento: de 2009 a 2012, o número total de concluintes dos cursos de graduação em Biblioteconomia foi de 5319 [...], o que dá uma média de 1330 bibliotecários graduados por ano [...]”.

Um estudo técnico da Câmara dos Deputados (ORIÁ, 2017, p. 15), que analisa a referida Lei Federal nº 12.244/2010, reflete que:

Outro problema da referida Lei diz respeito à exigência de um bibliotecário para gerir a biblioteca escolar. Os sistemas de ensino deverão atender ao disposto na Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que regulamenta a profissão de bibliotecário. Nela, há a determinação legal de que a administração e direção de bibliotecas constitui atribuição exclusiva dos bacharéis em Biblioteconomia (art. 6º, letra c).

Dessa maneira, conseguir um profissional bibliotecário para atuação em cada escola é bastante difícil, uma vez que, considerando a quantidade de escolas do país, fica evidenciado um *deficit* de bibliotecários nos próximos sete anos, tempo que resta para o cumprimento da mencionada lei. As Diretrizes da IFLA⁶⁸/UNESCO para a biblioteca escolar (MACEDO; OLIVEIRA, 2005, p. 11) destacam o papel do bibliotecário escolar como de suma importância para atuação no espaço escolar, pois ele “[...] é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar [...]”. Além disso:

A principal função do bibliotecário escolar é a de contribuir para [o cumprimento] da missão e dos objetivos da escola, em que se incluem os processos de avaliação, implementação e desenvolvimento [da missão e dos objetivos] da biblioteca. (MACEDO; OLIVEIRA, 2005, p. 12).

Macedo e Oliveira (2005) destacam a importância do relacionamento entre o bibliotecário escolar e os membros da comunidade escolar, bem como com os demais profissionais que possam atuar na biblioteca escolar, como auxiliares,

⁶⁸Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA).

professores e outros. Nesse sentido, o bibliotecário necessita criar um ambiente de entretenimento e de aprendizagem que seja atrativo, acolhedor e acessível a todos.

Há uma série de atividades e/ou tarefas a serem desenvolvidas pelo bibliotecário escolar, entre as quais: i) analisar os recursos e as necessidades de informação da comunidade escolar; ii) formular e implementar políticas para o desenvolvimento de serviços, aquisição e sistemas para os recursos da biblioteca; iii) catalogar e classificar materiais; iv) capacitar professores e alunos para o conhecimento e o uso da informação; v) prestar atendimento a estudantes e a professores no uso dos vários recursos da biblioteca e das tecnologias de informação; vi) responder a questões de referência e informação, utilizando materiais apropriados; vi) promover programas de leitura e eventos culturais; vii) participar do planejamento de atividades do programa escolar; viii) participar do preparo, implementação e avaliação de atividades de ensino; ix) promover a avaliação dos serviços da biblioteca escolar; x) efetuar parcerias com organizações externas; xi) preparar, implementar orçamentos e desenvolver planejamento estratégico; e, xii) gerenciar e promover treinamentos da equipe da biblioteca (MACEDO; OLIVEIRA, 2005).

A função requer conhecimentos técnicos, como salienta Macedo e Oliveira (2005). Não é só isso, Pitz, Souza e Boso (2011) asseveram a relevância do bibliotecário escolar como aquele que, além de um profissional técnico, é um mediador cultural, que propõe ações no sentido de desenvolver o gosto pela leitura nos estudantes. Dessa maneira, inovação e criatividade fazem parte do perfil que se deseja nesse profissional. Almeida, Costa e Pinheiro (2012) atestam que são necessárias características como ser atencioso, comunicativo, criativo e responsável, especialmente no trabalho com as crianças e com os jovens.

Aspecto importante se refere à trajetória leitora do profissional que atua na biblioteca escolar. Gomes e Bortolin (2011) advertem que os profissionais que atuam na formação de leitura precisam olhar para a sua própria trajetória de leitor, pois assim serão mais eficazes na busca de recursos para a formação de leitores. Como mediador, o bibliotecário criará um elo entre o leitor e a obra, e sua atuação se dará de forma ativa e não passiva, tornando a obra literária interessante para as crianças, discutindo, realizando questionamentos e mostrando os benefícios da

leitura na vida das crianças e dos jovens. Para Almeida, Costa e Pinheiro (2012), o bibliotecário precisa conhecer seus usuários e suas preferências literárias, na busca de estratégias que atendam os sujeitos e que, acima de tudo, formem leitores permanentes e não somente usuários que buscam a biblioteca para atender a obrigações e a cobranças escolares.

Embora se saiba da importância de ser leitor para se consolidar como mediador de leitura, na tese ora apresentada não desenvolvi instrumento metodológico que me possibilitasse verificar em que medida os/as professores/as e/ou os/as servidores/as administrativos/as que atuaram nas bibliotecas escolares se constituíram como leitores. Ainda que não tivesse tratado especificamente da trajetória leitora desses mediadores, é relevante considerar que houve interferência nas práticas desses profissionais na biblioteca escolar, na inter-relação de suas experiências com a leitura, tanto na biblioteca escolar, quanto fora dela.

Apesar de não haver um profissional bibliotecário em nenhuma das escolas, ainda assim investiguei as ações que foram implementadas no sentido de mediar a leitura pelos profissionais readaptados nas bibliotecas escolares no período de 1986 a 2010 e como essas práticas foram possibilitadas aos alunos de ensino fundamental e médio.

5.2 Mediadores de Leitura nas Escolas Estaduais: ações e funções

- *Primeira escola estadual*: O início da coleta de dados foi realizado na Escola Estadual Presidente Médici, que possuía a biblioteca mais antiga do município. No espaço atuaram vários profissionais como mediadores de leitura, no entanto, nunca houve bibliotecário, somente professoras e funcionárias administrativas, conforme entrevista da diretora:

Não. Nunca teve bibliotecária. A princípio, vou dizer o que eu me lembro, sem fazer nenhuma pesquisa de documentos. Uma funcionária administrativa passou muito tempo ali, ela cuidava muito, era a H⁶⁹. Depois, a dona I. Primeiro uma professora, a professora D. também. A funcionária administrativa H., mais ou menos na mesma época, que essa época que você está falando que é de 86 a um pouquinho pra frente. Depois a professora M. Depois professora D. de Inglês e a dona I. que está cuidando até agora. Então foram duas administrativas que eu falei e o restante, todas professoras (D., 2016).

Nessa escola estadual, a servidora, que, no ano de 2015, era responsável pela biblioteca, iniciou o seu trabalho no final de 2009 e não foi possível com ela gravar entrevista, porquanto muitas informações necessárias para a tese foram solicitadas à diretora que já estava há muito tempo na escola, tendo sido aluna, professora dos anos iniciais, diretora adjunta e diretora – o que possibilitou maiores esclarecimentos sobre a constituição da biblioteca.

No ano de 2016, a rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul implantou o Curso Técnico em Biblioteca (FERREIRA, 2015) em Campo Grande, capital do estado, para atender a profissionais que quisessem trabalhar nas bibliotecas escolares dessa rede de ensino e que fossem professores/as. O curso era oferecido pelo Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima, com o total de 800 horas ou 14 a 16 meses. Desta maneira, quando perguntada sobre se houve algum curso ou formação específica para os servidores que atuaram na biblioteca escolar, a diretora afirmou que: “Nesses últimos anos, com essas pessoas, não. O que nós temos conhecimento agora é que no começo desse ano está tendo curso para pessoas que queiram trabalhar” (D., 2016). Ela salientou que a servidora responsável pela biblioteca desde 2009 não estava fazendo o curso, pois “[...] esse curso não está direcionado para quem está trabalhando na biblioteca, mas para pessoas que queiram trabalhar. Então ele não foi um curso muito direcionado. Nós até achamos que ele deveria ser para quem está, mas não é” (D., 2016). Nessa discussão, todavia, não se pode confundir o papel do bibliotecário com o técnico em biblioteca. Macedo e Oliveira (2005), ao explicarem o documento Manifesto IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares, afirmam que “[...] o técnico de biblioteca reporta-se ao bibliotecário e lhe dá suporte em suas funções. A função do técnico requer conhecimento [do

⁶⁹Coloquei as iniciais das professoras e servidoras administrativas que atuaram na biblioteca, pois tive a autorização para divulgação apenas do nome da diretora.

trabalho] de escritório, de [uso das] tecnologias e habilidades” (MECEDO; OLIVEIRA, 2005, p. 13). Assim, há necessidade de supervisão ao técnico em biblioteca, que, nesse caso, é realizada por um bibliotecário.

Há uma complexidade que envolve a cultura escolar, pois nem sempre há uma política de formação inicial e continuada que atenda, de fato, às necessidades da biblioteca. Agravava-se a situação pelo fato de os servidores serem administrativos e/ou professores, já que não havia formados em Biblioteconomia e, no caso dos administrativos, esses não possuíam nem mesmo o grau de escolaridade necessário para ocupar a função. Ainda na entrevista, a diretora comentou sobre o curso para técnico em biblioteca e complementou:

Segundo informações que eu tive, é um curso muito rico, o material bem interessante para o bibliotecário, mas [...], por exemplo, a pessoa da nossa biblioteca, que é a bibliotecária, vamos dizer assim... Ela não está fazendo o curso porque ele é direcionado para professores e ela é uma funcionária administrativa.

Outra questão é que os servidores eram readaptados por motivos de saúde, temporariamente, fato que proporcionava uma visão distorcida a respeito daquele profissional, que foi para a biblioteca “porque estava doente [e] não conseguia permanecer em sala de aula ou nas atividades administrativas”. Para Braga e Paula (2014) há uma visão distorcida do que seja a própria biblioteca, desta maneira não se consegue avaliar a ausência de um profissional bibliotecário. Há a desvalorização da instituição porque pode ser considerada, por alunos, professores, gestores e comunidade em geral, como local de punição ou de depósito de livros e de outros materiais.

Quando a diretora foi questionada sobre a realização de trabalhos na biblioteca para que o aluno se aproximasse do livro e da leitura, ela respondeu:

Nós fizemos, eu enquanto professora de primeiro ao quinto ano, junto com as colegas de primeiro ao quinto ano, nós fazíamos muito trabalho assim, de campanha de livros. Eles traziam livros, até para compor o acervo. Então muito daqueles livros os alunos que traziam no início do ano, eles traziam para fazer a troca dos livros (D., 2016).

Como a biblioteca dessa escola iniciou suas atividades em final de 1986, o acervo era pequeno e havia a necessidade de complementar os títulos com doações. No aspecto mencionado, das campanhas de livros, pesquisas já mostraram que as obras literárias chegaram às escolas com maior periodicidade

a partir do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), iniciado em 1997. Trabalhos desenvolvidos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (SILVA, 2009a; MONTUANI, 2009) estudaram os impactos do PNBE, especialmente na rede de ensino de Belo Horizonte, e mostraram o quão importante é a distribuição e a seleção de obras às escolas do país. O que se pretende verificar mais a fundo, a partir de novas pesquisas, é se os estudantes conseguem “chegar” a esses acervos, podendo inclusive avaliá-los sob o ponto de vista do leitor.

Outro aspecto relevante destacado pela diretora é o de que havia atividades realizadas pelos/as professores/as, mas não é mencionada a participação da biblioteca nesse trabalho. Ela mencionou na entrevista:

Fazia o círculo de livros, aquelas “malinhas de livros”, que hoje em dia está tão na moda. Nós fazíamos muito naquela época. Só que infelizmente o registro nós não tínhamos o costume de fazer, mas sempre fizemos esse trabalho com alunos de primeiro ao quinto ano, quando tinha aqui, nesta escola, funcionava no período vespertino, o fundamental I, então sempre foi feito (D., 2016).

O papel dos professores que atuavam em sala de aula foi destacado pela diretora quando relatou que “[...] alguns professores de Língua Portuguesa ainda fazem até hoje, de levar para a sala de aula, só que a gente tem percebido que a leitura tem ficado cada dia mais escassa” (D., 2016). Ela enfatizou:

Tem um destaque especial com uma professora que está trabalhando, fazendo o **círculo do livro**, mas ela não ocupa o espaço da biblioteca, ela ainda não descobriu o espaço da biblioteca. Ela vem aqui com os alunos no final da tarde ou aos sábados, com um grupo de alunos para fazer a leitura de livros, eles estão fazendo aquele antigo círculo de livros que eu acho que a professora conhece. (D., 2016, grifo meu).

O fato de a professora não ter “descoberto a biblioteca” foi um indicativo de que houve escassas ações que “fossem propostas pela biblioteca”, “saíssem da biblioteca” para os estudantes e/ou para os professores. Assim, o local esteve correlacionado às funções de cuidado e guarda de livros. Para Braga e Paula (2014, p. 246), “[...] a convivência pedagógica entre a biblioteca e a escola ainda não é uma realidade consolidada em nosso país”. Fragoso (2002) assevera que são poucos os que identificam a biblioteca como o local do prazer de ler e de

conhecer, pois, no Brasil, raros tiveram a oportunidade de vivenciar o papel desempenhado pela biblioteca em suas vidas e comunidades.

A questão das novas tecnologias esteve presente no discurso da baixa leitura, em que a diretora afirmou: “[...] um dos motivos eu creio que é muito o uso das tecnologias. Eles estão muito mais no trabalho com o computador e tudo [...]” (D., 2016). O pesquisador Roger Chartier discute, em uma entrevista à Revista Escola (2007), o mundo dos textos eletrônicos. Nessa entrevista ele responde à questão: “O senhor quer dizer que a internet pode ajudar os jovens a conhecer a riqueza do mundo literário?”:

Sim. O essencial da leitura hoje passa pela tela do computador. Mas muita gente diz que o livro acabou, que ninguém mais lê, que o texto está ameaçado. Eu não concordo. O que há nas telas dos computadores? Texto - e também imagens e jogos. A questão é que a leitura atualmente se dá de forma fragmentada, num mundo em que cada texto é pensado como uma unidade separada de informação. Essa forma de leitura se reflete na relação com as obras, já que o livro impresso dá ao leitor a percepção de totalidade, coerência e identidade – o que não ocorre na tela. É muito difícil manter um contato profundo com um romance de Machado de Assis no computador. (CHARTIER, 2007, s.p.).

Conforme alerta Chartier (2007), não é a questão do texto eletrônico em si que afasta os jovens da leitura, mas é o tipo de leitura que traz o texto eletrônico e o texto impresso, que são coisas diferentes. A leitura do texto eletrônico é mais rápida, superficial e extensiva⁷⁰, enquanto que a leitura do impresso permite maior percepção da totalidade da obra literária, ou é realizado o que se chama "leitura intensiva"⁷¹. Chartier (2010) afirma que, ao quebrar o vínculo “[...] estabelecido

⁷⁰A "leitura extensiva" se caracteriza pelo ato de ler um número amplo de textos, de modo rápido, pouco profundo e, muitas vezes, ávido. Segundo o historiador Rolf Engelsing, esse tipo de leitura se tornou predominante nas sociedades ocidentais aproximadamente em 1750, em substituição à leitura intensiva, fenômeno que denomina de "revolução da leitura". A produção em massa de materiais escritos, explicada, entre outros fatores, pelo barateamento do papel e pela ampliação do público leitor, possibilitou um maior acesso das pessoas de diferentes camadas sociais a livros (inclusive aqueles com narrativas mais longas, como os romances), jornais, folhetos, revistas, almanaques, que se tornaram mais disponíveis, inclusive em lugares distantes. Passou-se a ler uma ampla gama de materiais e não somente um *corpus* restrito de textos (GALVÃO, 2018).

⁷¹A "leitura intensiva" se caracteriza pelo ato de ler várias vezes o mesmo texto. Essa expressão foi utilizada pela primeira vez pelo historiador alemão Rolf Engelsing, ao estudar a história da leitura em seu país, tendo identificado que, até aproximadamente 1750, as pessoas tendiam a ler e reler, repetidamente, um pequeno número de livros. A predominância desse tipo de leitura naquele período pode ser explicada pela escassez de materiais escritos disponíveis na maioria das localidades (GALVÃO, 2018).

entre textos e objetos, entre discursos e sua materialidade, a revolução digital obriga a uma revisão radical dos gestos e das noções que associamos ao escrito" (CHARTIER, 2010, p. 9). Ele deixa evidente que os "[...] textos que aparecem no monitor não são páginas, mas composições singulares e efêmeras" (CHARTIER, 2010, p. 9). Além disso, afirma que, diante do monitor a leitura é descontínua, segmentada, mais ligada ao fragmento do que à totalidade.

É preciso compreender que, na biblioteca escolar, a relação do texto literário e seus portadores (jornais, revistas, tela do computador e livro), bem como a aproximação de crianças e de jovens com as obras produzidas pela humanidade ao longo de sua história, passa pela oportunidade de desbravar esses vários modos de ler (na tela, no impresso, entre outros).

Quando indaguei sobre as atividades desenvolvidas pela biblioteca, em especial sobre o sistema de empréstimo de livros, a diretora me respondeu: "Eu creio que eles emprestavam, sim. Nesse período eu trabalhei com a área de redação no cursinho. Então durante aquele ano eu acredito que eles tenham emprestado muito porque nós fizemos muita leitura de livros" (D., 2016). A diretora explicou sobre a importância de não descartar os registros, pois "[...] a gente peca muito pelo registro. É uma coisa que a gente está se policiando para poder tentar resolver essa situação porque falta muito isso". Por fim, defendeu a necessidade de um bibliotecário para atuar na biblioteca, lembrando que "[...] também precisa de uma bibliotecária que cobre, que saiba qual é a função dela, porque um readaptado, ele realmente... não que a gente esteja criticando o trabalho, é por que realmente não é a função" (D., 2016).

Dadas as dificuldades decorrentes da inconstância dos mediadores de leitura e a falta de formação e cursos periódicos na área de biblioteconomia, a biblioteca da escola estadual Presidente Médici, por meio de seus mediadores, incorporou, ao longo do período estudado, principalmente a função de organização, cuidado e empréstimo de livros. As evidências demonstradas nas entrevistas e nos documentos produzidos na cultura escolar, como livros de tombamento e de empréstimo, mostraram a dificuldade no desenvolvimento da função cultural da biblioteca e da garantia do processo de mediação da leitura a partir da biblioteca.

Muitos materiais foram descartados, mas aqueles a que tive acesso mostraram que o processo de mediação não foi capaz de tornar a biblioteca, ao longo do período em que funcionou na escola, um centro de aprendizagem e da socialização da leitura literária, aquela leitura feita por gosto, lazer, prazer.

- *Segunda escola estadual*: Na escola estadual Antônio Fernandes verifiquei que a biblioteca contou com mais de um mediador até o ano de 2010, no entanto, consegui contato apenas com uma professora, uma que ainda estava atuando na biblioteca em 2015/2016, quando então coletei os dados. A graduação da professora era em Língua Portuguesa, Literatura e Inglês e estava readaptada por problemas de saúde. Ela explicou, em entrevista, sobre a função em que atuava:

Na verdade, a minha função hoje é auxiliar de coordenação e eu também faço esse trabalho de organização dos livros da biblioteca [...]. Como auxiliar de coordenação, eu dou apoio a esses projetos de leitura desenvolvidos pelos professores, a gente apoia, ajuda a criar projetos também, porque, como auxiliar da coordenação, também ficou bem propício. Eu tenho um tempo maior para desenvolver esse tipo de trabalho. Então eu trabalho com os projetos e também, vamos dizer assim, acompanho, tenho cuidado com os livros, com a organização dos livros, distribuição desses livros junto aos professores. (PEEAF,⁷² 2016).

No contexto da Escola Estadual Antônio Fernandes, a professora responsável pela biblioteca atuou diretamente na organização de projetos de leitura realizados pela escola. Gomes e Bortolin (2001) enfatizam que a biblioteca escolar deve trabalhar "com" os professores e alunos e não só "para" eles. O esforço no desenvolvimento de projetos no local constituiu um interesse para mediar a leitura e aproximar os professores e alunos da biblioteca.

A professora ressaltou uma questão importante a ser considerada quando pensamos a biblioteca da escola, qual seja a questão da conquista de melhoria das condições de trabalho, que é um processo a passos lentos. Em especial essa escola se destacou pela melhoria do acervo, depois do espaço físico e, enfim, garantia de auxiliares para atuar no espaço. Percebi esse processo lento pela entrevista, em que a professora colocou: "Nós já tínhamos uma quantidade maior, por meio dos programas do governo, de livros também. Nós começamos a

⁷²Professora da Escola Estadual Antônio Fernandes.

desenvolver projetos na biblioteca [...]” (PEEAF, 2016). Ela observou as mudanças estruturais em relação às condições de trabalho, pois ressaltou: “Nós tínhamos condições de trabalhar com o aluno, desenvolver projetos na própria sala e envolver mais o professor”. (PEEAF, 2016).

Ela acrescentou que “[...] também tínhamos funcionários da biblioteca que eram professores readaptados. Conseguimos que os professores nos ajudassem ali nesse espaço” (PEEAF, 2016). Macedo e Oliveira (2005), ao comentarem as Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar, expõem que:

O termo “equipe” significa, neste contexto, um conjunto de bibliotecários habilitados e de técnicos de biblioteca. Deve haver também pessoas de apoio, como professores, técnicos, pais e outras categorias de voluntários. Os bibliotecários escolares devem estar profissionalmente treinados e capacitados, apresentando conhecimento adicional em teoria da educação e metodologia do ensino (MACEDO E OLIVEIRA, 2005, p. 12).

A professora responsável pela biblioteca assumiu, assim, a função de coordenadora dos trabalhos da biblioteca e os demais professores auxiliavam nos projetos de leitura, empréstimo de livros, atendimento para pesquisa, embora na equipe não houvesse nenhum bibliotecário.

Durante o período pesquisado foi incorporado às funções dos mediadores o desenvolvimento de projetos coletivos, como o “Malinha da Leitura” (NAVIRAÍ, 2010), em que as turmas iam à biblioteca e cada aluno emprestava um livro, podendo ficar uma semana com a obra e depois trocar ou renovar o empréstimo. Nesse caso, a ação desenvolvida por meio de um projeto possibilitou que as obras literárias ficassem disponibilizadas para que o aluno pudesse escolher e a escolha é importante ferramenta na formação de leitores, pois eles criam gradativamente critérios, observando: o título; a capa; o resumo da obra, entre outros aspectos. Como bem salienta Fragoso (2002), como parte de sua função cultural, a biblioteca precisa oferecer variadas opções de leitura, possibilitando aos alunos ampliarem sua compreensão acerca do mundo, além disso, contribuindo para uma visão positiva sobre a leitura por parte dos alunos e da comunidade escolar.

Houve evidências de uma relação de aproximação entre mais de um segmento escolar (professores, alunos e responsáveis pela biblioteca escolar) por meio de projetos (entre eles o “Malinha da Leitura”) e outros projetos dos

professores da educação básica. Essas ações foram estabelecidas no planejamento anual da escola com a finalidade de oferecer a oportunidade de ampliar as possibilidades de leitura dos alunos. Esse trabalho ficou evidente na análise que fiz do livro de empréstimos de obras, pois verifiquei que os alunos dessa escola emprestaram, no ano de 2010, livros acima da média nacional (4,7 livros por hab./ano⁷³). Desta maneira foi possível ler livros mais longos, uma vez que o “tempo escolar” não permite a leitura de obras mais longas em sala de aula, devendo elas ser feitas na intimidade, em casa ou em tantos outros locais.

As práticas culturais na biblioteca da Escola Estadual Antônio Fernandes permitiram aos leitores selecionar um livro pelo título, informações na capa, imagens, entre outros aspectos. Essa é uma condição de acesso bastante relevante para as crianças das camadas populares, que estão em sua maioria nas escolas públicas e podem ter nesse espaço um incentivador da leitura. Souza (2014) defende que a leitura literária promove uma nova dinâmica no ambiente da biblioteca escolar, uma vez que aproveita e potencializa a curiosidade, a inquietude, o desejo e a criatividade das crianças. Destaca que a perspectiva da leitura literária no espaço da biblioteca altera a visão simplificada e utilitarista do local, visto muitas vezes como uma extensão da sala de aula e destinado somente à pesquisa e demais atividades didáticas vinculadas a uma prática avaliativa.

O empréstimo de livros é uma das funções da biblioteca, no entanto o incentivo para que as crianças e os jovens sejam movidos a essa prática passa pela promoção, no espaço das bibliotecas escolares, de atividades organizativas, de atendimento permanente, e de projetos que auxiliem os alunos em suas escolhas e em que sejam expostos os materiais literários disponíveis.

Conforme afirma Chartier (2001), as situações de leitura são historicamente variáveis, pois, mesmo num ambiente com ações previamente institucionalizadas (como horários, disciplinas ou áreas de estudo, entre outros), a cultura escolar arquiteta possibilidades que são singulares. Veja-se o exemplo da Escola Estadual Antonio Fernandes, em que houve evidências de que os mediadores de leitura incorporaram a atividade de empréstimo de livros por meio de projeto em que as turmas iam à biblioteca, acompanhadas do professor, o que mostrou um

⁷³ Pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (AMORIM, 2008).

diferencial, que foi uma prática de ida à biblioteca por professores e alunos, configurando, assim, um exercício em que ambos puderam se envolver no trabalho de conhecimento do acervo, indicação literária e outros.

– *Terceira escola estadual*: A biblioteca da Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra, por sua vez, contou com mais de um mediador de leitura no período de sua implantação até 2010. Apurei (em 2016) que a professora responsável pela biblioteca ocupava a função desde 2004 e que as principais atividades eram de empréstimo das obras e separação de materiais por turma, para a leitura em sala de aula e/ou empréstimo.

É importante aludir ao fato de que a biblioteca funcionava junto com a coordenação pedagógica, o que não permitia práticas de leitura e estudo naquele local. Isso, no entanto, não inviabilizava o acesso dos alunos às obras, especialmente quando a professora responsável se fazia presente no local. No entanto, a ausência de um profissional para atendimento na biblioteca da escola, em períodos de licença médica, não garantia o acesso ao acervo com regularidade. Aspectos não menos relevantes eram que o local agregava várias atividades do serviço de coordenação pedagógica e de organização, separação de livros, mesmo assim, isso não inviabilizou os empréstimos de obras literárias, que foram significativos na biblioteca.

5.3 Mediadores de Leitura nas Escolas Municipais: ações e funções

– *Primeira escola municipal*: Na Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana, no período de funcionamento da biblioteca escolar, houve apenas duas mediadoras que atuaram no espaço. A professora que entrevistei atuava há 15 anos na biblioteca e houve outra docente readaptada por pouco tempo (não houve precisão do período de readaptação, somente foi nos informado que seria antes de 2010, e essa servidora era pedagoga).

Perguntada sobre sua atuação na biblioteca e formação, a professora respondeu que “Sou formada em Letras com habilitação em Inglês e Português e as respectivas Literaturas. Minha especialização é Arte e Educação”. A profissão de bibliotecário no estado de Mato Grosso do Sul estava distante de atender à

necessidade de destinar um profissional para cada biblioteca escolar, seja pela oferta de profissionais insuficiente, seja por falta de concursos que efetivamente pudessem atender à demanda. Essa questão passa necessariamente pelo estabelecimento e pelo cumprimento das políticas voltadas às bibliotecas escolares, tais como as ações previstas no Plano Nacional de Leitura e os planos estaduais e municipais, com a previsão de investimentos específicos, além de condições para a reorganização e/ou implementação de bibliotecas escolares (com a atuação dos profissionais bibliotecários) nas redes de ensino.

Apesar de não haver especificamente bibliotecário/a contratado/a na Escola Municipal Maria de Lourdes, as professoras responsáveis pelo espaço desenvolveram, durante o período em que lá estiveram, atividades que eram consideradas como de responsabilidade da biblioteca escolar, destacando-se, conforme depoimento: “Tinha uma professora readaptada que ficava lá na parte da manhã que atendia os alunos em outro projeto de leitura. Eu ia para lá na parte da tarde, para atender os alunos na parte de pesquisa, na parte de empréstimos de livros” (PEMMLAS⁷⁴, 2016). A cultura escolar é constituída dos saberes dos professores, suas práticas, o que pode ser evidenciado na fala da entrevistada quando se refere a uma de suas colegas que foi readaptada:

Tinha uma professora readaptada que veio trabalhar na biblioteca também na parte da manhã; ela apresentava as historinhas com fantoches, ela lia as historinhas para as crianças. Ela ficou, acho que, um ano, um ano e meio apresentando essas historinhas com fantoches para as crianças. As crianças vinham, tinha um espaço reservado que funcionava como espaço para leitura, tinha tapete, e ali as crianças ficavam. Ela realmente explicava as historinhas por meio dos fantoches. (PEMMLAS, 2016).

Na fala da professora foram evidenciados momentos específicos em que houve ações de contação de histórias com fantoches e a adaptação do espaço com tapetes, almofadas, para atendimento especialmente às crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Para Pinheiro (2009, p. 173), uma das tarefas do bibliotecário escolar é “[...] constituir um ambiente acolhedor para que o aluno se sinta bem”. Além disso, a mesma autora destaca a importância da criatividade, como uma das características importantes para quem trabalha na biblioteca

⁷⁴ Professora responsável pela biblioteca da Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana.

escolar. Destarte, percebi a iniciativa para realização de ações (contação de histórias, organização do ambiente, apresentação de fantoches) que objetivava formar leitores desde a infância.

Destaco que não houve a continuidade dessas práticas após a saída dessa professora, mas a outra professora responsável pela biblioteca que permaneceu readaptada continuou atuando nas funções de auxílio à pesquisa aos estudantes e de empréstimo de livros. Em razão do fato de a formação dos professores que atendem aos anos finais do ensino fundamental voltar-se essencialmente para o trabalho com disciplinas escolares, talvez se explique que essa função de “hora do conto” não tenha tido continuidade, uma vez que esse trabalho era realizado com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental e implementado por pedagogos e/ou contadores de histórias, entre outros.

Sobre a questão de formação continuada ou orientações para a atuação na biblioteca escolar, a professora nos afirmou: “Eu tive duas formações promovidas pela prefeitura, com uma equipe de Campo Grande que veio dar esse treinamento para as atendentes das bibliotecas” (PEMMLAS, 2016). Ela explicou: “[...] nós fizemos uma formação de uma semana e nessa formação tinham várias oficinas. Essa pessoa que veio dar essa formação era até um escritor, ele escreveu um livro sobre a história do Mato Grosso do Sul [...]”.

Com relação às questões que permearam a formação ministrada, ela explicou que foi sobre “[...] incentivo à leitura, como o profissional deve agir para incentivar a leitura. Vários documentos explicando como o acervo deveria ser organizado. Muito importante mesmo essa formação continuada. Foi em 2008” (PEMMLAS, 2016). Algo relevante foi observar que, mesmo a professora não possuindo formação em Biblioteconomia, buscou conhecimentos a respeito do assunto, relatando na entrevista: “Agora eu fiz outra especialização *on-line* sobre biblioteca escolar, na escola lá de Santa Catarina, muito bacana e fiz outra também, pelo Instituto Pró-Minas, em Gestão de Bibliotecas” (PEMMLAS, 2016).

O sistema de informação foi um dos principais problemas encontrados na biblioteca da EMMLAS⁷⁵, pois não havia um programa que reunisse as informações sobre número de leitores, obras mais emprestadas, cadastro das obras, entre outros. A professora mencionou, na entrevista, que “[...] os livros

⁷⁵Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana.

literários que chegam, eu que confiro, dou baixa na lista, carimbo, coloco a numeração certinha do acervo. Alguns eu lanço no computador, por minha conta, porque eu acho necessário [...]” (PEMMLAS, 2016). Apesar de informar que os literários eram lançados, não tivemos acesso a nenhuma listagem destes livros, somente ao registro de coleções de apostilas e gibis. Havia, no entanto, em algumas obras, uma numeração cuja procedência técnica não consegui identificar.

A professora responsável pela biblioteca escolar incorporou, ao longo dos 15 anos em que atuou na biblioteca, sobretudo as atividades de empréstimo de livros, seleção de obras literárias para o trabalho dos professores em sala de aula, constituição de um banco de atividades pedagógicas para o trabalho com leitura, bem como em outras áreas e/ou disciplinas, acomodação e distribuição dos livros didáticos. Esta última atividade, ainda que não fosse sua tarefa, afirmo que foi incorporada por força da cultura escolar, que viu na biblioteca o espaço em que deveria ser colocado o material escrito impresso, inclusive os livros didáticos. Analisei que, embora não registrados no livro de tomo da escola, os livros didáticos ocupavam boa parte do espaço destinado à biblioteca escolar, bem como outros materiais estabelecidos pela cultura escolar, tais como cópias de sugestões de atividades, jogos e outros.

O fato de a biblioteca se compor dos materiais mencionados anteriormente me fez compreender que havia uma ideia de que a biblioteca deveria “se ocupar” de algo, uma vez que, não raro, a questão da leitura é tomada como ócio. Assim haveria a necessidade de atividades orientadoras das práticas pedagógicas em relação à leitura. Para Lacerda (2007), na cultura nacional há determinados protocolos de leitura. Por isso a cultura escolar costuma direcionar a leitura, instrumentalizando-a de forma a “tornar fácil” o entendimento para a população escolar. Para isso se utiliza de estratégias como a simplificação dos livros didáticos, as respostas no livro do professor, a circulação das fichas de leitura nos livros literários das escolas (LACERDA, 2007).

Há de se considerar que a mediação da leitura passa pelas indicações literárias, por comentários sobre autores preferidos, por práticas de leitura que são associadas aos leitores que, de certa forma, ultrapassam a barreira escolar para uma cultura literária mais ampla. Considero que esse é o papel da biblioteca

escolar e dos mediadores de leitura que estão no ambiente escolar (responsável pela biblioteca, professores, coordenadores pedagógicos, entre outros), o de ampliar a cultura literária dos alunos por meio do acesso ao material literário disponível e de oferecer oportunidades de conhecimento de autores e obras.

– *Segunda escola municipal*: Na escola municipal José Carlos da Silva, a biblioteca funcionou por pouco tempo em uma sala de aula adaptada, embora a iniciativa se configurasse naquele período (2010-2012) como uma experiência de tomada de decisão. Ela, porém, não resistiu às pressões por políticas apressadas para a educação básica, pois depois foi desativada para o funcionamento de um projeto de sala de recursos multifuncional⁷⁶, proposto pelo governo federal.

Os mediadores de leitura, por sua vez, foram trocados conforme a necessidade de ocupação de outras funções. A primeira professora a desenvolver um trabalho com a biblioteca foi Geiliane Salles, que foi readaptada no final do ano de 2010 por problemas de saúde e organizou a disposição dos materiais e as atividades desenvolvidas no espaço da biblioteca. Ela era graduada em Normal Superior e pós-graduada em Mestrado em Educação.

Foi possível verificar, em fotos do acervo da escola, que as atividades desenvolvidas na biblioteca foram: i) leitura e/ou contação de histórias para as crianças, realizadas pelos/as professores/as e/ou coordenadoras; ii) leitura de obras literárias realizadas pelos próprios alunos; iii) dramatização de histórias infantis realizada pelos alunos; iv) rodas de leitura; e, v) empréstimo de livros. Gomes e Bortolin (2011) ressaltam que a escola precisa entender que a leitura e sua mediação constituem um processo cultural, ou seja, essa tecnologia nem sempre necessita de artifícios mirabolantes, mas de ações constantes, no espaço escolar, mostrando aos alunos a importância da leitura, assim a biblioteca e suas funções adquirem relevância.

Não se pode esquecer o papel proeminente do bibliotecário e do/a professor/a na mediação da leitura, pois é neles que os alunos podem encontrar o incentivo para utilizar o acervo e frequentar a biblioteca (GOMES; BORTOLIN, 2011). A professora que organizou a biblioteca inicialmente, junto com a diretora,

⁷⁶ Não tive maiores informações sobre o projeto, a não ser que a biblioteca foi “desalojada” de seu espaço.

teve papel preponderante na ocupação e organização do que Frago (2004) chama de “lugar-território”, ou seja, construção gradativa e subjetiva de um “espaço-lugar” que foi ocupado pelo homem e se transformou. Essa modificação foi marcada por experiências individuais e coletivas dos sujeitos. Essas experiências deram ao local a possibilidade do desenvolvimento de várias atividades que auxiliaram na mediação do processo de leitura.

Para Gomes e Bortolin (2011), na escola o processo de mediação com a criança deve iniciar-se de maneira que a leitura seja uma brincadeira e não um processo impositivo. Além disso, é importante levar em consideração que é imperioso ter paciência com o desenvolvimento da leitura do pequeno leitor, pois a formação do leitor é lenta, necessitando de motivações constantes (GOMES; BORTOLIN, 2011).

No ano seguinte, porém, a professora passou a substituir a diretora da escola e assumiu as atividades na biblioteca uma servidora administrativa, que ficou por mais ou menos um ano na função de organização do espaço. No curto tempo em que funcionou o espaço da biblioteca houve a presença de professores, alunos, coordenador/a pedagógico/a, em atividades diversas, especialmente as práticas de leitura por prazer e gosto. No ano seguinte, quando a biblioteca foi desativada para o funcionamento de outro projeto, os livros permaneceram uma parte na sala dos professores e outra na coordenação pedagógica. Esse processo marcou a descontinuidade das atividades realizadas no espaço da biblioteca, uma vez que o ambiente não foi incorporado como centro de aprendizagem e leitura permanente na escola.

- *Terceira escola municipal*: Com relação aos mediadores que atuaram na biblioteca da Escola Municipal Milton Dias Porto, ficou evidente a falta de profissionais que permanecessem mais tempo na biblioteca, pois, em média, permaneceram apenas pelo período de um ano. No espaço foram realizadas atividades de atendimento para empréstimo de livros e/ou contação de histórias, mas esta última apenas no período em que uma professora ficou ali readaptada antes do ano de 2010. As readaptações na rede municipal ocorriam por motivos diversos, em especial por motivos de saúde. Assim, a permanência do

profissional às vezes era curta para atendimento das necessidades e então ocorria descontinuidade nos trabalhos.

Destacou-se, no processo de mediação da leitura, a atividade de contação de histórias e/ou leitura em voz alta, realizada por um ano, o que pode ter favorecido a constituição de práticas leitoras. Ficou manifesta, no entanto, a ausência de práticas que auxiliassem os alunos do segundo segmento do ensino fundamental, tais como: saraus literários, rodas de leitura e outros. Outra atividade importante foi o empréstimo de livros, que se iniciou em 2007 com o projeto "Leitura em Minha Casa" (NAVIRÁI, 2007) e alguns professores alfabetizadores tinham projetos desenvolvidos por eles, como o empréstimo de livros (CP⁷⁷). O empréstimo pareceu se constituir como atividade com maior frequência na biblioteca, mas que, por vezes, ficou prejudicada na ausência temporária de mediadores.

– *Quarta escola municipal*: Na Escola Municipal Odécio Nunes de Matos, os mediadores que atuaram na biblioteca escolar se alternaram ao longo do seu período de funcionamento. No período da coleta de dados (2015/2016) realizei a entrevista com a diretora, pois não havia nenhum/a professor/a responsável pela biblioteca que pudesse me atender. Conversei informalmente com uma das coordenadoras pedagógicas, que me propiciou algumas informações complementares, dando conta de que, antes de ir para uma sala específica (em que se encontrava até 2016), a biblioteca funcionou no espaço junto com a coordenação da escola e que havia participado de várias atividades de contação de histórias com as crianças.

No caso dessa escola, embora a equipe da escola tenha realizado esforços nesse sentido, não houve a garantia de continuidade de mediadores da leitura no espaço da biblioteca, dificultando a constituição de práticas como: o empréstimo de obras e/ou leitura pelos alunos no ambiente da biblioteca.

Em relação à escola como um todo, observei que foram desenvolvidos projetos de leitura como o "Lendo e Escrevendo nas Séries Iniciais"⁷⁸. Esse

⁷⁷ Coordenadora pedagógica em entrevista.

⁷⁸ O projeto foi coordenado pela professora Ivanete A. M. Mendonça, que me forneceu cópia do material.

trabalho foi desenvolvido no ano de 2006 envolvendo as turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e realizou diversas atividades de leitura e escrita. Ao final contou com a participação dos pais em exposição dos materiais produzidos pelos alunos.

Com relação aos mediadores, destaco o ano de 2009, em que houve a atuação diferenciada no espaço da biblioteca, isso por meio dos empréstimos de obras literárias, atividade que atingiu níveis consideráveis pelos alunos. Assim, o funcionamento da biblioteca em períodos alternados (matutino e vespertino) e o atendimento por um profissional⁷⁹ puderam suportar o desenvolvimento dessa função primordial: o empréstimo de obras, especialmente aquelas que, por sua extensão em número de páginas e/ou por sua complexidade, não se conseguem ler na escola. Conforme pude observar, a média de livros emprestados por aluno/ano foi superior à média nacional (4 obras/aluno/ano), em algumas turmas, como no caso do 2º D (com 16 obras/aluno/ano), do 5º A (com 8 obras/aluno/ano) e do 5º B e do 9º A (ambos com 5 obras/aluno/ano).

Fui informada pela diretora da escola que em 2009 uma funcionária da secretaria da escola foi readaptada na biblioteca e que, após esse período, ela retornou para sua função e depois se aposentou. Evidenciou-se o trabalho de mediação exercido pelos professores das turmas, pois o estímulo e a prática dos docentes, em relação à leitura, possibilitam ampliar as possibilidades da formação de leitores, uma vez que esses profissionais atuam como “modelo”, manifestando e compartilhando suas práticas e experiências de leitura.

Sem mediadores permanentes, a biblioteca escolar, após esse período de 2010, constituiu-se como espaço “de todos/as e de ninguém”, pois não conseguiu atender às suas funções básicas, em especial, pela ausência de profissionais que assumissem o ambiente por um tempo maior que um ano, sempre havendo alternância de pessoal e, conseqüentemente, não permanecendo na cultura escolar como local de extrema importância para os membros da comunidade escolar.

É relevante a percepção de que, nos momentos específicos em que houve alguém para atender algumas das funções de mediador, bem como o trabalho de

⁷⁹Quem exercia a função de organização da biblioteca era uma servidora administrativa que esteve readaptada por um ano, mas depois retornou para a função na secretaria da escola.

professores, coordenadores e direção atuando em projetos com atividades permanentes (como o empréstimo de livros por turma, semanalmente), esses funcionaram de maneira a propiciarem amplo acesso às obras literárias, demonstrado pelo número de alunos que emprestaram livros no ano de 2009, muito superior à média nacional apresentada pela pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" (AMORIM, 2008).

As questões apresentadas nas bibliotecas escolares de Naviraí e o conjunto das fontes mostrou que houve um limite das políticas públicas para a formação desses mediadores, seja para garantir um profissional bibliotecário concursado, seja em relação à formação continuada dos professores e/ou dos servidores administrativos que atuavam nesses espaços e a garantia de supervisão de um profissional habilitado para a função. Até o ano de 2010 ocuparam as funções de mediadores nas bibliotecas escolares: pedagogos/as; professores/as de Língua Portuguesa e/ou Inglês; auxiliares de administração; auxiliar de serviços diversos (no último caso, na Escola Estadual Presidente Médici).

Ainda que nenhum dos profissionais que atuaram nas bibliotecas escolares no período de 1986 a 2010 fosse bibliotecário, houve um curso para Técnico em Biblioteca Escolar⁸⁰. No entanto, nem todos o fizeram, pois estava direcionado para quem quisesse atuar na biblioteca a partir daquela data (ano de 2016) e o pré-requisito era ser professor. Assim, na Escola Estadual Presidente Médici, a pessoa responsável não pôde fazer o curso por não ser professor/a. A professora que atuava na Escola Estadual Antônio Fernandes também não o fez, pois não estava readaptada especificamente para atuar na biblioteca, mas, sim, para auxiliar a coordenação pedagógica da escola. Na Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra não obtive informação sobre quem participou do curso e na Escola Estadual Presidente Médici alguns professores participaram.

Com relação às escolas municipais, só uma das responsáveis pela biblioteca (da Escola Maria de Lourdes Aquino Sotana) realizou cursos de formação em questões relacionadas às bibliotecas, tendo isso sido feito em sistema à distância. Os demais mediadores das escolas municipais não

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-oferece-capacitacao-para-profissionais-das-bibliotecas-escolares/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

mencionaram a participação em cursos dessa natureza, talvez pelo fato de ter havido expressiva rotatividade desses profissionais nas Escolas Odécio Nunes Matos, Milton Dias Porto e Professor José Carlos da Silva.

A dificuldade de se ter um bibliotecário para o trabalho nesses espaços “[...] exalta a necessidade de consolidação dessa área, devido aos benefícios que um profissional capacitado pode oferecer para as bibliotecas escolares, assim como para o processo de formação e própria estrutura da escola” (ALBUQUERQUE; TEDESQUI, 2014, p. 119). Ademais, como os profissionais que atuaram nas bibliotecas desconheciam, até certo ponto, as atribuições de um bibliotecário e, além disso, pode-se dizer que as experiências com relação à frequência de bibliotecas públicas foram raras⁸¹, o que se fez enquanto prática/s mediadora/s foi “uma adaptação possível” entre o solicitado, o possível e o necessário.

Constatei que não houve um acompanhamento de um bibliotecário junto aos/às professores/as e/ou servidores administrativos que atuaram nas bibliotecas, tanto estaduais quanto municipais. Dessa maneira, o trabalho era realizado em base empírica, sem a devida consciência das atividades profissionais necessárias ao bibliotecário e/ou ao mediador. Apreendi que as funções incorporadas pelos mediadores de leitura que atuaram nas bibliotecas de Naviraí no período de 1986-2010 foram uma mistura de suas práticas como professores/as, de suas experiências enquanto alunos/as e enquanto frequentadores ou não de bibliotecas, como leitores ou não de obras literárias. Há de se considerar que a cultura escolar não é simples cópia das ideias e das concepções mais amplas, pois ela tem sua identidade construída entre o que escutam, o que leem, o que já sabem e em acreditam ideologicamente os indivíduos (SILVA, 2006a).

Outro aspecto importante foi a inexistência de funcionamento de sistemas de gestão das bibliotecas, tanto estaduais quanto municipais. Não houve, no período pesquisado, a implementação de programas (*softwares*) que auxiliassem nas atividades das bibliotecas, que pudessem gerar informações como relatórios

⁸¹ Ver pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", realizada pelo Instituto Pró-Livro (2008; 2011; 2016). Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>>.

estatísticos com: i) quantidade de leitores por mês; ii) obras mais procuradas; iii) disposição de catálogos; e, iv) atividades realizadas na biblioteca, entre outras.

No caso específico das bibliotecas estaduais, houve separação entre atividades realizadas por meio da internet (que eram realizadas nos Laboratórios de Tecnologia que todas as escolas possuíam) e as atividades nas bibliotecas. Nas bibliotecas havia computadores obsoletos e que não atendiam a outras funções senão a de digitação de algumas listas e/ou horários. No caso das escolas municipais também não houve incorporação de sistemas tecnológicos mais avançados e a única diferença é que possuíam computadores com acesso à internet, no entanto subutilizados.

Aspecto não menos importante é considerar o tipo de atividade/ação que pudesse aproximar o aluno da obra literária, pois na análise das fontes foi possível verificar que a recorrência foi em relação à prática de: i) empréstimos de livros; ii) contação e/ou leitura de histórias (em especial para o primeiro segmento do ensino fundamental); e, iii) projetos em que as turmas visitavam a biblioteca e emprestavam livros. Destaco que percebi a ausência, na análise das fontes, do desenvolvimento, a partir da biblioteca, de ações que envolvessem os alunos do segundo segmento do ensino fundamental e, especialmente, o ensino médio, tais como: i) saraus literários; ii) encontros com escritores; iii) noite cultural; e, iv) entrevistas. Nas entrevistas foram relatadas ações como “o círculo do livro⁸²”, mas realizadas pelos professores com os alunos, sem a utilização da biblioteca. Como destaca Souza (2014, p. 4), às vezes a biblioteca “[...] é vista como uma instituição estática e desarticulada dos demais elementos que compõem o sistema educacional brasileiro”. Agrava-se o fato de que, no Brasil, educação e cultura sempre andaram separadas, como se não fossem questões complementares e que precisam ter um papel articulado na vida escolar dos alunos.

Corroboro o entendimento de Souza (2014) para quem a biblioteca, para além de atender às necessidades informacionais e leitoras de alunos e dos professores, precisa se tornar agente de formação, de desenvolvimento e de

⁸² "Círculo do Livro" é uma atividade em que os alunos leem obras literárias e se encontram para trocar os livros. Cada um compra ou empresta de alguém uma obra e depois, com as trocas, podem ler várias obras literárias em um mesmo ano.

aperfeiçoamento educacional e cultural. Para isso é fundamental haver uma mudança de paradigma do que seja uma biblioteca escolar em todos os segmentos da comunidade escolar, em especial formando grupos e redes de estudo e de atendimento, bem como realizando a formação dos mediadores desses espaços e reorganizando as formas de atuação nos municípios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o processo de escrita da tese, retomo os objetivos que estabeleci inicialmente para o trabalho, em que pretendi analisar a cultura instituída em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí/MS, a fim de compreender a organização dos espaços e as práticas de leitura literária. Com relação aos objetivos específicos, pretendia: i) identificar as diferentes representações da biblioteca; ii) identificar e analisar formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010); iii) avaliar práticas de mediação didática em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas e visibilizadas por meio de documentos e materiais da cultura escolar; iv) analisar a constituição dos acervos; e, v) descrever e analisar práticas de leitura de textos literários que se constituíram no espaço das bibliotecas escolares de Naviraí/MS.

Para garantir a consecução dos objetivos elencados, empreendi o trabalho de coleta de dados a partir de documentos produzidos por meio da cultura escolar, entre os quais destaco os livros de tombamento, os livros e/ou fichas de empréstimo de obras, obras literárias enviadas às escolas pela extinta FAE e FNDE. A partir do levantamento das fontes documentais realizadas nos anos de 2015, 2016 e 2017 percebi a necessidade de ampliar a pesquisa e corrigir lacunas por meio de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com as funcionárias responsáveis pelas bibliotecas escolares. Cataloguei as fontes nas sete bibliotecas das escolas em que obtive autorização para a pesquisa.

O marco cronológico da pesquisa foi estabelecido mediante a necessidade de compreender tanto o período de implantação da primeira biblioteca escolar do município, na Escola Estadual Presidente Médici, uma das mais antigas de Naviraí, quanto as mudanças nesse interstício (em especial a implementação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pelo Ministério da Educação, considerado o maior programa de distribuição de obras literárias às escolas públicas do Brasil) até o ano de 2010, em que foi assinada e publicada a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio (BRASIL, 2010), que dispunha sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Essa lei foi uma importante conquista das áreas que lutam pela formação de leitores no

Brasil, pois colocou no centro das preocupações a questão do tratamento dado pelas políticas à biblioteca escolar no Brasil.

A partir da perspectiva de que formar leitores no Brasil é um desafio e de que a escola e a biblioteca escolar têm papel fulcral nessa tarefa, surgiram as indagações de pesquisa: Que documentos mostrariam o acesso dos alunos aos textos literários? Liam os alunos nos espaços de bibliotecas? Emprestavam livros? No caso dos/as professores/as, levavam obras das bibliotecas para as salas ou realizavam alguma estratégia metodológica que propiciasse o acesso dos alunos às obras no espaço da biblioteca? Havia algum tipo de organização no espaço e/ou estratégia metodológica que facilitasse ou dificultasse o acesso às obras literárias? Quais foram as práticas de leitura construídas nesses espaços?

Afirmo que, durante o período de 1986 a 2010, as sete bibliotecas escolares, constituídas no município de Naviraí, implementaram ações visando o uso do acervo literário disponível, em especial, das obras recebidas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e por meio do Programa Nacional Biblioteca da escola (PNBE). Essas bibliotecas se constituíram inicialmente como pequenos acervos e/ou coleções de livros, depois como armários de livros e, por fim, como espaços adaptados para funcionamento de biblioteca. Essa constatação me possibilitou afirmar, como tese, a existência de práticas culturais nos ambientes das bibliotecas escolares, e a partir deles, no entanto, os agentes mediadores dessas proposições/ações as praticaram de maneira empírica, mediante conhecimentos de uma cultura escolar que os formou leitores (ou não), e usuários (ou não) de bibliotecas. Não se efetivaram ações com uma consciência ampla do papel da biblioteca e dos atos implementados para a formação dos leitores, pois foram mobilizados conhecimentos e ações insuficientes para que a biblioteca escolar funcionasse como centro de aprendizagem e da leitura por gosto e lazer, fato comprovado pela não permanência e/ou pela descontinuidade das práticas de leitura nesses espaços.

Organizei os capítulos de forma a cumprir os objetivos. Assim, para identificar as diferentes representações de biblioteca recorri a uma revisão bibliográfica realizada a partir de levantamento no Portal de Periódicos da CAPES e, posteriormente, fiz uma análise histórica que mostrou as diferentes concepções e finalidades das bibliotecas ao longo do tempo. Assim, busquei as origens da

biblioteca escolar no país. Com isso foi possível inferir que a instituição incorporou uma diversidade de representações que se alteraram historicamente, dependendo dos seus usuários, do local, entre outros fatores.

As bibliotecas escolares no Brasil tiveram seu início com as chamadas Escolas Normais, mas até na contemporaneidade apresentam dificuldade de consolidação e melhoria enquanto instituição, dadas as questões problemáticas da própria educação brasileira, pois, apesar das políticas de final da década de 1990 com a LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996) e programas específicos para a melhoria da formação de leitores no Brasil, como o PNBE (BRASIL, 1997b), pesquisas analisadas no primeiro capítulo da tese mostraram a necessidade de muitas alterações estruturais e mudança do conceito e das finalidades da biblioteca escolar para que essa instituição seja considerada um centro cultural na escola.

Dentre as alterações estruturais e mudança de conceito e finalidades, cabe mencionar, especificamente, itens como: i) melhoria da estrutura física; ii) continuidade periódica de programas de aquisição de acervos; iii) formação e atuação de bibliotecários no espaço escolar e/ou supervisão por esses profissionais; iv) formação da equipe escolar sobre o papel da biblioteca na escola; e, v) formação de redes de bibliotecas.

Ao pesquisar especificamente as bibliotecas de Naviraí/MS, a fim de analisar as formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas, recorri à elaboração de croquis mostrando a organização das sete bibliotecas, material esse elaborado a partir das entrevistas semiestruturadas. O trabalho de análise mostrou que, até o ano de 2010, nenhuma das construções escolares realizadas em Naviraí previu o espaço de biblioteca em seus projetos arquitetônicos, o que evidenciou a discrepância das políticas públicas em relação à importância desse espaço enquanto fomentador do acesso ao livro e à leitura, já sinalizada por ocasião da instituição da Política Nacional do Livro aprovada pela Lei Federal nº 10.753/2003 (BRASIL, 2003) e confirmada pelo Censo Educacional em 2010 do INEP (2010), que indicou que apenas 30,4% das escolas de ensino fundamental eram atendidas com biblioteca e o recurso mais disponível era o acesso à internet. Não menos importante é que, ao “olhar” para os espaços adaptados para funcionamento de bibliotecas escolares em sete escolas, percebi

a provisoriedade da instituição “biblioteca escolar”, tanto na rede municipal quanto na rede estadual de ensino, dadas as constantes alterações de local que todas elas sofreram, bem como as dificuldades para a realização de trabalhos com grupos de alunos (no local) e a descontinuidade de práticas culturais.

Outro aspecto que observei foi o fato de as bibliotecas, sem exceção, terem sido relegadas a um ostracismo tecnológico, uma vez que, nas escolas estaduais e em algumas municipais, foram construídos e equipados os Laboratórios de Tecnologia, enquanto que para as bibliotecas foram enviados computadores obsoletos e, além disso, não foram instalados *softwares*⁸³ para tratamento técnico dos acervos e, conseqüentemente, não serviram para um registro mais aprimorado de empréstimos de obras e de outras atividades necessárias às bibliotecas na atualidade.

Ao analisar a constituição dos acervos literários verifiquei que o número de obras cresceu a partir de final da década de 1990 com a implantação do PNBE (BRASIL, 1997) mais a compra de obras literárias pelo FNDE, bem como pelas secretarias e/ou gerências estaduais e municipais de educação. Houve ainda campanhas para doações de livros pela comunidade e a biblioteca escolar com maior número de títulos literários era a da Escola Estadual Presidente Médici (implantada em 1986 e com mais de 6.000 títulos catalogados nos livros de tombamento).

Analisei que, nas sete bibliotecas escolares, não houve critérios para o descarte de materiais, dado o desconhecimento das etapas para tratamento técnico do acervo. Por isso, no período pesquisado, foram acumuladas obras em desuso e desatualizadas. Além disso, foram descartadas fontes documentais, como as fichas e/ou os livros que marcavam os empréstimos de obras pelos estudantes. Aspecto relevante é que, das sete bibliotecas, apenas uma não acumulava junto ao acervo literário também os livros didáticos (em grande número) e materiais didáticos diversos. Uma biblioteca era composta apenas de obras literárias e de referência, no entanto dividia o espaço com a sala de

⁸³São os programas (*softwares*) que permitem realizar atividades específicas em um computador. Por exemplo, programas como Word, Excel, Power Point, os navegadores, os jogos, os sistemas operacionais, entre outros. Disponível em: <https://www.gcfaprendelivre.org/tecnologia/curso/informatica_basica/comecando_a_usar_um_computador/2.do>.

coordenação, fator que não permitia atividades dos alunos no espaço mencionado.

O crescimento de acervos de obras literárias em todas as escolas foi resultado das políticas permanentes de aquisição de livros, em especial do final da década de 1990 em diante, o que promoveu a possibilidade de uma prática bastante frequente em todas as bibliotecas, que foi o empréstimo das obras. Nas entrevistas semiestruturadas, a ampliação dos acervos apareceu como fator determinante para garantir ações de socialização dos materiais. Apesar da importância desse trabalho para a formação de leitores, em especial no âmbito dos estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental, essa prática ocorreu em alguns períodos, pois foi interrompida por fatores como: i) a falta de mediadores nos espaços das bibliotecas escolares; ii) a mudança dos espaços para funcionamento das bibliotecas; e, iii) a readaptação de servidores que retornaram às funções anteriores, entre outros.

Embora tenha observado que até o ano de 2010 houve avanços na questão dos acervos literários em escolas públicas, um único programa, como o PNBE, não garante a formação de uma cultura leitora em um país como o Brasil, em que a escola não é valorizada nem vista como fundamental. São necessários investimentos em outros setores correlatos, que deveriam ocorrer concomitantemente ao investimento que foi feito com o PNBE, tais como: i) investimento em infraestrutura escolar; ii) contratação de especialistas; e, iii) formação das equipes escolares, em um trabalho que conscientize a todos os membros da comunidade escolar sobre as funções educativa e cultural que a biblioteca deve exercer na escola.

Há de se considerar que, no Brasil, as políticas que beneficiam as escolas públicas nem sempre são continuadas, sofrendo cortes e alterações que não as tornam políticas de Estado, mas políticas de governo. Destaco, assim, que a pesquisa salientou a importância da continuidade de políticas como o PNBE (BRASIL, 1997) para a melhoria do acesso ao livro e à leitura. Além disso, a necessidade do estabelecimento de previsão orçamentária para construção de bibliotecas nas escolas públicas, com espaços adequados ao trabalho de formação de leitores.

Ao avaliar as práticas de mediação didática em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas e visibilizadas por meio de documentos e materiais da cultura escolar, recorri às entrevistas e observei que os mediadores de algumas escolas promoveram momentos de contação de histórias, prática relevante do ponto de vista da formação de alunos leitores (em quatro escolas municipais). Promoveu-se, nos espaços de todas as bibliotecas escolares, o empréstimo de livros⁸⁴, não obstante, em algumas bibliotecas, por falta de um funcionário responsável, esse trabalho tenha sido interrompido por determinados períodos.

O empréstimo de livros foi viabilizado por projetos de leitura que oportunizaram que as turmas de alunos fossem à biblioteca e emprestassem semanalmente os livros, sendo que a periodicidade desse trabalho esteve condicionada aos projetos elaborados pelas equipes escolares. Não encontrei registros de práticas culturais como saraus literários, rodas de leitura, conversas com escritores, entre outras, atividades essas que beneficiariam sobremaneira os estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Não foi possível indicar a razão da ausência desse tipo de ação, no entanto é possível inferir que ou os registros foram descartados ou a biblioteca não via como sua função a realização desse tipo de atividade, o que confirma que, no período estudado, de 1986 a 2010, havia um modelo de biblioteca restrita às atividades de guarda, empréstimos e/ou de leitura em voz alta e/ou contação de histórias.

A formação dos responsáveis pelas bibliotecas e sua trajetória enquanto leitores e/ou usuários de bibliotecas interferiu nas práticas por eles desenvolvidas, pois, embora eu não tenha traçado um perfil de leitor desses profissionais, pesquisas⁸⁵ já mostraram que professores são leitores, sim, não obstante suas leituras estejam vinculadas aos materiais produzidos na cultura escolar, tais como cadernos escolares, diários, livros didáticos e paradidáticos, entre outros. Afirmo que há profissionais da educação que foram ou são “leitores interditados”

⁸⁴A atividade de empréstimo de livros demanda do profissional uma atitude receptiva ao aluno, mostrando os livros, indicando e respondendo a questionamento dos estudantes. Nesse caso essas atitudes compõem o processo de mediação. No caso da pesquisa, não foi possível apreender essas questões, mas é possível inferir que, se houve vários empréstimos, havia essa possibilidade de que os responsáveis pela biblioteca escolar acolheram as necessidades dos estudantes e/ou usuários.

⁸⁵ BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Os/as professores/as são não-leitores? In: MARINHO, M.; SILVA, C. S. R. da. **Leituras de professor**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

(BRITTO, 1998), que vivenciaram práticas de leitura na escola de uma forma avaliativa e dificilmente teriam adquirido o gosto pela literatura. Embora não tenha traçado esse perfil, a ausência de bibliotecários em atuação nas bibliotecas escolares de Naviraí e/ou a ausência de supervisão por esse profissional nos espaços não possibilitou a realização de tratamento técnico do acervo, tampouco promoveu a ampliação do conceito e das funções da biblioteca no contexto escolar. Outro fator relevante foi a dificuldade de formação continuada para esses profissionais, dada a rotatividade dos servidores.

A formação de bibliotecários no estado de Mato Grosso do Sul até o ano de 2010 era insuficiente para atender a demanda, como em várias partes do país. O estado possuía apenas um curso de Biblioteconomia, isso em Campo Grande, capital. O *deficit* desses profissionais foi evidenciado por pesquisas que avaliaram a execução da Lei Federal nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010) e, além disso, apontaram a lentidão do processo de formação para atuação desse profissional nas escolas brasileiras. Uma alternativa para a ampliação e melhoria desse trabalho foi apontada por Campello (2015) ao considerar a formação de redes⁸⁶ de cooperação, em que haveria a possibilidade de compartilhamento de um trabalho entre bibliotecas. Esse tipo de rede se apresenta como algo novo e os estudos avaliativos sobre a sua potencialidade apresentam atualmente as primeiras pesquisas (LIMAS; CAMPELLO, 2017).

Com relação ao estado de Mato Grosso do Sul, percebi lacunas nos estudos sobre bibliotecas escolares. Os trabalhos em nível de graduação se concentraram, até 2010, em uma única universidade privada, com o mencionado Curso de Biblioteconomia em Campo Grande. Acessei trabalhos que se concentraram na situação das bibliotecas escolares das duas maiores cidades do estado, Campo Grande e Dourados (próxima à Naviraí). Observei, a partir disso, a necessidade de integração de grupos de estudos que pesquisam a temática na região Centro-Oeste, pois se teria a possibilidade de ampliação das reflexões acerca das bibliotecas escolares, além da ampliação dos estudos em nível de

⁸⁶ São esquemas com características diversificadas que buscam otimizar aspectos dessas bibliotecas, tais como o compartilhamento de um bibliotecário (que supervisiona diversas bibliotecas), o processamento técnico (com aquisição coletiva de *software*), programas de formação de pessoal, desenvolvimento de políticas unificadas de desenvolvimento de acervos (CAMPELLO, 2015, p. 21).

pós-graduação, dados os escassos estudos encontrados nesse nível de ensino quando acessei o Portal de Periódicos da CAPES, em 2015.

Ao analisar a cultura instituída nas bibliotecas nas sete escolas públicas do município de Naviraí/MS apreendi que, por meio do desenvolvimento de práticas culturais, como a ida à biblioteca para emprestar livros, os estudantes puderam acessar os textos literários, ampliando assim o acesso até então restrito à sala de aula. As práticas de leitura em voz alta e contação de histórias no espaço das bibliotecas escolares foram, no entanto, descontinuadas no período de 1986 a 2010, ou pelas constantes adaptações de local das bibliotecas ou pelas alterações nos mediadores. Não foram encontrados registros de ações como saraus literários, rodas de conversa sobre livros, entrevistas com escritores e outras. Isso corrobora os entendimentos de estudiosos quanto a uma provisoriedade e/ou transitoriedade no tocante à função cultural das bibliotecas, especialmente porque não houve uma ampliação do conceito de biblioteca escolar como centro cultural da escola, a cultura escolar permaneceu ligada às funções de guarda, zelo e empréstimo dos livros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Percursos da leitura. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.

_____. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras/ALB, 2001a. p. 139-157.

_____. Diferentes formas de ler. Mesa-redonda “Práticas de Leituras: história e modalidades”. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, INTERCOM, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande/MS, 2001b, s.p. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Cultura letrada, literatura e leitura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ADRIANO, Cláudio. Centro-Oeste. Nave Literatura. 2010. Disponível em: <<http://www.naveliteratura.com/2010/10/centro-oeste.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ALMEIDA, Roseli Maria Rosa. “**Entrou por uma porta, saiu pela outra, quem quiser que conte outra**”: a literatura infantil em questão. 2002. 80f. Monografia (Especialização em Educação e Infância). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2002. Impressa.

_____. **A escolarização de práticas de leitura e suas expressões na cultura escolar**. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009. Disponível em: <<https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/buscarPorCurso/cursold:60>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. (Org.). **Formação de professores em leitura e literatura: experiências com extensão universitária**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2013.

_____. Livros e leitura – mediação didática como integrante do processo de formação leitora. **Revista Linha Mestra**, Campinas, ano VIII, n. 24, jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://linhamestra24.wordpress.com/2014/07/18/revista-linha-mestra-ano-viii-no-24-jan-jul-2014-issn-1980-9026>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ALMEIDA, Waldinéia Ribeiro; COSTA, Wilse Arena da; PINHEIRO, Mariza Inês da Silva. Os bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 472-490, jul./dez. 2012.

ALVES, Cláudia. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 30, p. 101-125, jan./abr. 2010.

AMARAL, Renilda Gonçalves do. **A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando**: estudo de caso. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3052>>. Acesso em: 11 de fev. 2016.

AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-livro, 2008. 232 p. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/1815.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ASSIS, Wanderlice da Silva. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação do ensino secundário brasileiro (1938-1968)**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/104>>. Acesso em: 20 maio 2014.

AULETE, Francisco J. Caldas; VALENTE, Antônio Lopes dos Santos. **Dicionário digital Caldas Aulete da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon Editora. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=creditos>. Acesso em: 2 jan. 2018.

BALÇA, Ângela Coelho de Paiva. Vamos à biblioteca! O papel da biblioteca escolar na formação de crianças leitoras. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente/SP, v. 13, n. 14, p. 207-220, jan./dez. 2011.

BALÇA, Ângela; FONSECA, Maria Adelina. Os docentes e a biblioteca escolar: uma relação necessária. **Revista Lusófona de Educação**, Évora, Portugal, n. 20, p. 65-80, ago. 2012.

BALDI, Neila; LUCENA, Marcelo; SCARLET, Susanna; ELY, Rafael. **Bibliotecas do DF elevam os índices do Centro-Oeste**. Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, Ministério da Cultura, Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/04/censobmpscentrooeste1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BARROS, Manoel de. Biografia de Manoel de Barros. **eBiografia**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/manoel_de_barros/>. Acesso em: 8 abr. 2018.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Os/as professores/as são não-leitores? In: MARINHO, M.; SILVA, C. S. R. da. **Leituras de professor**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução de João Virgílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONFIL, Robert. A leitura nas comunidades judaicas da Europa Ocidental na Idade Média. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

BORTOLIN, Sueli; GOMES, Luciano Ferreira. Biblioteca escolar e a mediação da leitura. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina/PR, v. 32, n. 2, p. 157-170, jul./dez. 2011.

BRAGA, Aurineide Alves; PAULA, Rejane Sales de Lima. A biblioteca escolar e sua representação educativa. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, Inhumas/GO, v. 5, p. 245-257, abr. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federa/Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 14 de maio de 1992. Disponível em: <http://proler.culturadigital.br/oproler/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Poder Executivo, Brasília/DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC; SEF, 1997a.

BRASIL. **Apresentação**. In: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: MEC; FNDE, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da**

República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7091impressao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE)**. Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: MEC, FNDE, 1995. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de outubro de 2003 (Edição extra). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 1442, de 10 de agosto de 2006. Institui o Plano Nacional do Livro e da Leitura. Ministério da Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, Brasília/DF, n. 154, p. 18-19, 11 ago. 2006. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2006/por_2006_1442MEC.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020)**. MIN, Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2007.223 p. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/documents/20182/50206/GED.CITSMART.REC_FROM_GED_2071.pdf/76b18596-5219-457b-bbf7-808daaaa7bcd>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. **Cultura em números**: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura. Brasília, DF: Minc, 2009. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/10/cultura_em_numeros_2009_final.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Censo Nacional das bibliotecas públicas municipais**. Ministério da Cultura. Brasília, DF: MinC, Secretaria de Articulação Institucional, Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, Fundação Biblioteca Nacional, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2009. Disponível em: <<http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Censo-bibliotecas-publicas-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. **Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. **Programa do Livro**: histórico do Programa Nacional do Livro Didático. In: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. **Dados Região Centro-Oeste**. Ministério da Integração Nacional, Brasília, DF: Superintendência para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), 2018. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/a-regiao-centro-oeste>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitor interdito. In: MARINHO, M.; SILVA, C. S. R. **Leituras de professor**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 61-78.

_____. Sociedade da cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. p. 47-63.

CALDIN, Clarice Fortkamp; FLECK, Felícia de Oliveira. Organização de biblioteca em escola pública: o caso da escola de educação básica Dom Jaime de Barros Câmara. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC, v. 9, p. 155-165, 2004.

CAMPELLO, Bernadete Santos; MAGALHÃES, Carlos Henrique de; XAVIER, Giovanna Vasconcellos et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Informação & Informação**, Londrina/PR, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001.

_____. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**. Ribeirão Preto/SP, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/berev>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CAMPELLO, Bernadete (Coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Universidade Federal de Minas Gerais: Escola de Ciência da Informação, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto/SP, v. 4, n. 1, p. 1-25, fev./jul.2015. Disponível

em:<<http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613/105207>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CARVALHO, Livia Marques. Biblioteca: instituição preservadora da cultura dominante? **Informação & Sociedade**, João Pessoa/PA, v. 1, n. 1, p. 23-29, jan./dez. 1991.

CARVALHO, Valdirene Rodrigues de. **A leitura e a biblioteca escolar**: o caso da rede estadual de São Paulo. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000797119>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CASTRO, Nathalya Moreira Lima Corrêa. **Bibliotecas escolares**: espaços de múltiplas leituras.2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em:<<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/6415/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CAVALLO, Guglielmo. Entre *volumen* e *codex*: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Anne Marie; HEBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura**: 1880-1980. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger (Org.). O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, 1991a.

_____. As práticas da escrita. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 1991b.

_____. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994.

_____. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB; FAPESP, 1999a.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999b.

_____. **Práticas da leitura.** 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001a.

_____. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguire Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit.** Porto Alegre, RS: ARTMED, 2001b.

_____. **Formas e sentido – cultura escrita: entre distinção e apropriação.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

_____. "Os livros resistirão às tecnologias digitais". **Revista Nova Escola**, São Paulo, SP, 1º de agosto de 2007. Entrevista concedida a Cristina Zahar: Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/938/roger-chartier-os-livros-resistiraao-as-tecnologias-digitais>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CHERVEL, André. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre/RS, v.2, p.177-229, 1990.

CONCEIÇÃO, Edmir. Os principais componentes da "genética" cultural de MS. In: Portal do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2018. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/a-cultura-de-ms/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Conselho Regional de Biblioteconomia-CRB6. Carreira, Cursos. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.crb6.org.br/carreira.php>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CORALINA, Cora. Biografia de Cora Coralina. **eBiografia**. Por Dilva Frazão. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/cora_coralina/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; OLIVEIRA, Karina Costa de; BOURSCHEID, Laura da Rosa et. al. Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 7, n. 1, p. 107-123, 2002.

COSTA, Cristiane Dias Martins da. **Literatura premiada entra na escola? A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da Rede Municipal de Belo Horizonte.** 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-83UPV5>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

COPEES, Regina Janiaki; SAVELI, Esméria de Lourdes. Programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura: uma visão Histórica. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 16º, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: ALB, 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss11_07.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CRUVINEL, Larissa Warzocha Fernandes. **Narrativas juvenis brasileiras: em busca da especificidade do gênero.** 2009. 190 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2849>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CUNHA, Maria Antonieta da. Acesso à leitura no Brasil: considerações a partir da pesquisa. In: AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil.** São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Experiência estética literária. In: **Glossário CEALE.** Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/experiencia-estetica-literaria>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DANTAS, André Gomes. **Entre memórias e silêncios: um olhar sobre as bibliotecas do Colégio Pedro II.** 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_AndreDantas%20Corrigida.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DIAS, Luís Carlos. **Frequência à biblioteca e formação do acervo: um exemplo de Birigui/SP.** 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/1815>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean Claude. **Não contem com o fim do livro.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2010.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. Possíveis indícios da biblioteca escolar na rede pública do estado de Santa Catarina: estudo de um acervo bibliográfico museológico. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina,** Florianópolis/SC, v. 11, n. 1, p. 143-153, jan./jul. 2006.

ELY, Neiva Helena. Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina,** Florianópolis/SC, v. 8, p. 46-53, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio. Cultura escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/110.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FEITOSA, Aparecida Campos; PELISÃO, Marlúcia Salim; SOUZA, Maria Aparecida Ferreira de Melo. **Tecnologias na educação em espaços sul-mato-grossenses: implantação, implementação e perspectiva de futuro**. Campo Grande/MS, [s.d.]. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015050.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O dizer dos documentos oficiais: a normatização como efeito de sentidos sobre a biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 13, n. 2, p. 323-346, jul./dez. 2008.

FERNANDES, Célia Delácio. **Práticas de leitura escolar no Brasil**: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80. 2004. Tese (Doutorado em Letras-Linguística). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2004.

_____. **Leitura, literatura infanto-juvenil e educação**. Londrina, PR: Editora da UEL, 2013.

FERRAZ, Anna Maria Marques. **Leitura mediada na biblioteca escolar: uma experiência em escola pública**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20052009-135633/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **A pesquisa sobre leitura no Brasil – 1980-1995**. Campinas, SP: Komedi; Arte Escrita, 2001.

_____. **Contribuições para a escrita da história da produção acadêmica sobre Leitura no Brasil – 1965 a 1979**. Faculdade de Educação; Grupo de Pesquisa ALLE – Unicamp, 2013. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAF-ContribuicoesEscrita.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

FERREIRA, Teresinha de Jesus Lima (Coord.). **Curso técnico em biblioteca**. In: CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EZEQUIEL FERREIRA LIMA.

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS. Disponível em: <<http://www.cepef.ms.gov.br/cursos-a-distancia/tecnico-em-biblioteca>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FOURQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.

FRAGO, Antônio Viñao. *Escolarización, edificios y espacios escolares*. **CEE Participación Educativa**, n. 7, p. 16-27, mar. 2008.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola: uma relação a ser construída. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 10, n. 2, p. 169-173, jan./dez. 2005.

_____. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Aspectos culturais da região Centro-Oeste**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-culturais-regiao-centrooeste.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 16, n. 1(46), p. 135-144, jan./abr. 2005.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL (FCMS). **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de MS**. Campo Grande/MS, 2018. Disponível em: <<<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/sistema-estadual-de-bibliotecas-publicas-de-ms/>>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FURTADO, Cássia Cordeiro. Biblioteca escolar, nova geração e tecnologias da informação e comunicação. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febFab.org.br/anais/article/view/1244/1245>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leitura intensiva. In: _____. **Verbetes CEALE**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, CEALE, 2018. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-intensiva>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. Leitura extensiva. In: _____. **Verbetes CEALE**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, CEALE, 2018. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-extensiva>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

GARCEZ, Eliane Fioravante. Avaliação de uso como indicador para a gestão da biblioteca escolar: estudo de caso. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 12, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2007.

GAVAZZONI, Luci Mara; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **O sentido da leitura literária no âmbito escolar**: pretexto para ensinar conteúdos? 2013. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Naviraí, 2013. (Impresso).

GOMES, Luciano Ferreira; BORTOLIN, Sueli. Biblioteca escolar e a mediação da leitura. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina/PR, v. 32, n. 2, p. 157-170, jul./dez. 2011.

GONÇALVES, Diana Vidal. Experiências do passado, discussões do presente: a biblioteca escolar infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 195-210, out./dez. 2014. Número especial.

GONÇALVES, Renata Braz. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande/RS, v. 20, p. 245-256, 2006.

GUIMARÃES, Janaína. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura**: de museu de livro a espaço de saber e leitura. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente/SP, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92236>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria e Educação**, Porto Alegre/RS, n. 2, p. 65-110, 1990.

_____. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB, 1999.

_____. **As bibliotecas escolares**: entre leitura pública e leitura escolar na França do II Império e da III República. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar e a leitura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 8, p. 35-45, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Informações completas. Mato Grosso do Sul, Cidades, Naviraí, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500570>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estados, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ms>>. Acesso em: 21 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mato Grosso do Sul - História. 2018a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/historico>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mato Grosso do Sul. Panorama. 2018b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Resumo Técnico Censo Escolar 2010** – Versão Preliminar. INEP, Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7277-censo-final-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil**: 1. ed. São Paulo: CBL/BRACELPA/SNEL/ABRELIVROS. 2001. Disponível em: <http://www.snel.org.br/wpcontent/uploads/2012/09/pesquisa_2001_introducao.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil**: 3. ed. São Paulo: Abrelivros, CBL e SNEL. 2011. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gisele Souza. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. **Leitura e envolvimento**: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

KOLOKATHIS, Maria Lúcia Bachiega. **Programa bibliotecas escolares**: memórias/histórias de uma experiência de incentivo à leitura nas escolas

municipais de Campinas - 1993 a 2001. 2008. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000442641>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LACERDA, Nilma Gonçalves. Desarmando as armadilhas da exclusão em leitura: o jaguar lambendo as patas. In: 16º. COLE: NO MUNDO HÁ MUITAS ARMADILHAS E É PRECISO QUEBRÁ-LAS, 16, 2007, Campinas/SP. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.alb.br/anais16cole>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

LAJOLO, Marisa. Leitura e literatura na escola e na vida. In: BRASIL. Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Casa da Leitura. **Cursos da Casa da Leitura**, 2. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, 2009.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. 2.ed. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **A leitura rarefeita**: leitura e livro no Brasil. São Paulo: Ática, 2002.

LEANDRO, Cláudio Leite. Caminho da liberdade: liberalismo e conservadorismo nos Estados Unidos. **Revista Urutágua**, Cesin-MT/DCS/UEM, Maringá/PR, n. 9, s.p., abr./maio/jun./jul./2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/009/09leandro.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de; CAMPELLO, Bernadete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Bibl. Esc. em Ribeirão**, Ribeirão Preto/SP, v. 5, n. 2, p. 22-43, ago./dez. 2017.

LISBÔA, Elaine Regina Mendes; SILVA, Márcia Andrea Teixeira da; SOUSA, Thalisse Ramos de. Velhos objetos X novos olhares: os usos do livro didático no ensino de História. In: XII JORNADA DO HISTEDBR E X SEMINÁRIO DE DEZEMBRO, 12, 2014, Campinas. **Anais...** Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/1/artigo_eixo1_375_1410836703.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, Brasília/DF, v. 9, n. 47, p. 21-28, jul./set. 1990.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia/GO, v.27, n.2, p. 165-184, maio/ago. 2011.

MACEDO, Neusa Dias de; OLIVEIRA, Helena Gomes de. MANIFESTO IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar (tradução). IFLA - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições, São Paulo/SP, maio de 2005. Disponível em:
<<http://www.rbal.com.pt/Documentos%20RBAL%20pdf/Manifesto%20Unesco%20para%20Bibliotecas%20Escolares.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MACHADO, Maria Zélia Versiani. **A literatura e suas apropriações por jovens leitores**. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/IOMS-5W4J8H>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar. Tradução de Neusa Dias de Macedo e Helena Gomes de Oliveira. IFLA - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições, São Paulo/SP, maio de 2005. Disponível em:
<<http://www.rbal.com.pt/Documentos%20RBAL%20pdf/Manifesto%20Unesco%20para%20Bibliotecas%20Escolares.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELLO, Josiane. Gestão da qualidade em bibliotecas escolares: um estudo de caso em uma biblioteca escolar na cidade de Ponta Grossa – PR. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas/SP, v. 11, n. 1, p. 111-137, jan./abr. 2013.

MENDONÇA, Fernando de. A estrada da vida: a leitura e a biblioteca escolar no ensino. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 13, n. 2, p. 379-389, jul./dez. 2008.

MESSIAS, Maria Lúcia (Org.). **Naviraí: 50 anos construindo sonhos**. Naviraí, MS: Gráfica PSA, 2013.

MICHAELIS, Henriette. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa digital**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2018.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONTUANI, Daniela Freitas Brito. **O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**: uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-83VSE4>>.
Acesso em: 20 ago. 2016.

MORAIS, Elaine Maria da Cunha. **Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte**. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84KPUC>>.
Acesso em: 20 ago. 2016.

MORENO, Edinei Antônio. Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul/SC segundo a Lei 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 19, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2014.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba: constituição do acervo e cultura pedagógica (1911-1920). 2008. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. **Anais...**, Aracaju/SE: UFS/UNIT, 2008. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/trabalho_completo.php?id=438>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Bibliotecas escolares nas Escolas Normais no Brasil: constituição do lugar e dos sujeitos. **Educação em Foco**, ano 19, p. 235-251, set./dez. 2016.

NOCERA, Tiago; PEREIRA, Rodrigo. Bibliotecas escolares em Mato Grosso do Sul: estado da arte dos trabalhos de conclusão do Curso de Biblioteconomia no Instituto de Ensino Superior da FUNLEC. In: PEREIRA, Rodrigo (Org.). **Biblioteca escolar sul-mato-grossense: olhares possíveis e debates**. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2014. Disponível em:
<http://www.academia.edu/12400009/Biblioteca_Escolar_sul-mato-grossense_olhares_poss%C3%ADveis_e_debates>. Acesso em: 20 fev. 2015.

NÓVOA, Antônio. Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n. 2, p. 131-150, jul./dez. 2001. Disponível em:
<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/novoa.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília. (Orgs.). **História e memória da Escola Nova**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003, p. 9-26. Disponível em:
<www.ufjf.br/.../Mem%25C3%25B3ria-e-Hist%25C3%25B3ria-da-Educa%25C3%25A>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ORIÁ, Ricardo. Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise da aplicação da Lei nº 12.244/2010. Estudo Técnico. Área XV Educação, Cultura e Desporto, jul. 2017, Câmara dos Deputados, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017.

Disponível em:

<file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/bibliotecas_escolares_oria%20(2).pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2018.

PACHECO, Raquel. Alternativas de incentivo à leitura: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 11, n. 2, p. 345-352, ago./dez. 2006.

PAES, Denyse Maria Borges; SANCHES, Maria Salete Cialdine; VALÉRIO, Erinaldo Dias; TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. A formação do leitor: uma discussão acerca da biblioteca escolar e o caso SIMBE. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 18, n. 1, p. 623-638, jan./jun. 2013.

PAIM, Élison Antônio. Narrativas, memórias e experiências do fazer-se leitor. **História Oral**, Fundação Getúlio Vargas, v. 18, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2015.

PAIVA, Aparecida. Selecionar é preciso, avaliar é fundamental: acervos de literatura para jovens leitores. **Educação**, Porto Alegre/RS, v. 35, n. 3, p. 301-307, set./dez. 2012.

_____. Políticas públicas de leitura literária. In: **Glossário CEALE**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/politicas-publicas-de-leitura-literaria>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PAULINO, Graça. Leitura literária. In: **Glossário CEALE**. Termos de Alfabetização, leitura e escrita para educadores. Centro de Alfabetização, leitura e escrita, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 57p.

PEREIRA, Rodrigo (Org.). **Biblioteca escolar sul-mato-grossense: olhares possíveis e debates**. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/12400009/Biblioteca_Escolar_sul-mato-grossense_olhares_poss%C3%ADveis_e_debates>. Acesso em: 20 fev. 2015

PERIN, Denise Alexandre. **Mediadores e espaços de leitura: a prática em escolas municipais de Presidente Prudente**. 2009. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente/SP, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92273>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PERUCCHI, Valmira. A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma - Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 4, n. 4, jan./dez. 1999.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany Cássia Tavares. **Observatório de cultura escolar**: as potencialidades da centralidade da/s cultura/s para as investigações no campo do currículo. Campinas: SP: Editora da UNICAMP, 2006. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/gtcurriculoanped/29RA/trabalhos/TEGT...>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 27, p. 57-69, set./out./nov./dez. 2004.

PIMENTEL Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**: técnico em multimeios didáticos. Brasília, DF: Editora da UnB, 2007. 117 p.

PIMENTEL, Cláudia. **Espaços de livro e leitura**: um estudo sobre as salas de leitura de escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/tese_claudia_pimentel.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva. Classificação em cores: uma metodologia inovadora na organização das bibliotecas escolares do município de Rondonópolis/MT. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas/SP, v. 7, n. 1, p. 163-179, jul./dez. 2009.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; RODRIGUES, Lucélia R. Queiroz. Bibliotecário nas escolas: um bem que faz bem ao futuro das crianças. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 19, n. 2, p. 260-271, jul./dez. 2014.

PINHO, Karina Lúcia de; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Tratamento técnico em biblioteca escolar: a realidade da biblioteca do Colégio Feliciano Nunes Pires – CFNP. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis/SC, n. 6, p. 1-8, jan./dez. 2008.

PITZ, Juliana; SOUZA, Vanessa Aline Schweitzer; BOSO, Augiza Karla. O papel do bibliotecário escolar na formação do leitor. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 16, n. 2, p. 405-418, jul./dez. 2011.

PLANO Estadual do Livro e da Leitura do Estado de Mato Grosso do Sul – PELLMS. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Educação Fundação de Cultura – MS, 2011. Disponível em:

<<http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Plano-estadual-livro-leitura-MS.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PLANO Nacional do Livro e da Leitura. Brasília, DF: MinC, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PROJETO Malinha da Leitura. Escola Estadual Antônio Fernandes. Naviraí/MS, 2010 (Impresso).

PROJETO Livro em Minha Casa. Escola Municipal Milton Dias Porto. Naviraí/MS, 2007 (Impresso).

PROJETO Político-Pedagógico. Escola Municipal José Carlos da Silva, Naviraí/MS, 2009 (Impresso).

PROLER. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Sobre o PROLER. Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, Secretaria na Economia da Cultura, Ministério da Cultura, Brasília, DF: MinC, 2018. Disponível em <<http://proler.culturadigital.br/oproler/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RAMOS, Clériston Ribeiro et. al. Aproximando o aluno da biblioteca escolar por meio do “estímulo entre pares”. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande/RS, v. 23, n. 2, p. 93-103, jul./dez 2009.

RAMOS, Flávia Brocchetto; BALÇA, Ângela. Bibliotecas escolares: conversas entre Brasil e Portugal. **Acta Scientiarum Education**, Maringá/PR, v. 35, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2013.

RANGEL, Egon de Oliveira. Paradidáticos. In: **Glossário Ceale**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/paradidaticos>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.p. 28-54.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O conceito de lugar. **Revista Arquitextos**, ano 8, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

REYES, Yolanda. Mediação em leitura. In: **Glossário CEALE**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. Disponível

em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/mediadores-de-leitura>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

REZENDE, Cláudia Maria Rodrigues. **Biblioteca escolar**: um espaço necessário para leitura na escola. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

RODRIGUES, Elaine; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. O descarte documental e a instituição de práticas culturais literárias (1986- 2010). **Notandum**, São Paulo, n. 43, jan./abr. 2017. Disponível em:<<http://www.hottopos.com/notand43/11e.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. **Impressões em preto e branco**: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX. 2008. 261 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Unicamp, Campinas/SP, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000438332&fd=y>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

RUIZ, José María Ruíz. El espacio escolar. **Revista Complutense de Educación**, Norteamérica, v. 5, n. 2, p. 93-104, jan. 1994. Disponível em:<<http://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/view/RCED9494220093A>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SALCEDO, Diego Andrés; ALVES, Riane Melo de Freitas. A mediação cultural na biblioteca escolar. **Biblios: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología**, Peru, n. 54, dez. 2014.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **O número de chamada**: endereço dos recursos bibliográficos: Versão 2011/2 para uso didático. Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas, Departamento de Biblioteconomia, Vitória/ES: UFES, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/2_1_0_NoChamada.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SARAIVA, Juracy Ignez Assmann. Universalização da leitura e valorização da literatura: condição para o desenvolvimento social. **Acta Scientiarum Language and Culture**, Maringá/PR, v. 30, n. 1, p. 71-78, jun.2008.

SARAIVA, Alessandra; MARTINS, Diogo. Acesso de alunos a bibliotecas difere conforme regiões, diz IBGE. **Jornal Valor Econômico Online**. jun./2013. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/3166946/acesso-de-alunos-bibliotecas-difere-conforme-regioes-diz-ibge>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

SAVIANI, Dermeval. O debate teórico metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI,

José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação - o debate teórico-metodológico atual**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. p. 7-17.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Fabiany Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, UFPR, Curitiba/PR, n. 28, p. 201-216, dez. 2006a.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011.

SILVA, Mônica Cristina Ferreira. **Formação de indivíduos leitores entre a biblioteca escolar, a família e outros apelos socioculturais**. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006b.

SILVA, Rovilson José da. **O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina: formação e atuação**. 2006c. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101530>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília/SP, v. 3, n. 2, p. 75-92, jul./dez. 2009b.

SILVA, Bruna Lidiane Marques da. **Programa Nacional Biblioteca da Escola - Edição 2006: a chegada dos acervos na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores**. 2009a. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009a. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-83ZQNR>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 12.ed. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2013.

SILVA, Karina Lillian Souza e; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. Acesso ao livro e à leitura em bibliotecas escolares – Naviraí/MS. **Interfaces da Educação**, Paranaíba/MS, v. 6, n. 16, p. 190-210, jan./abr. 2015.

SIMÕES, Regina Helena da Silva. Produção e usos de fontes: interdições, possibilidades e escolhas de historiadores/as da educação. In: SIMÕES, Regina Helena da Silva; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória, ES: EDUFES, 2012. p. 215-232.

SIQUEIRA, Edit Maria Alves. **Literatura e escola**: reflexões acerca da formação literária dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Viçosa. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2011. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4832>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy; BRANDÃO, Heliana; MACHADO, Maria Z. Versiane (Org.). **A escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001. p. 17-48.

_____. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy Alves; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (Orgs.). **Democratizando a leitura**: pesquisas e práticas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. p. 17-32.

SOUZA, Edivânio Duarte de. Dinamização e mediação na biblioteca escolar: potencialidades da leitura literária. **Ciência da Informação Rev.**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 3-8, maio/ago. 2014.

SOUZA, Luciene Soares de. **A instituição de bibliotecas nos grupos escolares do estado de São Paulo (1890-1920)**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27082010-101908/pt-br.php>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SOUZA, Renata Junqueira; COSSON Rildo. **Letramento literário**: uma proposta para a sala de aula. Presidente Prudente: UNESP; São Paulo: Univesp. Conteúdo didático para sala de aula. [201-], p. 101-107. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIM, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. Apresentação: vestígios da cultura material escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá/PR, n. 14, maio/ago. 2007.

SOUZA, Thaís Dhiane Costa; SILVA, Karina Lillian Souza; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. Acesso às práticas de leitura por alunos do ensino fundamental em Naviraí/MS: reflexões realizadas em duas pesquisas qualitativas. In: ALMEIDA, Roseli Maria Rosa; CIRIACO, Klínger Teodoro; CARVALHO, Célia Regina. **Contextos formativos no ensino, pesquisa e extensão universitária**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015.p. 311-333.

SOUZA, Thaís Dhaiane Costa de; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **Alunos de camadas populares considerados leitores e as práticas de mães/pais que influenciaram no acesso à leitura**. 2013. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus de Naviraí*, Naviraí-MS, 2013. Impresso.

SVENBRO, Jesper. A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. p. 41-64.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda; SILVA, Tiago José; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Biblioteca escolar: instrumento para a formação de leitores críticos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis/SC, v. 18, n. 1, p. 639-657, jan./jun. 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte/MG, v.19, p.195-210, out./dez. 2014. Edição especial.

_____. *Espacios escolares, funciones y tareas: La ubicación de la dirección escolar en la escuela graduada*. **Revista Española de Pedagogia**, ano 62, n. 228, p. 279-304, maio/ago. 2004.

_____. A história das disciplinas escolares. Tradução de Marina Fernandes Braga. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 18, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/93/102>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. *Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones*. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios**. 2. ed. Madrid, Espanha: Editora Morata, 2006. Disponível em: <http://www.oei.org.ar/edumedia/pdfs/T05_Docu3_Sistemaseducativosculturasescolares_Vinao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. *El espacio escolar: introducción*, **Revista Historia de la Educación**, Universidade de Salamanca, Espanha, v. 12, p. 11- 16, 1993. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/10112/10528>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Invenções e tradições na história da educação. In: SIMÕES, Regina Helena da Silva; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória, ES: EDUFES, 2012. p. 81-96.

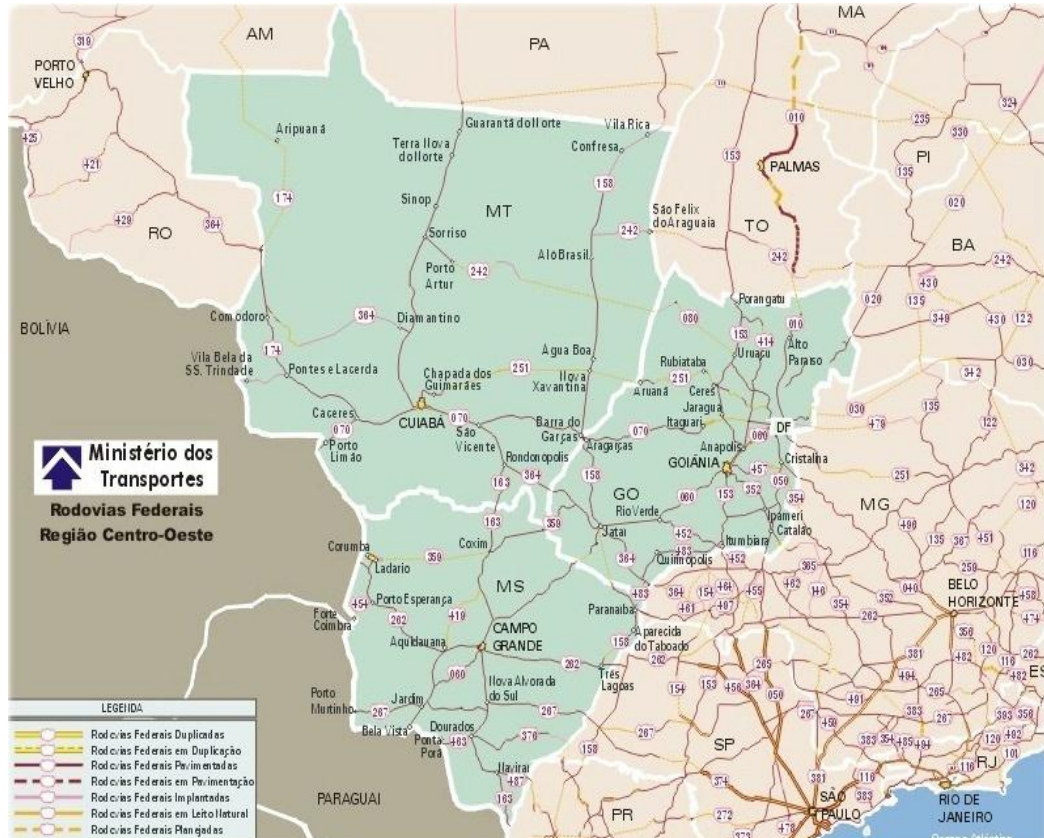
ZARDONI, Horacio Cárdenas. *¿Son necesarias políticas públicas sobre la biblioteca escolar? Situación en América Latina*. **Biblios: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología**. Brasília/DF, n. 48, dez. 2012.

ZILBERMAN, Regina. A lição dos leitores. In: BRASIL. Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Casa da Leitura. **Cursos da Casa da Leitura**, 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

ANEXOS

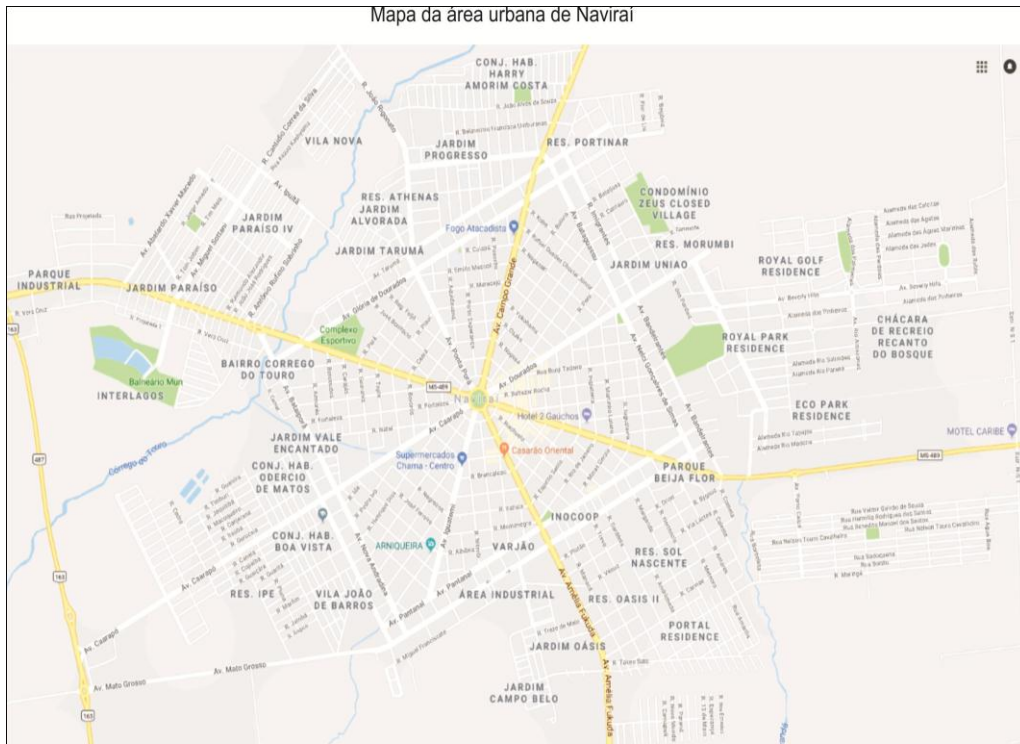
ANEXO I

Mapa da Região Centro-Oeste



Fonte: Guia geográfico (2018). Disponível em: <<http://www.mapas-brasil.com/centro-oeste.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ANEXO II



Fonte: Google MAPS. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-23.0632005,-54.2081101,15z>>
Acesso em: 10 jan. 2018

ANEXO III

Programa Nacional Biblioteca da Escola 2008 – Obras Selecionadas
Educação Infantil

ACERVO 1

TÍTULO	AUTORES	EDITORA
A belaborboleta	Ziraldo e Zélio Alves Pinto	Melhoramentos de São Paulo Livrarias Ltda.
A grandequestão	Roberta Saraiva Coutinho, Wolf Erlbruch, Samuel Titan Júnior	Cosac&NaifyEdições
Arturfaz arte	Patrick Mcdonnell	A GirafaEditora Ltda.
Banho!	Mariana Medeiros Massarani	Editora Gaia Ltda.
Beijo de sol	Celso Sisto	Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda.
É o bicho	GutoBrandãoLins	Ediouro Publicações de Passatempos e Multimídia Ltda.
Feitobicho!	Gabriela Brioschi	Editora Gaia Ltda.
Nãovoudormir	Orlando Ribeiro Pedroso Jr., Christiane de AraujoGribel,	Global Editora e Distribuidora Ltda.
O batalhão das letras	Mário de Miranda Quintana	EditoraGlobo S/A
O jogo do vira-vira	Ana Maria Martins Machado	Livraria e Papelaria Saraiva S/A
O piolho	Adriana Aparecida Mendonça, Bartolomeu Campos de Queirós	RHJ Livros Ltda.
O rei Bigodeira e sua banheira	Audrey Wood	Editora Abril S.A.
Passarinhando	NatáliaSáCavalcante	JPA Ltda.
Que bichomordeu	Leonardo Antunes Cunha	AgirEditora Ltda.
Que bicho será que a cobra comeu?	Roger Mello, Ângelo Barbosa Monteiro Machado	Editora Nova Fronteira S.A.
Shhh	Juan Luis Gonzalez Gedovius	Comboio de Corda Editora Ltda.
Tarde de inverno	Mandana Sadat, Jorge Elias LujanAristegui	Comboio de Corda Editora Ltda.
Travadinhas	Eva Furnari	EditoraModerna Ltda.
Um redondo pode ser quadrado?	Renato VeniciusCanini	Livraria e Papelaria Saraiva S/A
Virabicho!	Mariana Medeiros Massarani, Luciano Trigo Teixeira	Editora Best Seller Ltda.

ACERVO 2

Título	Autores	Editora
As aventuras de Bambolina	Michele Iacocca	EditoraÁtica S/A

Bichofolharal	Ângela Maria Cardoso Lago	Editora Rocco Ltda.
Bom dia, Marcos	Marie-Louise Gay	Brinque Book Editora de Livros
Cadê o rato?	Mary Jane Ferreira França, Lucas França	Editora Dimensão Ltda.
Como gente grande	Anouk Ricard	Editora Hedra Ltda.
De letra em letra	Bartolomeu Campos de Queirós, Nair Elisabeth da Silva Teixeira	Uno Educação Ltda.
É o bicho futebol clube	Guto Brandão Lins	Ediouro Publicações de Passatempos e Multimídia Ltda.
Enroscaou desenrosca?	Marcelo Cipis, Rosane Límole Paim Pamplona, Maria José Martins de Nobrega	Editora Moderna Ltda.
Era uma vez um ovo	Marco Antônio Alves de Carvalho	Meneghittis Gráfica e Editora Ltda.
Gato no mato	Sebastião Geraldo Nunes, Sebastião Geraldo Nunes	Editora Dubolsinho Ltda.
Ida e volta	Juarez Busch Machado	Agir Editora Ltda.
Ideia maluca	Cecília Vasconcelos	Ediouro Gráfica e Editora S/A
O presente que veio do céu	Regina Coeli Rennó	Editora Compôr Ltda.
Oscorvos de Pear Blossom	Aldous Huxley, Beatrice Alemagna, Luiz Antônio Aguiar	Editora Record Ltda.
Quem quer estar no céu?	Shel Silverstein, Alípio Correa de Franca Neto	Cosac & Naify Edições Ltda.
Ritinha Bonitinha	Eva Furnari	Saraiva S/A Livrários Editores
Rodolfo, o carneiro	Rob Scotton	Editora Rocco Ltda.
Saco de brinquedos	Laura Gomes de Castilhos, Carlos Marino Silva Urbim	Editora Projeto Ltda.
Tatu Tranquilos	Florence Breton	Jorge Zahar Editor Ltda.
Um avião e uma viola	Ana Maria Martins Machado	Saraiva S/A Livrários Editores

ACERVO 3

Título	Autores	Editora
As formas	German Montalvo	Edições SM Ltda.
Asa de papel	Marcelo Moreira Xavier	Livraria e Papelaria Saraiva S/A
Bichos da noite	Carla Caruso	In Pacto Comércio de Revistas Ltda.
Bruxa, bruxa venha à minha festa	Arden Druce, Pat Ludlow	Brinque Book Editora de Livros
Dia de chuva	Nelson Alves da Cruz, Ana Maria Martins Machado	Richmond Educação Ltda.
Eu e minha luneta	Cláudio Francisco Martins Teixeira	Saraiva S/A Livrários Editores

Históriaem 3 atos	Bartolomeu Campos de Queiróz, André Neves	Gaudi Editorial Ltda.
Nãoconfunda...	Eva Furnari	Uno Educação Ltda.
O menino e a bola	Simone Streciumas Goh	Editora do Brasil S.A.
O Ratinho que Morava no Livro	Mônique Georgette Felix	EditoraMelhoramentos Ltda.
O rinoceronti	Adriano Rodrigues Sarkis, Miguel Sanches Neto	Editora Record Ltda.
Quandoistoviraaquilo	José Augusto Brandão, Estellita Lins	Editora Rocco Ltda.
Que bicho será que botou o ovo?	Roger Mello, Ângelo Barbosa Monteiro Machado	Editora Nova Fronteira S/A
Quemadivinha?	Vera de Almeida Andrade, Helena MitsukoUehara	IdeiaEscritaEditora Ltda.
Quer Brincar de Pique-Esconde?	Isabella Pessoa de Melo Carpaneda, AngiolinaDomanico Bragança, Glair Alonso Arruda	Editora FTD S/A
Segredo	Ivan Baptista de Araújo	Editora Rocco Ltda.
Segredo de Magritte	Luiz Carlos Coutinho	JPA Ltda.
Um outropôr-de-sol	Marta Cristina Pereira Neves	Livraria e Papelaria Saraiva S/A
Uma históriaatrapalhada	Gianni Rodari	EditoraBiruta Ltda.
Vira-lata	Stephen Michael King	Brinque Book Editora de Livros.

Educação Fundamental

ACERVO 1

Título	Autores	Editora
A história da sopeira e da concha	ThienemannVerlagCmbh, Luciano Vieira Machado, Vivian Mara Suppa, Michael Ende	Salamandra Editorial Ltda.
A lenda da Paxiúba	TerezinhaÉboli	Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda.
A turma do xaxado - Volume 2	Antônio Luiz Ramos Cedraz	CláudioCavalcanteCedraz
Ana vaivém	Mariana Tasca, Valéria Portella. Ilustr.: Maria Tomaselli	ProjetoEditora
Aula de carnaval e outros poemas	Ricardo José Duff Azevedo	EditoraÁtica S/A
Courtney Crumrin& as criaturas da noite	Ted Naifeh	DevirLivraria Ltda.
É isso ali	José Paulo Paes da Silva, Walter Luiz Vasconcelos da Silva	Richmond Educação Ltda.
Filho da bruxa	Marcia Kupstas	JPA Ltda.

Histórias do mar	James Riordan/Amanda Hall	Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Hoje é amanhã?	Anna Cláudia de Moraes Ramos, Aline Senra Vasconcelos de Abreu	Editora Lucerna Ltda.
João e Maria de barro	Márcia Eliza Szeliga, Luiz Antônio Aguiar Produções Literárias	RecordDist. Record de Serv. de Imprensa S/A
Lampião e Lancelote	Fernando Vilela de Moura Silva	Cosac&NaifyEdições Ltda.
Lobos dentro das paredes	Neil Gaiman	Editora Rocco Ltda.
Meu tempo e o seu	João Basílio Costa e Paula, Maria Teresa Costa e Paula	Editora Lê Ltda.
O cabelo de Lelê	Valeria Barros Belém Dias	Companhia Editora Nacional
O casamento do boitatá com a mula-sem-cabeça	José Santos Matos	Companhia Editora Nacional
O sapato que miava	Sylvia Orthof Gostkorzewicz, Ivan Baptista de Araújo	Editora FTD S/A
O vestido luminoso da princesa	Ângelo Jesuíno Bonito, Ivan Ângelo	Richmond Educação Ltda.
Ostrês presentes mágicos	Folhetim 2001 Estúdio Gráfico Ltda. - Salmo Dansa, Rogério Andrade Barbosa	Record Editora Ltda.
Vovôfoi viajar	Mauricio Veneza da Silva	Editora Compór Ltda.

ACERVO 2

Título	Autores	Editora
A bola e o goleiro	Sávia Diniz Dumont Teixeira, Jorge Amado	RecordDist. Record de Serv. de Imprensa S/A
A menina arco-íris	Marina Colasanti, Marina Colasanti	Gaudi Editorial Ltda.
A moçatecelã	Marina Colasanti, Martha Diniz Dumont Cecchettini	Global Editora e Distribuidora Ltda.
Abecedário do Millôr Fernandes	Millôr Fernandes	Pixel Media Comunicação Ltda.
Índio chamado esperança	Luiz Alvarenga Galdino	Editora Nova Alexandria Ltda.
Jardim de menino poeta	Mauricio Veneza da Silva, Maria Valéria Vasconcelos Rezende	Editora Planeta do Brasil Ltda.
Lili inventa o mundo	Mário Quintana, Vivian Mara Suppa Viccari	Global Editora e Distribuidora Ltda.
Melhores amigas	Rosane Svartman	Jorge Zahar Editor Ltda.
O amigo urso	Mery Weiss, Renato Venicius Canini	Saraiva S/A Livreiros Editores
O galinheiro do Bartolomeu	Christina Cidade Dias de Castro	Nova América Editora Distribuidora de Livros Ltda.
O rei maluco e a rainha mais ainda	Fernanda Lopes de Almeida	Editora Ática S/A

O sino que queria voar	Espheris Ilustr. e Desenho Animado/Márcia Széliga, Veio Libri / Luiz Antonio Aguiar	Record Editora Record Ltda.
Os chifres da hiena e outras histórias da África Ocidental	Mamadou Diallo, Yili Maria Roras Diaz-Granados	Comboio de Corda Editora Ltda.
Outravez	Ângela Maria Cardoso Lago	RHJ Livros Ltda.
Patativa do Assaré: o poeta passarinho	Fabiano dos Santos	Fundação Demócrito Rocha
Pequeno vampiro vai à escola	Joann Sfar	Jorge Zahar Editor Ltda.
Romeu e Julieta	Octávia Monaco, Nicola Cinquetti	Editora Ática S/A
Tô com fome	Lia Zatz	Editora Biruta Ltda.
Vira, vira, viralobisomem	Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes	Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Vócaiuna piscina	Carlos Drummond de Andrade	Editora Best Seller Ltda.

ACERVO 3

Título	Autores	Editora
25 anos do menino maluquinho	Ziraldo Alves Pinto	Editora Globo S.A.
A menina da varanda	Leonardo Cunha, Néelson Alves da Cruz	Record Editora Record Ltda.
À toa, à toa	Marília Cotomacci César Mendes, João Proteti	MR Cornacchia Livraria e Editora Ltda.
As coisas que a gente fala	Ruth Machado Lousada Rocha, Mariana Medeiros Massarani	Salamandra Editorial Ltda.
Brincadeiras	Cátia Kanton	Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Cantaram de cantar	Sylvia Orthof	Agir Editora Ltda.
Catando olhos contando histórias	Daniel Monteiro Costa, Marie-Therese Kowalczyk	Brinque Book Editora de Livros
Contos de animais do mundo todo	Naomi Adler/Amanda Hall	Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Da cabeça aos pés	Marilda Castanha	Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda.
Dadá e Dazinha	Graça Lima, Luiz Antônio Aguiar	Editora Best Seller Ltda.
Entre os bambus	Edna Maria de Lopes Bueno, Vivian Mara Suppa Viccari	Gaudi Editorial Ltda.
Felpo filva	Eva Furnari, Eva Furnari	Editora Moderna Ltda.
Lampião e Maria Bonita: o rei e a rainha do cangaço	Liliana Iacocca	Editora Ática S/A
Livro de papel	Ricardo José Duff Azevedo	Editora do Brasil S.A.
O menino inesperado	Elisa Lucinda Campos Gomes, Graça Lima	Record Dist. Record de Serv. de Imprensa S/A

O vôo supersônico da galinha galateia	Cláudio Roberto Fragata, Martins e Castro Ltda./Cláudio Francisco Martins	RecordDist. Record de Serv. de Imprensa S/A
Píppimeialonga	Michael Chesworth, Astrid Lindgren	EditoraSchwarcz Ltda.
Rei Artur e os Cavaleiros da Távola Redonda	Marcia Williams	EditoraÁtica S/A
Ulomma, a casa da beleza e outros contos	Ikechukwu Sunday Nkeechi	Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Você viu meu pai por aí?	Maurício Veneza da Silva, Charles Kiefer	Dist. Record de Serv. de Imprensa S/A

ACERVO 4

Título	Autores	Editora
O amigo fiel	Gonzalo Ivar Cárcamo	BerlendisEditores Ltda.
O príncipe corajoso e outras histórias da Etiópia	Sophie Dutertre, Praline Gay-Para	Comboio de Corda Editora Ltda.
Os gêmeos do tambor	Rogério Andrade Barbosa	DCL Difusão Cultural do Livro Ltda.
A fada que tinha ideias	Fernanda Lopes de Almeida	Editora Abril S.A.
A música viva de Mozart	Cláudio Galperin	EditoraÁtica S/A
O gato que falava siamês	Marco Túlio Costa, Elvira Vigna	Editora Best Seller Ltda.
O melhor amigo	Walter Hiroki Ono	EditoraCaros Amigos Ltda.
O melhor amigo do melhor amigo	Walter Hiroki Ono	EditoraCaros Amigos Ltda.
Poemares	José de Castro, Flavio José Vargas Pinheiro	EditoraDimensão Ltda.
Conversa pra boy dormer	Leonardo Antunes Cunha, Angelo Hermeto Abi-Saber	EditoraDimensão Ltda.
E o palhaço o que é?	José Augusto Brandão, Estellita Lins	Editora FTD S/A
Os lusíadasemquadrinhos	FredericoCarvalhaesNesti	EditoraFundaçãoPeirópolis Ltda.
O rei preto de Ouro Preto	Sylvia OrthofGostkorzewicz, Rogério Nunes Borges	Editora Gaia Ltda.
Salada, saladinha	Marcelo Cipis, Rosane Limole Paim Pamplona, Maria José Martins de Nobrega	EditoraModerna Ltda.
Lá vem história	Daniel Kondo, Heloisa Braz de Oliveira Prieto	EditoraSchwarcz Ltda.
Vovó dragão	Thais Quintella de Linhares, Thais Quintella de Linhares	Frente Editora Ltda.
Sapatofurado	Mário Quintana, André Neves	Gaudi Editorial Ltda.
A raposa e o canção	Arievaldo Viana Lima	IMEPH Ltda.
Rato que roeu o rei	André Ricardo Almeida Aguiar	JPA Ltda.

Maria mole	André Luís Neves da Fonsêca	Pia Sociedade de São Paulo
------------	-----------------------------	----------------------------

ACERVO 5

Título	Autores	Editora
Chuva de manga	James Rumford	Brinque Book Editora de Livros
Enigmas do vampiro: histórias da Índia	Catherine Zarcate, Rémi Saillard	Comboio de Corda Editora.
Hans Staden	Jô Oliveira	Conrad Editora do Brasil.
A senha do mundo	Carlos Drummond de Andrade	Record Distribuidora Record de Serv. de Imprensa.
O que tem na panela, Jamela?	Niki Daly	Edições SM.
Histórias com poesia, alguns bichos & cia.	Carlos Eduardo Lima Machado (Duda Machado)	Editora 34.
Mitos Gregos: o vôo de Ícaro e outras lendas	Marcia Williams	Editora Ática
Alice viaja nas histórias	Gianni Rodari	Editora Biruta.
Embaixo da cama	Leny de Azevedo Werneck, Philippe Davaine	Editora Dimensão.
Lápis encantado	Maria da Graça Muniz Lima, Leonardo Antunes Cunha	Editora FTD.
Menino que não teve medo do medo	Marcelo Eduardo Leles de Oliveira, Ignácio de Loyola Brandão	Editora Gaia.
Barco Branco em Mar Azul	Alexandre Cesário de Abreu, Werner Zotz	Editora Letras Brasileira s.
João teimoso	Luiz Raul Dodsworth Machado, Graça Lima	Editora Nova Fronteira
No palco todo mundo vira bicho	Luciana Carvalho, José Carlos Barbosa de Aragão (José Carlos Aragão)	Editora Planeta do Brasil.
Dr. Urubu e Outras Fábulas	José Ribamar Ferreira, Martins E. Castro.	Jose Olympio Editora.
O livro do trava-língua	Zélio Alves Pinto, Cecília Vicente de Azevedo Alves Pinto	Lacerda Editores.
Assombrações da Terra	Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes	Larousse do Brasil Participações.
O jogo de amarelinha	Graziela Bozano Hetzel, Nair Elisabeth da Silva Teixeira	Manati Produções Editoriais.
Asas Brancas	José Carlos Botelho de Queiroz Telles, Rogério Nunes Borges	Richmond Educação.
A Tampa do Céu	Adriana Franco de Abreu Falcão, Ivan Baptista de Araújo	Salamandra Editorial.

Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/acervos>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE I

LEVANTAMENTO DE ARTIGOS 1991-2014					
	Título	Autores/as	Periódico	Ano	R/P ⁸⁷
1	BIBLIOTECA: instituição preservadora da cultura dominante?	CARVALHO, Livia Marques.	Informação & Sociedade	1991	Nordeste
2	A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma - Santa Catarina	PERUCCHI, Valmira	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1999	Sul
3	A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos parâmetros curriculares nacionais	CAMPELLO, Bernadete Santos; MAGALHÃES, Carlos Henrique de; XAVIER, Giovanna Vasconcellos; DISKIN, Leonardo da Costa; VILACA, Márcia Margarida; DIAMANTINO, Simone Alves; SANTOS, Sirlene Aparecida dos; SANTOS, Waldete Rodrigues dos.	Informação & Informação	2001	Sul
4	Biblioteca na escola	FRAGOSO, Graça Maria.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2002	Sul
5	Bibliotecário escolar: um educador?	CORREA, Elisa Cristina Delfini; OLIVEIRA, Karina Costa de; BOURSCHIED, Laura da Rosa; SILVA, Lucélia Naside da; OLIVEIRA, Salete de.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2002	Sul
6	Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental	ELY, Neiva Helena.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2003	Sul
7	Biblioteca escolar e a leitura	HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2003	Sul
8	Biblioteca na escola – uma relação a ser construída	FRAGOSO, Graça Maria.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2005	Sul
9	Possíveis indícios da biblioteca escolar na rede pública do estado de Santa Catarina: estudo de um acervo	EGGERT-STEINDEL, Gisela.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2006	Sul

⁸⁷ Região da publicação.

	bibliográfico museológico -				
10	Alternativas de incentivo à leitura: relato de experiência	PACHECO, Raquel.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2006	Sul
11	Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003)	GONÇALVES, Renata Braz.	Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	2006	Sul
12	Avaliação de uso como indicador para a gestão da biblioteca escolar: estudo de caso	GARCEZ, Eliane Fioravante.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2007	Sul
13	Tratamento técnico em biblioteca escolar: A realidade da biblioteca do Colégio Feliciano Nunes Pires (CFNP)	PINHO, Karina Lúcia de; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries.	Extensão: Revista Eletrônica de Extensão	2008	Sul
14	A estrada da vida: a leitura e a biblioteca escolar no ensino	MENDONÇA, Fernando de.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2008	Sul
15	O dizer dos documentos oficiais: a normatização o como efeito de sentidos sobre a biblioteca escolar	FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2008	Sul
16	Universalização da leitura e valorização da literatura: condição para o desenvolvimento social	SARAIVA, Juracy Ignez Assmann.	<i>Acta Scientiarum Language and Culture</i> (UEM)	2008	Sul
17	Leitura, biblioteca e política de formação de	SILVA, Rovilson José da.	<i>Brazilian Journal of Information Science</i> (UNESP/Marília)	2009	Sudeste

	leitores no Brasil.				
18	Classificação em cores: uma metodologia inovadora na organização das bibliotecas escolares do município de Rondonópolis/ MT	PINHEIRO, Mariza Inês da Silva.	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (UNICAMP)	2009	Sudeste
19	Aproximando o aluno da biblioteca escolar por meio do "estímulo entre pares"	RAMOS, Clériston Ribeiro; MUNHOZ, Deise Parula; MUNHOZ, Andreia Parula; WYSE Thiago Lopes da Silva.	Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	2009	Sul
20	Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares	CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2011	Sul
21	Biblioteca escolar e a mediação da leitura	GOMES, Luciano Ferreira; BORTOLIN, Sueli.	Semina: Ciências Sociais e Humanas	2011	Sul
22	Vamos à biblioteca! - O papel da biblioteca escolar na formação de crianças leitoras	BALÇA, Ângela Coelho de Paiva.	Nuances: Estudos sobre Educação	2011	Sudeste
23	O papel do bibliotecário escolar na formação do leitor	PITZ, Juliana; SOUZA, Vanessa Aline Schweitzer; BOSO, Augiza Karla.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2011	Sul
24	¿Son necesarias políticas públicas sobre la biblioteca escolar? Situación en América Latina	ZARDONI, Horacio Cárdenas.	<i>Biblos: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología</i>	2012	Espanha
25	Os bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca	ALMEIDA, Waldinéia Ribeiro; COSTA, Wilse Arendá; PINHEIRO, Mariza Inês da Silva.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2012	Sul

	escolar				
26	Os docentes e a biblioteca escolar: uma relação necessária	BALÇA, Ângela; FONSECA, Maria Adelina.	Revista Lusófona de Educação	2012	Portugal
27	Selecionar é preciso, avaliar é fundamental : acervos de literatura para jovens leitores	PAIVA, Aparecida	Educação	2012	Sul
28	Gestão da qualidade em bibliotecas escolares: um estudo de caso em uma biblioteca escolar na cidade de Ponta Grossa - PR	MELLO, Josiane	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2013	Sudeste
29	Bibliotecas escolares: conversas entre Brasil e Portugal	RAMOS, Flávia Brocchetto; BALÇA, Ângela.	<i>Acta Scientiarum. Education</i>	2013	Sul
30	A formação do leitor: uma discussão acerca da biblioteca escolar e o caso SIMBE	PAES, Denyse Maria Borges; SANCHES, Maria Salete Cialdine; VALÉRIO, Erinaldo Dias; TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2013	Sul
31	Biblioteca escolar: instrumento para a formação de leitores críticos	TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda; SILVA, Tiago José; VALÉRIO, Erinaldo Dias.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2013	Sul
32	Cultura pedagógica e formação de professores: a biblioteca da escola normal de Piracicaba (1911-1920)	NERY, Ana Clara Bortoleto.	História da Educação	2013	Sul
33	Bibliotecário nas escolas: um bem que faz bem ao futuro das crianças	PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; RODRIGUES, Lucélia R. Queiroz.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2014	Sul
34	A biblioteca escolar e sua representação educativa	BRAGA, Aurineide Alves; PAULA, Rejane Sales de Lima.	Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade.	2014	Centro-Oeste
35	Experiências do	VIDAL, Diana Gonçalves.	Perspectivas em Ciência da	2014	Sudeste

	passado, discussões do presente: A Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966)		Informação		
36	Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul (SC) segundo a Lei 12.244/2010	MORENO, Edinei Antônio.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina,	2014	Sul
37	A mediação cultural na biblioteca escolar	SALCEDO, Diego Andrés; ALVES, Riane Melo de Freitas.	<i>Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología</i>	2014	Espanha
Fonte: elaborado pela autora (2015).					

APÊNDICE II

Dissertações- 2006- 2011					
Nº	Título	Autor	Orientador	Instituição	Ano de defesa
1	Formação de indivíduos leitores entre a biblioteca escolar, a família e outros apelos socioculturais.	SILVA, Mônica Cristina Ferreira	Maria das Graças Rodrigues Paulino	Universidade Federal de Minas Gerais	2006
2	Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros	KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira	Lilian Lopes Martin da Silva	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2006
3	Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola	REZENDE, Cláudia Maria Rodrigues	Neide Luzia de Alonso,	Universidade de São Paulo – USP	2007
4	Programa bibliotecas escolares: memórias/histórias de uma experiência de incentivo à leitura nas escolas municipais de Campinas – 1993 a 2001	KOLOKAT HIS, Maria Lúcia Bachiega	Lilian Lopes Martin da Silva	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2008
5	A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando: estudo de caso	AMARAL, Renilda Gonçalves do.	André Porto Ancona	Universidade de Brasília – UNB	2008
6	Leitura mediada na biblioteca escolar: uma experiência em escola pública	FERRAZ, Anna Maria Marques	Marta Maria Pinto Cintra	Universidade de São Paulo – USP	2008
7	Literatura premiada entra na escola? A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte.	COSTA, Cristiane Dias Martins da	Maria Aparecida Paiva S. dos Santos	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2009
8	A instituição de bibliotecas nos grupos escolares do estado de São Paulo (1890-1920)	SOUZA, Luciene Soares de	Nélson Schapochnik.	Universidade de São Paulo – USP	2009
9	Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte	MORAIS, Elaine Maria da Cunha	Maria Aparecida Paiva S. Dos Santos	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2009
10	O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de	MONTUANI, Daniela Freitas Brito	Maria Aparecida Paiva dos Santos	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.	2009

	livros de literatura na formação de leitores				
11	Programa Nacional Biblioteca da Escola – Edição 2006: a chegada dos acervos na rede municipal de ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores.	SILVA, Bruna Lidiane Marques da	Maria Aparecida Paiva S. dos Santos	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2009
12	Mediadores e espaços de leitura: a prática em escolas municipais de Presidente Prudente.	PERIN, Denise Alexandre.	Renata Junqueira de Souza	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP (Presidente Prudente)	2009
13	Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livro a espaço de saber e leitura.	GUIMARÃES, Janaína	Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi	Universidade Estadual Paulista. Faculdade Ciências e Tecnologia-UNESP (Presidente Prudente)	2010
14	A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo.	CARVALHO, Valdirene Rodrigues de	Patrícia Piozzi	Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP	2011
15	Frequência à biblioteca e formação do acervo: um exemplo de Birigui/SP.	DIAS, Luís Carlos	José Batista de Sales	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	2011
16	Bibliotecas escolares: espaços de múltiplas leituras.	CASTRO, Nathalya Moreira Lima Corrêa	Maria Ester Vieira de Sousa	Universidade Federal de Paraíba – UFPB	2011
17	Literatura e escola: Reflexões acerca da formação literária dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Viçosa.	SIQUEIRA, Edit, Maria Alves	Elisa Cristina Lopes	Universidade Federal de Viçosa – UFV	2011
18	Entre memórias e silêncios: um olhar sobre as bibliotecas do Colégio Pedro II.	DANTAS, André Gomes	Nanci Gonçalves da Nóbrega	Universidade Federal Fluminense – UFF	2011
Fonte: elaborado pela autora (2015)					

APÊNDICE III

Teses -2003 a 2011					
	Título	Autor	Orientador	Instituição	Ano de defesa
1	A literatura e suas apropriações por jovens leitores	MACHADO, Maria Zélia Versiani	Maria das Graças Rodrigues Paulino	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2003
2	Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80.	FERNANDES, Célia Regina Delacio	Marisa Philbert Lajolo	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2004
3	O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina: formação e atuação	SILVA, Rovilson José da	Dagoberto Buim Arena	Universidade Estadual Paulista– UNESP Marília/SP	2006
4	Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX	RODRIGUES, Eni Neves da Silva	Márcia Azevedo de Abreu	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2008
5	Espaços de livro e leitura: um estudo sobre as salas de leitura de escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro.	PIMENTEL, Cláudia	Patrícia Corsino	Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ	2011
Fonte: elaborado pela autora (2015)					

APÊNDICE IV

PROJETO DE PESQUISA: DOS ARMÁRIOS DE LIVROS ÀS BIBLIOTECAS ESCOLARES: CULTURA ESCOLAR EM NAVIRAÍ/MS (1986-2010)

Roteiro de entrevistas semiestruturadas com as bibliotecárias ou responsáveis pelas bibliotecas escolares

- 1- Quando a biblioteca escolar foi implantada/implementada na escola? Houve algum documento formal, como decreto, ofício?
- 2- Antes da implantação da biblioteca, em que espaço os livros da escola eram organizados? Havia uma quantidade razoável de livros até 2010 ou o acervo era pequeno em relação aos alunos?
- 3- A biblioteca escolar sempre funcionou neste espaço desde a sua implantação? Funcionou em outros locais da escola? Onde?
- 4- A estruturação de mobiliário sempre foi a mesma? Caso não, poderia me descrever como era organizado o espaço da biblioteca até o ano de 2010.
- 5- O acervo de livros literários (poemas, contos, fábulas, etc.) conta com aproximadamente quantos exemplares?
- 6- O acervo é registrado por sistema informatizado? Há o uso de computadores da biblioteca para a leitura de livros?
- 7- Quanto tempo você atua na biblioteca escolar? Qual é a sua formação?
- 8- Houve alguma formação específica para sua atuação na biblioteca escolar?
- 9- A escola tinha algum trabalho específico que envolvesse a biblioteca escolar até o ano de 2010?
- 10- Havia um sistema de empréstimo de livros até o ano de 2010? Como era organizado?

APÊNDICE V

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada **Dos armários de livros às bibliotecas escolares: cultura escolar em Naviraí-MS. (1986-2010)**, que faz parte do grupo de pesquisas em **História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (HEDUCULTES)** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, orientada pela prof. Dr^a Elaine Rodrigues. O objetivo da pesquisa **é- analisar a cultura instituída ao longo do tempo (1986-2010) em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí-MS, a fim de compreender os mecanismos de organização do espaço e de práticas de leitura literária.**

Para isto a sua participação é muito importante, a qual se dará por meio de entrevistas semiestruturadas sobre a organização da biblioteca escolar e as práticas de leitura nestes espaços. Informamos que não são previstos riscos ou desconfortos inaceitáveis à participação nos estudos, contudo o depoimento do entrevistado, se divulgado com a identificação do nome, poderá trazer constrangimento ao entrevistado em virtude do seu conteúdo. Para evitar qualquer situação desagradável e de constrangimento em razão do seu depoimento, o (a) entrevistado (a) não será identificado, sendo mantida sob sigilo a sua identidade. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Destacamos ainda que as informações serão utilizadas para fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Caso o entrevistado queira, de livre vontade, que seu nome seja divulgado, este deverá autorizá-lo por escrito, ao final deste documento. Para coleta de informações haverá o uso de registros gravados por equipamentos de áudio, sendo posteriormente transcritos e que terão como destino final, depois de concluída esta pesquisa, a sua disponibilização à Universidade Estadual de Maringá.

Os benefícios esperados por esta pesquisa incluem retirar do esquecimento a História da Educação, em especial, das bibliotecas escolares do município de Naviraí-MS, dando visibilidade às práticas de leitura literária, durante o período pesquisado. Para os sujeitos participantes, a pesquisa servirá para promover a discussão sobre a formação de leitores na escola brasileira, já iniciadas por ocasião da elaboração do Plano Municipal do Livro e da Leitura- PMLL, do município de Naviraí-MS (2011), com os vários segmentos da sociedade naviraiense (escolas, Gerências de Educação, Gerência de Cultura, artistas, escritores, entre outros). Isto subsidiará aos participantes da pesquisa repensar práticas de leitura literária nas bibliotecas escolares, bem como levantar debates em torno da formação de leitores e de recursos humanos para o trabalho de incentivo à leitura com crianças e jovens.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o **Comitê de Ética em Pesquisa da UEM** – Universidade Estadual de Maringá, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada, entregue a você. Além da

assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

1. Eu, _____ de claro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela discente **Roseli Maria Rosa de Almeida**, sob a orientação da prof Dr^a. **Elaine Rodrigues** (UEM).

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

2. Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura do pesquisador

3. Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecido (a) e CONCORDO que seja divulgado o meu nome junto aos depoimentos por mim prestados para a pesquisa coordenada pela discente Roseli Maria Rosa de Almeida, sob a orientação da Prof. Dr^a. Elaine Rodrigues (UEM).

_____ Data:.....

4. Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Roseli Maria Rosa de Almeida

Endereço: Rua Gerânio, 897, Portal Residence, Naviraí-MS

Telefone: (67) 3461-2109 (67) 8447-2334

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o **Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP)** envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br



APÊNDICE VI

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dos armários de livros às bibliotecas escolares: cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010).

Pesquisador: Elaine Rodrigues

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 60401716.5.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.029.725

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá, com patrocínio do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes desta Instituição de Ensino Superior.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo primário o de analisar a cultura instituída ao longo do tempo em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí-MS, a fim de compreender os mecanismos de organização do espaço e das práticas de leitura literária e como objetivos secundários o de analisar e descrever práticas de leitura de textos literários que foram se constituindo ao longo do tempo, no espaço das bibliotecas escolares; analisar documentos e materiais produzidos na cultura escolar que possam evidenciar as formas de organização das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010) e o de descrever práticas de mediação didática, encontradas nos documentos e materiais da cultura escolar, em relação à leitura literária.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem como hipóteses para investigação nos documentos, entrevistas e analisadas os seguintes aspectos: os sujeitos leitores liam nos espaços de bibliotecas? Emprestavam livros? Os bibliotecários e/ou funcionários responsáveis pelas bibliotecas realizavam alguma estratégia metodológica que propiciasse o acesso dos alunos às obras literárias? Havia algum tipo de organização do espaço dessas bibliotecas que facilitava ou dificultava o acesso a essas obras? As bibliotecas escolares funcionaram de modo a democratizar o acesso ao livro e à leitura? Quais foram as práticas construídas ao longo do período pesquisado? O desfecho primário da pesquisa deverá indicar qual(is) a(s) cultura(s) instituída(s) ao longo do tempo (período de 1986-2010) em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí-MS, nos levando a compreender os mecanismos de organização destes espaços, bem como as práticas de leitura literária. É uma pesquisa histórica, que tem como procedimento a análise documental, a partir das categorias de análise: espaço; práticas de leitura, cultura escolar e mediação didática. Será desenvolvida em sete bibliotecas públicas do município de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo o período de 1986 a 2010. A coleta de dados será realizada a partir de documentos da cultura escolar, tais como: livro de Tombo; Livro de empréstimo de obras aos alunos e/ou fichas de empréstimos; croquis das bibliotecas escolares selecionadas; projetos de leitura da escola e/ou professores (as); obras enviadas às escolas pela extinta FAE- Fundação de Assistência ao Estudante e por meio do PNBE- Programa Nacional Biblioteca da Escola. Serão ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com as sete bibliotecárias ou funcionárias responsáveis pelas bibliotecas escolares. O projeto prevê que sejam 10 (dez) o número de participantes e apresenta documento de critérios de seleção que consideram que caso o participante manifeste a qualquer momento o interesse em desistir do estudo, sua decisão será acatada, conforme prevê o TCLE -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ainda que caso haja mudança de bibliotecárias (ou responsáveis pelas bibliotecas) das escolas pesquisadas, poderão ser inseridas (incluídas) as (os) substitutas (os), desde que elas (eles) concordem em participar do estudo. Essa alteração se justifica pelo fato de algumas servidoras serem readaptadas em suas funções de bibliotecárias e assim, poderá haver mudanças nos locais de atuação. A pesquisa tem como desfecho primário o de indicar qual (is) a (s) cultura (s) instituída (s) ao longo do tempo (período de 1986-2010) em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí-MS, com vistas a compreender os mecanismos de organização destes espaços, bem como as práticas de leitura literária. É um estudo qualitativo em educação, que se fundamenta nas relações entre escola e cultura escolar, bem como na história das práticas de leitura. A abordagem será histórica, com o uso de análise documental. A coleta de dados será realizada mediante a análise de documentos da cultura escolar, tais como: livro de Tombo; Livro de empréstimo de obras aos alunos e/ou fichas de empréstimos; croquis das bibliotecas escolares selecionadas; projetos de leitura da escola e/ou professores (as); obras enviadas para às escolas pela extinta FAE- Fundação de Assistência ao Estudante e por meio do PNBE- Programa Nacional Biblioteca da Escola. Utilizar-se-á também entrevistas semiestruturadas com as funcionárias responsáveis pelas bibliotecas escolares pesquisadas. Espera-se ao final do estudo confirmar a tese de que os espaços destinados às bibliotecas escolares, implantadas no período de 1986-2010, em Naviraí, município do estado de Mato Grosso do Sul, que contaram com políticas públicas e possíveis mediadores de leitura, constituíram diferentes culturas escolares, não passíveis de generalização quando relacionadas à forma de disponibilização dos materiais literários e constituição de práticas leitoras nos espaços das bibliotecas. Os resultados poderão ampliar as pesquisas em bibliotecas escolares no estado de Mato Grosso do Sul e no país.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone:

(44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br



Continuação do Parecer: 2.029.725

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas preconizadas. Apresenta as autorizações necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_D O_P ROJETO_743468.pdf	13/03/2017 19:22:34		Aceito
Outros	Resposta_dois.docx	13/03/2017 17:06:22	Elaine Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpesquisaUEM.doc	13/03/2017 17:03:09	Elaine Rodrigues	Aceito
Outros	PB_PARECER_CONSUBSTANCI ADO_ CEP_1788151.pdf	31/01/2017 11:23:11	Ricardo Cesar Gardiolo	Aceito
Outros	RESPOSTA.docx	17/01/2017 17:01:18	Elaine Rodrigues	Aceito
Orçamento	Orcamento.doc	12/12/2016	Elaine Rodrigues	Aceito

		11:27:36		
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado_Brochurapesqui sador. docx	03/08/2016 17:34:38	Elaine Rodrigues	Aceito
Outros	Critérios .docx	03/08/2016 15:49:24	Elaine Rodrigues	Aceito
Outros	Termocompromisso.pdf	03/08/2016 15:48:56	Elaine Rodrigues	Aceito
Outros	Autorizacao.pdf	03/08/2016 15:47:56	Elaine Rodrigues	Aceito
Outros	Roteiro.docx	03/08/2016 15:46:30	Elaine Rodrigues	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	03/08/2016 15:35:16	Elaine Rodrigues	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGA, 24 de abril de 2017

Assinado por:

Ricardo Cesar Gardiolo

(Coordenador)

APÊNDICE VII

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 18 de julho de 2016.

Ivanete Ap. Marques de Mendonça
Diretora
Portaria nº 605, de 09/07/2013
Ivanete Ap. Marques de Mendonça

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 15 de julho de 2016.


Sandra Mieres Vega Passos
Diretora
Resolução "P" SED/Nº 2/2016

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 21 de julho de 2016.

VALDECI FRANCISCO DO COUTO
DIRETOR
PORTARIA Nº 463 DE 27/08/2016

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 25 de julho de 2016.




Judite Lima Chiuze Belmer
DIRETORA ADJUNTA
Res. "P" SED n.º 2 de 05/01/16
D.O. n.º 9.680 de 08/01/16

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 25 de julho de 2016.

ESCOLA ESTADUAL ANTONIO FERNANDES - 0671
Rua Laurentino Pires de Almeida 430 - Naviraí-MS
Fone (67) 3463-3193 - E-Mail: eesf@sed.ms.gov.br
Decreto Nº 4.028 de 12 de Novembro de 1987
D.O. Nº 2023 de 13/11/1987 - Pág. 07
Resolução/SED Nº 2810 de 27 de Dezembro de 2013
D.O. Nº 9.104 de 15/02/2016 - Pág. 18


LUZIA BIANCHI
DIRETORA ADJUNTA
AUT RES. "P" SED Nº 216, DE 12/02/2016
D.O. Nº 9.104 DE 15/02/2016 - PÁG. 18

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 25 de julho de 2016.

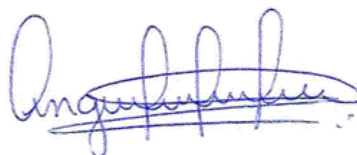

ADRIANO VIEIRA CARRES
DIRETOR
SECRETARIA Nº 453 DE 27/05/2016

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

EMEF PROF. MARIA DE LOURDES AQUINO SOIANA
RUA JERUSA Nº 285 - BAIRRO - BOA VISTA
FONE (67) 3481-3216 - CELULAR: 9971-16
CEP 79950-000 - Naviraí - MS
E-mail: esmariaaquin@naviraí.ms.g

Autorizamos a acadêmica **Roseli Maria Rosa de Almeida** – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (Heducultes), que vem desenvolvendo pesquisa sob a orientação da Professora Dra. **Elaine Rodrigues** com o projeto **Dos armários de livros às bibliotecas escolares-cultura escolar em Naviraí-MS (1986-2010)** a acessar os documentos e informações sobre a biblioteca escolar, referentes ao período de 1986 a 2010.

Naviraí-Mato Grosso do Sul, 15 de julho de 2016.



Ângela Maria de Oliveira da Silva
Portaria nº 453 de 27/06/2016
Diretora